

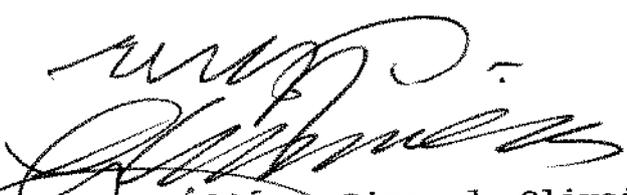
JOSÉ CARLOS ALCÂNTARA

POLÍTICA LOCAL

(Um estudo de caso: Paranavaí 1952 - 1982)

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À REDAÇÃO FINAL DA TESE DEFENDIDA PELO SR. JOSÉ CARLOS ALCÂNTARA E APROVADA PELA COMISSÃO JULGADORA. CAMPINAS, 17 DE NOVEMBRO DE 1987.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - Área de Ciência Política, no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Estadual de Campinas, como parte dos requisitos exigidos para obtenção do título de Mestre.


Orientador: Dr. Eliézer Rizzo de Oliveira

CAMPINAS

1987

AL16p

8878/BC

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

A Olímpia:

Em agradecimento a Companhia
dedicada, que contribuiu com seu
apoio, solidariedade e compreensão.

Aos meus filhos:

Júnior, Ricardo, Valéria e Eduardo.

AGRADECIMENTOS

Pelo apoio: As instituições

FUEM-UNICAMP-SEED/PR-CONCITEC-CAPES-PMP

Pela Orientação:

Dr. Eliézer Rizzo de Oliveira (UNICAMP)

Que com sua orientação competente tornou possível a realização deste estudo.

Pelos primeiros passos:

Prof. Plínio Augusto de Souza Dentzien (UNICAMP)

Prof. Ronald H. Chilcote (University of California, Riverside).

Pelas discussões:

Prof. José Queiróz Carneiro (UFPA).

Pelo estímulo:

Prof. Emílio Eugênio Niece (FUEM)

Profª Kiyomi Hirose (FAFIPA)

Pela revisão ortográfica:

Prof. Antonio Augusto de Assis (FUEM)

Profª Maria Júlia Lemes Ribeiro (FUEM)

Pela datilografia, processamento e encadernação:

Ao Nivaldo, as irmãs Míriam, Marta e Luci, e aos órgãos da FUEM: DCS, DPG, NPD e IPU.

A todos aqueles que colaboraram direta e indiretamente o meu agradecimento e reconhecimento.

ÍNDICE

	Página
Índice de Quadros.....	iii
Índice de Mapas.....	x
Índice de Figuras.....	xi
Índice de Anexos.....	xii
INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO I. O ESTUDO DA POLÍTICA LOCAL NO BRASIL....	5
CAPÍTULO II. PARANAÍ - POVOAMENTO, COLONIZAÇÃO E AS BASES ECONÔMICAS.....	21
1. O Norte do Paraná.....	21
2. PARANAÍ - Povoamento e Colonização.	30
2.1. Primeira Fase.....	30
2.2. Segundo Fase.....	40
3. PARANAÍ - A Criação do Município...	42
4. PARANAÍ - Evolução da População....	48
5. PARANAÍ - As Bases Econômicas.....	50
5.1. Setor Primário.....	50
5.2. Setor Secundário.....	52
5.3. Setor Terciário.....	54
5.4. Finanças Públicas.....	55
CAPÍTULO III. PARANAÍ - EVOLUÇÃO POLÍTICO-ELEITORAL.	60
1. As Bases da Política Local.....	60
2. Eleições Municipais de Paranaí de 1952 a 1982.....	67

	Página
2.1. Eleição de 1952.....	67
2.2. Eleição de 1956.....	69
2.3. Eleição de 1960.....	71
2.4. Eleição de 1964.....	73
2.5. Eleição de 1968.....	76
2.6. Eleição de 1972.....	79
2.7. Eleição de 1976.....	81
2.8. Eleição de 1982.....	85
2.9. Contabilidade Eleitoral.....	87
CAPÍTULO IV. PERSONAGENS, PARTIDOS E ARTICULAÇÃO DE INTERESSES.....	97
1. Personagens: Ingresso e Renovação....	97
1.1. O Ingresso.....	97
1.2. A Renovação Política.....	113
2. Partidos: Instrumento da Ação.....	122
3. Articulação de Interesses.....	140
3.1. O Processo.....	140
3.2. O Comando Político.....	149
CAPÍTULO V. OS AGENTES DA POLÍTICA LOCAL.....	166
1. O método de reputação.....	166
2. O questionário.....	179
3. O procedimento das entrevistas.....	181
CAPÍTULO VI. OS "VINTE".....	184
1. Caracterização política e sócio-econômica.....	184
2. As Relações - "A Rede de Integração".	193
3. Imagem Política.....	213
4. Auto-Imagem.....	219
CONCLUSÃO.....	231
BIBLIOGRAFIA.....	236
ANEXOS.....	246

ÍNDICE DE QUADROS

	Página
01 - Comparação Populacional - Brasil-Paraná-Norte do Paraná.....	27
02 - Comparativo da Evolução da População Urbana-Rural-Paraná-Norte do Paraná.....	28
03 - Novo Perfil Agrário do Paraná.....	29
04 - Evolução da População de Paranavaí.....	49
05 - Evolução da População de Paranavaí - Sede do Município.....	50
06 - Paranavaí - Produção de Mandioca.....	51
07 - Paranavaí - Utilização da Terra.....	52
08 - Paranavaí - Principais atividades industriais - 1983.....	53
09 - Paranavaí - Pessoal ocupado no setor industrial - 1980.....	53
10 - Paranavaí - Número de estabelecimentos do setor terciário ano de 1983.....	54
11 - Paranavaí - Pessoal ocupado no setor terciário em 1980.....	55
12 - Arrecadação do ICM por setor de atividade no município de Paranavaí 1973 a 1980.....	55
13 - Votação para Prefeito Municipal de Paranavaí em 1952.....	68

	Página
14 - Votação à Câmara de Vereadores de Paranavaí em 1952.....	68
15 - Votação para Prefeito Municipal de Paranavaí em 1956.....	69
16 - Votação à Câmara de Vereadores de Paranavaí em 1956.....	70
17 - Número de votos do PTB nas eleições municipais de 1952 e 1956.....	71
18 - Votação para Prefeito Municipal de Paranavaí em 1960.....	71
19 - Votação à Câmara de Vereadores de Paranavaí em 1960.....	72
20 - Votos atribuídos aos candidatos do Poder Executivo e Legislativo Municipal nas eleições de Paranavaí em 1960.....	73
21 - Votação para Prefeito Municipal de Paranavaí em 1964.....	73
22 - Votação para Vice-Prefeito Municipal de Paranavaí em 1964.....	74
23 - Votação à Câmara de Vereadores de Paranavaí em 1964.....	75
24 - Votação para Prefeito Municipal de Paranavaí em 1968.....	77
25 - Votação à Câmara de Vereadores de Paranavaí em 1968.....	78
26 - Votação para Prefeito Municipal de Paranavaí em 1972.....	79
27 - Votação à Câmara de Vereadores de Paranavaí em 1972.....	80
28 - Paranavaí: Orçamento versos Gastos com Previdên-	

	Página
cia, Assistência Social e Transportes (em porcentagens).....	82
29 - Votação para Prefeito Municipal de Paranavaí em 1976.....	82
30 - Votação à Câmara de Vereadores de Paranavaí em 1976.....	83
31 - Comparativo ARENA X MDB dos votos para o executivo e legislativo municipal em Paranavaí nas eleições de 1972 a 1976.....	84
32 - Votação para Prefeito Municipal de Paranavaí em 1982.....	85
33 - Votação à Câmara de Vereadores de Paranavaí em 1982.....	86
34 - Quadro comparativo das eleições para a Prefeitura Municipal de Paranavaí - período de 1952 a 1982..	89
35 - Quadro comparativo das eleições à Câmara de Vereadores de Paranavaí - período de 1952 a 1982...	90
36 - Candidatos vinculados à Paranavaí - Nas eleições Estaduais.....	102
37 - Candidatos vinculados à Paranavaí - Nas eleições Federais.....	103
38 - Vereadores de Paranavaí eleitos mais de uma vez..	111
39 - Candidatos eleitos à Prefeitura Municipal de Paranavaí.....	114
40 - Composição da Câmara Municipal de Paranavaí de acordo com a atividade econômica dos Vereadores de 1952 a 1982.....	117
41 - Escolaridade - Câmara Municipal (1952 a 1982)....	118
42 - Composição da Câmara Municipal de Paranavaí, segundo grupo de idade dos Vereadores, no período de 1952 a 1982.....	119

	Página
43 - Renovação na composição da Câmara Municipal de Paranavaí no período de 1952 a 1982.....	120
44 - Composição da Câmara Municipal de Paranavaí, segundo a procedência dos Vereadores, no período de 1952 a 1982.....	121
45 - Comparação do desempenho dos partidos políticos nas eleições de 1952 a 1964 à Prefeitura e à Câmara de Vereadores de Paranavaí.....	126
46 - Câmara Municipal de Paranavaí - 1952/1964. Partidos e percentuais de cadeiras.....	127
47 - Nova Composição da Câmara de Vereadores de Paranavaí em 1967 - Segundo a antiga filiação partidária dos Vereadores.....	129
48 - Desempenho da ARENA e MDB nas eleições municipais de 1968 (em percentual).....	130
49 - Desempenho da ARENA e MDB nas eleições municipais de Paranavaí em 1972 (em percentual).....	131
50 - Crescimento da bancada paranaense do MDB na Câmara Federal e Assembléia Legislativa (comparativo - eleições 1966 - 1978).....	132
51 - Comparação ARENA x MDB - Eleições para Prefeito Municipal 1968 - 1976.....	133
52 - Comparação ARENA x MDB - Eleições à Câmara de Vereadores de Paranavaí - 1968 - 1976.....	134
53 - Representação no Congresso Nacional e na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná - Eleições de 15 de novembro de 1982.....	136
54 - Eleições para Prefeitura Municipal e Câmara de Vereadores de Paranavaí (15 de novembro de 1982) - em percentual.....	136
55 - Origem partidária dos candidatos à Prefeitura Municipal de Paranavaí em 1982.....	137

	Página
56 - Origem partidária dos candidatos eleitos à Câmara de Vereadores de Paranavaí em 1982.....	137
57 - Pergunta feita aos "Vinte": Qual é mais importante, o Partido Político ou o Candidato? (segundo afiliação partidária).....	139
58 - Processo de Articulação de Interesses.....	146
59 - Comando Político - Pesquisa de Opinião realizada junto as mais importantes lideranças políticas de Paranavaí (em porcentual).....	157
60 - Composição ocupacional - representativa dos "Juizes".....	170
61 - Atividade econômica dos "Juizes".....	171
62 - Ocupação profissional dos "Juizes".....	172
63 - Filiação partidária dos "Juizes", considerada até 1982.....	173
64 - Escolaridade dos "Juizes".....	174
65 - Critérios de representatividade política adotados pelos Juizes para indicação das mais importantes lideranças políticas de Paranavaí - Critérios agrupados.....	177
66 - Filiação partidária dos "Vinte".....	185
67 - Trajetória partidária dos "Vinte".....	185
68 - Procedência dos "Vinte".....	186
69 - Tempo de residência dos "Vinte" em Paranavaí.....	187
70 - Idade dos "Vinte".....	187
71 - Escolaridade dos "Vinte".....	188
72 - Religião dos "Vinte".....	188
73 - Atividade econômica dos "Vinte".....	188

	Página
74 - Ocupação principal dos "Vinte".....	189
75 - Propriedade econômica dos "Vinte".....	190
76 - Perguntado aos "Vinte": o poder econômico coman- dava a política local? O grupo respondeu o se- guinte:.....	191
77 - Classificação econômica dos "Vinte", segundo fi- liação partidária.....	192
78 - Filiação partidária e nível econômico - Antes e após 1980.....	192
79 - Relações políticas individuais (em percentual)...	196
80 - Relações políticas segundo filiação partidária e intrapartidária (em percentual).....	197
81 - Relações econômicas individuais (em percentual)..	199
82 - Relações econômicas segundo filiação partidária e intrapartidária (em percentual).....	200
83 - Relações sociais individuais (em percentual).....	203
84 - Relações sociais segundo filiação partidária e intrapartidária (em percentual).....	203
85 - Relações familiares individuais (em percentual)..	205
86 - Relações familiares segundo filiação partidária e intrapartidária (em percentual).....	206
87 - Relações religiosas individual (em percentuais).	209
88 - Relações religiosas segundo filiação partidária e intrapartidária (em percentual).....	209
89 - Relações Comunitárias (Político/Econômico-Social/ /Familiar/Religiosa) entre os "Vinte".....	210
90 - Especificação das Relações Individuais "Mantém"- (em percentual).....	212
91 - Avaliação dos critérios que dão origem e susten-	

	Página
tação à representatividade política no contexto local.....	216
92 - Auto-Imagem dos "Vinte" - Atitude Política - Como agiriam? Visivelmente ou nos bastidores.....	220
93 - Resultado individual da Auto-Imagem dos "Vinte" - Como agiriam (em porcentual)? Visivelmente ou nos bastidores.....	221
94 - Atitude política segundo filiação partidária (1982) (visivelmente ou nos bastidores).....	222
95 - Atitude política segundo propriedade econômica...	222
96 - Auto-Imagem dos "Vinte" - Atitude Política - Como agiriam? Individualmente, em panela ou coletivamente.....	223
97 - Atitude política segundo filiação partidária (1982) (individualmente, em panela ou coletivamente)....	224
98 - Atitude política segundo propriedade econômica...	224
99 - Resultado individual da Auto-Imagem dos "Vinte" - Como agiriam (em porcentual)? Individualmente em panela ou coletivamente.....	225
100 - Auto-Imagem econômica dos "Vinte".....	226
101 - Riqueza x Atitude dos "Vinte" (em porcentual)....	226

ÍNDICE DE MAPAS

	Página
I - NOROESTE DO ESTADO DO PARANÁ - Gleba Pirapó - 1925.....	36
II - MAPA GENEALÓGICO DA REGIÃO NOROESTE DO ESTADO DO PARANÁ (Origem e desmembramento do município de Paranavaí).....	43
III - PROVÍNCIA DO PARANÁ - 1889.....	44
IV - ESTADO DO PARANÁ - 1938.....	45
V - ESTADO DO PARANÁ - 1948.....	45
VI - ESTADO DO PARANÁ - 1953.....	46
VII - ESTADO DO PARANÁ - 1956.....	47
VIII - NORTE NOVÍSSIMO DE PARANAVAÍ - 1985.....	48

ÍNDICE DE FIGURAS

	Página
01 - ESBOÇO DO MÉTODO.....	178
02 - SOCIOGRAMA POLÍTICO I.....	195
03 - SOCIOGRAMA POLÍTICO II.....	196
04 - SOCIOGRAMA ECONÔMICO I.....	198
05 - SOCIOGRAMA ECONÔMICO II.....	199
06 - SOCIOGRAMA SOCIAL I.....	201
07 - SOCIOGRAMA SOCIAL II.....	202
08 - SOCIOGRAMA FAMILIAR I.....	204
09 - SOCIOGRAMA FAMILIAR II.....	205
10 - SOCIOGRAMA RELIGIOSO I.....	207
11 - SOCIOGRAMA RELIGIOSO II.....	208

ÍNDICE DE ANEXOS

	Página
01 - Relação de candidatos à Câmara de Vereadores de Paranaíba de 1952 a 1982 (Legendas-Nomes-Votos)..	246
02 - Câmara de Vereadores de Paranaíba - Evolução Política-Partidária e as Profissões dos Vereadores de 1952 a 1982.....	266
03 - Trajetória Partidária dos "Vinte" até as eleições de 1982.....	269
04 - Formulário utilizado pelos "Juizes".....	270
05 - Lideranças Políticas de Paranaíba I (classificadas por número de indicações).....	272
06 - Lideranças Políticas de Paranaíba II (classificadas por pontos).....	273
07 - Relação dos 163 critérios adotados pelos Juizes para a seleção das mais importantes lideranças políticas de Paranaíba.....	274
08 - Questionário.....	279

INTRODUÇÃO

Este é um trabalho de pesquisa que procura explicar as relações de poder político local, existente no âmbito circunscrito do município de Paranavaí, situado ao Noroeste do Estado do Paraná. Seu interesse imediato decorre de uma exigência acadêmica requerida pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas para concessão do título de Mestre no Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais - área de Ciência Política - da Universidade Estadual de Campinas.

Da participação nos debates ocorridos nos inúmeros cursos do programa, surgiu o interesse pelo estudo da política local, que se apresentou como estimulante desafio em função de sua especificidade.

O aspecto geopolítico de Paranavaí foi também elemento de peso na escolha do tema, devido à seguinte situação que consideramos relevante: o grande crescimento que a região do Noroeste do Paraná vem experimentando desde a década de 50, conjugando um vertiginoso desenvolvimento econômico e demográfico, com participação política cada vez mais ampliada no contexto estadual. Assim, pudemos depreender que o município de Paranavaí oferecia os elementos necessários para a análise desejada.

Outro fato que motivou a escolha de Paranavaí está relacionado com nossas atividades profissionais na região e assim poderemos contribuir para o conhecimento político-cien-

tífico da mesma.

A questão política que se coloca em Paranavaí é a evidência de que há longo tempo determinadas lideranças políticas vêm se alternando e/ou controlando o poder político independentemente da sua origem partidária. Este fato indicou o direcionamento da pesquisa, objetivando conhecer os meios que proporcionam a hegemonia na política local. A princípio a questão se resolve na prática personal-clientelística.

Para uma orientação inicial a cerca do desenvolvimento deste trabalho discorreremos sinteticamente sobre o conteúdo de cada capítulo.

No primeiro capítulo, fazemos um apanhado genérico dos estudos de política local existentes no Brasil, além de mencionarmos alguns aspectos teóricos desenvolvidos nos Estados Unidos e que têm sido suficientemente aproveitados em nosso país, com o objetivo de vincularmos essa mencionada teoria ao estudo a que nos propusemos. Como é possível observar, o material bibliográfico disponível teoricamente ainda é restrito, sem embargo do fato de que o que foi consultado, afinal, serviu efetivamente para subsidiar a análise feita. Em síntese, este capítulo procura desvendar as causas originais do poder político local, remotamente explicado na questão de "coronelismo" mas que, como tipologia, não chegou aos nossos dias como justificativa de fenômeno político estudado no presente trabalho.

No segundo capítulo, pretendemos oferecer uma visão descritiva da estrutura sócio-econômica da região, de modo geral; o do município de Paranavaí, de modo especial. Mostramos o processo de colonização que, a partir da década de 40, sacudiu toda a região, transformando positivamente, e com sucesso, uma mal sucedida experiência semelhante na década an-

terior.

No terceiro capítulo, penetramos no âmago do problema da dissertação, tecendo as primeiras considerações sobre as bases políticas, ou seja, a estrutura de poder existente no município desde sua pré-fundação, além de destacarmos o processo eleitoral que, ao longo do período, tem servido para sedimentar justamente o mandonismo e que serviu de hipótese de trabalho para esta pesquisa. Este capítulo é fundamental para que seja conhecida a dinâmica política existente em Paranaíba desde seus primórdios.

No quarto capítulo, destacamos os personagens mais representativos da política local de um lado e o instrumental de ingresso e renovação política de outro; analisamos o desempenho dos partidos políticos; e aprofundamos no estudo das articulações de interesses, dando ênfase ao "comando político".

No quinto capítulo, a preocupação é demonstrar como foi possível atingir o objetivo proposto. A metodologia escolhida foi o "estudo de caso", porque permite a delimitação bem específica do problema com a perfeita identificação dos atores políticos. Dentro do "estudo de caso", para identificação das lideranças políticas, adotamos o método de "reputação", que consiste na seleção de lideranças, por parte de pessoas representativas na comunidade, para servirem como fonte viva de informações para a pesquisa. Para operacionalizar a seleção das lideranças, foi aplicado um formulário, junto a estas pessoas representativas, que foram denominadas de "juizes". Em seguida, as lideranças selecionadas preencheram um questionário e foram entrevistadas.

No sexto capítulo, descrevemos e analisamos o grupo composto das lideranças políticas mais importantes de Parana-

vaí. Para isso tivemos que elaborar um perfil do grupo e sua rede de integração. Também penetramos na imagem e auto-imagem política do grupo.

Finalmente, passamos para as conclusões do estudo, onde apontamos as considerações sobre a política local, procurando demonstrar o seu modelo de atuação.

CAPÍTULO I

O ESTUDO DA POLÍTICA LOCAL NO BRASIL

O referencial teórico para estudo do poder local no Brasil está fundamentado em vários estudos, entre os quais podemos destacar basicamente os trabalhos de Victor Nunes Leal (*Coronelismo, Enxada e Voto*)⁽¹⁾. Maria Isaura Pereira de Queiróz (*O Mandanismo Local na vida política brasileira*)⁽²⁾ e Raymundo Faoro (*Os Donos do Poder*)⁽³⁾. Todos oferecem importantes contribuições para a explicação deste fenômeno restrito da atividade política e que tão bem se aplica à realidade brasileira.

A obra de Faoro revela a existência de um patronato político, representado por um "estamento burocrático" que não se confunde com a elite dirigente nem com a burocracia, mas que traduz a realidade patrimonialista no interior da ordem estatal centralizadora, ou seja, uma espécie de dominação rígida que se baseia numa vertente tradicionalista. Nessa Noção patrimonialista, a elite política seria o estamento, o estrato social dotado de efetivo comando político numa ordem de conteúdo aristocrático.

Victor Nunes Leal, por sua vez, traça um acabado painel da evolução política brasileira a partir da tipificação da figura do "coronel", que permeou a vida do país desde o Império até a República e moldou uma situação peculiar de comando e de poder que, por sua vez, fundamentou o fenôme-

no classicamente considerado do "coronelismo".

O estudo de Maria Isaura Pereira de Queiroz aborda a questão do mandonismo local em três fases diferentes da vida do país: colonial, império e primeira república, analisando as dimensões da influência do poder central na política local.

Além destas obras, José Murilo de Carvalho⁽⁴⁾ cita que os estudos do poder local provêm de duas fontes. A primeira é formada por uma série de estudos publicados pela Revista Brasileira de Estudos Políticos, RBEP, da Universidade Federal de Minas Gerais, que tratam direta e explicitamente do poder político local. São chamados de "Estudos Políticos", todos escritos por brasileiros. Entre os mais representativos estão os de: CARLOS ELOY DE CARVALHO GUIMARÃES, "A vida Política Administrativa de Dores do Indaiá", RBEP, 1 (dezembro, 1956); LUÍS SILVA, "Cachoeira do Campo Vila das Rivalidades", 2 (julho, 1957); LEVI CRUZ, "Funções do Comportamento Político numa Comunidade do São Francisco", RBEP, 5 (janeiro, 1959); LUIZ OTÁVIO VIOTTI DE AZEVEDO, "Evolução dos Partidos Políticos no Município de São João Evangelista", RBEP, 6 (julho, 1959); LUÍS SILVA, "Implicações Políticas do Desenvolvimento Industrial em Barroso", RBEP, 9 (Julho, 1960); EDILSON PORTELA SANTOS, "Evolução da Vida Política no Município de Picos, Piauí", RBEP, 10 (janeiro, 1961); ORACY NOGUEIRA, "Os Movimentos e Partidos Políticos em Itapetininga", RBEP, 11 (junho, 1961); JOSÉ MURILO DE CARVALHO, "Barbacena: a Família, a Política e uma Hipótese", RBEP, 20 (janeiro, 1966).

Incluimos outros estudos políticos publicados, como CELSON JOSÉ DA SILVA, "Marchas e Contra Marchas do Mandonismo Local (Caeté: um estudo de caso)", publicação separada da RBEP, série Estudos Sociais, nº 33 (1975); JEAN BLONDEL,

"As Condições da Vida Política no Estado da Paraíba", Instituto de Direito Público e Ciência Política, FGV, 1957; NEUSA DAVIDS, "Poder Local, Aparência e Realidade", Tese de Doutorado, defendida na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro, 1968; OLÍRIO FERNANDO BARBOSA DE SOUZA, "O Coronelismo no Médio São Francisco (um estudo do poder local)", dissertação de Mestrado defendida na Universidade Federal da Bahia, 1973; MARIA TERESA MICELI KERBAUY, "Poder Político Local: Do coronelismo ao populismo (um estudo de caso - São Carlos)", Dissertação de Mestrado, defendida na Universidade Católica de São Paulo, 1979; TEPEZA CRISTINA LEAL SEREJO, "Coronéis Sem Patente: A Modernização Conservadora no Sertão de Pernambuco", Dissertação de Mestrado defendida na Universidade Federal Fluminense, 1979; e CÍCERO JOSÉ ALVES SOARES NETO, "O Seridó e Os Votos de Porteira Batida", (Um estudo monográfico sobre o coronelismo no Rio Grande do Norte), Dissertação de Mestrado defendida na Universidade Estadual de Campinas, maio de 1984.

A segunda fonte citada por José Murilo de Carvalho, refere-se aos "Estudos Antropológicos", de autoria de antropólogos brasileiros e norteamericanos. São os seguintes: EMÍLIO WILLEMS, "Cunha: Tradição e Transição em uma Cultura Rural do Brasil", São Paulo, Secretaria da Agricultura, 1947; DONALD PIERSON, "Cruz das Almas, a Brazilian Village", Washington, D. C., Smithsonian Institution of Social Anthropology, nº 12, 1948; CHARLES WAGLEY, "Amazon Town, a Study of Man in the Tropics", New York, Macmillan, 1953; ALCEU MAYNARD ARAÚJO, "A Família numa Comunidade Alagoana", Sociologia, XVII, 2 (1955); ESDRAS BORGES COSTAS, "Revelações de Família em Cercado e Retiro", Sociologia, XVII, 2 (1955); MARVIN HARRIS, "Town and Country in Brazil", New York, Columbia University

Press, 1956; WILLIAN HARRY HUTCHINSON, "Village and Plantation Life in Northeastern Brazil", Seattle, University of Washington Press, 1957, e EMÍLIO WILLEMS, "Uma Vila Brasileira", São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1961.

Mais tarde, outra autora, Maria Tereza Miceli Kerbauy⁽⁵⁾, cita uma terceira fonte de estudos de caráter histórico, cujo enfoque está concentrado no século XIX, nunca ultrapassando a Revolução de 1930. Os principais seriam: STANLEY J. STEIN, "Grandeza e Decadência do Café", Edição Brasileira, 1961; MARIA SILVIA DE CARVALHO FRANCO, "Homens Livres na ordem escravocata", Instituto de Estudos Brasileiros, USP, 1969; RODOLPHO TELLAROLI, "Poder Local na Primeira República", Editora Nacional, 1977; WARREN DEAN, "Rio Claro - Um Sistema Brasileiro de Grande Lavoura 1820-1920", Paz e Terra, 1977. Incluimos nesta citação o trabalho de MARCOS VINÍCIOS VILAÇA, "Coronél, Coronéis", Edição UNB/Tempo Brasileiro, 1978.

Como avaliação dos estudos de política local, citamos os trabalhos de JOSÉ MURILLO DE CARVALHO, "Estudos de Poder Local no Brasil"⁽⁶⁾, e FANNY TABAK, "Estudos de Política Local - A Experiência do Brasil"⁽⁷⁾.

Nos três estudos (políticos, antropológicos e históricos), o período estudado com maior ênfase é a Primeira República, onde o fenômeno do coronelismo sobressai como categoria analítica relevante. Mesmo aqueles cujo enfoque está voltado para depois de 1945 centram suas análises no controle de grupos familiares, demonstrando que um coronelismo modernizante tende a desaparecer por não se coadunar com o restabelecimento do regime representativo em 1945. Há fenômenos de política local que sugerem que o "coronelismo" chega até os nossos dias; todavia, a aplicação pura e simples da tipifica-

ção do fenômeno coronelista da Primeira República não explica e não dá conta das formas que o poder político local adquire a partir de 1945.

Nos estudos publicados na *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, com exceção de "Barbacena: a Família, a Política e uma Hipótese", de José Murilo de Carvalho, não há preocupação metodológica e de técnicas de pesquisa. Conforme Carvalho⁽⁸⁾, sob o aspecto teórico nenhum dos autores desenvolve uma teoria de poder local, e nenhuma técnica especial é adotada para definir os líderes locais. O objetivo destes trabalhos é descobrir se a política local é controlada por famílias ou não. Esta parece ser a pergunta que todos fazem ao iniciarem o trabalho. Em certo sentido, esta preocupação se aproxima da controvérsia entre elitismo e pluralismo nos Estados Unidos⁽⁹⁾. Todas as pesquisas procuram identificar o tipo de controvérsia, familiar ou não, exercido pelo poder político local. Ainda que o controle familista do poder político local não apareça de forma explícita, ele é entendido como um domínio oligárquico; quando não se verifica este domínio, o poder político local é considerado democrático, a possibilidade da existência de um domínio oligárquico sem controle familístico, e vice-versa, não é jamais examinada. Ainda Carvalho:

"Considerar o poder local apenas em termos de controle familístico e aceitar que a não existência deste controle significa a democratização do sistema, é evidentemente insatisfatório".

Muitos dos primeiros estudos voltaram-se exclusivamente para uma localidade estudada, como se através de análise microscópica fosse possível compreender os mecanismos de transformação sem o concurso das transformações mais amplas. Victor Nunes Leal⁽¹⁰⁾ explica a estreita relação entre líde-

res estaduais:

"Os municípios dependem em grande parte dos governos estaduais e federal em matéria administrativa e financeira. Uma condição sine qua non de sobrevivência dos líderes locais é possuir o apoio destes governos, principalmente do governo estadual... Com o chefe local - quando amigo - quanto é que se estende o governo do Estado em tudo quando respeite aos interesses do município. Os próprios funcionários estaduais, que servem no lugar, são escolhidos por sua indicação. Professoras primárias, coletor, funcionários da coletoria, serventuários da justiça, promotor público, inspetor de ensino primário, servidores da saúde, etc., para tantos cargos a indicação ou aprovação do chefe local costuma ser de praxe. Mesmo quando o governo estadual tem candidatos próprios evita nomeá-los, desde que venha isso a representar quebra de prestígio político do município".

Nunes Leal⁽¹¹⁾ afirma que o "coronelismo" é antes sintoma de decadência do que manifestação de vitalidade dos senhores rurais. Verifica-se que nem as mudanças político-institucionais conseguiram desarticular a hegemonia coronelista do poder político local. O poder dos senhores rurais nasce na colônia e a metrópole é impotente para contê-lo. Conforme Maria Isaura P. Queiroz⁽¹²⁾:

"De que forças podia dispor o pequeno e pobre Portugal para evitar a imensa colônia e ali anular o poderio dos senhores rurais, alguns donos de quase-exércitos?"

Nem "Juizes de fora"⁽¹³⁾ conseguiram pôr freios ao mandonismo dos senhores rurais. Valia mais a atitude do Chefe político local do que as idéias políticas. Nenhum movimento tinha, pois, meios de progredir sem um chefe local que ali o empossasse.

A Independência não alteraria tal situação, onde o poderoso chefe local continuaria, ele próprio, com base em relações sociais muito particulares, a ditar as ordens no setor político. Conforme Pereira Queiróz⁽¹⁴⁾:

"Feita a independência, o Brasil devia ser o Brasil dos senhores rurais e a subordinação das Câmaras Municipais às assembleias provinciais seria de some-

nos, pois equivaleria à subordinação dos senhores rurais a si mesmo".

Com o advento da República, registra a mesma autora:

"O primeiro resultado logo após a República foi paradoxal: não só a adesão em massa dos velhos políticos do Império, como seu reaparecimento no cenário político, depois de breve retirada".

Na primeira República o mandonismo local, através do "coronelismo", atingiu o seu maior esplendor. Em troca do apoio eleitoral aos governos estaduais e federal, recebia "carta Branca" no município.

A Revolução de 1930 representou uma importante transformação institucional e econômica, porém registra Nunes Leal (15):

"O quadro político da República Velha refreou, quanto pôde, esse ajustamento, e finalmente rompeu-se por falta de flexibilidade. Mas o ajustamento aludido foi incompleto e superficial, porque não atingiu a base de sustentação do 'coronelismo', que é a estrutura agrária. Essa continua em decadência pela ação corrosiva de fatores diversos, mas nenhuma providência política de maior envergadura procurou modificá-la profundamente, como se vê, de modo sintomático, na legislação trabalhista, que se detém, com cautela, na porteira das fazendas. O resultado é a subsistência do 'coronelismo', que se adapta, aqui e ali, para sobreviver, abandonando os anéis para conservar os dedos".

Conclui Nunes Leal (16):

"Parece evidente que a decomposição do 'coronelismo' só será completa, quando se tiver operado uma alteração fundamental em nossa estrutura agrária. A ininterrupta desagregação dessa estrutura ocasionada por diversos fatores, entre os quais o esgotamento dos solos, as variações do mercado internacional, o crescimento das cidades, a expansão da indústria, as garantias legais dos trabalhadores urbanos, a mobilidade da mão-de-obra, o desenvolvimento dos transportes e das comunicações, é um processo lento e descompassado, por vezes contraditório, que não oferece solução satisfatória para o impasse".

A partir da década de 1960, começaram a surgir no Brasil estudos de Poder Político Local, com preocupações teó-

ricas e metodológicas, como os trabalhos de José Murilo de Carvalho⁽¹⁷⁾ e Neusa Costa Davids⁽¹⁸⁾. O primeiro levanta uma hipótese explicativa para a realidade política de Barbacena, tomando como hipótese uma teoria das estruturas feudais. Para a segunda, a análise repousa no sistema de dominação a partir da categoria dominante, ou seja, de quem exerce o poder. Procura evidenciar as mudanças operadas nestas relações e inter-relações de poder, cujo objetivo é a manutenção do "status quo". Seu objetivo concentrou-se na análise das mudanças nas técnicas de manutenção do poder utilizadas pelos grupos dominantes ao longo do processo de industrialização em Rio Claro. Ela busca um tipo de dominação tradicional rural exercida pelo coronel de café e seu material revela a existência de um coronel urbano. Ao buscar o eleitor de cabresto rural, encontra um eleitor "filiado ao partido do coronel". O sistema de domínio do coronel rural: enquanto o primeiro procurou acentuar o sentido popular da sua política, o segundo firmou-se nos laços de dependência vigorantes no meio rural, mas em desaparecimento no meio urbano; por outro lado, o coronelismo de cidade, enquanto esquema conciliatório, valeu-se igualmente das relações primárias entre o candidato e o eleitor, mantidas num nível de familiaridade.

O estudo de Celson José da Silva⁽¹⁹⁾, realizado em Caeté, procura demonstrar que nas comunidades onde a propriedade da terra não é o fato predominante nem fundamental para o sistema econômico local - não se constituindo no principal e/ou único recursos político - as lideranças mais fluídas e a circulação de elites podem ocorrer mais intensamente.

O estudo de Maria Teresa Miceli Kerbauy⁽²⁰⁾ levanta a questão do surgimento de um novo pacto político. Diz ela:

"A decadência do coronelismo se dá concomitantemen-

te às alterações no sistema político-partidário, as quais levam a uma quebra de anterior relação do poder público-poder privado que caracteriza o compromisso coronelista. Principalmente nas regiões onde o processo de urbanização e secularização foi intenso, o compromisso coronelista cede lugar ao compromisso populista. Nas regiões onde o poder político pessoal se conservou praticamente intacto (especialmente norte e nordeste) não houve possibilidade para o exercício impessoal do poder, surgindo soluções intermediárias".

O estudo de Jean Blondel, realizado na Paraíba em 1952⁽²¹⁾, registra que naquela ocasião o regime que exercia largamente a autoridade na vida política do nordeste era o dos coronéis. Entretanto, para ele, na Paraíba, não se encontravam exatamente "coronéis", ao passo que existiam exemplos famosos no estado vizinho de Pernambuco. Afirma Blondel que o "coronelismo" não é senão um caso particular do sistema do "chefe político", que se encontrava muito generalizado na Paraíba sob formas variáveis de uma região para outra.

Neste estudo, Blondel detecta o clientelismo não-coronelista, com o aparecimento de novos chefes políticos, em oposição aos chefes políticos tradicionais (que entendemos ser os coronéis), constituídos de profissionais liberais, tais como médicos e advogados.

Com o esvaziamento da estrutura coronelista, com base no sistema de dominação tradicional e a urbanização e industrialização das cidades, um fenômeno ganha importância e se incorpora nas relações de poder político local e entre o poder político local e estadual/federal: o clientelismo.

Como sugere o estudo de Blondel, se a prática clientelista já era utilizada, no pós-1945 ampliou-se. O clientelismo conviveu com o decadente sistema coronelista e tornou-se uma estratégia comum na prática política dos novos chefes políticos, garantindo suas hegemonias políticas no âmbito local e estadual.

Hélio Jaguaribe⁽²²⁾, em seu Ensaio de Interpretação da Situação Política Brasileira, no pós-1945, diz:

"A força política se acha feudalizada, dispersa entre milhares de pessoas com influências locais. O eleitorado apoia este e aquele político, por se achar ligado aos mesmos por vínculos de interesse pessoal. Cada líder tem os seus clientes. Esses clientes são, na alta burguesia, pessoas cujos negócios terão financiamentos ou mercados, se o político de quem dependem chegar ao poder. Na classe média, são a inumerável corte dos que necessitam de empregos públicos, de promoções e de outros fatores que lhes poderão ser dispensados se a pessoa influente de suas relações entrar para o governo. Apenas a classe operária, por razões que lhe são específicas, está, em grande margem, fora do jogo da clientela. Mas a sua adesão é disputada por três correntes populistas, que se neutralizam entre si".

A prática clientelista não é só de uso local, como também um meio utilizado pelo governo estadual para cooptar as lideranças locais, afirma Simon Schawartzman⁽²³⁾.

Se é inerente ao "coronelismo" o caráter "privado", conforme sugere Nunes Leal⁽²⁴⁾, o clientelismo enfatiza o caráter "público", argumenta Amilcar Martins Filho⁽²⁵⁾. Este mesmo autor defende que na interpretação patrimonialista o fenômeno clientelista deve ser entendido como um mecanismo de cooptação política baseado na manipulação de bens públicos tratados como patrimônio privado dos detentores do poder. Diz ainda Martins Filho:

"é ainda fácil entender as muitas razões que levaram os líderes locais a se interessar a tal ponto por um arranjo clientelista com o governo estadual, que chegavam em lutas muitas vezes sangrentas a fim de se habilitar para o papel de mediadores entre aquele e a população... A luta política local, amplamente registrada na literatura, se explica, por um lado, pelo que as próprias posições em jogo representavam: prestígio e poder a nível local, e, sobretudo, acesso às sinecuras do governo estadual (e através deste, do governo federal)... Não há dúvida, por outro lado, que de fato alguns políticos se empenhavam na conquista do poder local pelo que este poderia representar como um trampolim de acesso à oligarquia estadual".

O estudo de Marcel Bursztyn, O Poder dos Donos⁽²⁶⁾,

versa sobre o clientelismo no nordeste, dando ênfase ao duplo caráter do Estado: autoritário e paternalista; um processo mais evidente a partir dos anos 1970. O trabalho reconsidera as noções que fundamentam as visões polarizadoras das relações de poder, "central x local", de forma a explicar como a reciprocidade de legitimação entre essas duas instâncias permite que a hipertrofia de uma delas não implique necessariamente a atrofia da outra.

Completando este referencial teórico, não poderíamos deixar de citar o estudo de Glaucio Ary Dillon Soares (27). Este Autor, através de seu livro "Sociedade e Política no Brasil", analisa o desenvolvimento socio-econômico e a política brasileira, enfocando num primeiro momento a herança política de República Velha, que forneceu a base a partir da qual se formou, gradualmente, o sistema partidário brasileiro. Destacou também a significação política do Estado e as implantações da extensão da cidadania às classes médias e populares. Num segundo momento, trata da questão da política oligárquica a nível local e analisa diversos estudos de poder local no Brasil; e chega à seguinte conclusão: 1). O controle monopólico dos bens de produção conduz, na maior parte dos casos, à hegemonia política; no Brasil, esta situação está estatisticamente associada à produção agropecuária; 2). Não obstante, há casos em que a oligarquia controla bens de produção de outra índole (a bem da verdade, é necessário sublinhar que são relativamente poucas as situações nas quais a oligarquia controla exclusivamente a produção agropecuária: em muitos casos, o controle se amplia, açambarcando parte do comércio local. Os fazendeiros, com certa freqüência, também são proprietários das vendas, dos postos de gasolina, etc.); 3). A manipulação de recursos através da política parece ser o ca-

minho para a preservação da política oligárquica em muitos casos nos quais a infra-estrutura sócio-econômica ruiu, parcial ou totalmente (a literatura existente sublinha a manipulação de recursos externos; não obstante, a manipulação de recursos do erário municipal é igualmente importante. A autonomia financeira dos municípios significaria aumentar os recursos que seriam utilizados em benefício próprio pela oligarquia local). No capítulo VI, Glaucio Soares analisa algumas condições que contribuíram para a ruptura da política oligárquica, ou sejam: a urbanização, a industrialização e a ruptura do sistema de concentração da propriedade da terra. No Capítulo VII, parte da constatação de que a política oligárquica se mantêve relativamente inalterada em muitos municípios brasileiros, ao passo que perdeu hegemonia em outros, e levanta uma questão: "que estrutura política a substitui nestes municípios?". Em seguida verifica então, através de análises de pesquisas realizadas por outros estudiosos⁽²⁸⁾, que a política oligárquica não foi sucedida por uma política democratizante, com ampla participação de setores e classes sociais menos privilegiadas; e que no período de 1945 a 1964 a política era essencialmente feita por membros de uma elite. Verifica, também, que houve uma entrada das classes médias no processo decisório, predominantemente dos setores mais privilegiados da classe média; e confirma que houve democratização, mas até certo ponto porque a democratização não atingiu as classes trabalhadoras, devido à escassez dos membros das classes trabalhadoras eleitos para órgãos políticos; e finalmente a transição de um sistema oligárquico para uma democracia com participação ampliada, no nível dos eleitores, foi acompanhada pela passagem de um sistema oligárquico para um sistema poliárquico, no nível dos eleitos.

Este quadro analítico da política local, construído pela literatura científico-política, principalmente brasileira, embora não desse conta de toda a nossa proposta de pesquisa, nos proporcionou um importante subsídio para o estudo de caso que ora realizamos no município de Paranavaí.

Inicialmente, no capítulo seguinte, pretendemos caracterizar o município, focalizando a história de sua colonização e suas bases econômicas.

NOTAS DO CAPÍTULO I

- (1). LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto*. 2ª ed., São Paulo, Alfa-Omega, 1978.
- (2). PEREIRA QUEIROZ, Maria Isaura. *O Mandonismo local na política brasileira*. São Paulo, ed. Anhambi, 1957.
- (3). FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder*. Porto Alegre, Globo, 1979.
- (4). CARVALHO, José Murilo. *Estudos de poder local no Brasil*. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, nº 25/26, Universidade de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1968.
- (5). KERBAUY, Maria Tereza Miceli. *Poder Político Local - Do Coronelismo ao Populismo (um estudo de caso)*. São Carlos. PUC - São Paulo, dissertação de mestrado, 1979.
- (6). *Idem.*, nota (4).
- (7). TABAK, Fanny. *Estudos de Política Local - A Experiência do Brasil*. *Revista de Ciência Política*, Volume 5 nº 2, FGV, Rio de Janeiro, 1971.
- (8). *Ibid.*, nota (4).
- (9). Os dois estudos que provocaram esta controvérsia nos Estados Unidos foram: HUNTER, Floyd. *Community Power Structure*. Chapel Hill The University of North Carolina Press, 1953, e DAHL, Robert. *Who Governs?* New Haven Yale University Press, 1961.
- (10). *Idem.*, nota (1).
- (11). *Ibid.*, nota (1), p. 57.

- (12). Idem., nota (2), p. 209.
- (13). Os "juizes de fora" eram delegados da Coroa, mandatários reais e substituíam os juizes ordinários na presidência das Câmaras. A este respeito ver Maria Izaura Pereira Queiróz, op. cit., p. 211.
- (14). Ver, op. cit., p. 223.
- (15). Ver, op. cit., p. 256.
- (16). Ver, op. cit., p. 257.
- (17). CARVALHO, José Murilo. "Barbacena: a Família, a Política e uma Hipótese". Op. cit.
- (18). DAVIDS, Neusa Costa. Poder Local Aparência e Realidade. Op. cit.
- (19). SILVA, Celson José da. "Marchas e Contra Marchas do Mandonismo Local (Caeté: um estudo de caso)". Op. cit.
- (20). Op. cit., nota (5).
- (21). BLONDEL, Jean. "As Condições de Vida Política no Estado da Paraíba". Op. cit.
- (22). JAGUARIBE, Hélio. Política de Clientela e Política Ideológica. Digesto Econômico, Vol. 6, nº 68, 1950.
- (23). SHAWARTZMAN, Simon. Representação e Cooptação Política no Brasil. Revista Dados. IUPERJ, Rio, nº 7, p. 09 a 41, 1970.
- (24). Op. cit.,
- (25). MARTINS FILHO, Amilcar. Clientelismo e Representação em Minas Gerais, durante a primeira República: Uma crítica a Paul Cammack. Revista Dados, IUPERJ, Vol. 27, nº 2, p. 175 a 197, 1984.
- (26). BURSZTYN, Marcel. O Poder dos Donos. Vozes Petrópolis, 1984.
- (27). Ver, SOARES, Glaucio Ary Dillon. Sociedade e Política no Brasil. Difel, São Paulo, 1983, p. 122.

- (28). Glaucio Ary Dillon Soares analisa os seguintes estudos:
- a) Luís Silva, "Implicações Políticas do Desenvolvimento Industrial em Barroso-MG", op. cit.;
 - b) Heloísa Helena Michetti. "O Jogo das Forças Políticas na Vida de Araraquara", em Revista de Ciência Política, 3 (julho/setembro de 1968);
 - e c) Celson José da Silva. "Marchas e Contra Marchas do Mandonismo Local (Caeté - Um Estudo de Caso)", op. cit.

CAPÍTULO II

PARANAÍ - POVOAMENTO, COLONIZAÇÃO E AS BASES ECONÔMICAS

1. O Norte do Paraná⁽¹⁾

O povoamento do Norte do Paraná se processou de uma forma muito rápida e com efeitos surpreendentes e específicos. Em menos de quarenta anos uma área de aproximadamente 71.637 quilômetros quadrados, ou seja, 36% do território paranaense transforma-se, de densa mata, absolutamente despovoada, em região que, em 1960, contava com cerca de 1.843 mil habitantes, (34% da população do Estado) distribuídos em 172 cidades, algumas de porte considerável.

Determinar quais teriam sido as verdadeiras causas desse fenômeno ímpar na história do nosso País não constitui tarefa das mais fáceis, pois ele foi resultante da conjugação de vários fatores, dentre os quais podem ser destacados: a qualidade das terras, a situação da economia nacional no contexto internacional, depois da crise de 1929, a evolução da cafeicultura paulista nesse período, e, talvez, de modo especial, o surto de industrialização de São Paulo a partir da década de trinta.

A ocupação⁽²⁾ dessa extensa área deu-se inicialmente de forma lenta e através de iniciativas oficiais. Mas, a partir da segunda metade da década de vinte, de maneira bas-

tante rápida.

Dentre as primeiras iniciativas oficiais logo após a emancipação da província do Paraná (desmembrada do Estado de São Paulo) destacamos a instalação da colônia militar de Jataí, em 1855⁽³⁾. A criação desta colônia deveu-se exclusivamente à necessidade de se fiscalizar o trânsito de tropas e mercadorias que então se fazia para Mato Grosso e Paraguai. Esse núcleo - apesar de localizado às margens do Rio Tibagi, no ponto de confluência com o caminho que ligava os Campos Gerais e Mato Grosso - não terá, assim como os demais, quase nenhum sucesso do ponto de vista econômico e ocupacional, em razão principalmente do seu isolamento. Permanecerá, por várias décadas, num estado de completa estagnação, produzindo apenas os alimentos necessários à subsistência, sem conseguir de modo algum atrair população⁽⁴⁾ e sem se constituir, pois, em foco irradiador de ocupação do Norte Paranaense.

Contudo, nas três últimas décadas do século XIX, o movimento ocupacional do Norte Paranaense tomou alento. Em meados da década de sessenta do século passado, a cafeicultura paulista já estava próxima dos limites do Estado. Exatamente por essa época, Thomas Pereira da Silva, mineiro, atraído pela fama da exuberância das terras vizinhas ao rio Itararé, vai para a região e adquire, em território paranaense, à margem esquerda do Itararé, vasta área de terras, às quais faz convergir grande número de conterrâneos seus, dando origem, em 1862, a um núcleo urbano, inicialmente chamado Colônia Mineira.

A região escolhida - fartamente drenada pelos rios Paranapanema, Tibagi, Cinzas, Laranjinha e das Antas - detentora de solos de excepcional qualidade, será um centro de convergência de mineiros e paulistas. Assim é que, rapidamente,

os núcleos urbanos se multiplicaram, surgindo, ainda no século passado, Tomasina (1865), Santo Antônio da Platina (1866), Wenceslau Brás e São José da Boa Vista (1867) e Jacarezinho (1900). Neste século, esse processo, que se tornou contínuo, determinou o aparecimento de outros importantes núcleos, ou seja, Cambará (1904), Bandeirantes (1921), Cornélio Procópio (1924), Andirá (1926). Tão rápido e desordenado era então o movimento ocupacional no norte do Estado, que o Presidente Provincial, em 1892, se preocupava em estabelecer algumas normas reguladoras dessa ocupação⁽⁵⁾.

Porém, se rapidamente avançava, essa nova fronteira agrícola não trazia apenas sucessos. Os primeiros sintomas de enfraquecimento das terras da região de Ribeirão Preto (Estado de São Paulo), levaram Barbosa Ferraz a transferir-se para o Norte do Paraná, lá adquirindo grande área de terras entre Ourinhos (SP) e Cambará (PR), onde plantou cerca de um milhão de pés de café⁽⁶⁾. A exuberância da nova cultura fez atrair novos lavradores e agricultores. Entretanto, a grande distância e a extrema precariedade dos meios de transporte redundaram na perda de grande parte das safras cafeeiras.

O intenso afluxo de paulistas, mineiros e nordestinos para o norte paranaense trouxe alguns problemas à legalização da posse da terra. Diante disso, visando a eliminar uma ocupação ilegal e predatória do solo e de suas matas, feita por posseiros, o governo do Estado promoveu, especialmente durante o segundo decênio deste século, a divisão em lotes e a venda a preços bastante baixos, de extensa área que compreende os atuais municípios de Faxinal, Marilândia, Primeiro de Maio, Sertanópolis, Indianópolis, Floresta e os distritos de São Roque, Pirapó, Zacarias Góis e Nova Bahia. Essa ocupação se deu por concessão do Estado a companhias particulares cu-

jos planos de colonização tiveram razoável êxito em Sertãoópolis e Primeiro de Maio, sendo as demais áreas revendidas posteriormente. A atual região de Paranavaí foi cedida e posteriormente anulada sua concessão (questão que trataremos mais à frente).

Afora mais um ou dois movimentos espontâneos de posse de terras, normalmente por "grileiros", cujo significado chega a ser desprezível, pode-se dizer que então se encerrou uma etapa no processo de ocupação dessa região paranaense, iniciando-se, a partir daí, os movimentos ocupacionais organizados e, no mais das vezes, racionalmente planejado.

Merecem particular referência nesse novo movimento ocupacional no Norte do Estado, duas iniciativas. A primeira delas, de dimensões relativamente modestas, foi encetada a partir de 1931 em área ainda ocupada do chamado Paraná Velho, vizinhas a Cornélio Procópio, por duas companhias constituídas de capitais japoneses "Brazil Tokushoku Kaisha" - Bratac - e a "Nanbei Tochi Kabushiri Kaisha", que resultaram no aparecimento de duas cidades - Assaí e Uraí - cuja base econômica não era o café, mas especialmente o algodão e cuja população não era constituída de nacionais, mas de japoneses imigrantes. Essas colônias - como as suas similares paulistas - prosperaram rapidamente, dada a qualidade das terras e a assistência médica, agrônômica e financeira fornecida pelas próprias colonizadoras.

Mas o episódio mais notável no processo ocupacional das terras norte-paranaenses foi, o empreendimento realizado pela hoje denominada "Companhia Melhoramentos Norte do Paraná". A sua origem localiza-se na Inglaterra de onde, depois da Primeira Guerra Mundial, alguns grupos econômicos partiram em busca de áreas em outras partes do Mundo, onde iniciaram a

cultura do algodão que substituísse ou completasse a desenvolvida nas colônias inglesas da África, em atendimento às necessidades de matéria-prima da indústria têxtil britânica. Organizada inicialmente em Londres, com o nome de "Brazil Plantations Syndicate Ltd", adquiriu duas glebas de terras para instalar fazendas de algodão e máquinas de beneficiamento no Estado de São Paulo, mas o total insucesso desse empreendimento determinou, em 1925, a mudança dos planos iniciais. Na tentativa de ressarcir-se dos prejuízos sofridos, a "Brazil Plantations" resolveu criar um projeto imobiliário no Estado do Paraná, organizando a "Paraná Plantations Ltd", cuja subsidiária no Brasil chamou-se "Cia. de Terras Norte do Paraná". Durante o período da Segunda Guerra Mundial, o governo brasileiro, por motivos de segurança nacional, proibiu a propriedade da terra por estrangeiros, obrigando a venda da companhia a um grupo capitalista de São Paulo, já intimamente a ela vinculado, que levou a cabo, no mesmo sentido e com as mesmas características, o projeto inicial.

Uma vez organizada a imobiliária, começou o trabalho de compra de novas áreas de terras no Norte do Paraná, que seriam colonizadas. Em 1925, foram adquiridas duas glebas de terras: uma de 350 mil e outra de 100 mil alqueires. Nos três anos seguintes, mais outras três foram adquiridas, cujas dimensões eram de 15.017, 30.000 e 20.000 alqueires. Portanto, desde a sua fundação até 1928, a companhia adquiriu uma área contínua de nada menos que 515.017 alqueires, o que corresponde à décima-sexta parte da área total do Estado, mas que é a sua melhor porção em termos de solo. Mais tarde, em 1944, a companhia adquiriu mais 29.000 alqueires. Em 1928, a Companhia de Terras Norte do Paraná adquiriu a maioria das ações da Companhia Ferroviária São Paulo - Paraná e estende seus

trilhos, a partir de Cambará, até Londrina, cuja estação ferroviária foi inaugurada em 28 de julho de 1935. A ligação rodoferroviária da região colonizada pela companhia à São Paulo foi fundamental para o desenvolvimento do empreendimento. Em apenas um quarto de século, na área adquirida pela companhia inglesa, surgiram nada menos que 110 núcleos urbanos, na grande maioria, transformados em cidades ⁽⁷⁾.

O visível sucesso do empreendimento levado a efeito pela "Companhia de Terras Norte do Paraná" induzia, já no fim da década dos anos trinta, o governo do Estado, proprietário de grandes áreas de terras devolutas ou de antigas concessões anuladas e que haviam voltado ao seu patrimônio (o caso de Paranavaí), por ato do governo emergido da Revolução de 30, a encetar um programa de colonização de muitas dessas áreas, na região Norte do Paraná. O sistema de colonização praticado pelo governo do Estado foi semelhante ao da Companhia de Terras Norte do Paraná, vendendo suas terras em pequenos lotes agrícolas, exceto nos casos da Colônia Centenário que foi loteada em fazendas e de Paranavaí (que veremos mais adiante), onde as propriedades rurais eram de dimensões variadas, conforme a sua localização em relação à seda da Colônia. Em decorrência da ação governamental, surgiram vários núcleos urbanos. Além de Paranavaí (1942), cabe referir às colônias Içara (1941), Jaguapitã (1943), Centenário (1944), Interventor (1950) e Pagu (1950).

Cumprе ressaltar que o trabalho colonizador empreendido, quer pelas duas companhias japonesas, quer pela inglesa, ou pela ação mais recente do governo do Estado, constituiu-se no elemento responsável pela repartição da terra em pequenas propriedades - salvo os casos excepcionais referidos - bem como pela sua efetiva ocupação.

QUADRO 01

COMPARAÇÃO POPULACIONAL - BRASIL - PARANÁ - NORTE - PARANÁ							
ANOS	BRASIL	% DE AUMENTO	PARANÁ	% DE AUMENTO	NORTE PARANÁ	% DE AUMENTO	% NPR SOBRE PR
1940	41.236.315		1.236.276		340.449		27,5
1950	51.944.397	+ 25,9	2.115.547	+ 71,1	1.029.025	+ 202,2	48,6
1960	70.967.185	+ 36,6	4.263.721	+101,5	1.843.679	+ 79,1	43,1
1970	94.508.554	+ 33,1	6.929.868	+ 61,9	3.704.492	+ 100,9	53,4
1980	119.070.865	+ 25,9	7.629.392	+ 10,0	3.165.774	- 17,0	41,5

Fonte: IBGE - Censos Demográficos.

QUADRO 02

COMPARATIVO DA EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO URBANA-RURAL PARANÁ - NORTE-PARANÁ																				
ANOS	TOTAL PARANÁ	% DE AU-MEN-TO.	PARANÁ					NORTE - PARANÁ												
			URBANA		RURAL		URBANA		RURAL		% URB.	% RURAL								
			POPULAÇÃO	% AU-MENTO	POPULAÇÃO	% AU-MENTO	POPULAÇÃO	% AU-MENTO	POPULAÇÃO	% AU-MENTO										
1950	2.115.547	71,1																		
1960	4.263.721	101,5	1.310.969		2.952.752		30,3													
1970	6.929.868	61,9	2.504.378	91,0	4.425.490	49,8	36,1	63,9	1.169.384			2.535.108							31,6	68,4
1980	7.629.392	10,0	4.472.561	78,5	3.156.831	-40,1	58,6	41,4	1.763.384			1.402.390	-80,7						55,7	44,3

Fonte: IBGE - Censos Demográficos.

QUADRO 03

NOVO PERFIL AGRÁRIO DO PARANÁ						
ANOS	REBANHO BOVINO (CABEÇAS)	PRODUÇÃO CAFÉ (TON)	PRODUÇÃO SOJA (TON)	PRODUÇÃO TRIGO (TON)	PROPRIEDADES RURAIS (NÚMERO)	PROPRIETÁRIOS RURAIS (NÚMERO)
1950					89.461	68.609
1960	1.665.698	1.635.122	3.547	58.628	269.146	165.974
1970	4.692.677	116.900	411.642	205.359	545.488	300.097
1980	7.893.313	367.914	4.408.495	1.231.077	454.103	292.218

Fonte: IBCE - Censos Agropecuários

O crescimento populacional da região, como era de esperar-se, atingiu taxas até nunca registradas em qualquer outra parte do País, como pode ser verificado nos Quadros 01 e 02.

Entretanto, com um crescimento de grandes proporções da população, a participação relativa do Norte no conjunto estadual diminuiu em 1960. Porém o censo de 1970 acusou um aumento populacional para o norte de 100,9%, enquanto para o Paraná de 61,9%, no Censo de 1980, a população norte-paranaense diminuiu de 17,0% e a do Estado do Paraná aumentou em 10,0%, o que indica estar a população do Paraná crescendo a um ritmo maior do que a de sua região norte. A explicação desse fato pode ser encontrada no grande fluxo populacional que, no decênio dos anos setenta, começou a dirigir-se para outras regiões do Estado e também para os Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, em razão da decadência da produção cafeeira, do desenvolvimento da pecuária, da produção de outros produtos agrícolas, (soja e trigo) estes num estilo de produção moderna, altamente mecanizados; e finalmente a concentração da propriedade da terra, diminuindo o número de propriedades e proprietários. O Quadro 03 serve de indicativo deste novo perfil agrário paranaense.

2. Paranavaí - Povoamento e Colonização

2.1. Primeira Fase

Inicialmente faremos um breve retrospecto histórico com o objetivo de esclarecer a primeira fase da titulação de terras do Noroeste do Paraná, especificamente onde hoje se

localizam a cidade e região de Paranavaí.

A história inicia⁽⁸⁾ com o Decreto nº 10.432, de 09 de novembro de 1889, do Governo Imperial (com base no Decreto nº 816 de 10 de julho de 1855) que:

"concedia ao engenheiro João Teixeira Soares, e a companhia que ele iria organizar, a construção de estradas de ferro... partindo de Itararé na Província de São Paulo, vá terminar em Santa Maria da Bocca do Monte, na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, em entroncamento com a linha de Porto Alegre a Uruguayana, com dois ramaes: o primeiro separando-se da linha principal em Imbituva e passando por Guarapuava, descerá o Piquiri até a sua confluência no rio Paraná, fornecendo dois sub-ramais, um destinado as secções navegáveis deste último rio, outro destacando-se em Guarapuava e seguindo o Iguassú até sua foz; o segundo ramal divergindo-se da primeira linha principal nas imediações da cidade de Cruz Alta, acompanhará o Ijuhy e irá terminar nas margens do Uruguay".

Esse Decreto previa: o Dr. João Teixeira Soares poderia usufruir das estradas de ferro por 90 anos, além de receber gratuitamente terras devolutas nacionais e mais uma faixa de terra ao lado da linha férrea: tudo isto como forma de pagamento pela construção da estrada de ferro. Porém, quanto às terras devolutas, estas deveriam ser colonizadas dentro do prazo de 50 anos, sob pena de perda das mesmas.

Abolida a Monarquia sem que se tivesse aperfeiçoado a concessão entre a Fazenda Nacional e o Dr. João Teixeira Soares, supôs o Governo Provisório que podia exercer a faculdade de aprovação legislativa remanescente e baixou o Decreto nº 305, de 07 de abril de 1890, com o fim de declarar efetiva a concessão feita pelo Decreto anterior na parte em que a mesma concessão havia ficado dependente de aprovação do Poder Legislativo.

O engenheiro João Teixeira Soares, detentor da concessão, por direito, transfere à Companhia Chemins de Fer Sud Oest Brésiliens e esta por sua vez transfere, de acordo com a

autorização contida no Decreto nº 397, de 20 de junho de 1891, à Companhia Industrial dos Estados Unidos do Brasil, e, finalmente, com o assentimento do Governo Brasileiro, expresso no Decreto nº 1386, de 06 de maio de 1893, dá-se nova transferência desta vez para a Companhia Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande (CEFSPRG), subsidiária da Brazil Railway Company.

Ocorre que com a promulgação da Constituição de 1891, as minas e terras devolutas passaram a pertencer aos Estados (artigo 64). Porém os direitos adquiridos pelo Decreto nº 10.432 não foram afetados.

O Governo do Estado do Paraná passa a legislar sobre a concessão para construção de estradas de ferro, conforme a lei nº 1340, de 10 de abril de 1913, que em seu artigo primeiro:

"autoriza o Poder Executivo a conceder a qualquer particular idôneo, Companhia ou Empresa, o direito de construir ou explorar estradas de ferro do território do Estado, observadas as disposições da presente lei".

O Governo do Paraná, visando a acelerar a construção de estradas de ferro em seu território, promulga e sanciona a lei nº 1457, de 06 de maio de 1914, que em seu artigo 3º item 19, procurava harmonizar os interesses do Estado com os interesses da CEFSPRG.

Pelo Decreto nº 613, de 04 de setembro de 1917, o Presidente do Estado do Paraná, Affonso Alves de Camargo, resolve entrar em acordo com a CEFSPRG a fim de ficar regularizada a concessão de terras a que a mesma tinha direito neste Estado. Este Decreto também autoriza a CEFSPRG a organizar outras empresas ou mesmo fazer contrato com empresas de colonização dentro do prazo de 2 anos a contar da presente data, para demarcação e o aproveitamento das terras devolutas para

povoamento e colonização a que a CEFSPRG passará diretamente a tais empresas os respectivos títulos. O aproveitamento das terras passa a ser condição "sine qua non" para a garantia de propriedade das mesmas. Com esse Decreto deu-se a origem de um novo contrato entre o Estado e a CEFSPRG em 08 de setembro de 1917.

Pela lei estadual nº 1847 de 22 de março de 1919, em seu artigo 1º, o Estado concede à CEFSPRG o direito de construção, uso e gozo de uma estrada de ferro, que partindo da cidade de Guarapuava, onde entroncará na linha de concessão federal da mesma companhia e seguindo o vale do Rio Jordão, vá terminar em ponto conveniente do ramal "Fóz do Iguaçu". Para esta concessão são observadas as cláusulas gerais do Decreto nº 10.432, de 09 de novembro de 1889. Agora é o Governo Estadual que outorga a concessão para a construção deste ramal.

Pela lei nº 1909, de 18 de fevereiro de 1920, o Governo Estadual prorroga por mais dois anos o prazo previsto no contrato de 08 de setembro de 1917, para demarcação de terras.

Tentando solucionar a questão ferroviária, o Congresso Legislativo do Estado do Paraná aprova a lei nº 1939, de 20 de março de 1920, autorizando o Poder Executivo a organizar um "Plano Geral de Viação Férrea do Estado", e ao qual deverão obedecer todas as concessões que forem feitas na vigência da presente lei. Esta lei previa ainda no seu artigo 6º:

"Para atender ao pagamento do juro que for estipulado sobre o custo kilometro de linha Ferrea, o Poder Executivo poderá ceder para fins exclusivo de colonização terras devolutas existentes dentro ou fora da faixa de 15 kilometros a que alude o Art. 6º de lei nº 1340 de 10 de abril de 1913, pelo preço que julgar conveniente, dentro das disposições legais vigentes, reguladoras desses preços, devendo, porém, os títulos definitivos dessas terras ser expedidos na proporção que ellas forem sendo effectivamente aproveitadas pra aquelle fim, em prazo que

será marcado no contrato respectivo, perdendo o concessionário o direito sobre a área não colonizada, findo esse prazo".

Em 23 de agosto de 1920, é firmado um novo contrato com novas cláusulas, entre o Governo do Estado do Paraná e a Companhia Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande, em que o Governo do Paraná concede à Companhia ou Empresa que de acordo com ela fosse organizada o privilégio, uso e gozo, para construção de uma estrada de ferro que, partindo de um ponto conveniente, situado entre as estações de Porto Amazonas e Lago, da linha férrea de Curitiba a Ponta Grossa, se dirija a cidade de Guarapuava e prolongando-se pelo vale do Rio Jordão, vá até a sua foz no rio "Iguassú", podendo substituir-se esse prolongamento por outro que se dirija pelo divisor de águas dos rios "Iguassú" e Piquiri até o rio Paraná. Entre outros fatores o Estado cede gratuitamente uma área de terras devolutas correspondente a 9 quilômetros para cada lado das linhas que fazem objeto da presente concessão, multiplicando pelo desenvolvimento total das mesmas linhas, exceto o trecho de origem até Guarapuava, de conformidade com os estudos de reconhecimento que vierem a ser aprovados pelo Governo do Estado, cessão essa que se regerá pelas cláusulas do contrato feito entre o Governo e a mesma Companhia em 08 de setembro de 1917. Este contrato estava previsto para vigorar por oitenta anos a contar da data de conclusão de 20 quilômetros, findos os quais a Companhia entregaria ao Estado, sem indenização alguma, todas as linhas férreas com o material fixo e rodante, bem como as suas dependências, tudo em bom estado de conservação. O item "e" da cláusula II deste contrato, estabelecia a "garantia de juros" por parte do Governo para o capital excedente de dez mil contos de réis (10.000:000\$000). Em relação ao contrato de 1917, este per-

mitia substituir o prolongamento da linha férrea da foz do rio "Iguassú" para outro que se dirigia pelo divisor das águas dos rios "Iguassú" e Piquiri, até o rio Paraná.

A partir deste momento surge a Companhia Brasileira de Viação e Commercio (BRAVIACO) como sucessora da Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande.

Por Escritura Pública, lavrada no Cartório de Francisco Belisario, Tabelião do 4º Ofício de Notas do Rio de Janeiro, em data de 05 de outubro de 1920, a Companhia Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande, outorga a Companhia Brasileira de Viação e Commercio a concessão prevista no contrato entre a outorgante e o Governo do Estado do Paraná, firmado em 23 de agosto do corrente ano. A BRAVIACO assume os direitos a cessão de terras que a Companhia Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande tinha direito (2.100.000 he.), porém ficaram excluídas as terras já tituladas à CEFSPRG, ou sejam as seguintes áreas: Santa Maria, com 11.327 he e 6.500 m²; Silva Jardim, com 76.746 he; Riosinho, com 551 he e 5.189 m²; e Missões, com 425.731 he, num total de 514.355 he e 11.689 m².

No dia 22 de novembro de 1920, na Procuradoria da Fazenda do Estado do Paraná perante o Exmo. Sr. Dr. Marins Alves de Camargo, Secretário Geral do Estado, compareceram os procuradores das duas Companhias e assinaram o termo de transferência da concessão da construção do ramal de Guarapuava com seus prolongamentos e em virtude do qual ficam transferidos a Companhia Brasileira de Aviação e Commercio todos os direitos e obrigações decorrentes do contrato em 23 de agosto de 1920 entre o Governo do Estado do Paraná e a Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande.

Com base no contrato de 08 de setembro de 1917, na lei nº 1909 de 18 de fevereiro de 1920 e no contrato de 23 de

agosto de 1920, por sucessão coube a BRAVIACO demarcar as terras a que tinha direito.

MAPA I

NOROESTE DO ESTADO DO PARANÁ

GLEBA PIRAPÓ - 1925



Uma das obrigações assumidas pela BRAVIACO era demarcar as áreas devolutas concedidas e promover a povoação e colonização das mesmas por sua própria conta, sob pena de perder este direito. Entretanto todos os direitos e deveres estavam vinculados à construção do ramal de Guarapuava e seus prolongamentos.

Foi então demarcada e titulada a área denominada "Gleba Pirapó" (ver Mapa 1) à BRAVIACO e reservada a mesma Companhia a área de terras a oeste desta gleba, delimitada pelos rios Paraná, Paranapanema e Ivaí, todas localizadas no município de Tibagy, que mais tarde se transformou na "Colônia de Paranaíba".

A abertura e povoação das terras da "Gleba Pirapó"

que envolve a BRAVIACO, é descrita com os mais fantásticos acontecimentos de crimes e assassinatos⁽⁹⁾; embora o empreendimento tenha dado sinais de elevados investimentos, como veremos adiante. O local era conhecido por Fazenda Brasileira. O Núcleo central da fazenda corresponde hoje ao perímetro urbano da cidade de Paranavaí.

Junto à sede da fazenda foi fundado o distrito de Montoya, pertencente a Comarca de Tibagy, por Geraldo Rocha, Landulfo Alves de Almeida e Humberto Alves de Almeida⁽¹⁰⁾, diretores da BRAVIACO. Existia no distrito um Cartório de Registro Civil, onde foram registrados alguns casamentos e registros de nascimentos no período de 1929 a 1932⁽¹¹⁾.

Conforme Frutuoso Joaquim de Salles⁽¹²⁾:

"Em 1929 a Brasileira já estava instalada e o pessoal (migrados do nordeste pela Companhia) vinha aqui trabalhar, derrubar mato. Eram 1.800 alqueires, sendo mil alqueires em café e 200 alqueires de invernada. Até 1930, havia na fazenda cerca de 1.400 famílias de trabalhadores que habitavam casas em diversas colônias nas proximidades da sede".

A Companhia Brasileira (BRAVIACO) possuía máquina de beneficiar arroz, serraria, uma frota de 25 caminhões, 60 mulas-cargueiro, armazém, farmácia e mais de 1.000 casas cobertas de zinco⁽¹³⁾.

Inexistia qualquer ligação por estradas com o resto do Paraná. O acesso à Fazenda Brasileira se fazia através de um picadão partindo do Porto São José, no Rio Paraná, e de outro que ligava a fazenda ao Porto Ceará, no Rio Paranapanema, e dali a Presidente Prudente, no Estado de São Paulo. A comunicação com Tibagy, sede da Comarca, e outras cidades do Paraná, era feita através de Presidente Prudente. Desta cidade os viajantes tomavam o trem até Ourinhos e depois penetravam no Paraná, para seguir a cavalo até Tibagy.

Em pleno desenvolvimento, o empreendimento é atin-

gido pelo Decreto nº 300, de 03 de novembro de 1930, assinado pelo General Mário Tourinho, Chefe do Governo Provisório, do Estado do Paraná. Em sua exposição de motivos, considerava que cláusulas do contrato firmado em 23 de agosto de 1920 com a Companhia Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande, e por esta cedido à Companhia Brasileira de Viação e Comercio, não foram cumpridas e, conseqüentemente, decretada sua rescisão, bem como de todos os atos conseqüentes do mesmo, sendo, "ipso facto", declarados em caducidade. Foram declarados nulos e de nenhum efeito todos os títulos de domínio expedidos.

Em razão deste Decreto foram anulados todos os títulos de terras expedidos em favor da BRAVIACO, inclusive o da "Gleba Pirapó". A Companhia se manifesta contra a medida, mas não obteve sucesso⁽¹⁴⁾.

Em 08 de abril de 1931, pelo Decreto nº 800, o General Mario Tourinho, Interventor Federal do Estado, objetivando solucionar o problema da colonização das terras paranaenses por famílias nacionais, bem como, por estrangeiros que espontaneamente quisessem concorrer para o progresso do Paraná, evitando a concessão de grandes áreas e limitando a 200 hectares a área que a cada pessoa ou família poderia ser, pelo Estado, concedida a título de venda, fixou em 18\$000 por hectare, o preço mínimo para venda das terras devolutas.

Em conseqüência destes atos, a Fazenda Brasileira foi sendo abandonada e após 1932, desocupada, quando esteve na mesma o Tenente Coronel Palmiro, da Polícia Militar do Estado do Paraná e com ele se retirou Landulfo Alves de Almeida, diretor da BRAVIACO. Houve uma debandada geral, casas e ranchos foram quase todos destruídos e incendiados. Decadência total. Os trabalhadores se evadiram, veículos foram abandonados, casas invadidas pelo mato e plantações perdidas⁽¹⁵⁾.

Dos aproximadamente 6.000 habitantes e 1.400 famílias, permaneceram as famílias de José Firmino da Silva, Manoel Paulino de Souza, João Clareano da Silva e Olinto Bahiano, e mais os peões Frutuoso Joaquim Salles, Velho Cabloco e Marins, usufruindo das instalações e plantações abandonados. Em 1937 surge no local vindo de Campo Mourão, a família de Antonia Fabrícia Vieira ⁽¹⁶⁾.

Em 1938, fixa residência no local a figura controvertida do Tenente Telmo Ribeiro, vindo do Estado do Mato Grosso.

O Tenente Telmo Ribeiro em 1932 ⁽¹⁷⁾, durante a Revolução Constitucionalista, chega na cidade de Porto Murtinho, em Mato Grosso, procedente do Rio Grande do Sul, com um contingente a fim de se incorporar às forças daquela cidade. Terminada a Revolução, foi criada uma Brigada que era constituída de um Regimento de Cavalaria, da qual Telmo Ribeiro era Comandante de Esquadrão. Extinta a Brigada, Telmo Ribeiro foi trabalhar em uma fazenda em Caaporã, com o objetivo de abrir a fazenda e iniciar a produção de erva-mate para exportação. Terminado o trabalho, foi contratado pela Companhia Mate Laranjeira para o transporte de erva-mate por via fluvial em barco a vapor. Numa dessas viagens veio a conhecer Manoel Mendes Camargo, que era boiadeiro e transportava gado vacuum do Mato Grosso para os homens que habitavam a Fazenda Brasileira. Nessa conversa houve interesse por parte de Telmo Ribeiro, que providenciou sua viagem para a localidade, aposando-se de bens abandonados pela BRAVIACO na Fazenda Brasileira. Posteriormente Camargo e Telmo Ribeiro foram até Londrina, onde Camargo, apresentou-o ao representante do Interventor Manoel Ribas (Chefe do Governo do Estado do Paraná), Tenente Aquiles Pimpão. Este último apresentou Telmo Ribeiro a

Manoel Ribas, tendo ganhado a simpatia do interventor. Depois da entrevista, foi comissionado a reabrir o picadão que ligava a Fazenda Brasileira à Rolândia - PR, aberto anteriormente pelo engenheiro Natel Camargo em 1938. O trabalho foi concluído por Telmo Ribeiro em 1939, permitindo assim a 16 de dezembro deste mesmo ano, a viagem inaugural da linha de Ônibus Londrina - Paranavaí, da Empresa Rodoviária Garcia. O ponto da jardineira era na casa do Telmo Ribeiro e a linha não oferecia lucratividade e por isso era subsidiada pelo Governo e o tráfego ocorria duas vezes por mês. Telmo Ribeiro foi contratado também para abrir a estrada de Porto São José à Maringá, que foi inaugurada em 1941 com a presença do interventor Manoel Ribas. Telmo Ribeiro era homem de confiança de Manoel Ribas e tomava conta da região.

2.2. Segunda fase

Essa etapa corresponde à segunda fase da titulação das terras do Noroeste do Paraná.

Inaugurada a estrada que ligava Porto São José à Maringá, como disse Ulisses Faria Bandeira⁽¹⁸⁾:

"foi a primeira real providência que permitiu, já em 1942, a demarcação da gleba para localização de famílias nacionais na colônia batizada com o nome de Paranavaí, marco inicial do povoamento da vasta região que vai desde a divisa com as terras da Companhia de Terras Norte do Paraná, até o rio Paraná, entre os rios Paranapanema e Ivaí".

O agrimensor, Ulisses Faria Bandeira, em 1942, demarcou a primeira via pública da colônia. Trabalhava em Londrina com seu tio Francisco Almeida Faria, engenheiro encarregado da Inspetoria de Terras do Estado. Ulisses Faria Bandeira fixou residência em Paranavaí no ano de 1944.

Para administrar a colônia, o Governo do Estado, através do Departamento de Geografia, Terras e Colonização, nomeou Hugo Doubek, que chega em Paranavaí em 1943.

Os primeiros lotes foram solicitados à Inspetoria Estadual em março de 1943. As terras eram vendidas pelo Governo e as propriedades rurais eram de dimensões variadas, conforme sua localização mais próxima ou mais distante em relação à sede da colônia⁽¹⁹⁾. Porém os primeiros colonos chegaram somente em setembro, devido a escassez de transportes. Os caminhões cobravam de 1.200 a 1.500 cruzeiros por uma viagem de Londrina a Paranavaí. Estava demarcada apenas a Gleba 1-A, onde os requerentes iam chegando aos poucos e as casas da antiga Fazenda Brasileira, eram desmanchadas e montadas novamente em outros locais para o colonos. Em 1944 já existia aproximadamente 80 casas e 500 habitantes. Neste mesmo ano foi feita a demarcação da cidade pelo engenheiro Francisco Almeida Faria e denominado o local de "Colônia Paranavaí", neologismo formado pela junção dos nomes dos rios Paraná e Ivaí.

A Colônia Paranavaí foi dividida em 30 glebas e cada uma tinha aproximadamente 15.000 alqueires, sobre os quais houve tentativa de grilagem, repelidas por homens do Estado, tendo à frente o Sargento José Marcelino de Souza, delegado de polícia. Entretanto fatos sangrentos ocorreram no período, pela disputa da posse das terras. Mas isso não evitou que a população aumentasse rapidamente. Os colonos se dedicavam ao plantio de cereais, café e à pecuária.

Em 1947, em franco desenvolvimento, a Colônia tornou-se Distrito do Município de Mandaguari, adotando apenas o nome de Paranavaí. Em 1950 atinge 25.520 habitantes⁽²⁰⁾, sendo elevado a Município em 1951. Nesse década a região foi atingida pela expansão cafeeira⁽²¹⁾.

Pode-se afirmar que a iniciativa governamental de colonização do Noroeste do Estado do Paraná, apesar das dificuldades iniciais, foi bem sucedida. Dos 25.520 habitantes em 1950, aumentou para 307.277 habitantes em 1960, correspondendo a 1.204,0% de aumento. Enquanto a Companhia de Terras Norte do Paraná vendia seus lotes à vista, na Colônia de Paranavaí, de iniciativa oficial, os lotes podiam ser requeridos e os colonos tomavam posse imediata das terras e depois pagavam o preço mínimo estipulado pelo Governo⁽²²⁾.

3. Paranavaí - Criação do Município

Antes de ser elevado a município, Paranavaí fez parte dos municípios de Tibagi, Londrina, Rolândia, Apucarana e Mandaguari (ver Mapas II, III, IV e V).

Pela Lei nº 2 de 11 de outubro de 1947 Paranavaí tornou-se Distrito do Município de Mandaguari.

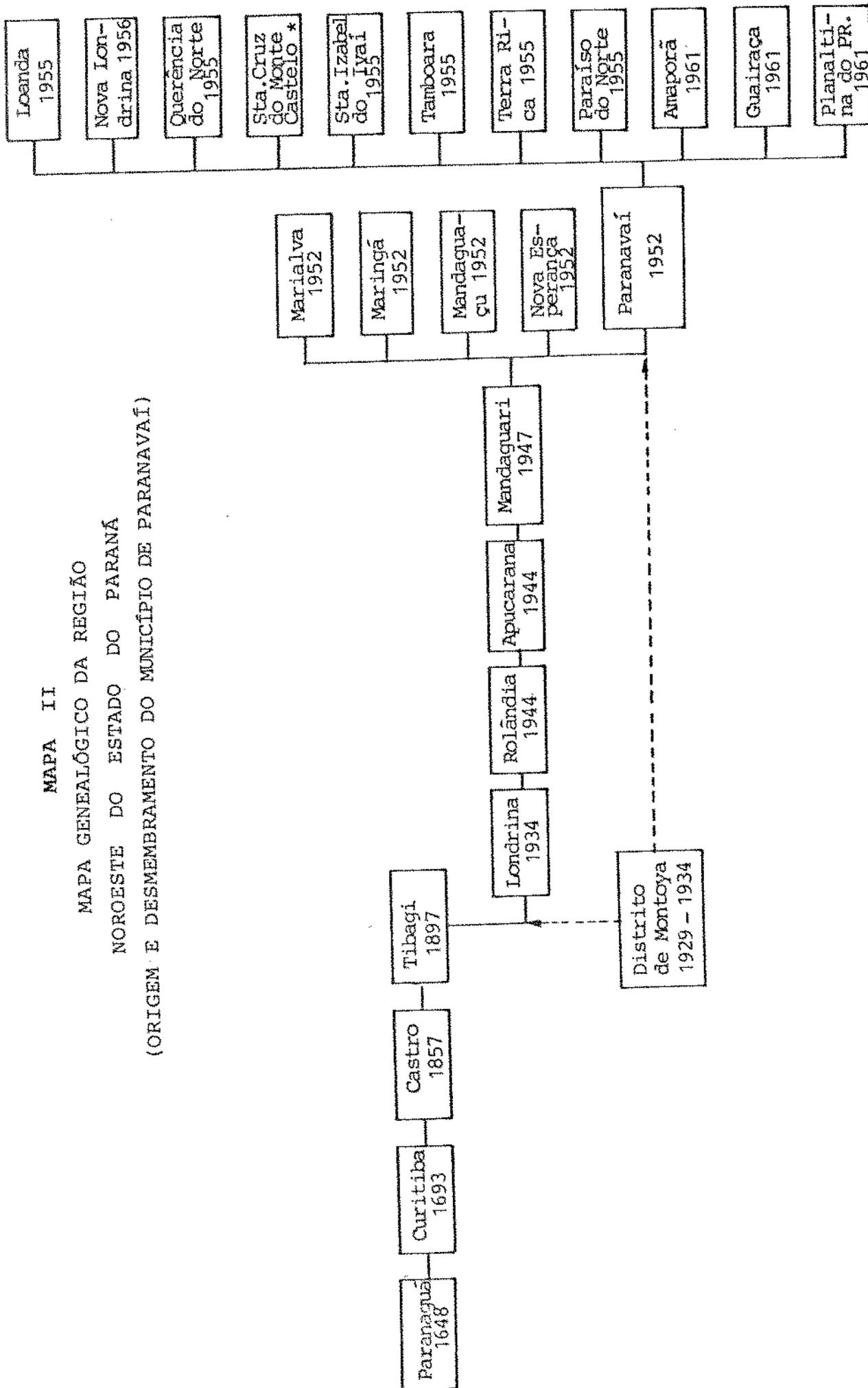
A criação do município deu-se com a Lei nº 790 de 14 de novembro de 1951, e sua instalação ocorreu em 14 de dezembro de 1952.

Com uma superfície de 8.000.686 quilômetros quadrados, limitando a leste com os municípios de Nova Esperança e Mandaguaçu (terras de colonização da Companhia de Terras Norte do Paraná); ao norte com o rio Paranapanema; ao sul com o rio Ivaí; e a oeste com o rio Paraná, área correspondente à antiga "Colônia Paranavaí" (ver Mapa VI).

Pela Lei nº 1542, de 14 de dezembro de 1953, o município foi elevado à categoria de Comarca, que foi instalada em 1º de março de 1954.

Foram criados e desmembrados de Paranavaí os se-

MAPA II
 MAPA GENEALÓGICO DA REGIÃO
 NOROESTE DO ESTADO DO PARANÁ
 (ORIGEM E DESMEMBRAMENTO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ)



* 1955.

MAPA VI

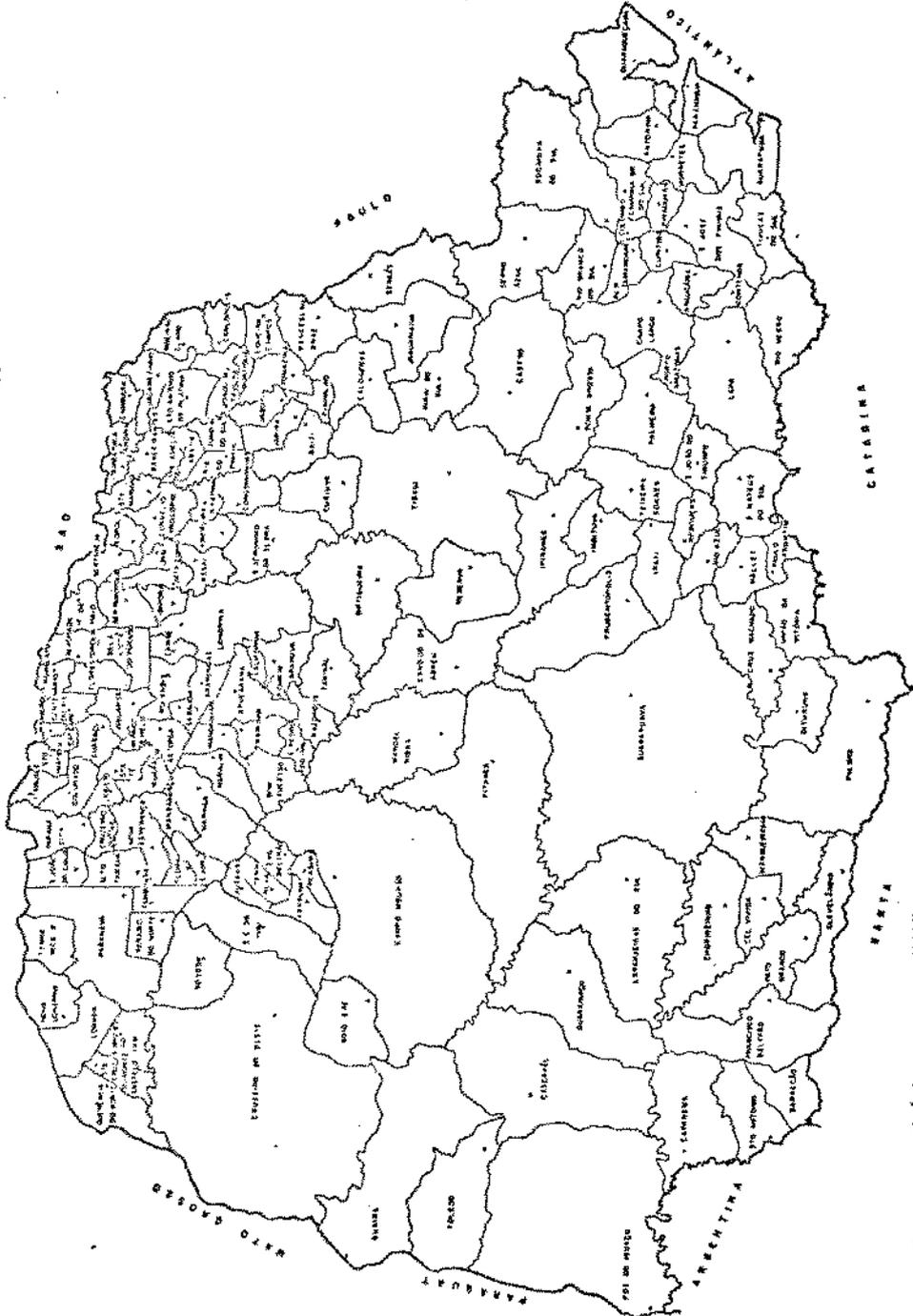
ESTADO DO PARANÁ - 1953



Fonte: Ibid., Mapa III.

MAPA VII

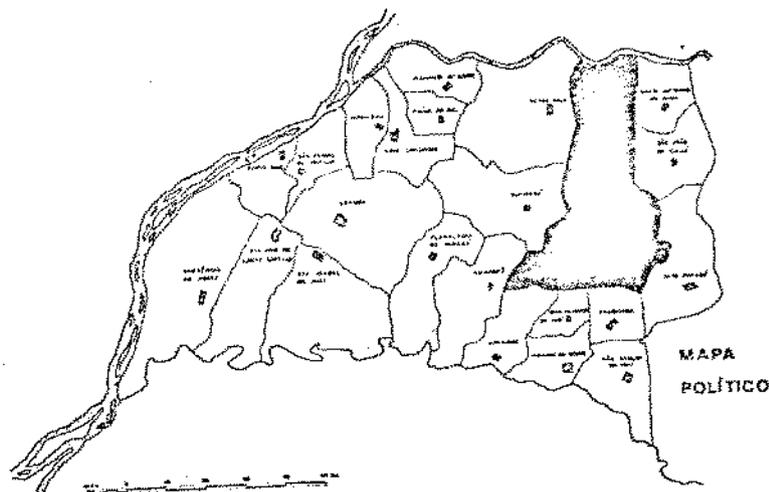
ESTADO DO PARANÁ - 1888



Fonte: Ibid., Mapa III.

MAPA VIII

NORTE NOVÍSSIMO DE PARANAVAÍ - 1985



Fonte: Perfil de Paranavaí - PMP, 1984.

4. Paranavaí - Evolução da população

A população de Paranavaí, ou seja, do Distrito de Montoya, em 1930, era aproximadamente de 6.000 habitantes⁽²³⁾. Com o desaparecimento do Distrito, ela foi reduzida a cinco famílias a alguns peões. Em 1941, recomeçando o povoamento com a decisão do Governo Estadual em colonizar a região por sua própria iniciativa, a população atingia 50 habitantes e em 1944, 500 habitantes aproximadamente. O processo de povoamento foi tão intenso que seis anos mais tarde, em 1950, a população atingia a cifra de 25.520, conforme Censo realizado pelo IBGE. Deste total, 92,7% residia na zona rural e 7,3% na zona urbana (ver Quadro 04).

Embora em 1960, a superfície do município tenha sido reduzida de 8.000.686 para 1.290.459 de quilômetros quadrados, a população de Paranavaí, aumentou em 147,6%, atin-

gindo 63.189 habitantes, dos quais, 39,6% na zona urbana e 60,4% na zona rural.

Na década de 60, com a decadência da cafeicultura e implantação da pecuária a população da região diminuiu. O Censo de 1970 acusou uma redução de 10,1% ou seja, 57.387 habitantes em Paranavaí, dos quais 68,5% na zona urbana e 31,5% na zona rural. Este fato se explica também, devido à redução da superfície para 1.190.552 quilômetros quadrados, em razão da criação de novos municípios desmembrados de Paranavaí. Fato notável ocorreu com a reversão da população urbana e rural, em relação ao Censo de 1960, registrando uma verdadeira evasão rural, que contribui para uma já intensa urbanização de Paranavaí (ver Quadro 05).

QUADRO 04

EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DE PARANAVAÍ

CENSO	TOTAL HABITANTES	ZONA URBANA	% ZONA URBANA	ZONA RURAL	% ZONA RURAL	QUILÔMETROS QUADRADOS
1950	25.520	1.874	7,3	23.646	92,7	8.000.686
1960	63.189	25.028	39,6	38.161	60,4	1.290.459
1970	57.387	39.309	68,5	18.078	31,5	1.190.552
1980	65.290	54.666	87,7	10.624	16,3	1.190.552

Fonte: IBGE - Censos Demográficos.

QUADRO 05
EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DE PARANAVAÍ
SEDE DO MUNICÍPIO

CENSO	TOTAL DO MUNICÍPIO	% AUMENTO DO MUNICÍPIO	SEDE DO MUNICÍPIO	% AUMENTO DA SEDE
1950	25.520	5.004,0*	1.874	
1960	63.189	147,6	22.141	1.181,4
1970	57.389	- 10,1	32.175	45,3
1980	65.290	13,7	52.593	63,4

Fonte: IBGE - Censos Demográficos

* Considerando a população aproximada de 500 habitantes, em 1944.

5. Paranavaí - Bases Econômicas

5.1. Setor Primário

Na década de 1940, a agropecuária se restringiu à produção de subsistência. A partir da década de 1950, o café foi introduzido na região. A cafeicultura expandiu tanto na região, que os cafezais ocupavam até 64,0% das terras, entremeados por pastagens, na década de 1960. No final desta década, a produção cafeeira foi decaindo e a pecuária foi expandindo, visto que o solo paranavaense formado pelo arenito Caiuã, presta-se inicialmente, logo após a derrubada das matas, excepcionalmente para o café, porém, poucos anos depois, a produtividade decai rapidamente. Somando a incidência de geadas, a baixa dos preços e da campanha de erradicação leva-

da a efeito pelo Instituto Brasileiro do Café (IBC); a passagem do ciclo cafeeiro sobre o solo do caiuá foi rápida⁽²⁴⁾.

Depois do "rush" cafeeiro, além da pecuária, Paranavaí vem se destacando no último decênio pela produção de mandioca.

No Quadro 06, demonstramos a evolução da produção de mandioca e no Quadro 07, demonstramos as formas de utilização das terras nas últimas três décadas.

QUADRO 06

PARANAVAÍ - PRODUÇÃO DE MANDIOCA		
SAFRAS	ÁREA (HA)	PRODUÇÃO (TON)
79/80	2.640	47.520
80/81	2.600	46.800
81/82	3.300	59.400
82/83	3.670	66.060

Fonte: Perfil de Paranavaí - PMP, 1984.

QUADRO 07

PARANAVAÍ - UTILIZAÇÃO DA TERRA						
CENSOS	1960		1970		1980	
FORMA DE UTILIZAÇÃO DA TERRA	Nº ES-TABE-CI/O	HA	Nº ES-TABE-CI/O	HA	Nº ES-TABE-CI/O	HA
Lavouras Permanentes	1.947	54.499	1.057	15.906	776	12.873
Lavouras Temporárias	1.227	11.280	933	6.268	665	5.879
Pastagens Naturais	139	4.622	8	362	34	1.032
Pastagens Artificiais	1.537	36.007	1.189	65.711	911	97.910
Matas e Florestas Naturais	1.439	97.656	364	20.670	219	7.162
Matas e Florestas Plantadas	20	245	65	122	154	416
Terras Produtivas não Utilizadas	201	2.708	173	1.999	40	393

Fonte: IBGE - Censos Agropecuários.

Em 1980, o Censo registrou o número de 6.368 pessoas ocupadas no setor primário.

5.2. Setor secundário

Através do Quadro 08, verificamos a participação das principais atividades industriais no percentual da produção industrial do município e no Quadro 09 o pessoal ocupado no setor.

QUADRO 08

PARANAVAÍ - PRINCIPAIS ATIVIDADES INDUSTRIAIS - 1983	
ATIVIDADES	% DO VALOR DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL
Frigoríficos	37%
Farinha de Mandioca	33%
Indústria de óleo	10%
Curtume	8%
Indústria Têxtil	7%
Carrocerias	3%
Móveis	2%

Fonte: Perfil de Paranavaí - PMP, 1984

QUADRO 09

PARANAVAÍ - PESSOAL OCUPADO NO SETOR INDUSTRIAL EM 1980	
ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE
Indústria de transformação	2.458
Indústria de construção civil	1.937
Outras atividades industriais	309
TOTAL	4.704

Fonte: IBGE - Censo Industrial 1980.

5.3. Setor terciário

É a principal fonte geradora de empregos, ocupando a maioria da população economicamente ativa do município.

No Quadro 10 demonstraremos o número de estabelecimentos deste setor e no Quadro 11 o pessoal ocupado no mesmo.

QUADRO 10

PARANAVAÍ - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS DO SETOR TERCIÁRIO ANO DE 1983	
ESPECIFICAÇÃO	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS
Postos de combustíveis	17
Drogarias e farmácias	20
Bares, botequins e semelhantes	260
Salões de barbeiros	35
Salões de beleza	49
Estabelecimentos bancários	12
Agência de correios e telégrafos	1
Supermercados, armazéns, mercearias e semelhantes	169
Açougues	51
Outras atividades comerciais	325
Outras atividades de prestação de serviços	445
Hospitais	8

Fonte: Perfil de Paranavaí - PMP, 1984.

QUADRO 11

PARANAÍ - PESSOAL OCUPADO NO SETOR TERCIÁRIO EM 1980	
ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE
Comércio de mercadorias	4.084
Transporte e comunicações	1.110
Prestação de serviços	5.357
Atividades Sociais	1.949
Administração Pública	1.057
Outras atividades	753
TOTAL	14.310

Fonte: IBGE - Censo de 1980

5.4. Finanças públicas

QUADRO 12

ARRECAÇÃO DO ICM POR SETOR DE ATIVIDADE NO MUNICÍPIO DE PARANAÍ 1973 A 1980 Em Cr\$ 1.000			
ANOS	COMÉRCIO	INDÚSTRIA	Produtos Agropecuários
1973	6.537	6.365	11.427
1974	12.528	4.056	8.846
1975	17.627	5.811	10.711
1976	27.938	9.322	17.638
1977	40.036	11.502	13.465
1978	54.904	26.912	16.813
1979	77.179	27.492	27.209
1980	152.522	45.378	74.095

Fonte: SEFI - PR

Esses dados fortalecem a hipótese de que as atividades mais expressivas do Município são as relativas ao comércio, uma vez que Paranavaí pela sua posição geo-econômica está se definindo como centro de comercialização e não como polo industrial, embora as atividades agropecuárias tenham uma considerável participação.

No capítulo seguinte, pretendemos demonstrar as bases da política paranavaense, assim como, suas eleições municipais no período de 1952 a 1982.

NOTAS DO CAPÍTULO II

- (1). Para uma melhor visão sobre o Norte do Paraná, ver: PARDIS, Pedro Calil, Formação de uma Economia Periférica: O legado do Paraná. São Paulo, HUCITEC; Curitiba, Secretaria de Cultura e do Esporte do Governo do Estado do Paraná, 1981.
- (2). Sobre o processo de ocupação do Norte Paranaense, ver:
 - a). BERNARDES, Lígia Maria Cavalcanti - "O problema das Frentes Pioneiras no Estado do Paraná", in Revista Brasileira de Geografia nº 3, Ano XV, 1953, p. 335-384;
 - b). WESTPHALEN, Cecília Maria; PINHEIRO MACHADO, Brasil e BALHANA, Altiva Pilatti - "Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná moderno", in Boletim do Departamento de História da FFCL da Universidade Federal do Paraná, nº 7, 1968; c). VIDIGAL, Cássio - "Contribuição para o estudo de uma região do Paraná", in Revista do Ateneu Paulista de História nº 6 (p. 60 a 67) e nº 7 (p. 115 a 130), 1969/70; d). CAMARGO, José Francisco - As migrações internas do Brasil, Inédito, exemplar datilografado, p. 113 a 181. Citados por PARDIS, Pedro Calil, op. cit. nota (1).
- (3). Decreto Imperial nº 751, de 2 de janeiro de 1851. Idem, citação.
- (4). Conforme Relatórios dos presidentes provinciais, especialmente os de 1868. 1870 e 1872. Ibid, citação.
- (5). Mensagem do Governador, Francisco Xavier da Silva, enviada e lida perante o Congresso do Paraná, em 4 de outubro de 1892, p. 15. Ibid, citação.
- (6). Conforme VIDIGAL, Cássio - Op. cit., 2ª parte, p. 119, Ibid, cit.

- (7). Sobre a companhia inglesa ver: COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. Colonização e Desenvolvimento do Norte do Paraná, publicação comemorativa do Cinqüentenário da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, 24 de setembro de 1975, São Paulo.
- (8). Ver: Alcântara, J. C., Uma contribuição para a História de Paranavaí - "Gleba Pirapó", p. 7 e 8, Diário do Noroeste, Paranavaí, Edição 14/12/85.
- (9). Ler a respeito Noroeste em revista - Aspectos de Paranavaí, p. 41 e Diário do Noroeste Especial - Jubileu de Prata, p. 14, 22 e 27.
- (10). Extraído de: Reis, Sinval. Pequena História de Paranavaí, p. 1, Paranavaí, datilografado, 14/12/62.
- (11). O livro de Registros deste cartório, depois de extraído, encontra-se atualmente sob a guarda do Cartório de Registro Civil de Paranavaí.
- (12). Frutuoso Joaquim de Salles chegou à Fazenda Brasileira, em 1929. Ele e mais 300 trabalhadores foram contratados no Nordeste do Brasil pela BRAVIACO. Ver entrevista concedida na Edição Especial, do Jornal Diário do Noroeste, Paranavaí, 14 de dezembro de 1977, p. 27
- (13). Ver S. Reis, Op. cit., p. 4.
- (14). Para mais informações ver Alcântara, J. C. Op. cit., p. 8.
- (15). Extraído de S. Reis, Op. cit., p. 5 e 7.
- (16). Estes nomes foram fornecidos por Raul Clareano da Silva, filho do pioneiro João Clareano da Silva, em entrevista realizada em 05/12/1984.
- (17). Ver Diário do Noroeste Edição Especial. Op. cit., p.30.
- (18). Entrevista publicada no Jornal Folha de Londrina, Londrina, 2 de novembro de 1982, p. 24
Ulisses Faria Bandeira era guarda florestal, agrimensor e em 1940 tornou-se encarregado da Inspetoria de Terras do Departamento de Geografia, Terras e Colonização

do Governo do Estado do Paraná.

- (19). Ler a respeito A. P. Balhana, *História do Paraná*, p. 216 e 217. Op. cit.
- (20). Fonte: IBGE, Agência de Paranavaí.
- (21). Consulte-se N. Canciam, *Cafeicultura Paranaense 1900 - 1970*. Curitiba, GRAFIPAR, 1981, pp. 119 e 120.
- (22). Idem, nota (18), p. 24.
- (23). Ibid., nota (10), p. 5.
- (24). Ibid., nota (11), in passam.

CAPÍTULO III

PARANAVAÍ: EVOLUÇÃO POLÍTICA-ELEITORAL

1. As Bases da Política Local

Dois personagens marcaram época nas décadas de 1930 e 1940, no Norte do Paraná, no sentido de estabelecer algumas bases da política local: o Tenente Pimpão, em Londrina, e Telmo Ribeiro, em Paranaíba. Ex-chefe da Casa Civil e Delegado de Polícia em Londrina, no Governo do Interventor do Estado do Paraná, Manoel Ribas⁽¹⁾, Pimpão foi encarregado pelo Interventor para "domar a região". Telmo Ribeiro, que deve ter auferido a patente de tenente na ocasião em que comandou um Esquadrão de Cavalaria, de uma Brigada formada em Ponta Porã, Estado do Mato Grosso, para defender as fronteiras deste Estado com o Paraguai, consta que foi encarregado pelo Interventor para tomar conta da Fazenda Brasileira (Hoje Paranaíba).

Eram reconhecidamente duros e autoritários, escudados na confiança de Manoel Ribas, conhecido por "Mané Fação", tido como austero e dado a vigiar a conduta dos prefeitos e outras autoridades nomeados pelo Estado à época. Eram a "lei". Da Fazenda Brasileira, depois Colônia Paranaíba, Telmo Ribeiro tomava conta diretamente. Pimpão influenciando de Londrina a Curitiba (na década de 1930 e até meados da década de

1940, a Colônia Paranavaí pertencia ao Município de Londrina). A presença de ambos perdurou até o primeiro governo de Moysés Lupion (encerrado em 1950).

Telmo Ribeiro⁽²⁾, que chegou à região em 1938, com seus homens de "confiança" e uma turma de paraguaios, combateu os grileiros e "acabou com a mortandade" que havia na região denominada Fazenda Brasileira. Por ocasião do início da colonização da área pelo governo, disse Ulisses Faria Bandeira⁽³⁾: "*Telmo entregou a Fazenda Brasileira limpa de ação dos grileiros*". Declara Natalício Luiz dos Reis⁽⁴⁾ que: "*daqui até Porto Rico*⁽⁵⁾ *era uma fileira só de cruzeiros*", um alagoano que chegou à região em 1943.

A partir de 1941 começaram a chegar à região os primeiros colonos. Em 1943, conforme foi citado anteriormente, o Governo Estadual nomeou Hugo Doubek para administrar a Colônia Paranavaí.

O Tenente Telmo Ribeiro foi promovido a Capitão pela "vontade" local. Era conhecido como o homem que mandava no lugar, como representante do interventor Manoel Ribas e, depois, do governador Moysés Lupion. Era o chefe político local. Comenta Natalício: "*Telmo tinha cobertura de Lupion: o que ele assinasse, o Lupion garantia*"⁽⁶⁾.

A população da Colônia aumentou de 50 habitantes aproximadamente, em 1941, para cerca de 500 em 1944. Em 1947 a Colônia Paranavaí foi transformada em Distrito do Município de Mandaguari, com a denominação de Paranavaí. Neste mesmo ano ocorreram as eleições municipais, e o Distrito inscreveu 389 eleitores e votaram 383. Não foram instaladas urnas em Paranavaí, os eleitores tiveram que se deslocar para a sede do município a fim de votar⁽⁷⁾.

Nesta eleição, ocorrida em 16 de novembro de 1947,

sob o "comando" de Telmo Ribeiro, os eleitores lhe cerraram fileira, apoiando a candidatura de Décio Medeiros Pullin, do Partido Social Democrático (PSD), para prefeito municipal de Mandaguari, em oposição à candidatura de Waldemar Gomes Cunha, da União Democrática Nacional (UDN). Este último era do distrito de Maringá e diziam que representava os interesses da Companhia de Terras Norte do Paraná, proprietária de vasta área de terras vizinhas a Paranavaí. A CTNP, no dizer dos moradores da época, imaginava que o sucesso da colonização de Paranavaí poderia prejudicar seus negócios. Dos 383 eleitores, somente 3 votam contra⁽⁸⁾.

Para representar o Distrito na Câmara de Vereadores de Mandaguari, concorreram dois candidatos, um pelo PSD, Otacílio Egger, eleito com 94 votos, e o outro, Alcides De Sordi, representando uma oposição política nascente no Distrito, obtendo 43 votos, pela UDN, não sendo eleito.

O fato político que mais repercutiu no Distrito foi o assassinato do presidente do subdiretório da UDN, Alcides De Sordi, pelo presidente do subdiretório do PSD, Capitão Telmo Ribeiro.

Alcides De Sordi, um jovem de 21 anos, com qualidades de liderança, veio com a família para Paranavaí no início de 1947. Procedente do Estado de São Paulo, residiu algum tempo no município de Sertãoópolis - PR. Em Paranavaí a família requereu terras e instalou uma máquina de benefício de arroz.

A família De Sordi entrou na política porque não concordava com o sistema em Paranavaí⁽⁹⁾. O governador do Estado do Paraná era Moysés Lupion, do Partido Social Democrático (PSD). O governo adotava um sistema de protecionismo, vendendo terras com melhor localização para seus amigos e pes-

soas influentes no governo. Os De Sordi achavam que deviam fazer oposição e modificar este sistema. Organizaram no Distrito um subdiretório da União Democrática Nacional (UDN). Entendiam que a UDN era um partido de elite e constituída de deputados do mais alto gabarito. Faziam oposição combatendo o governo estadual.

Em razão desse posicionamento a família De Sordi criou inimizade com os membros do PSD local. No início de 1948, por pressão do Capitão Telmo Ribeiro, foi demitido do cargo de administrador da Inspeção de Terras de Paranavaí Hugo Doubek, porque não se ajustava aos interesses dos membros do PSD local. Então foi nomeado para o cargo João Carraro, por indicação de Telmo Ribeiro.

Depois de poucos meses que João Carraro estava administrando a Inspeção de Terras, Alcides De Sordi, que era suplente de vereador, foi informado por um elemento da Inspeção local que estava sendo demarcada uma gleba de terras, pelo agrimensor da Inspeção, de forma que iria prejudicar muitos colonos e favorecer um grupo de pessoas ligadas ao PSD. De Sordi achou que deveria combater esta irregularidade. Articulou os colonos contra o encarregado da Inspeção de Terras, o qual, João Carraro, dizem que ameaçava subdividir os pequenos lotes. A informação era que o demarcador de terras (o engenheiro Alberto Ginester), conivente com a Inspeção, ocultara uma área de terras onde existia uma "água" (depois denominada "Água Nova"). Desaparecendo esta água, seria necessário cortar fazendas de 6 a 8 quilômetros de comprimento, para atingir a água de que necessitavam. Em consequência deste comprimento, a largura dos lotes teria que ser maior e daí surgiriam fazendas de 400 a 1.000 alqueires, que seriam distribuídas, quer dizer, "vendidas" ao grupo de pessoas ligadas

ao PSD. Contudo esta prática era proibida pelo Decreto 800, de 08 de abril de 1931.

Diante desta irregularidade, Alcides De Sordi foi a Londrina e procurou o diretório da UDN, formulando a denúncia que foi levada para a Assembléia Legislativa, em Curitiba.

Devido à falta de solução e depois de várias reuniões, mais de 100 colonos, liderados por De Sordi, se postaram em frente à Inspetoria de Terras de Paranavaí e exigiram que João Carraro pedisse demissão do cargo, o que realmente aconteceu. O Capitão Telmo Ribeiro surgiu no momento, mas não conseguiu convencer a multidão que Carraro deveria permanecer no cargo. A Inspetoria ficou fechada alguns dias e o governo decidiu reconduzir ao cargo Hugo Doubek. Diante desse fato correu a notícia de que Telmo Ribeiro prometera "passar uma bala na nuca de De Sordi" (10).

Por alguns meses estabeleceu-se a calma no Distrito. Mas Alcides De Sordi era cogitado para dirigir a Inspetoria de Terras.

Alcides De Sordi recebeu um recado do Sargento José Marcelino de Souza (Subdelegado de Polícia) que deveria ir à Delegacia, por que precisava falar com ele. No dia 12 de outubro de 1948, De Sordi compareceu à Delegacia de Polícia e lá se encontravam o Capitão Telmo Ribeiro, o engenheiro Dr. Alberto Ginester, Oscar Camargo, o Subdelegado José Natal Francisco e outros. Na ocasião foi determinado a De Sordi que abandonasse a política. Depois de ter recusado veementemente, às 12 horas, ao sair da Delegacia foi atingido por sete tiros de revólver nas costas, morrendo instantaneamente. Houve pânico entre os seguidores de De Sordi, muitos se retiraram do lugar, alguns voltaram depois (11).

O Capitão Telmo Ribeiro cumpriu a promessa que di-

zem que teria feito. Alcides De Sordi estava morto e assassinado. Entretanto é dito que "não" foi ele o autor do crime, mas assumiu sua autoria, porque tinha um grande poder e prestígio junto ao governo, que permitiria mais facilmente se livrar do processo.

Telmo Ribeiro foi indiciado e pronunciado pelo crime na sede da Comarca, que naquele momento era Apucarana. Com a criação da Comarca de Mandaguari, o processo foi transferido para esta cidade. Foi a julgamento pelo Tribunal Popular do Júri em 1949. No primeiro julgamento foi condenado a 12 anos de reclusão e no segundo, ocorrido em 10 de março de 1950, foi absolvido por 6 a 1⁽¹²⁾.

O Capitão Telmo Ribeiro entra em decadência econômica, e seu poder político, com o final do primeiro mandato do Governador Moysés Lupion, também entra em declínio.

Para suprir sua vida de luxo e extravagância, Telmo Ribeiro vai vendendo suas terras, que eram quase 800 alqueires. Área que hoje corresponde aos bairros Vila Operária, Jardim Ypê e Jardim São Jorge, da cidade de Paranavaí. Muda para a cidade paranaense de Cornélio Procópio e em 1964 transfere-se para Maringá, também neste Estado.

Em 1967, ao tentar cobrar uma dívida na cidade de Cornélio Procópio, foi assassinado. O devedor, sabendo que Telmo Ribeiro era famoso por ser "rápido no gatilho", num gesto duvidoso deste, "sacou da arma e atirou".

O primeiro e o único caudilho, que dominou por 10 anos (1938 a 1948) o Noroeste do Paraná, acabou sendo "vítima de sua própria fama".

Finalmente, neste período que antecede à elevação de Paranavaí a município, ocorreram duas eleições no Distrito.

A primeira em 3 de outubro de 1950, para eleição do Governador do Estado do Paraná. Os subdiretórios de UDN e PR, unidos, conseguiram a maioria dos votos do Distrito em favor do candidato Bento Munhoz da Rocha Neto, que foi apoiado pelas "OPOSIÇÕES COLIGADAS", PR, UDN, PL, PST e PRT. Eleito com 172.638 votos, contra os candidatos Angelo Lopes, do PSD, que obteve 84.413 votos, e Carlos Ferrari Osório, do PSB, que obteve 210 votos.

Na segunda eleição, ocorrida em 22 de setembro de 1951, para prefeito municipal e Câmara de Vereadores de Mandaguari, foram instaladas duas urnas no Distrito de Paranaíba⁽¹³⁾. O candidato a prefeito pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Antonio Sinézio Cruz (eleito com 1.405 votos), obteve 176 votos no Distrito; o candidato do Partido Democrata Cristão (PDC), Creso Lacerda, obteve 31 votos; o candidato da União Democrática Nacional (UDN) e do Partido Social Progressista (PSP), Josão Ernesto Ferreira, obteve 46 votos; e o candidato do Partido Socialista Trabalhista (PST), Messias Vicente Gonçalves, obteve 21 votos. Por estes resultados percebe-se o crescimento do PTB no Distrito.

Para a Câmara de Vereadores, o Distrito apresentou três candidatos. Pelo PTB, José Furtado Figueiredo, eleito; pela UDN, Walter Antonio De Sordi, eleito com 121 votos; e Aloísio João Selhorst, pelo PR, obtendo 64 votos, ficando como suplente.

O Partido Social Democrático (PSD) não registrou candidatos nestas eleições, no município de Mandaguari.

Nesta época já existiam no Distrito os subdiretórios dos partidos PSD, UDN, PR e PTB.

Concluimos que a rápida urbanização de Paranaíba (Ver Quadro 05), com a invasão de colonos, numa verdadeira

"epopéia", em busca do "eldorado", visando à possibilidade de adquirir um lote de terras, e a chance de fazer fortuna, e também com a chegada de comerciantes e profissionais liberais, como médicos, dentistas, advogados e outros, faz com que o Capitão Telmo Ribeiro perca o controle de seu mando caudillesco; aliás, Victor Nunes Leal⁽¹⁴⁾ já afirmava *"que o crescimento das cidades seria uma forma de decomposição da estrutura coronelista"*.

2. Eleições Municipais de Paranavaí de 1952 a 1982

Neste item, analisaremos os resultados das eleições ocorridas em Paranavaí no período de 1952 a 1982, à Prefeitura Municipal e Câmara de Vereadores. No período em estudo, realizaram-se oito eleições para composição dos cargos do poder executivo e legislativo municipal. Sendo cinco na forma pluripartidarista e três na forma bipartidarista. Os dados que apresentaremos nos conduzirão à compreensão do processo político-eleitoral deste município.

2.1. Eleição Municipal de 1952

A primeira eleição municipal em Paranavaí ocorreu em 1952, para escolha do primeiro prefeito municipal e a primeira composição da Câmara de Vereadores, ocorrendo os seguintes resultados:

QUADRO 13

VOTAÇÃO PARA PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAÍ EM 1952			
CANDIDATOS	PARTIDOS	VOTOS	%
José Vaz de Carvalho	PSD-UDN-PR-PSP	2.702	62,71
Herculano Rubim Toledo	PTB	1.607	37,29
TOTAL		4.309	100,00

Fonte: TRE - PR.

QUADRO 14

VOTAÇÃO À CÂMARA DE VEREADORES DE PARANAÍ EM 1952			
PARTIDOS	VOTOS	% DE VOTOS	Nº DE CADEIRAS CONQUISTADAS
PSD	1.565	36,26	04
PTB	1.406	32,57	04
PR	616	14,27	01
UDN/PSP	729	16,90	00
TOTAL	4.316	100,00	09

Fonte: TRE - PR.

Na eleição para Prefeitura Municipal ocorreu a união dos partidos PSD-UDN-PR-PSP, denominada de "Coligação Pró-Paranaí", para disputar com o PTB. Quanto à Câmara de Vereadores, os partidos concorreram isoladamente, com exceção da UDN e PSP, que se coligaram, embora não atingindo o quociente necessário para eleger um candidato.

Estas eleições, de 1952, foram presididas pelo Juiz

Eleitoral da Comarca de Mandaguari, à qual pertencia o município de Paranavaí.

Pela lei estadual nº 1.542, foi criada a Comarca Judiciária de Paranavaí, que solenemente foi instalada em 19 de março de 1954. Designado como primeiro Juiz o Dr. Sinval Reis e Primeiro promotor o Dr. Carlos Alberto Manita. Com a instalação da Comarca os conflitos violentos de terras foram cessando e decididos por via judiciária e as eleições seguintes de Paranavaí foram presididas pelo Juiz Eleitoral desta Comarca.

2.2. Eleição Municipal de 1956

Esta eleição foi realizada em 18 de novembro de 1956, apresentando o seguinte resultado:

QUADRO 15

VOTAÇÃO PARA PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ EM 1956			
CANDIDATOS	PARTIDOS	VOTOS	%
Ulisses Faria Bandeira	PSD-PSP-UDN-PTN	4.071	50,26
Herculano Rubim Toledo	PTB	4.029	49,74
TOTAL		8.100	100,00

Fonte: TRE - PR.

QUADRO 16

VOTAÇÃO À CÂMARA DE VEREADORES DE PARANAÍ EM 1956			
PARTIDOS	VOTOS	% DE VOTOS	Nº DE CADEIRAS CONQUISTADAS
PSD	3.591	44,20	05
PTB	2.657	32,70	03
PTN	961	11,82	01
UDN/PSP	916	11,28	01
TOTAL	8.125	100,00	10

Fonte: TRE - PR

Novamente, para derrotar o candidato do PTB, Herculaniano Rubim Toledo, que se candidata pela segunda vez, coligara-se o PSD-PSP-UDN-PTN, em torno do nome de Ulisses Faria Bandeira, que se elege com uma pequena margem de votos, ou seja, 42 votos, atingindo 50,26% da soma dos votos dos dois candidatos.

Para a Câmara dos Vereadores somente a UDN e PSP se coligaram; os demais partidos concorreram independentemente. A coligação UDN-PSP consegue eleger nesta eleição um candidato, originário do PSP; o PSD, cinco candidatos; o PTB, três candidatos; e o PTN, participando pela primeira vez, elege um candidato. O número de cadeiras na Câmara aumenta de 9 para 10.

O vereador mais votado foi o ex-prefeito José Vaz de Carvalho, que conseguiu 939 votos, representando 11,31% dos votos válidos e 26,14% dos votos de sua legenda, o PSD.

Com as coligações ocorridas nesta eleição, 1956, e na eleição de 1952, para prefeito municipal, torna-se difi-

cil um enquadramento ideológico do eleitorado. Como salienta Fanny Tabak⁽¹⁵⁾: "as disputas giram mais em torno dos candidatos a nível local". Tanto que os votos das legendas para prefeito sempre são maiores que os votos da legenda para o legislativo municipal. No Quadro a seguir é possível confirmar esse fenômeno, através da legenda do PTB.

QUADRO 17

NÚMERO DE VOTOS DO PTB NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 1952 e 1956				
ANO	Nº DE VOTOS À PREFEITO	% DO TOTAL	Nº DE VOTOS À VEREADORES	% DO TOTAL
1952	1.607	37,29	1.406	32,57
1956	4.029	49,74	2.657	32,70

Fonte: TRE - PR.

2.3. Eleição Municipal de 1960

Foram os seguintes os resultados das eleições realizadas em 03 de outubro de 1960:

QUADRO 18

VOTAÇÃO PARA PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAÍ EM 1960			
CANDIDATOS	PARTIDOS	VOTOS	%
Antonio José Messias	PTB	3.618	41,18
Flávio Ettore Giovine	PDC-UDN-PSD	3.535	40,23
Otávio Marques Siqueira	PSP-PSB	1.633	18,59
TOTAL		8.786	100,00

Fonte: TRE - PR.

QUADRO 19

VOTAÇÃO À CÂMARA DE VEREADORES DE PARANAÍ EM 1960			
PARTIDOS	VOTOS	%	Nº DE CADEIRAS CONQUISTADAS
PSD	2.913	31,51	03
PTB	2.693	29,13	03
Col. PDC-UDN	2.312	23,93	03
Col. PSP-PSB	1.427	15,43	01
TOTAL	9.245	100,00	10

Fonte: TRE - PR.

Surgem nesta eleição dois novos partidos políticos na arena política local, o Partido Democrata Cristão (PDC) e o Partido Socialista Brasileiro (PSB).

O PTB continua concorrendo independentemente e desta vez vence as eleições para prefeito municipal, através do seu candidato Antonio José Messias. A coligação PSD e UDN, nesta eleição, recebe a adesão do PDC. O PSP coliga-se com o PSB.

Quanto à Câmara Municipal, o PSD e PTB concorrem independentemente e elegem três candidatos cada um. O PDC, recém-criado em Paranavaí, coliga-se com a UDN, e elegem três candidatos: dois do PDC e um da UDN. O PSP, coligado com o PSB, elege um candidato, originário do PSP.

Pelos resultados das eleições municipais, se constata novamente a incongruência existente entre os votos atribuídos ao executivo e legislativo, conforme mostra o Quadro 20.

QUADRO 20

VOTOS ATRIBUÍDOS AOS CANDIDATOS DO PODER EXECUTIVO E LEGISLATIVO MUNICIPAL NAS ELEIÇÕES DE PARANAVAÍ EM 1960				
PARTIDOS	EXECUTIVO	% DO TOTAL	LEGISLATIVO	% DO TOTAL
PTB	3.618	41,18	2.693	29,13
Coligação PSP-PSB	1.633	18,59	1.427	15,43

Fonte: TRE - PR.

2.4. Eleição Municipal de 1964

Em 06 de novembro de 1964, é novamente eleito prefeito municipal de Paranavaí José Vaz de Carvalho, que renuncia a seu mandato de deputado à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, para o qual havia sido eleito em 1962.

Foram os seguintes os resultados das eleições municipais de 1964:

QUADRO 21

VOTAÇÃO PARA PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ EM 1964			
CANDIDATOS	PARTIDOS	VOTOS	%
José Vaz de Carvalho	PSD-PDC-PR-UDN	3.977	44,73
Geraldo Longo	PSP	2.771	31,17
Neil Jorge	PTB	2.143	24,10
TOTAL		8.891	100,00

Fonte: TRE - PR.

Eleito mais uma vez, por uma coligação (PSD-PDC-PR-UDN), José Vaz de Carvalho conseguiu 44,73% da soma dos votos atribuídos aos candidatos a prefeito. O PSP consegue 31,17% dos votos, quase dobrando o seu porcentual em relação à eleição de 1960; o seu candidato, Geraldo Longo, era ex-integrante do PDC local. O PTB declina, conseguindo 24,10% dos votos. A hipótese provável do declínio do PTB indica o movimento militar ocorrido em março deste mesmo ano.

No quadro 22, aparece pela primeira vez a eleição para vice-prefeito.

QUADRO 22

VOTAÇÃO PARA VICE-PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAÍ EM 1964			
CANDIDATOS	PARTIDOS	VOTOS	%
Joaquim Castela	PDC-PSD-UDN	2.912	35,87
Vitório M. Obata	PTB	2.712	33,40
Francisco Rodrigues	PSP	2.495	30,73
TOTAL		8.119	100,00

Fonte: TRE - PR.

O candidato a vice-prefeito do PTB, Vitório M. Obata, obteve mais votos que o candidato a prefeito do seu partido. É provável que a colônia japonesa, que é numerosa em Paranaí, tenha colaborado para esse resultado, por ser o candidato descendente de japoneses.

QUADRO 23

VOTAÇÃO À CÂMARA DE VEREADORES DE PARANAÍ EM 1964			
PARTIDOS	VOTOS	% DO TOTAL	Nº DE CADEI- RAS CONQUIST.
Col. PSD-PDC-PR	4.039	44,10	07
PSP	2.229	24,34	04
PTB	1.524	16,64	03
UDN	895	9,77	01
PRP	471	5,15	00
TOTAL	9.158	100,00	15

Fonte: TRE - PR.

O número de cadeiras na Câmara Municipal aumentou de 10 para 15. Pelos resultados do PSP e PTB, a tendência ao voto pessoal no executivo continua em relação aos votos de legenda atribuídos ao legislativo. Os candidatos a prefeito conseguem mais votos que sua legenda para o legislativo municipal.

Com as eleições realizadas em 1965, para o Governo do Estado do Paraná, quando foi eleito Paulo Cruz Pimentel, pelo PTN, com apoio do governador Ney Braga, encerra-se o período pluripartidário inaugurado em 1945.

O destaque local, neste período pluripartidarista, fica para as coligações partidárias. O objetivo das coligações era reduzir riscos ou maximizar os ganhos eleitorais em todos níveis. Em alguns casos, conforme Maria do Carmo Campello de Souza⁽¹⁶⁾: "*acompanhava afinidades ideológicas; outros, estratégias de expansão partidária, e em todos, estratégias de ganho eleitoral racionalmente elaboradas*".

As coligações de Paranavaí não seguem a lógica nacional, no que concerne às eleições para o executivo federal e municipal. Enquanto nas eleições para presidente da República ocorria a coligação entre PTB e PSD, como em 1955 e 1960, a nível local o PTB e PSD eram fortes concorrentes, inclusive o PSD se coligava com outros partidos, como UDN, PDC, PR, PSP, PTN, para disputar com o PTB a Prefeitura local; os dados das eleições municipais de 1952, 1956, 1960 e 1964 (ver Quadros 13, 15, 18 e 21) confirmam este fato. A UDN, um dos três maiores partidos nacionais, a sua participação a nível local ocorre tanto nas eleições para o executivo, como para o legislativo coligado com os demais partidos. O PTB nunca se coligou (ver Quadros 13, 15, 18 e 21). O PSD, embora coligando-se para disputar a Prefeitura Municipal, nas eleições à Câmara de Vereadores, com exceção de 1964, sempre correu independentemente. A nível estadual, verificamos que nos grandes partidos, tanto para eleições ao Governo do Estado, como para o Senado, Câmara Federal e Assembléia Legislativa, predominou a participação independente.

As coligações em Paranavaí, tudo indica que não tenham nada a ver, ou quase nada, com os níveis federal e estadual; elas atendem às necessidades das articulações políticas locais.

2.5. Eleição Municipal de 1968

A introdução forçada do bipartidarismo, após a extinção do pluripartidarismo pelo AI nº 2, de 27 de outubro de 1965, tornou difícil a convivência dos políticos em apenas dois partidos. Para conciliar os diversos subgrupos políti-

cos existentes dentro dos dois partidos, Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e Movimento Democrático Brasileiro (MDB), a engenharia política governamental criou o instituto da "sublegenda", o que possibilitou a cada partido instituir até três sublegendas. As eleições realizaram-se no dia 15 de novembro de 1968.

Foram os seguintes os resultados das eleições para a Prefeitura Municipal:

QUADRO 24

VOTAÇÃO PARA PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAÍ EM 1968				
CANDIDATOS	PARTIDOS	VOTOS	% DAS LEGENDAS	% SOBRE TOTAL DE VOTOS
Dionísio Assis Dal-Prá Vice: Geraldo Longo	ARENA-1	5.293	54,50	28,41
Flávio Ettore Giovine Vice: Anibal Ajita	ARENA-2	4.861		26,09
Soma da legenda		10.154		
Antonio José Messias Vice: Altino Afonso Costa	MDB-1	8.094	45,50	43,44
Joaquim Castella Vice: Kimio Nakamura	MDB-2	384		2,06
Soma da legenda		8.478		
TOTAL		18.632	100,00	100,00

Fonte: TRE - PR.

Embora o candidato Antonio José Messias tenha conquistado 43,44% dos votos atribuídos aos candidatos a prefeito municipal, venceu as eleições Dionísio Assis Dal-Prá, que

concorreu pela sublegenda ARENA-1, com 28,41% dos votos, porém a soma das duas sublegendas da ARENA atingiu 10.154 votos, ou seja, 54,50% dos votos, sendo eleito o candidato da sub-legenda mais votada.

Para a Câmara de Vereadores, em 1968, apresentou-se o seguinte resultado:

QUADRO 25

VOTAÇÃO À CÂMARA DE VEREADORES DE PARANAÍ EM 1968			
PARTIDOS	VOTOS	% DO TOTAL	Nº DE CADEIRAS CONQUISTADAS
ARENA	11.084	63,17	10
MDB	6.463	36,83	05
TOTAL	17.547	100,00	15

Fonte: TRE - PR.

Para o MDB, o total de votos para seus candidatos ao executivo municipal foi maior que o total de votos de seus candidatos ao legislativo municipal. Permaneceu a tendência anterior, em que os candidatos ao executivo municipal sempre obtiveram mais votos que a soma de votos dos candidatos de seus partidos para o legislativo municipal.

Quanto à ARENA, a situação se inverteu: a soma dos votos de sua legenda para o legislativo municipal foi maior que a soma dos votos atribuídos ao executivo municipal.

2.6. Eleição Municipal de 1972

Nesta eleição de 1972, defrontaram-se as três mais destacadas lideranças locais, disputando a Prefeitura Municipal: Benedito Pinto Dias, José Vaz de Carvalho e Antonio José Messias (que serão analisadas no capítulo seguinte). Foram realizadas no dia 15 de novembro de 1972 e apresentaram os seguintes resultados para a Prefeitura Municipal:

QUADRO 26

VOTAÇÃO PARA PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAÍ EM 1972				
CANDIDATOS	PARTIDOS	VOTOS	% DAS LEGENDAS	% SOBRE O TOTAL
José Vaz de Carvalho Vice: Nelson Leal	ARENA-1	5.539		30,53
Benedito Pinto Dias Vice: Mário Hélio L. Almeida	ARENA-2	5.989		33,01
Soma da legenda		11.528	63,54	
Antonio José Messias Vice: Moacir Veras	MDB-1	5.602		30,88
Waldenício Barbalho Vice: Carlito Me- nezes Barbosa.	MDB-2	586		3,23
Otávio Marques Si- queira. Vice: Faustin Bro- lini	MDB-3	427		2,35
Soma da legenda		6.615	36,46	
TOTAL		18.143	100,00	100,00

Fonte: TRE - PR

A legenda da ARENA conseguiu a maioria dos votos para o executivo municipal, ou seja, 11.528 votos, correspondendo a 63,54% do total dos votos. O candidato da ARENA-2, mais votado e eleito, foi Benedito Pinto Dias. Este, de escolaridade primária e dedicado ao comércio e agropecuária, disputou as eleições contra três médicos, José Vaz de Carvalho, Antonio José Messias e Otávio Marques Siqueira, e um advogado, Waldenício Barbalho.

Para a Câmara de Vereadores o resultado foi o seguinte:

QUADRO 27

VOTAÇÃO À CÂMARA DE VEREADORES DE PARANAÍ EM 1972			
PARTIDOS	VOTOS	% DO TOTAL	Nº DE CADEIRAS CONQUISTADAS
ARENA	12.103	73,04	11
MDB	4.467	26,96	04
TOTAL	16.570	100,00	15

Fonte: TRE - PR.

A soma de votos dos candidatos da ARENA para o executivo municipal foi menor que a soma de votos dos candidatos da ARENA para o legislativo municipal, o mesmo ocorrendo nas eleições anteriores.

Quanto ao MDB, continuou a tendência: as legendas para o executivo receberam mais votos que a legenda para o legislativo.

2.7. Eleição Municipal de 1976⁽¹⁷⁾

Diante dos resultados das eleições gerais de 1974, diz Maria Helena Moreira Alves⁽¹⁸⁾:

"O controle dos cargos municipais adquiria importância cada vez maior na medida em que constituíam os blocos de sustentação do poder político. A ARENA podia valer-se de numerosos recursos. Em primeiro lugar, o estudo do SNI assinalara os municípios mais importantes, estabelecendo as estratégias eleitorais dos candidatos do partido do governo. Além disso, toda burocracia do Estado Central e dos diferentes estados foi colocada à disposição dos interesses da ARENA. Abriram-se estradas em municípios sob controle deste partido, e em alguns casos cortaram-se fundos de municípios controlados pelo MDB. As finanças do Estado foram postas à disposição de candidatos da ARENA. Eles podiam usar carros oficiais, gasolina, funcionários públicos para o trabalho em suas campanhas, mimeógrafos, papel, etc. Embora os candidatos não pudessem falar pela televisão ou pelo rádio, nada impedia que governadores, ministros ou o próprio presidente da República fizesse-o em seu nome. Acima de tudo, pairava a ameaça de que a política de liberalização dependia de uma vitória da ARENA nas eleições municipais, e de que uma vitória do MDB provocaria nova onda de repressão."

Em Paranavaí a Prefeitura Municipal, ocupada por prefeito da ARENA, colocou toda a sua máquina administrativa e burocrática à disposição dos candidatos de seu partido. A Secretaria de Viação e Obras Públicas ficou sob influência direta do candidato da ARENA-1 e a Secretaria de Assistência Social sob a influência do candidato da ARENA-2. A ordem era vencer as eleições. Como demonstra o Quadro 28, é provável que as despesas com estas eleições, realizadas em 15 de novembro de 1976, tenham incidido no orçamento municipal do ano seguinte.

QUADRO 28

PARANAÍ: ORÇAMENTO VERSOS GASTOS COM PREVIDÊNCIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL E TRANSPORTES EM PORCENTAGENS.			
ANO	% ORÇAMENTO	GASTOS PREVIDÊNCIA E ASSIST. SOCIAL	GASTOS COM TRANSPORTES
1976	100	4,39	7,00
1977	100	7,75	8,84
1978	100	3,97	4,93
1979	100	3,83	5,39

Fonte: PMP

Esta eleição para Prefeitura Municipal apresentou o seguinte resultado:

QUADRO 29

VOTAÇÃO PARA PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAÍ EM 1976				
CANDIDATOS	PARTIDOS	VOTOS	% DAS LEGENDAS	% SOBRE O TOTAL
José Vaz de Carvalho Vice: Lauro Machado	ARENA-1	9.513	77,27	39,83
Dionísio Assis Dal-Prá Vice: Delcídes Pomin	ARENA-2	8.938		37,43
Soma da legenda		18.451		
Adelmo Pignatáro Delgado Vice: Altino Afonso Costa	MDB-1	4.190	22,73	17,55
Altino Alonso Quinhoneiro Vice: Umbelino Machado	MDB-2	745		3,12
Pedro Spigolon Vice: Walmir Graciano	MDB-3	494		2,07*
Soma da legenda		5.429		
TOTAL		23.880	100,00	

Fonte: TRE - PR.

Eleito pela terceira vez prefeito de Paranaíba o médico José Vaz de Carvalho, conseguindo 39,83% dos votos. Circulou, na ocasião, que o MDB, consciente de que não venceria as eleições, orientou muitos de seus adeptos a votarem neste candidato.

A seguir os resultados das eleições para a Câmara de Vereadores deste ano:

QUADRO 30

VOTAÇÃO À CÂMARA DE VEREADORES DE PARANAÍBA EM 1976			
PARTIDOS	VOTOS	% DO TOTAL	Nº DE CADEIRAS CONQUISTADAS
ARENA	16.885	74,09	11
MDB	5.906	25,91	04
TOTAL	22.791	100,00	15

Fonte: TRE - PR

Em relação à eleição anterior, os resultados se invertem no total de votos das legendas no executivo e legislativo municipal. Em 1972 a ARENA conseguiu 63,54% para o executivo e 73,04% para o legislativo e em 1976 ocorre a inversão, 77,27% para o executivo e 74,09% para o legislativo. O MDB decai e o legislativo atinge um percentual maior que o executivo, ou seja, 25,91% para o legislativo e 22,73% para o executivo, conforme Quadro 31.

QUADRO 31

COMPARATIVO ARENA VERSOS MDB DOS VOTOS PARA O EXECUTIVO E LEGISLATIVO MUNICIPAL EM PARANAVAÍ NAS ELEIÇÕES DE 1972 e 1976		
PARTIDOS/ANO	EXECUTIVO	LEGISLATIVO
ARENA	1972	63,54%
	1976	77,27%
MDB	1972	36,46%
	1976	22,73%

Sobre o crescimento da ARENA, pode ser explicado que, além do interesse do governo estadual e federal no resultado destas eleições, o partido lançou dois ex-prefeitos e contou com a participação ativa da Prefeitura Municipal, dirigida por um mandatário do mesmo partido. No final da campanha contou ainda com o apoio de Antonio José Messias, ex-integrante do MDB. Reuniram-se então nestas eleições, em favor da ARENA, os políticos mais votados em eleições para o Prefeitura Municipal de Paranavaí.

O MDB, além da conjuntura desfavorável, perdeu um de seus integrantes mais importantes na captação de votos para o executivo, Antonio José Messias. No geral o MDB decaiu, entretanto a legenda para o legislativo teve um desempenho melhor que a legenda para o executivo municipal. Em 1972 o MDB concorreu às eleições para o legislativo municipal com 16 candidatos e em 1976 com 47 candidatos, triplicando o número dos mesmos; quanto à ARENA, apenas dobrou este número, passando de 24 em 1972 para 51 em 1976.

Podemos concluir que, neste período bipartidário,

os candidatos da ARENA tiveram um melhor desempenho tanto nas eleições para o executivo, como para o legislativo municipal, com exceção de 1968, em que o candidato da sublegenda MDB-1 individualmente foi o mais votado para Prefeitura Municipal, conseguindo 43,44% dos votos.

2.8. Eleição Municipal de 1982⁽¹⁹⁾

Em 1982 ocorreu a coincidência das eleições para todos os cargos majoritários e proporcionais no país e realizaram-se no dia 15 de novembro.

Com a extinção do bipartidarismo pela Lei nº 6, de 20 de dezembro de 1979, as eleições de 1982 se processaram dentro do novo quadro partidário brasileiro⁽²⁰⁾ e apresentaram o seguinte resultado em Paranavaí para a Prefeitura Municipal:

QUADRO 32

VOTAÇÃO PARA PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ EM 1982				
CANDIDATOS	PARTIDOS	VOTOS	% DAS LEGENDAS	% SOBRE O TOTAL
Moacir Veras Vice: Waldenício Barbalho	PMDB-1	5.321		21,43
Benedito Pinto Dias Vice: Luizinho Gonzaga Donida	PMDB-2	11.745		47,34
Soma da legenda		17.075	68,77	
Lauro Machado Vice: Rodolfo Ferro	PDS	7.446	29,99	29,99
Vicente Messias dos Santos Vice: Florisvaldo Carrion	PTB	158	0,64	0,64
Milton Cruz Vice: João Francisco de Paula	PT	148	0,60	0,60
TOTAL:		24.827	100,00	100,00

Fonte: TRE - PR.

O candidato Benedito Pinto Dias, agora concorrendo pela legenda do PMDB, se reelege prefeito municipal e aumenta o seu percentual de votos em relação a 1972; em 1972 atingiu 33,01% dos votos atribuídos aos candidatos a prefeito, concorrendo pela ARENA, e em 1982 alcançou 47,34% pelo PMDB.

Foram os seguintes os resultados para a Câmara de Vereadores:

QUADRO 33

VOTAÇÃO À CÂMARA DE VEREADORES DE PARANAVÁ EM 1982			
PARTIDOS	VOTOS	% DO TOTAL	Nº DE CADEIRAS CONQUISTADAS
PDS	8.191	32,41	05
PMDB	16.746	66,25	10
PTB	184	0,73	00
PT	155	0,61	00
TOTAL	25.276	100,00	15

Fonte: TRE - PR.

O PDS, sucedâneo da ARENA, conseguiu 32,41% dos votos e o PMDB, sucedâneo do MDB e reforçando seus quadros com antigos arenistas, atingiu 66,25% dos votos para a Câmara Municipal.

Com os resultados apontados no Quadro 32 o PMDB saiu vitorioso na disputa para a Prefeitura Municipal. Entretanto, o candidato da sublegenda PMDB-1 era antigo filiado do MDB, mas o candidato da sublegenda PMDB-2 procedeu da antiga ARENA; então, é possível concluir que tradicionais oposicionistas continuam na oposição e tradicionais situacionistas con-

tinuam no poder político local. E tem mais: os emedebistas não só perderam as eleições para a Prefeitura Municipal, como também comparando com as eleições de 1976, e seu porcentual de votos para a Prefeitura declinou de 22,73% em 1976 para 21,43% em 1982. Seguindo o mesmo raciocínio para a Câmara de Vereadores, constatamos que a sublegenda PMDB-1 elegeu 3 dos 10 vereadores eleitos e a sublegenda PMDB-2 elegeu o restante, ou seja, 7 vereadores.

2.9. Contabilidade Eleitoral

Pelos Quadros 34 e 35, verificamos que a tendência do eleitorado de Paranavaí tem sido de crescimento, com exceção de 1972, que caiu para 25.630 eleitores e o mesmo ocorrendo com a população local, conforme os Censos de 1960 e 1970⁽²¹⁾, que diminui de 63.189 para 57.387 habitantes, respectivamente. Embora, no período de 1955 e 1961, vários municípios tenham-se desmembrados deste município.

Quanto às abstenções, a princípio nos parece que a razão esteja na extensão do município e dificuldades de locomoção do eleitorado rural. Após os desmembramentos, que deram origem a novos municípios, a dificuldade de locomoção continua; entretanto acreditamos que não havia interesse em atualização do fichário eleitoral, que inclusive deveria refletir-se negativamente no colégio eleitoral paranaense. Constatamos que os percentuais de abstenções de Paranavaí não está muito acima dos percentuais do Estado do Paraná; nas eleições de 1960, ocorreu no Paraná uma abstenção de 28,3%; em 1970, 22%; em 1974, 21%; em 1978, 26%; e em 1982, 22,5%⁽²²⁾.

Comparando os Quadros 34 e 35, constatamos que no

período bipartidarista, 1968 a 1976, a votação para a Prefeitura Municipal foi maior que a votação para a Câmara dos Vereadores, no mesmo período. E que, nas eleições pluripartidaristas, 1952, 1956, 1960, 1964 e 1982, a situação se inverte: a votação para a Câmara dos Vereadores é maior, que para a Prefeitura Municipal. Verificamos, também, que o número de votos em "branco", no bipartidarismo, é maior para o legislativo e no pluripartidarismo é maior para o executivo.

Os dados colocados acima merecem uma análise mais profunda, num estudo específico. Publicamos estes dados porque entendemos que seriam convenientes para fechar o quadro das eleições municipais de Paranavaí no período estudado.

As dificuldades encontradas, tanto nos Cartórios Eleitorais de Paranavaí como no Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, não nos permitiram reproduzir completamente os resultados das eleições gerais realizadas no município, o que poderia enriquecer algumas análises.

No capítulo seguinte aprofundaremos o estudo dos personagens políticos de Paranavaí, envolvidos nas eleições municipais, estaduais e federais; também, analisaremos os quadros partidários e o desempenho dos partidos políticos no município; e finalmente as articulações de interesses.

QUADRO 34

QUADRO COMPARATIVO DAS ELEIÇÕES PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍ - PERÍODO DE 1952 a 1982

ANO	NÚMERO DE CANDI-DATOS	ELEITORADO	TOTAL VOTOS CANDI-DATOS	VOTOS EM BRANCOS		VOTOS VÁLIDOS	VOTOS NULOS	VOTOS EM SEPARADOS	VOTANTES	ABSTENÇÕES	
				nº	%					nº	%
1952	02	5.412	4.310	111	2,45	4.421	96	-	4.517	895	16,57
1956	02	**	8.100	226	2,70	8.326	28	5	8.359	**	**
1960	03	14.928	8.786	**	**	**	**	**	9.662	5.266	25,27
1964	03	16.717	8.891	364	3,84	9.255	218	-	9.473	7.244	43,33
1968	04	28.252	18.632	234	1,22	18.866	231	-	19.097	9.155	32,40
1972	05	25.630	18.143	164	0,87	18.307	469	-	18.776	6.854	26,74
1976	05	33.017	23.880	239	0,96	24.119	725	-	24.844	8.173	24,75
1982	05	37.841	24.827	1.973	7,11	27.748	948	-	27.748	10.093	26,67

* - % sobre os votantes

** - dados não encontrados

QUADRO 35

QUADRO COMPARATIVO DAS ELEIÇÕES PARA A CÂMARA DE VEREADORES DE PARANAÍ - PERÍODO DE 1952 a 1982

ANO	NÚMERO DE CANDI-DATOS	ELEITORADO	TOTAL VOTOS CANDI-DATOS	VOTOS EM BRANCOS		VOTOS VÁLIDOS	VOTOS NULOS	VOTANTES	ABSTENÇÕES	
				nº	%*				nº	%
1952	48	5.412	4.316	87	1,92	4.403	114	4.517	895	16,53
1956	51	**	8.125	175	2,09	8.300	59	8.359	**	**
1960	48	14.928	9.245	251	2,59	9.496	166	9.662	5.266	35,27
1964	61	16.717	9.158	239	2,52	9.397	76	9.473	7.244	43,33
1968	52	28.252	17.547	1.169	6,12	18.716	381	19.097	9.155	32,40
1972	40	25.630	16.570	1.418	7,55	17.988	788	18.776	6.854	26,74
1976	78	33.017	22.791	1.383	5,56	24.174	670	24.844	8.173	24,75
1982	117	37.841	25.276	1.340	4,82	26.616	1.132	27.748	10.093	26,67

* - % sobre os votantes

** - dados não encontrados

NOTAS DO CAPÍTULO III

- (1). Manoel Ribas foi nomeado por Getúlio Vargas para governar o Estado do Paraná, como Interventor Federal. Governou o Paraná de 1932 a 1945. Devido a seu modo prático de governar, tornou-se rapidamente muito popular, apesar de ser por vezes ríspido (Ver, WACHOWICZ, Ruy Christovam. História do Paraná. Curitiba, Editar, 1972, p. 146).
- (2). Telmo Ribeiro, detentor do "mando" na Fazenda Brasileira, era homem vaidoso e com fama de "rápido no gatilho", porém delicado e de voz macia. Era envolvente e ficou conhecido pelas suas conquistas femininas. Usava cinturão, cuja fivela era a letra "T". Fumava charutos importados da Holanda e usava perfume francês. Tinha um anel de madrepêrola, mandado confeccionar no Rio de Janeiro. Suas botas eram feitas sob medida e sempre usava paletó que combinasse com as mesmas. No pescoço trazia sempre um lenço de cetim, preso por um broche de ouro. Amigo dos amigos e implacável com os inimigos. Hábitos de Telmo Ribeiro, narrados por Alcides Loureiro, em entrevista concedida ao Jornal Folha de Londrina, publicada em 30/10/82, p. 26, Londrina - PR.
- (3). Já citado na nota (18) do Capítulo II.
- (4). Declaração feita em entrevista ao jornal "Folha de Londrina" e publicada em 30/10/82, p. 26, Londrina-PR.
- (5). Porto Rico, cidade paranaense, situada às margens do Rio Paraná, distante aproximadamente 100 quilômetros de Paranavaí.
- (6). Ver, idem nota (4).

- (7). Por falta de dados oficiais, estas informações foram coletadas de moradores antigos, no local.
- (8). Dados fornecidos por Ulisses Faria Bandeira, em entrevista com o pesquisador deste trabalho em 21/01/85.
- (9). Dados fornecidos por Walter Antonio De Sordi, em entrevista realizada com o pesquisador deste trabalho em 22/01/85.
- (10). Arlindo Francisco Borges, entrevista concedida ao Jornal "Diário do Noroeste", ed. especial de 14/12/77. Paranavaí-PR.
- (11). Informa João da Silva Franco, que acompanhou o caso na ocasião, "que a trama já estava planejada e que muitos chefes de família sabiam o que ia acontecer, mas não alertaram De Sordi", em entrevista publicada no jornal "Diário do Noroeste", edição especial de 14/12/77.
- (12). Neste julgamento, conforme processo nº 165, arquivado no Cartório do Crime, da Comarca de Mandaguari, consta no depoimento de Telmo Ribeiro que: "No dia 12 de outubro de 1948 de manhã, veio a vila a fim, que com José Francisco que era subdelegado de polícia, acertar providências em virtude da festa à recepção ao Sr. Bispo que ia chegar, que o interrogado procurou a citada autoridade na subdelegacia, que quando ali se encontrava, conversando com a autoridade chegou a vítima, que era desafeito do interrogado. Em companhia de 40 homens, pouco tempo antes havia cercado a fazenda dele interrogado, com o intuito de assassiná-lo. Que a vítima entrou na sala da delegacia sem pedir licença e sem cumprimentar os presentes, atirando seu chapéu sobre a mesa e sentando em seguida sem que ninguém mandasse e que depois de sentado perguntou: o que você quer comigo. O delegado disse então a vítima que tinha denúncia que Alcides De Sordi pretendia levar como chefe, a terceira revolta social em Paranavaí, que a vítima retorquindo, disse ao subdelegado: "você está mentindo, porém enquanto este governo e as autoridades constituídas estiverem mandando eu hei de combatê-los por todos os meios ao meu alcan-

ce". Interferindo então, o interrogado pediu a vítima calma e que respeitasse essas autoridades e a vítima disse: "que não respeitava ninguém"; e levantando-se bruscamente levou a mão a cinta como quem vai tirar uma arma. Ao que o interrogado para se defender fez uso de seu revólver, que o interrogado não teve dúvida nenhuma da atitude agressiva da vítima porquanto a mesma era conhecida como sua inimiga, tendo como declarou antes cercado sua fazenda com 40 homens, invadindo, a administração do Estado a fim de assassiná-lo de vez que todos se encontravam armados de carabinas, fato esse notório em Paranavaí. O interrogado não viu se mais alguém fez uso de arma, mesmo porque a vítima saiu em seguida da sala da delegacia. O interrogado saiu após ela tomando um automóvel e fugindo. O interrogado saiu após a vítima e não percebeu se ela a vítima ainda estava caída fora da sala da delegacia ou noutra lugar". O autor desta pesquisa, não conseguiu localizar os autos do primeiro julgamento, porém, na Apelação do segundo julgamento, está transcrito o depoimento de Hugo Doubek: "que na mesma ocasião do crime o depoente soube pelos presentes na delegacia, que a vítima Alcides De Sordi foi revistado e não se encontrava em seu poder nenhuma arma". Neste mesmo documento o advogado de defesa da família De Sordi, registrou o depoimento de José Francisco, subdelegado de polícia, que declarou: "que estava em sua casa ainda dormindo, quando chegaram Telmo Ribeiro, Oscar Camargo e Alberto Ginester; e Telmo Ribeiro exigiu que intimasse Alcides De Sordi para prestar esclarecimentos. O declarante disse a Telmo Ribeiro que não era conveniente no momento que receava que poderia acontecer um caso fatal". Informa um político local que no segundo julgamento os jurados foram manipulados pelo Deputado Estadual pelo PSD, Francisco Accioly Rodrigues da Costa Filho, advogado de defesa do réu; e que, a título de compensação pela absolvição, cada jurado recebeu 200 hectares de terras em Paranavaí, cujas terras foram adquiridas por um fazendeiro local. Constam na Ata de Julgamento deste processo os seguintes jurados: 1. Clarice Paixão Roque; 2. Antonio Raposo; 3. Carlos Ubiali; 4. Álvaro Dearo; 5. Fugêncio Duar-

te; 6. Emílio Eidan; e 7. Antonio Carvalho. O advogado de defesa, Accioly Filho, foi depois eleito Deputado Federal e Senador da República, pelo Estado do Paraná; e, falecido recentemente, foi considerado um dos mais expressivos juristas paranaenses.

- (13). Dados extraídos de: SILVA, José Adalberto Firmino. **Mandaguari: Sua História, Sua Gente.** Maringá, J. A. Editora, 1982, p. 85.
- (14). Ver Victor Nunes Leal, op. cit., p. 257.
- (15). Ver p. 76, op. cit. Capítulo I.
- (16). SOUSA, Maria do Carmo Campello de. **Estado e partidos políticos no Brasil (1930 - 1964).** São Paulo, Alfa-Omega, 1970, p. 160.
- (17). É necessário ressaltar que o autor deste trabalho participou destas eleições como candidato a vereador, pela ARENA, objetivando principalmente vivenciar a prática política local. Nesta eleição o apoio oficial foi importante para atender às necessidades da campanha eleitoral dos candidatos da ARENA. Entretanto, os mesmos se valeram também de contribuições de simpatizantes de suas candidaturas, assim como de recursos próprios. A campanha para os candidatos do partido situacionista (ARENA) se desenvolveu no estilo clientelista. Os candidatos concedendo todo tipo de favores, seja distribuindo bolas e jogos de camisas de futebol; seja prestando assistência médico-farmacêutica; seja fornecendo óculos e dentaduras; seja facilitando retirada de carteiras de motorista e identidades; seja o encaminhamento de registros de casamento e nascimento; seja o fornecimento ou facilitação de madeiras, tijolos e telhas para construção; seja a construção de campos de futebol e reparação em estradas no interior do município; seja o fornecimento de gasolina, passagens e refeições; seja a reforma de veículos e contribuições para excursões turísticas; seja a compra de rifas e contribuições para "livro ouro"; seja a contribuição financeira e material para entidades assistências e religiosas; e, somando a tudo isto, todo tipo de "promessas" para serem cumpri-

das após as eleições, caso os candidatos fossem eleitos. A estratégia da campanha recomendava a tática de visita casa a casa, estendendo a mão e cumprimentando todos os eleitores e seus familiares. Para visita ao interior do município, eram formadas as caravanas, constituídas do candidato a prefeito e de seus candidatos a vereadores, denominadas de "caravanas da vitória"; forma de induzirem os eleitores a votarem nos candidatos supostamente vitoriosos, em razão de que os eleitores mais humildes diziam que não gostavam de perder seus votos, votando nos candidatos que possivelmente seriam eleitos e conseqüentemente não perderiam a oportunidade de receber alguma proteção. Fato comum e interessante é que o eleitor faz questão de que o candidato peça o seu voto; caso contrário ele se sente desprezado. Pedir o voto não garante ao candidato o voto do eleitor; entretanto, se não pedir, a possibilidade de não receber o voto é quase total. Quanto aos candidatos oposicionistas (MDB), devido à falta de recursos, não lhes sobrava outra alternativa senão o discurso crítico e veemente. Mas no contato pessoal com os eleitores seguiam o mesmo comportamento dos arenistas. Os temas dos discursos giravam em torno de assuntos locais, porque os temas estaduais e nacionais não despertavam muito interesse ao eleitorado. Mas o que mais fazia vibrar os eleitores, era exatamente verem seus candidatos hostilizarem os candidatos adversários.

- (18). Recomendamos ler: ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e Oposição no Brasil (1964 - 1984). Petrópolis, Vozes, 1984, p. 191.
- (19). Embora os mandatos fossem de 4 anos, os candidatos eleitos em 1976, tanto para o executivo municipal, quanto para a Câmara de Vereadores, tiveram seus mandatos prorrogados até 31 de janeiro de 1983 (conforme Emenda Constitucional nº 14, de 09 de setembro de 1980), objetivando a coincidência de eleições municipais com as eleições para deputado (estadual e federal).
- (20). Foram organizados em Paranavaí os diretórios dos seguintes partidos políticos: Partido Democrático Social

(PDS); Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB); Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e Partido dos Trabalhadores (PT). O Partido Democrático Trabalhista (PDT) não foi estruturado no município, embora tivesse sido a nível nacional e estadual.

(21). Publicado pelo IBGE

(22). Dados fornecidos pelo Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

CAPÍTULO IV

PERSONAGENS, PARTIDOS E ARTICULAÇÃO DE INTERESSES

1. Personagens: Ingresso e Renovação

Objetivamos primeiramente demonstrar como ou quando se processou o ingresso de personagens no contexto político local, estadual e nacional e em seguida analisaremos a questão da renovação de lideranças na política local.

1.1. O Ingresso

A porta de entrada na política local se efetua através dos partidos políticos e o ingresso nos mesmos segue o que poderíamos chamar de regra geral: o ingressante é convidado a filiar-se ao partido visando ao fortalecimento do mesmo, ou mais comumente, o fortalecimento do grupo dirigente do partido, ou de grupos dentro do partido. Entretanto, registra-se a existência de pessoas que ingressam na política partidária em defesa de algum ideal, assim como aquelas denominadas de "oportunistas", que vêm na política uma forma de ascensão sócio-econômica.

Este quadro local já foi analisado na literatura política brasileira ⁽¹⁾ e explicado pela falta de partidos polí-

ticos de bases fortemente ideológicas e sem qualquer preocupação de preparação de seus quadros, configurando como partidos de massa, conhecidos como os "pega-tudo" (2).

O recrutamento para os cargos eletivos recai fundamentalmente no potencial de votos de cada candidato, além da necessidade de identificar-se com alguma liderança do partido, não importando se o mesmo é ou não filiado, bastando que se filie no tempo exigido pela legislação.

As candidaturas à vereança municipal representam muito mais uma forma de carrear votos para os candidatos à Prefeitura Municipal do que uma alternativa representativa.

No caso da escolha de candidatos para concorrerem à Prefeitura Municipal, a seleção é mais rígida e o peso maior recai na popularidade dos candidatos e depois na sua posição sócio-econômica na comunidade; popularidade não representa que o candidato proceda de camadas populares da comunidade e sim de sua projeção dentro dela, através de sua profissão ou envolvimento na vida comunitária. A capacidade econômica individual é considerada, mas o apoio financeiro de pessoas e de grupos dentro da comunidade pode superar esta questão, mas também leva ao comprometimento dos candidatos.

As candidaturas a deputado estadual e federal são articuladas com as lideranças locais que fornecem todo o apoio e sustentação. Existem casos de candidatos populares que apoiando-se em suas atividades, nos meios de comunicação de massa, escapam do controle das lideranças locais.

Como regra geral, as candidaturas são selecionadas pelas lideranças políticas locais, ou seja, pela elite política local. Quanto à questão institucional, não passa de mera formalidade legal, que apenas visa a ratificar o que já foi decidido e articulado pelas cúpulas ou elites partidárias.

As decisões e convivências democráticas no interior dos partidos políticos é algo ainda não resolvido no Estado Moderno⁽³⁾ e particularmente na política brasileira, tradicionalmente influenciada pelo "mandonismo" de personagens da política local.

O processo político de Paranavaí inicia-se antes de 1952, quando ainda era Distrito do município de Mandaguari. A ação política foi desenvolvida por dois grupos: de um lado pelo Capitão Telmo Ribeiro, presidente do subdiretório do PSD e de outro por Alcides De Sordi, presidente do subdiretório local da UDN. O Capitão Telmo Ribeiro, com ligações ao Interventor Manoel Ribas e em seguida articulado com o governador Moysés Lupion, detinha o "comando político"⁽⁴⁾ local; De Sordi agrupava os oposicionistas, manifestando-se contra as medidas governamentais e em particular a respeito das questões fundiárias; foram os primeiros personagens que se destacaram na política local, e ingressaram na política em defesa de interesses específicos, ou seja, questões de distribuição de terras que envolviam a colonização desenvolvida na região pelo governo estadual.

A campanha eleitoral para Presidente da República e para o Governo Estadual em 1950, com a ascensão de Getúlio Vargas à Presidente da República e a eleição de Bento Munhoz da Rocha Neto para o Governo do Estado e ainda a influência do ex-Interventor e Governador do Estado de São Paulo, região fronteiriça com este Estado, Adhemar de Barros, estimularam o aparecimento de grupos políticos e, conseqüentemente, de novos personagens na política local⁽⁵⁾. Neste período ocorreu intenso aumento da população local⁽⁶⁾, migraram para Paranavaí, principalmente, paulistas, mineiros, gaúchos, catarinenses e nordestinos.

Para melhor ordenar nossos estudos, a partir da década de 1950, destacaremos inicialmente os personagens envolvidos nas eleições para a Prefeitura Municipal e os cargos eleitorais a nível estadual e federal (Ver Quadros 36 e 37) e depois nas eleições para Câmara de Vereadores.

Em 1952, concorre à eleição para a Prefeitura Municipal o sitiante Herculano Rubim Toledo, fundador e presidente do Diretório do PTB local. Para opor-se a esta candidatura, que continha o aval da ascensão do seu partido, tanto a nível estadual como nacional, o grupo dirigente do PSD local convida o médico José Vaz de Carvalho, em razão de sua popularidade, para concorrer às eleições pela sua legenda, assim como com o apoio da UDN, PR e PSP local; não só aceitou como venceu as eleições e iniciou uma significativa carreira política (7).

Em 1954, Herculano Rubim Toledo candidata-se a uma vaga na Assembléia Legislativa Estadual, pelo PTB, porém não foi eleito, e em 1956 candidata-se novamente à Prefeitura Municipal, pela mesma legenda, e foi derrotado por pequena margem de votos por Ulisses Faria Bandeira, agrimensor e funcionário público estadual, lotado na Inspeção de Terras local (8), que foi indicado pelo PSD e recebeu o apoio da UDN, PSP e PTN. Este último, na eleição seguinte, se elegeu vereador pelo PSP e não se candidatou mais, da mesma forma que Rubim Toledo, depois de 1956.

O médico José Vaz de Carvalho, eleito Prefeito Municipal em 1952, nas eleições de 1956 se elege vereador, como o mais votado, e em 1958 se candidata à Assembléia Legislativa pelo PSD, conseguindo 5.119 votos, ficando na primeira suplência e assumindo a cadeira logo depois. Como deputado estadual, assume o "comando político" local.

Ainda em 1958, ocorre um fato que parecia não ter menor importância. Um negociante local, Benedito Pinto Dias, manda imprimir cédulas⁽⁹⁾ do candidato a deputado federal pelo PDC, Ney Aminthas de Barros Braga, então prefeito de Curitiba, e faz sua campanha eleitoral para deputado federal na região. Com este ato, Pinto Dias se envolve na política, tornando-se um dos personagens mais importantes da política paranaense.

O ano de 1960 marcou pelo ingresso e ascensão de importantes lideranças na política local. O advogado José Alencar Furtado participa da Fundação do Diretório do PSB; Benedito Pinto Dias, com um grupo de companheiros, foi autorizado por Ney Braga, líder do PDC no Paraná, a organizar este partido no município e região. Nas eleições municipais desse ano, o PDC lança a candidatura de Flávio Ettore Giovine, comerciante, agropecuarista e ex-udenista, para prefeito municipal, que não consegue eleger-se; mas para a Câmara dos Vereadores, coligado com a UDN, o PDC elegeu Benedito Pinto Dias e Geraldo Longo, e a UDN, Waldenício Barbalho. O PTB, ainda em ascensão no município, depois de derrotado nas duas últimas eleições, elege o médico Antonio José Messias para a Prefeitura Municipal, figura popular e conhecida como médico dos pobres. Com a eleição de Ney Braga para o Governo do Estado, o vereador Benedito Pinto Dias assume o "comando político" local.

Em 1962, o vereador do PTB Francisco César Montenegro, advogado, se candidata à Assembleia Legislativa Estadual e o vereador do mesmo partido Aldo Silva, advogado, se candidata à Câmara Federal, mas não se elegeram. O advogado José Alencar Furtado se candidata à Assembleia Legislativa Estadual, pelo PSP, dentro da coligação denominada de "FRENTI-NHA", mas também não se elege. O deputado estadual pelo PSD,

CANDIDATOS VINCULADOS A PARANAVÁI - ELEIÇÕES ESTADUAIS

	1954	1958	1962	1966	1970	1974	1978	1982	OBSERVAÇÕES:
GOVERNADOR									
Hamilton Villela Magalhães								PTB 30.202	NÃO FOI ELEITO.
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA									
Rozulano Rubik Toledo	PTB ^{***} 2.087								
José Vaz de Carvalho	PMP 5.119	PSD ^{**} 5.119	PSD [*] 5.713	PMP			PMP		Em 1970, coupon o cargo do Secretário do Trabalho e Assistência Social - PR.
Francisco César Montenegro			PTB ^{***} 1.571						
Benedito Pinto Dias			POC [*] 7.254	ARENA [*] 17.713	ARENA [*] 13.873	PMP	ARENA [*] 19.184	PMP	Presidente da Associação dos Municípios do Estado do Paraná de 73 a 77.
José Alencar Avertado			Pro(1) ^{***} 3.891	MDB [*] 11.406					
Wilson Figueiredo Fortes				ARENA [*] 22.973	ARENA [*] 41.920	ARENA [*] 23.622	ARENA [*] 21.919	PDS [*] 24.173	1969, Secretário do Trabalho e Assistência Social. 1970, Candidato mais votado do PR. 1971 a 72, Presidente da Assembleia Legislativa do Paraná.
Waldenildo Barbalho					MDB ^{**} 7.198	MDB [*] 21.874	MDB ^{***} 7.622		
Aurálio Costa Filho					PSD ^{***} 4.143				
Lauro Machado					ARENA ^{***} 10.810	ARENA ^{***} 6.311			
Elio João Ventura								PDS ^{***} 14.434	
Eduardo Ferreira Raggio								PMDU [*] 29.499	

Fonte: TRE - Curitiba-PR.
 * Candidato Eleito
 ** Suplência, depois assumiu a cadeira
 *** Suplente
 (1) Prontinho: PMP-PTB-PST-PR-PPS-PRR
 PMP Prefeito Municipal

QUADRO 37

CANDIDATOS VINCULADOS A PARANAVAI - ELEIÇÃO FEDERAL

	1954	1956	1962	1966	1970	1974	1978	1982	OBSERVAÇÕES:
SENADO FEDERAL									
Hamilton Vitela Megalhães					ARENA				Candidatou-se como suplente do candidato da ARENA João Mattos Leão. Com o licenciamento do titular assumiu o cargo.
CÂMARA FEDERAL									
Aldo Silva			*** PTB 5.513						
Flávio Ettore Giovine					ARENA 21.814	** ARENA 23.669	*** ARENA 23.346		
José Alencar Furtado					MDB 42.863	* MDB 86.413		*	Em 1977, líder do MDB na Câmara Federal, teve seu mandato cassado pelo Presidente Ernesto Geisel.
Hamilton Vitela Megalhães				** ARENA 14.958			ARENA 38.154		
Heitor Alencar Furtado							MDB 32.896	*	Em 1982, em plena campanha eleitoral, disputando uma cadeira à Assembleia Legislativa do Paraná, foi vítima de um homicídio

Fonte: TSE - Curitiba - Pr.

* Candidato eleito

** Ficou na suplência, depois assumiu a cadeira

*** Suplente

José Vaz de Carvalho, reelege-se com 5.713 votos e Benedito Pinto Dias se elege deputado estadual pelo PDC, com 7.254 votos.

Em 1964, no final de seu mandato na Prefeitura Municipal e em decorrência do Movimento Militar deflagrado em 31 de março, Antonio José Messias é indiciado em inquérito chamado "IPM da Zona Norte do Paraná", é acusado de liderar agitação subversiva e comunizante na cidade⁽¹⁰⁾; livre do processo conclui seu mandato. Com 3.977 votos e com apoio do PSD, PDC, PR e UDN, José Vaz de Carvalho retorna à Prefeitura Municipal, disputando contra Geraldo Longo, do PSP, e Neil Jorge, engenheiro Civil, do PTB.

Em 1965, foi eleito Governador do Estado do Paraná Paulo Pimentel, ex-Secretário da Agricultura do Governo Ney Braga e com o apoio deste. Nesta eleição entra mais um personagem na arena política local: Wilson Figueiredo Fortes; este agrônomo da Secretaria da Agricultura, lotado em Paranavaí e bem relacionado com Paulo Pimentel, promove a campanha de Pimentel no Noroeste do Paraná, que eleito atribui o "comando político" de Paranavaí a Wilson Fortes; com este apoio Wilson Fortes prepara sua campanha à Assembléia Legislativa Estadual.

Com a extinção dos partidos políticos em 1965 e a introdução do bipartidarismo, os políticos locais tiveram que optar por uma das duas legendas criadas, ARENA e MDB. Citamos abaixo a trajetória de algumas das lideranças até aqui arroladas⁽¹¹⁾:

José Vaz de Carvalho	PSD - ARENA
Benedito Pinto Dias	PDC - ARENA
Geraldo Longo	PDC/PSP - ARENA
Wilson Figueiredo Fortes	PSD - ARENA

Flávio Ettore Giovine	UDN/PDC - ARENA
Aldo Silva	PTB - ARENA
Antonio José Messias	PTB - MDB
Waldenício Barbalho	UDN - MDB
Francisco César Montenegro	PTB - MDB
José Alencar Furtado	PSB/PSP - MDB

Em 1966, Wilson Fortes, com 22.937 votos, elege-se deputado estadual pela ARENA e inicia uma vitoriosa carreira legislativa paranaense. O advogado Alencar Furtado elege-se deputado estadual pelo MDB, com 11.486 votos. O deputado Pinto Dias reelege-se pela ARENA, com 17.713 votos. O engenheiro civil Hamilton Vilela Magalhães, Chefe do Departamento de Estradas de Rodagem (DER) local, com apoio de Ney Braga e Pinto Dias, candidata-se à Câmara Federal pela ARENA, e com 14.958 votos fica na suplência mas depois assume a cadeira; com esta candidatura, mais um personagem surge na política local.

Em 1968, Antonio José Messias, apesar de conseguir 8.094 votos pelo MDB-1, correspondendo a 43,44% do total dos votos dos candidatos à Prefeitura Municipal, não se elege; foi candidato também, pela ARENA-1, Flávio Ettore Giovine, conquistando 4.681 votos com apoio de Benedito Pinto Dias, Hamilton Vilela Magalhães e Ney Braga; mas foi eleito Dionísio Assis Dal-Prá, pela ARENA-2, com 5.293 votos, com apoio de José Vaz de Carvalho e Wilson Fortes. O candidato Dionísio Assis Dal-Prá inaugura sua participação na política de Paranavaí, empresário local, ligado ao comércio, indústria e agropecuário. Concorre ainda o médico Joaquim Castela, pelo MDB-2, ex-integrante da UDN local, conseguindo apenas 384 votos.

Em 1970, foram reeleitos para a Assembléia Legislativa, pela ARENA, Benedito Pinto Dias, com 13.873 votos e

Wilson Figueiredo Fortes, com 41.920 votos; este último foi o deputado mais votado do Paraná e foi escolhido para presidir a Assembléia Legislativa no período de 1971 a 1972. Em 1969 Wilson Fortes exerceu o cargo de Secretário do Trabalho e Assitência Social do Governo do Estado do Paraná. Pelo MDB, candidata-se à Assembléia Legislativa Waldenício Barbalho, advogado e ex-integrante da UDN local, também eleito vereador nas eleições de 1960 (UDN), 1964 (UDN) e 1968 (UDN); com 7.198 votos ficou na suplência, depois assumiu a cadeira. Concorreu também pelo MDB o advogado Aurélio Costa Filho, vereador local pelo mesmo partido, com 4.143 votos, também ficando na suplência. Para a Câmara Federal o MDB indicou e elegeu José Alencar Furtado, com 42.863 votos, e a ARENA elegeu Flávio Ettore Giovine, com 21.814 votos.

Para o Governo do Paraná foi "eleito" indiretamente o candidato da ARENA, Haroldo Leon Peres, para o período de 1970 a 1974, mas "renuncia"⁽¹²⁾ ao cargo, assumindo o Vice-governador Parigot de Souza. Com o falecimento de Parigot de Souza, termina o mandato o deputado Emílio Gomes. Neste período, o "comando político" em Paranavaí foi-se alternando entre Pinto Dias e Wilson Fortes. O deputado Hamilton Vilela Magalhães foi eleito suplente de Senador na chapa de João de Mattos Leão, pela ARENA.

Em 1972, Benedito Pinto Dias, pela ARENA-2, candidata-se e vence as eleições para a prefeitura de Paranavaí. De escolaridade primária, enfrenta três médicos e um advogado; nestas eleições se defrontam as três importantes lideranças locais: Pinto Dias, José Vaz e Antonio Messias.

O ano de 1974 marcou-se pela grande virada da oposição, o MDB alcança considerável margem de votos em todo o país; no Paraná, para a Câmara Federal, conquista 50% das ca-

deiras e para a Assembléia Legislativa aumenta sua bancada de 9 para 25 deputados. Dos candidatos de Paranavaí, do MDB, Alencar Furtado se reelege para a Câmara Federal, conseguindo 86.413, e Barbalho se reelege à Assembléia Legislativa, conseguindo 21.874 votos. O deputado Wilson Fortes, da ARENA, elege-se novamente, conseguindo desta vez 23.822 votos. Concorre também pela ARENA o cartorário Lauro Machado, vereador mais votado da ARENA em 1972, que embora conseguindo 10.810 votos ficou na suplência. A Câmara Federal Flávio Ettore Giovine, com 23.669 votos, fica na suplência pela ARENA.

Ainda nas eleições de 1972, para a Prefeitura Municipal de Paranavaí, o prefeito em exercício Dionísio Assis Dal-Prá, que foi eleito com o apoio de José Vaz de Carvalho, apóia o candidato Benedito Pinto Dias, que disputava contra outros candidatos, inclusive contra José Vaz de Carvalho.

Em 1976, foi eleito pela terceira vez prefeito de Paranavaí José Vaz de Carvalho, pela ARENA, conseguindo 9.513 votos, com o apoio do deputado estadual Wilson Fortes e do deputado federal Flávio Giovine e do trabalho realizado pelo seu companheiro de chapa, o candidato a vice-prefeito Lauro Machaco; o outro candidato da ARENA-2, Dionísio Assis Dal-Prá, que conseguiu 8.938 votos, recebeu o apoio do prefeito em exercício Benedito Pinto Dias e no final da campanha do dissidente do MDB, Antonio José Messias, que veio a falecer tempos depois. O deputado federal Alencar Furtado, do MDB, apoiou os candidatos de seu partido, mas especificamente Adelmo Pignataro Delgado, cartorário local; foram candidatos ainda, pelo MDB, o cantabilista e economista Altino Alonso Quinhoneiro e o comerciante Pedro Spigolon. Os mandatos de prefeitos foram estendidos de 4 para 6 anos, para que houvesse coincidência com as eleições para deputados⁽¹³⁾. Nesse

ano Alencar Furtado teve seu mandato cassado e suspensos seus direitos políticos por 10 anos, pelo Presidente Ernesto Geisel, depois de um pronunciamento em programa de rádio e televisão, em horário cedido pela Justiça Eleitoral (30/06), e por ela anteriormente aprovado.

Em 1978, foram reeleitos pela ARENA, à Assembléia Legislativa, Benedito Pinto Dias, com 19.184 votos, e Wilson Figueiredo Fortes, com 21.919 votos; ainda pela ARENA, se candidata à Assembléia Legislativa Lauro Machado, que consegue 6.333 votos, não se elegendo; este último pretendia seguir uma liderança própria em Paranavaí, porém o espaço político estava congestionado pelas lideranças tradicionais. Candidato à reeleição, pelo MDB, à Assembléia Legislativa, o deputado Waldenício Barbalho, com 7.622 votos, ficou na suplência. Na ARENA foi reeleito à Câmara Federal Hamilton Vilela Magalhães, já residindo em Curitiba, com 38.154 votos. O Deputado Federal Flávio Ettore Giovine tenta sua reeleição, mas fica na suplência, com 23.346 votos. Com os direitos políticos suspensos, Alencar Furtado lança a candidatura do filho Heitor Alencar Furtado à Câmara Federal, pelo MDB, que foi eleito com 32.896 votos. Aqui se encerra o período bipartidarista.

Em 1982, ocorre a coincidência das eleições para todos os cargos majoritários e proporcionais no Brasil, com exceção da Presidência da República. Com a volta do pluripartidarismo surge um novo quadro partidário local, e os personagens políticos locais seguiram trajetórias diferentes, como veremos a seguir:

Benedito Pinto Dias	ARENA - PMDB
José Vaz de Carvalho	ARENA - PDS
Flávio Ettore Giovine	ARENA - PDS

Dionísio Assis Dal-Prá	ARENA - PDS
José Alencar Furtado	MDB - PMDB
Waldenício Barbalho	MDB - PMDB
Hamilton Vilela Magalhães	ARENA - PTB
Lauro Machado	ARENA - PDS
Heitor Alencar Furtado	MDB - PMDB

A ascensão oposicionista atraiu muitos arenistas para o PMDB, tanto a nível municipal, como estadual e federal.

O prefeito em exercício, José Vaz de Carvalho, encerra seu mandato e é eleito Benedito Pinto Dias. Para a Assembléia Legislativa, o PDS reelege Wilson Figueiredo Fortes, com 24.173 votos; concorre também por esta legenda o médico-veterinário Élio João Ventura, chefe local do Núcleo Regional da Secretaria de Agricultura do Governo do Paraná, que consegue 14.434 votos, ficando na suplência. Para a Câmara Federal, foi reeleito José Alencar Furtado, pelo PMDB, beneficiado pela "anistia política" promovida pelo Presidente da República João Batista de Oliveira Figueiredo. Conseguiu a segunda maior votação do Paraná, 101.026 votos. Para a Assembléia Legislativa, foi eleito pelo PMDB Eduardo Ferreira Baggio, empresário e agropecuarista local, com 29.499 votos, com apoio de Benedito Pinto Dias. Concorria também pelo PMDB o filho de Alencar Furtado, à Assembléia Legislativa; o Deputado Federal Heitor Alencar Furtado, porém, no decorrer da campanha, foi vítima de homicídio. Finalmente, o Deputado Federal Hamilton Vilela Magalhães, já desvinculado de Paranavaí, candidata-se pelo PTB ao Governo do Estado, conseguindo 30.202 votos.

A identificação dos personagens da Câmara dos Vereadores torna-se importante, visto que seria nesta instituição o primeiro momento da iniciação político-eleitoral, e os

candidatos eleitos são lideranças representativas de todo o município; embora não aconteça sempre assim, é a partir das candidaturas bem-sucedidas à Câmara de Vereadores que as lideranças se firmam e se projetam para outros cargos eletivos.

No Anexo 01, relacionamos todos os candidatos que participaram das eleições para a Câmara de Vereadores de Paranavaí no período de 1952 a 1982 e no Quadro 38, relacionamos os vereadores que foram eleitos mais de uma vez no mesmo período. Embora os mandatos sejam de quatro anos, na legislatura iniciada em 1976, os mesmos foram prorrogados por mais dois anos para que houvesse a coincidência com eleições para deputados. Entretanto, em 1982, a simultaneidade das eleições é alterada e os mandatos para a Câmara Municipal são estendidos para seis anos, terminando em 31 de dezembro de 1988⁽¹⁴⁾.

Dos personagens que mais participaram como candidatos à Câmara de Vereadores, aparece em primeiro lugar Vivaldo de Oliveira (Corretor), que concorreu em todas as eleições, desde 1952 a 1982, sendo eleito três vezes e ficando na suplência cinco vezes, das quais uma vez assumiu o mandato. Em seguida, surge o nome de José Vendolino Schueroff (agricultor), que foi eleito três vezes e ficou na suplência também três vezes. Mas cabe a Sebastião Bem Bem de Oliveira (político), ainda em exercício, a primazia de ter sido eleito cinco vezes consecutivamente.

Iniciando na Câmara Municipal de Paranavaí, alguns personagens tentaram concorrer a outros cargos eletivos, uns sendo bem sucedidos e outros não, como exemplo: Benedito Pinto Dias, depois de eleito vereador, foi eleito quatro vezes deputado estadual e duas vezes prefeito de Paranavaí; Waldenício Barbalho, depois de exercer três mandatos na Câmara Municipal, candidatou-se a deputado estadual, das quais exerceu

QUADRO 38

VEREADORES DE PARANAÍ ELEITOS MAIS DE UMA VEZ									
NOMES	ANOS	1952	56	60	64	68	72	76	82
Vivaldo de Oliveira		x	x	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	x	<input type="checkbox"/>
José Vendolino Schueroff		-	x	x	x	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	-
Aldo Silva		x	x	x	x	-	-	<input type="checkbox"/>	-
Waldenício Barbalho		-	-	x	x	x	-	-	-
Nelson Buzato dos Santos		-	x	x	-	-	-	-	-
Geraldo Longo		-	-	x	-	-	x	-	-
Sebastião de Oliveira (Bem Bem)		-	-	-	x	x	x	x	x
Mario Afonso Costa		-	-	-	<input type="checkbox"/>	x	x	x	<input type="checkbox"/>
Francisco Luiz de Assis		-	-	-	x	x	x	<input type="checkbox"/>	-
Hercílio Sandri		-	-	-	x	x	<input type="checkbox"/>	x	<input type="checkbox"/>
Delcídes Pomim		-	-	-	<input type="checkbox"/>	x	x	-	x
Willy Geraldo Brandalise		-	-	-	-	-	x	x	x
Antonio Cunha Vasconcelos		-	-	-	-	x	x	-	-
Nelson Leal		-	-	-	x	x	-	-	-
Abel de Sousa Morangueira		-	-	-	-	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	x	x
Cesar Bassan		-	-	-	-	<input type="checkbox"/>	x	x	<input type="checkbox"/>
Odair Alves Pereira		-	-	-	-	-	<input checked="" type="checkbox"/>	x	<input type="checkbox"/>
Dionísio Ferraz Júnior		-	-	-	-	<input type="checkbox"/>	-	x	x
Eurico Baptista de Carvalho		-	-	-	-	-	<input checked="" type="checkbox"/>	x	-
Pedro Erédia		-	-	-	-	-	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	x
Itacir Biazus		-	-	-	-	-	-	x	x
José Paranhos de Mesquita		-	-	-	-	-	-	x	x

Fonte: Câmara de Vereadores de Paranaí.

x .Eleito

.Com vacância assume a cadeira

.Suplência

- .Não concorreu

o mandato duas vezes, em 1982 candidatou-se a Vice-prefeito, não sendo eleito; Lauro Machado foi eleito Vice-prefeito em 1976 e candidatou-se duas vezes à Assembléia Legislativa e a prefeito em 1982, embora não tenha sido bem sucedido; Aurélio Costa Filho e Francisco Cesar Montenegro candidatam-se a deputado estadual, mas também, não conseguem ser eleitos; Geraldo Longo se candidata à prefeito municipal em 1964, não sendo eleito, em 1968 foi eleito vice-prefeito, e exerceu dois mandatos na Câmara Municipal; Delcídes Pomim (agropecuária), das quatro eleições em que se candidatou à Câmara foi eleito três vezes e em 1976 candidata-se a vice-prefeito, não sendo eleito; Altino Alonso Quinhoneiro e Pedro Spigolon, candidatam-se a prefeito em 1976, não sendo eleitos; Moacir Veras, eleito vereador em 1968, candidata-se a prefeito em 1982, também não sendo eleito; Flávio Ettore Giovine, candidata-se a prefeito em 1960, não sendo eleito. Foi eleito vereador em 1964 e depois candidata-se a prefeito novamente em 1968, não sendo eleito outra vez. Candidata-se três vezes à Câmara Federal, sendo eleito por duas. José Vaz de Carvalho, bem sucedido nas suas candidaturas à Prefeitura Municipal (com exceção de 1972) e Assembléia Legislativa, foi eleito vereador também em 1956; Ulisses Faria Bandeira renuncia a seu mandato de prefeito municipal, para o qual foi eleito em 1956, e é eleito vereador em 1960; Aldo Silva, que foi eleito vereador quatro vezes e candidato a deputado federal em 1962, por Paranavaí, antes de chegar nesta cidade, havia sido eleito deputado estadual pelo PTB, em 1947, com 1.564 votos.

Com este histórico político, constatamos que o ingresso na política local se deu inicialmente em razão de questões referentes à colonização; a campanha eleitoral de 1950

envolveu importantes lideranças tanto a nível nacional como estadual e motivou a estruturação dos diversos partidos políticos no município, oportunizando o ingresso de diversos personagens na política local. Com a expansão sócio-econômica do município e a partir da década de 1960, surgiu no cenário político local, principalmente por influência da repercussão estadual do nome de Ney Braga, um grupo de novos personagens, que passaram não só a liderar a política local até os dias atuais, como a atrair novos personagens para a militância política.

1.2. A Renovação Política

O Quadro 39 mostra em conjunto os resultados das eleições para prefeito municipal de Paranavaí, no período de 1952 a 1982, assim como as profissões e as legendas partidárias dos prefeitos eleitos.

Nas oito eleições para a Prefeitura Municipal, foram eleitos dois médicos, sendo um deles José Vaz de Carvalho, que foi eleito por três vezes. Foram eleitos também dois candidatos ligados às atividades do comércio e agropecuária, sendo que um deles, Benedito Pinto Dias, fora eleito duas vezes, e foi eleito também um candidato funcionário público. Os dois médicos eleitos ficaram conhecidos no município pela prática da medicina popular.

A renovação das lideranças na área do poder executivo, em Paranavaí, sob o ponto de vista etário, pouco se verifica, considerando a média de idade nas últimas eleições, pois a idade média dos candidatos está em torno de 51 anos. Se levarmos em conta, também, que na carreira política o cargo de Prefeito Municipal constitui um dos primeiros degraus,

QUADRO 39

CANDIDATOS ELEITOS À PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍ							
ANO	NÚMERO DE CANDIDATOS	TOTAL DE VOTOS DOS CANDIDATOS	NOME DO CANDIDATO ELEITO	PROFISSÃO	LEGENDA	VOTOS	% SOBRE OS VOTOS
1952	2	4.310	José Vaz de Carvalho	Médico	PSD PR UDN PSP	2.703	62,71
1956	2	8.100	Ulisses Faria Bandeira	Agrimensor Func. Público	PSD PSP UDN PTN	4.071	50,26
1960	3	8.786	Antonio José Messias	Médico	PTB	3.618	41,18
1964	3	8.891	José Vaz de Carvalho	Médico	PSD PR UDN PDC	3.977	44,73
1968	4	18.632	Dionísio Assis Dal'Prá	Com/Agrop.	ARENA	5.293	28,41
1972	5	18.143	Benedito Pinto Dias	Com/Agrop.	ARENA	5.989	33,01
1976	5	23.880	José Vaz de Carvalho	Médico	ARENA	9.513	39,83
1982	5	24.827	Benedito Pinto Dias	Com/Agrop.	PMDB	11.754	47,34

Fonte: TRE - Curitiba - PR

por assim dizer, para uma carreira política, podemos também verificar que o grau de renovação de lideranças e de gerações políticas em Paranavaí é muito baixo⁽¹⁵⁾. Outro fato que impede o aparecimento de novas lideranças na postulação do poder executivo municipal de Paranavaí é que as lideranças tradicionais estão sempre presentes nas disputas para o cargo de prefeito municipal. Por exemplo: José Vaz de Carvalho, além de ter sido eleito prefeito, em 1952, 1964 e 1976, candidatou-se em 1972; Dionísio Assis Dal-Prá, além de ter sido eleito em 1968, candidatou-se em 1976; e Benedito Pinto Dias, eleito em 1972, foi reeleito em 1982.

No Quadro 40, demonstramos a composição da Câmara Municipal, no período de 1952 a 1982, segundo as atividades econômicas dos vereadores. Revela-se a predominância do setor terciário sobre os demais, o que só pode ser explicado pelo fenômeno da urbanização do município. A média no período registrou 72,22% para o setor terciário, 20,13% para o setor primário e 7,63% para o setor secundário.

No Quadro 41, demonstramos a composição da Câmara Municipal, segundo a escolaridade dos vereadores. Constatamos que à exceção das eleições de 1968 e 1982, a escolaridade de 1º grau predominou sobre os demais graus escolares. Na média do período de 1952 a 1982, verificamos que coube ao 1º grau 53,74%; ao 2º grau, 12,63% e para o 3º grau, 33,60%.

Quanto à composição da Câmara Municipal de Paranavaí, concernente à idade dos vereadores, verificamos, pelo Quadro 42, que predomina no período de 1952 a 1982 o grupo de idade de 41 a 50 anos, com 27,89%, na média. A faixa etária de 31 a 40 anos apresentou uma incidência de 44,23%, acima do porcentual geral apresentado por Fanny Tabak⁽¹⁶⁾, ou seja, 30,0%. A faixa etária de 18 a 30 anos apresentou uma média em

Paranavaí de 19,23%. Para a faixa de 36 a 70 anos a incidência atingiu 59,62%, no período analisado. Por estes dados, verificamos que é insignificante o número de candidatos eleitos na faixa etária de 18 a 30 anos. Daí conclui-se que Paranavaí também é inexpressiva a renovação da Câmara Municipal. Mais ainda, o índice de reeleição, no período de 1952 a 1982, atingiu a média de 40,0% (Ver Quadro 43) e nos anos 1976 e 1982 atingiu 73,33 e 46,44%, respectivamente.

Se levarmos em conta, como analisa Tabak⁽¹⁷⁾, que é justamente na política local que se devem revelar as vocações - através do contato diário e direto com os problemas da vida pública e da procura das soluções para os mesmos - devemos considerar insatisfatório o grau com que se renovam as lideranças políticas de Paranavaí. Por outro lado, um dado importante é o de que a população paranavaense é - como a brasileira e latino-americana em geral - predominantemente jovem⁽¹⁸⁾, o que justificaria uma participação muito maior das novas gerações na vida política local. Mas não é o que ocorre.⁽¹⁹⁾

O Quadro 44 revela que 9,71% dos vereadores eleitos no período de 1952 a 1982 são procedentes da região Nordeste; 52,08% da região Sudeste; 23,05% da região Sul; e 15,13% de outras regiões do Paraná. Entretanto, até o momento não foi eleito nenhum vereador que tivesse nascido no município de Paranavaí. Este fato se explica devido a ser zona recente de expansão colonizadora e a oportunidade tardia (idade) no surgimento de novas lideranças políticas, como pode ser verificado no Quadro 42, e a conservação de tradicionais lideranças no poder político local, constatada nos Quadros 36, 37, 39 e no Anexo 06.

QUADRO 40

COMPOSIÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAVAI DE ACORDO COM A ATIVIDADE ECONÔMICA DOS VEREADORES DE 1952 A 1982							
ANO	PRIMÁRIO	%	SECUNDÁRIO	%	TERCIÁRIO	%	Nº DE CADEIRAS
1952	1	11,11	1	11,11	7	77,77	9
1956	3	30,00	1	10,00	6	60,00	10
1960	-	-	-	-	10	100,00	10
1964	2	13,33	1	6,66	12	80,00	15
1968	4	26,66	2	13,33	9	60,00	15
1972	5	33,33	3	20,00	7	46,60	15
1976	3	20,00	-	-	12	80,00	15
1982	4	26,66	-	-	11	73,33	15
	MÉDIA	20,136	MÉDIA	7,63	MÉDIA	72,22	

QUADRO 41

ESCOLARIDADE - CÂMARA MUNICIPAL (1952 A 1982)							
ANO	1º GRAU	%	2º GRAU	%	3º GRAU	%	TOTAL
1952	6	66,60	1	11,11	2	22,22	9
1956	8	80,00	0	00,00	2	20,00	10
1960	5	50,00	1	10,00	4	40,00	10
1964	7	46,66	2	13,33	6	40,00	15
1968	6	40,00	2	13,33	7	46,66	15
1972	9	60,00	2	13,33	4	26,66	15
1976	8	53,33	2	20,00	4	26,66	15
1982	5	33,33	3	20,00	7	46,66	15
	MÉDIA	53,747	MÉDIA	12,637	MÉDIA	33,607	

Fonte: Cartório Eleitoral/Câmara Municipal/Moradores antigos de Paranavaí.

QUADRO 42

COMPOSIÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAVAI, SEGUNDO O GRUPO DE IDADE DOS VEREADORES, NO PERÍODO DE 1952 A 1982															
ANO/IDADE	18/25	%	26/30	%	31/35	%	36/40	%	41/50	%	51/60	%	61/70	%	TOTAL
1952	1	11,11	1	11,11	2	22,22	3	33,33	1	11,11	1	11,11			9
1956	1	10,00	2	20,00	2	20,00	2	20,00	3	30,00					10
1960			2	20,00	3	30,00	4	40,00	1	10,00					10
1964			3	20,00	2	13,33	5	33,33	5	33,33					15
1968			5	33,33	2	13,33	3	20,00	4	26,66	1	6,66			15
1972			2	13,33	3	20,00	3	20,00	6	40,00	1	6,66			15
1976			1	6,66	5	33,33	2	13,33	3	20,00	3	20,00	1	6,66	15
1982	1	6,66	1	6,66	3	20,00	2	13,33	6	40,00			2	13,33	15
SOMA	3	2,88	17	16,35	22	21,15	24	23,08	29	27,89	6	5,77	3	2,88	104
															100%

Fonte: Cartórios Eleitorais de Paranavai.

QUADRO 43

RENOVAÇÃO NA COMPOSIÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAVAI
NO PERÍODO DE 1952 A 1982

ANO	REELEITOS		NOVOS		Nº DE CADEIRAS
	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%	
1952	-	-	9	100	9
1956	2	20	8	80	10
1960	4	40	6	60	10
1964	3	20	12	80	15
1968	6	40	9	60	15
1972	6	40	9	60	15
1976	11	73,33	4	26,66	15
1982	8	46,44	7	53,33	15
	MÉDIA	40	MÉDIA	60	

QUADRO 44

COMPOSIÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAÍ, SEGUNDO A PROCEDÊNCIA DOS VEREADORES - PERÍODO DE 1952 A 1982									
ANO	NORDESTE		SUDESTE		SUL		PARANÁ		TOTAL
1952	1	11,11%	6	66,66%	1	11,11%	1	11,11%	9
1956	1	10,00%	7	70,00%	2	20,00%	0	-	10
1960	1	10,00%	6	60,00%	2	20,00%	1	10,00%	10
1964	3	13,33%	9	60,00%	4	26,66%	0	-	15
1968	2	13,33%	6	40,00%	4	26,66%	3	20,00%	15
1972	1	6,66%	10	66,66%	3	20,00%	1	6,66%	15
1976	1	6,66%	8	53,33%	4	26,66%	2	13,33%	15
1982	1	6,66%	7	46,66%	5	33,33%	2	13,33%	15

Médias: MND = 9,718% MSUD = 52,087% MSUL = 13,052% MPR = 15,137%

2. Partidos: Instrumentos de Ação

A ação partidária em Paranavaí inicia-se em 1947, ainda Distrito do Município de Mandaguari; dois candidatos locais concorrem às eleições à Câmara Municipal, um do Partido Social Democrático (PSD), eleito, e outro da União Democrática Nacional (UDN), ficando na suplência. Nas eleições de 1951, o Distrito concorreu com mais três candidatos à Câmara Municipal: um do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), eleito; um da União Democrática Nacional (UDN), eleito, e outro do Partido Republicano (PR), ficando na suplência.

A delimitação dos partidos políticos locais se concretiza a partir das primeiras eleições municipais em 1952, com a elevação de Paranavaí a município no ano anterior.

Em 1952, foram registrados no Tribunal Regional Eleitoral do Paraná os seguintes partidos políticos: Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Partido Republicano (PR), Partido Social Democrático (PSD), Partido Social Progressista (PSP) e União Democrática Nacional (UDN); em 1956, o Partido Trabalhista Nacional (PTN); em 1960, o Partido Democrata Cristão (PDC) e o Partido Socialista Brasileiro (PSB); em 1964, o Partido de Representação Popular (PRP); em 1969, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB); e finalmente, a partir de 1981, foram registrados: o Partido Democrático Social (PDS), o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

O surgimento dos partidos políticos em Paranavaí, antes e após 1951, reflete um desdobramento ou expansão dos partidos em ascensão tanto a nível nacional⁽²⁰⁾ como a nível estadual⁽²¹⁾.

O crescimento do PTB, a nível nacional e estadual, com a eleição de Getúlio Vargas à Presidência da República, repercutiu positivamente no crescimento do PTB local. Tanto que para derrotar o PTB, nas eleições para a Prefeitura Municipal em 1952, foi necessária a união dos demais partidos, ou seja, PSD, UDN, PR e PSP, constituindo a "COLIGAÇÃO PRÓ-PARANAVAÍ" (ver Quadro 13). Na eleição à Câmara Municipal de Vereadores não houve coligações e os partidos concorreram independente; o PTB, que estava em evidência nacional, elegeu 4 vereadores; o PSD, já tradicional no município, elegeu também 4 vereadores; e o PR, que juntamente com a UDN havia eleito o governador do Estado em 1950, elegeu 1 vereador; e a UDN, já tradicional localmente, e o PSP fruto, da expansão adhemarista⁽²²⁾, não alcançaram o quociente necessário (ver Quadro 14).

Em 1954, para efeito de comparação, citamos somente o resultado para a Assembléia Legislativa estadual: o PTB, elegeu 11 candidatos; o PSD, 11; a UDN, 8; o PSP, 7; e o PDC, 1 candidato. No ano seguinte, a coligação PSD-PTB elegeu o Presidente da República e o PSD elegeu o governador do Paraná.

Nas eleições municipais de Paranavaí em 1956, novamente o PTB se defronta sozinho contra os demais partidos, nas eleições para a Prefeitura. Nas eleições à Câmara de Vereadores, coligaram-se PSP-UDN e os demais concorreram independentemente, PSD, PTB e PTN. Constatamos, nessas eleições, que o PTB em relação à eleição anterior para a Prefeitura Municipal cresce relativamente, aumentando seu porcentual de 37,29% para 49,74% em detrimento das "COLIGAÇÕES", que caem de 62,71% para 50,26%. Na Câmara Municipal o PSD melhora o seu desempenho, absoluta e relativamente, aumentando de 4 para 5 ca-

deiras e de 36,26% para 44,20% dos votos; o PTB, se relativamente aumenta 0,13%, absolutamente perde 1 cadeira, baixando de 4 para 3 cadeiras; o PR não concorre e o PTN conquista 1 cadeira; e a UDN e o PSP, que concorreram separadamente na eleição anterior, agora coligados, conquistam 1 cadeira (eleito candidato do PSP) (ver Quadro 45).

Em 1960, o PTB chega à Prefeitura Municipal, conquistando 41,18% dos votos, concorrendo contra duas coligações, PSD-UDN-PDC e PSP-PSB, embora o PDC estivesse em ascensão e conquistasse o Governo do Estado. Na Câmara de Vereadores, nesse ano, o PTB manteve o mesmo número de cadeiras, entretanto relativamente caiu 3,57% em relação à eleição anterior; para o PSD, a queda foi maior, ou seja, 12,69%, baixando de 5 para 3 cadeiras; a coligação PDC-UDN elegeu 3 vereadores, sendo 2 do PDC e 1 da UDN; e, finalmente, a coligação PSP-PSB elegeu 1 vereador, de procedência do PSP (ver Quadro 44).

Com as eleições de 1964, encerra-se o período pluripartidário pós-45. O PTB atinge o seu pior resultado em eleições para a Prefeitura Municipal, consegue apenas 24,10% dos votos; o PSP, concorrendo dessa vez independentemente, consegue um resultado expressivo, 31,17% dos votos; mas a coligação PSD-UDN-PDC-PR atinge maior porcentual, ou seja, 44,73% dos votos, vencendo as eleições. Para a Câmara dos Vereadores, que teve seu número de cadeiras aumentado para 15, o PTB ainda manteve o número de 3 cadeiras, relativamente cai ainda mais, atingindo apenas 16,64% dos votos; a UDN concorrendo independentemente, conquista 1 cadeira, com 9,77% dos votos; o PSP, que mantinha 1 cadeira em 1956 e 1960, aumenta nessa eleição para 4 cadeiras, conquistando um resultado considerável; a coligação PSD-PDC-PR conquista 7 cadeiras, correspon-

dendo a 3 do PDC, 3 do PSD e 1 do PR (ver Quadro 45).

Quanto à Prefeitura Municipal, concluimos que coube ao PTB o melhor desempenho em todo o período; sua ascensão máxima aconteceu em 1956, quando atingiu 49,74% dos votos, mas foi somente em 1960 que conseguiu uma vitória e a partir daí entra em declínio; os seus resultados em 1964 refletem a sua desarticulação em razão do Movimento Militar ocorrido em março desse ano. Os partidos tradicionais, PSD e UDN, sempre concorreram em coligações com os demais partidos, prejudicando a análise de seus desempenhos; entretanto, tudo indica que as estratégias de vitórias considerassem uma participação independente desastrosa; o PSP deixa de coligar-se com estes partidos e em 1960 coliga-se com o PSB, não obtendo sucesso, e em 1964 concorre independentemente, embora não sendo vitorioso, conquista um resultado significativo.

Através do Quadro 46 é possível visualizar, relativamente, o desempenho dos partidos políticos nas eleições de 1952 a 1964, para a Câmara de Vereadores de Paranavaí. O PSD, não só a nível nacional⁽²³⁾ como local, declinou; o PTB, embora estivesse a nível nacional em ascensão, a nível local também declinou; a UDN, o segundo maior partido a nível nacional e que também estava em processo de declínio, a nível local ficou comparado aos pequenos partidos, sem expressão eleitoral; enquanto os grandes partidos no município estavam em declínio, o PSP se apresentava em ascensão; a ação dos demais partidos menores ocorreu de forma irregular, a não ser o PDC que, estruturado em 1960, prometia entrar num processo de ascensão.

Se em âmbito nacional o PSD, UDN e PR eram considerados partidos conservadores e o PTB e PSP reformistas e trabalhistas⁽²⁴⁾, no âmbito local torna-se difícil esse en-

	COMPARAÇÃO DO DESEMPENHO DOS PARTIDOS POLÍTICOS NAS ELEIÇÕES DE 1952 A 1964 À PREFEITURA MUNICIPAL E À CÂMARA DE VEREDORES DE PARANAÍ												
	1952			1956			1960			1964			
	votos	%	votos	%	votos	%	votos	%	votos	%	votos	%	
PREFEITO MUNICIPAL													
PTB	1.607	37,29	4.029	49,74	3.618	41,18	2.143	24,10					
* PSD-UDN-PSP-PR	2.702	62,71	-	-	-	-	-	-					
* PSD-UDN-PSP-PTN	-	-	4.071	50,26	-	-	-	-					
* PSD-UDN-PDC	-	-	-	-	3.535	40,23	-	-	3.937	44,73			
* PSD-UDN-PDC-PR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-			
* PSP-PSB	-	-	-	-	1.633	18,50	-	-	-	-			
PSP	-	-	-	-	-	-	2.771	31,17					
VICE-PREFEITO													
PTB							2.712	33,30					
* PSD-UDN-PDC							2.912	35,07					
PSP							2.495	30,73					
VEREDORES													
PTB	4	1.406	32,57	3	2.657	32,70	3	2.693	29,13	3	1.524	16,64	
PSD	4	1.565	36,26	5	3.591	44,20	5	2.913	31,51				
PR	1	616	14,27	-	-	-	-	-	-	1	895	9,77	
** UDN / PSP	0	729	16,90	1	916	11,28					4	2.229	24,34
PTN	-	-	-	-	1	961	11,82						
* PDC / UDN							2	2.312	23,93				
* PSP / PSB							1	1.427	15,43				
* PSD / PDC / PR											3	4.039	44,10
PRP											0	471	5,15

* Coligação
 ** Em 1952 a UDN e PSP, concorreram separadamente, embora os resultados coletados no TRE-PR estejam conjuntamente;
 Em 1956, coligaram-se; em 1960 e 1964 não coligaram-se.

quadramento e a única conclusão a que foi possível chegar é que os diretórios do PTB, PSD e UDN eram predominantemente compostos de agricultores e comerciantes; e que no PR, PSP, PTN e PDC predominavam comerciantes e profissionais liberais⁽²⁵⁾; quanto à composição da Câmara de Vereadores, Anexo 02, verificamos que é muito pequeno o número de representantes das

QUADRO 46

CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAVAI - 1952/1964 PARTIDOS E PORCENTUAIS DE CADEIRAS				
ANOS:	1952	1956	1960	1964
NÚMERO DE CADEIRAS:	09	10	10	15
PARTIDOS POLÍTICOS:				
PSD	44,4	50,0	30,0	20,0
PTB	44,4	30,0	30,0	20,0
PR	11,1	X	X	6,6
PSP	0,0	10,0	10,0	26,6
PTN		10,0	-	-
PDC			20,0	20,0
UDN	0,0	0,0	10,0	6,6
PSB			0,0	-
PRP				0,0

OBS.: em branco = Não existência do partido

X = Não concorreu

- = Concorreu mas não elegeu nenhum candidato

classes populares, e estão distribuídos em todos os partidos políticos, e que predominam comerciantes e profissionais liberais. Com estes dados é possível enquadrar a política local, nesse período de 1952 a 1964, de tendência conservadora e elitista.

Após as eleições de 1965, através do Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, foram extintos todos

os partidos políticos. No ano seguinte iniciaram-se as articulações políticas que resultaram na criação da ARENA e do MDB.

Com a imposição do bipartidarismo após 1965, as lideranças locais não tiveram outra alternativa senão aglutinarem-se nas duas organizações políticas criadas. Filiaram-se na ARENA e MDB remanescentes de todos os partidos extintos, porém ficou notório que lideranças do PSD, PDC e PSP passaram a compor o diretório da ARENA e lideranças do PTB, PSB e UDN passaram a compor o diretório do MDB⁽²⁶⁾.

No dizer de Oscar Dias Corrêa⁽²⁷⁾:

"A extinção dos partidos pôs por terra toda a organização que se firmava, balbuciando, confundindo, misturando os contrários, combinando os antípodas e dando, como resultado, nascimento forçado, decretado a duas organizações, não partidos, uma necessariamente do governo e a ele submissa - a ARENA, e outra, necessariamente de oposição e contestação, o MDB".

A nível nacional o MDB encontrou dificuldades para sua formação; de um lado, pela pouca atração que exercia um partido de oposição num regime autoritário, fadado a uma participação inexpressiva ou mesmo nula no poder; e de outro, pelo fato de que muitos parlamentares que se opuseram ao Movimento de 1964 já se encontravam fora da vida política do país, atingidos que foram pela cassação de seus direitos políticos e mandatos legislativos⁽²⁸⁾. A nível local o MDB também teve dificuldades. Conseguiu apenas a adesão de três vereadores na Câmara Municipal, como mostra o Quadro 47.

QUADRO 47

NOVA COMPOSIÇÃO DA CÂMARA DE VEREADORES DE PARANAÍ EM 1967 SEGUNDO A ANTIGA FILIAÇÃO PARTIDÁRIA DOS VEREADORES			
PARTIDOS EXTINTOS	NÚMERO DE CADEIRAS	NÚMERO DE CADEIRAS	
		ARENA	MDB
PSD	3	3	
PR	1	1	
PDC	3	3	
PSP	4	3	1
PTB	3	2	1
UDN	1		1
TOTAL	15	12	3

Nas eleições proporcionais de 1966, realizadas no Paraná, dentro do novo quadro partidário, a ARENA elegeu 20 (80%) deputados e o MDB elegeu 5 (20%) deputados para a Câmara Federal. Para a Assembléia Legislativa estadual, a ARENA elegeu 37 (82,22%) deputados e o MDB elegeu 8 (17,78%) deputados. Com este resultado a ARENA predominou de forma absoluta sobre o MDB; este denotando a sua fragilidade inicial.

Para atender e conciliar os grupos antagônicos existentes dentro dos partidos políticos, como já foi dito anteriormente, a engenharia governamental, condutora da ordem política, criou o instituto das sublegendas. Surgem então: ARENA-1, ARENA-2, ARENA-3, MDB-1, MDB-2 e MDB-3; que são nada mais, nada menos, que ex-PSD, ex-UDN, ex-PDC, ex-PTB, ex-PSP, etc..

Nas eleições para a Prefeitura Municipal de Paranaíba em 1968, a ARENA concorreu com duas sublegendas (ARENA-1 e ARENA-2) e o MDB também concorreu com duas sublegendas (MDB-1 e MDB-2).

QUADRO 48

DESEMPENHO DA ARENA E MDB NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 1968 (em porcentagem)		
PARTIDOS	PREFEITURA MUNICIPAL	CÂMARA DOS VEREADORES
ARENA	54,50%	63,17%
MDB	45,50%	36,83%

O considerável desempenho do MDB, para a Prefeitura Municipal, se justifica em razão do candidato da sublegenda MDB-1 ser portador de uma acentuada popularidade (ver Quadro 24). Mas coube à ARENA vencer as eleições, tanto para a Prefeitura Municipal, como de forma significativa alcançar a maioria das cadeiras na Câmara de Vereadores. (Ver Quadro 48)

Em 1970, a ARENA elegeu pela via indireta o governador do Estado; elegeu também dois senadores. Nas eleições para a Câmara Federal, a ARENA conquistou 19 (82,61%) cadeiras e o MDB conquistou 4 (17,39%); diminuiu uma cadeira para cada partido. Para a Assembléia Legislativa estadual, a ARENA conquistou 38 (80,85%) cadeiras e o MDB conquistou 9 (19,25%) cadeiras; a ARENA declinou em 1 cadeira e o MDB foi acrescido de 1 cadeira.

Em 1972 o desempenho da ARENA evoluiu em relação às eleições de 1968, tanto para a Prefeitura Municipal como à Câmara de Vereadores, em detrimento do MDB, conforme o Quadro 49.

QUADRO 49

DESEMPENHO DA ARENA E MDB NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE PARANAVÁ EM 1972 (em porcentual)		
PARTIDOS	PREFEITURA MUNICIPAL	CÂMARA DOS VEREADORES
ARENA	63,54%	73,04%
MDB	36,46%	26,96%

Defrontam-se nessas eleições para a Prefeitura Municipal as lideranças carismáticas locais e, considerando as suas antigas filiações partidárias, o pleito representou uma disputa entre PSD-PDC e PTB-UDN-PSP (ver Quadro 26).

O resultado das eleições para a Câmara de Vereadores foi ainda muito mais vantajoso para a ARENA, conforme Quadro 49; a bancada do MDB é reduzida em uma cadeira em favor da ARENA (ARENA, 11 cadeiras e MDB, 4 cadeiras).

No período de 1970 a 1973 o Brasil registrou as mais altas taxas de crescimento econômico⁽²⁹⁾, refletindo-se nacionalmente em um ganho político governamental que pode ter contribuído também para os resultados eleitorais locais (1972).

Após 1973, com o reflexo da crise do petróleo e o relaxamento dos controles sobre as mídias, a propaganda eleitoral no rádio e na TV ganha conteúdo e vivacidade. O MDB muda seu discurso, das questões institucionais para as questões sócio-econômicas. O resultado veio em 1974, com uma expressiva ascensão da oposição. No cômputo geral, o MDB elegia 16 dos 22 senadores e 160 dos 364 deputados; até então, ele contava no Congresso Nacional com 7 dos 66 senadores e com 87 dos 310 deputados⁽³⁰⁾. No Paraná, o MDB também inferiorizado em relação ao partido governamental (ARENA) consegue se igualar ao mesmo (ver Quadro 50).

QUADRO 50

CRESCIMENTO DA BANCADA PARANAENSE DO MDB NA CÂMARA FEDERAL E ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA (Comparativo - eleições 1966 - 1978)										
ANO	CÂMARA FEDERAL					ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA				
	MDB	%	ARE- NA	%	TOTAL DE CA- DEIRAS	MDB	%	ARE- NA	%	TOTAL
1966	5	20	20	80	25	8	17,78	37	82,22	45
1970	4	17,39	19	82,61	23	9	19,25	38	80,85	47
1974	15	50	15	50	30	25	46,30	29	53,70	54
1978	15	44,32	19	55,88	34	24	41,38	34	58,62	58

Diante dos resultados das eleições de 1974, houve um concentrado esforço governamental, como já vimos anteriormente, para o sucesso das eleições municipais de 1976.

A ARENA concorre com duas sublegendas para a Prefeitura Municipal e lança a candidatura de dois ex-prefeitos e o resultado foi significativo sobre o MDB. Nas eleições para a Câmara de Vereadores o resultado também foi positivo para a ARENA (ver Quadros 51 e 52).

Conforme Quadro 51, nas eleições de 1968, 1972 e 1976, para prefeito municipal, se verifica que a ARENA sempre foi majoritária em Paranaíba; com exceção em 1968, sempre venceu as eleições com uma considerável vantagem sobre o MDB. Enquanto a ARENA progredia, o MDB, ao contrário, ia declinando.

QUADRO 51

COMPARAÇÃO ARENA X MDB ELEIÇÃO PARA PREFEITO MUNICIPAL - 1968/1976				
ANOS	ARENA		MDB	
	VOTOS	%	VOTOS	%
1968	10.154	54,50	8.478	45,50
1972	11.528	63,54	6.615	36,46
1976	18.451	77,27	5.429	22,73

A predominância da ARENA também se justifica, porque já nasceu forte no município. O produto da expansão municipal dos ex-partidos PSD, PDC e PSP, que mantinham uma força política local em 1964, e, somado a estes, aderiram também integrantes dos demais partidos extintos. O PSD, por exemplo, já havia conquistado a Prefeitura Municipal nas eleições de 1952, 1956 e 1964, com apoio do PSP, UDN, PDC, PTN e PR, só perdendo em 1960, para o PTB.

Na Câmara dos Vereadores, também se constata a hegemonia da ARENA. Em 1968 a ARENA fez 63,17% dos votos e o MDB 36,83%. Em 1972, a ARENA fez 73,04% dos votos e o MDB, 26,96%. Em 1976, a ARENA fez 74,09% dos votos e o MDB declina ainda mais, 25,91% dos votos, conforme Quadro 52.

QUADRO 52

COMPARAÇÃO ARENA X MDB ELEIÇÕES À CÂMARA DE VEREADORES DE PARANAÍ - 1968/1976						
ANOS	ARENA			MDB		
	VOTOS	%	Nº CAD.	VOTOS	%	Nº CAD.
1968	11.084	63,17	10	6.463	36,83	5
1972	12.103	73,04	11	4.467	26,96	4
1976	16.885	74,09	11	5.906	25,91	4

Encerrando o período bipartidarista, o partido governamental (ARENA), se a nível nacional tinha como pano de fundo a doutrina "Desenvolvimento e Segurança"⁽³¹⁾, a nível local o mesmo foi instrumento da continuidade política tradicional, em que os grupos situacionistas disputavam a predominância na liderança política local. O MDB se caracterizou ideologicamente com a liderança de José Alencar Furtado, opondo-se ao "SISTEMA", e que, por consequência, teve cassado em 1977 o seu mandato de deputado federal e suspensos os seus direitos políticos por 10 anos.

Em 1978 o MDB paranaense mantém o mesmo número de cadeiras na Câmara Federal (15); na Assembléia Legislativa Estadual a sua bancada é reduzida em uma cadeira (de 25 para 24) (ver Quadro 50). O MDB elege um senador pela via direta e a ARENA elege um senador pela via indireta (Biônico). A nível nacional ocorreu com o MDB um incremento relativo de votos⁽³²⁾.

Em 1979 começam as articulações para a criação de novos partidos políticos e corresponderia uma forma do governo estimular a fragmentação da oposição, reunida e cada vez mais fortalecida no MDB⁽³³⁾.

Em Paranaí, o MDB, ao contrário do quadro nacio-

nal, estava em declínio, conforme se verifica nos Quadros 51 e 52. O quadro local estava divorciado dos quadros estadual e nacional e pode ser explicado pelo carisma das lideranças arenistas locais.

Diante da reorganização partidária, surgiram em Paranavaí o Partido Democrático Social (PDS), o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Popular (PP), este último incorporado ao PMDB.

Em 1982, o PDS tinha 1.541 filiados; o PMDB, 582, dos quais 140 procedentes do PP; o PTB, 190; e o PT, 283 filiados. O Partido Trabalhista Democrático (PDT) não foi estruturado no município. O PDS se caracterizou como sucedâneo da ARENA e o PMDB como sucedâneo do MDB; os demais partidos se organizaram com remanescentes da ARENA e MDB. Se o MDB em Paranavaí estava em declínio, o seu sucedâneo, o PMDB, nasce fortalecido localmente. Isto se explica pela adesão ao PMDB de expressivas lideranças procedentes da ARENA local. Assim sendo, o quadro político local se harmoniza com os quadros estadual e nacional.

Inicialmente o PDS local não pode ser subestimado e é estruturado com a adesão de importantes lideranças arenistas. O prefeito arenista adere ao PDS e na Câmara de Vereadores o partido consegue manter maioria, ou seja, 8 vereadores, e o PMDB, 7 vereadores.

Nas eleições gerais de 1982, coincidindo o pleito para todos os cargos eletivos majoritários e proporcionais, com exceção de Presidente da República, o resultado saiu relativamente favorável para o PMDB⁽³⁴⁾. O PDS elegeu 12 governadores, o PMDB, 9 governadores e o PDT, 1 governador. Para o Senado Federal o PDS elegeu 12 senadores, o PMDB, 9 senadores

e o PDT, um senador. O Quadro 53 retrata a representação dos partidos após as eleições de 15 de novembro de 1982, no Congresso Nacional e Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

QUADRO 53

REPRESENTAÇÃO NO CONGRESSO NACIONAL E NA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ - Eleições de 15 de novembro de 1982.			
PARTIDOS	SENADO	Câmara dos Dep.	Assemb. Legislativa
PDS	46	235	24
PMDB	21	200	34
PDT	1	24	-
PTB	1	13	-
PT	-	8	-

Em Paranavaí, o PMDB vence as eleições para a Prefeitura Municipal com significativa margem de votos, assim como para a Câmara de Vereadores, conforme Quadro 54.

QUADRO 54

ELEIÇÕES PARA PREFEITURA MUNICIPAL E CÂMARA DE VEREADORES EM PARANAVAÍ (15 de novembro de 1982) - em porcentual -			
PARTIDOS	PREFEITURA MUNICIPAL - %	CÂMARA DOS VEREADORES	
		%	Nº CAD.
PMDB	68,77	62,25	10
PDS	29,99	32,41	5
PTB	0,64	0,73	0
PT	0,60	0,61	0

Para a Prefeitura Municipal o PMDB concorre com duas sublegendas. Vitorioso o partido, foi eleito o candidato da

sublegenda PMDB-2, procedente da antiga ARENA. A sublegenda PMDB-2 elegeu 7 dos 10 candidatos eleitos pelo partido, conforme Quadros 55 e 56.

QUADRO 55

ORIGEM PARTIDÁRIA DOS CANDIDATOS A PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍ EM 1982					
PARTIDO ANTERIOR	PARTIDO ATUAL				
	PDS	PMDB-1	PMDB-2	PTB	PT
ARENA	X		(X)	X	
MDB		X			X

(X) Eleito.

QUADRO 56

ORIGEM PARTIDÁRIA DOS CANDIDATOS ELEITOS À CÂMARA DE VEREADORES DE PARANAÍ EM 1982				
PARTIDO ANTERIOR	PARTIDO ATUAL			
	PDS	PMDB-1	PMDB-2	SOMA
ARENA	5		4	9
MDB		3		3
SEM FILIAÇÃO			3	3
	5		10	15

O PDS, considerado extensão da antiga ARENA, declinou. Depois de atingir 54,50% dos votos em 1968, 63,54% em 1972 e 77,27% em 1976, consegue apenas 29,99% dos votos em 1982 para a Prefeitura Municipal; para a Câmara de Vereadores, ocorre o mesmo (ver Quadros 52 e 54).

Se a estratégia do Governo Federal (arenista-pedesta) era dividir a oposição, em Paranaí, "o feitiço saiu

contra o feiticeiro", o partido governista é que foi dividido em benefício da oposição (PMDB).

Quanto à questão ideológica (como veremos também no Capítulo VI, a respeito dos "critérios de representatividade"), assume posição secundária no contexto político partidário local. Esta constatação é também demonstrada no Anexo 02, concernente à composição partidária e profissional das Câmaras de Vereadores de Paranaíba no período de 1952 a 1982; as bancadas de todos os partidos na Câmara são constituídas de vereadores com profissões muito semelhantes.

A política partidária local gira em torno de lideranças que impõem a disciplina partidária, muito mais do que a consciência de que esta deva existir para dar coesão e unidade à agremiação.

Predomina de maneira evidente, nas eleições, a pessoa do candidato, independentemente do partido a que está filiado. É muito comum a prática do eleitor votar em candidatos de partidos diferentes (ver Capítulo III, Quadros 17, 20 e 31). Resultados mais recentes reafirmam esta prática. Nas eleições de 1982, Benedito Pinto Dias, expoente líder da ARENA, se candidatou à Prefeitura Municipal pelo PMDB (ex-MDB) e se elegeu com um porcentual considerável de votos sobre os seus adversários (ver Quadro 32). Mais significativo ainda é o caso do PT e PTB. O PT é constituído em Paranaíba de 283 filiados e o seu candidato a prefeito recebeu 148 votos nas eleições de 1982. O mesmo acontecendo com o PTB: com 190 filiados, o seu candidato a prefeito recebeu 158 votos. Nestes dois casos a totalidade dos filiados de seus partidos não votaram em seus candidatos.

Concluí-se, e já afirmado pelas lideranças políticas locais (ver Quadro 57), que os candidatos são mais im-

portantes que as siglas partidárias. Os partidos políticos são caminhos formais a serviço das disputas de lideranças políticas locais.

QUADRO 57

PERGUNTA FEITA AOS "VINTE" (35): QUAL É MAIS IMPORTANTE, O PARTIDO POLÍTICO OU O CANDIDATO? (Segundo afiliação Partidária)						
PARTIDO	O CANDIDATO		O PARTIDO		OS DOIS	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
PDS	10	90,9	0	0,0	1	9,1
PMDB	6	66,7	1	11,1	2	22,2
Nº TOTAL/MÉDIA %	16	80,0	1	5,0	3	15,0

Uma outra questão que foi apresentada, em entrevistas com estas lideranças: O que o Sr. considera mais importante no partido político? Coube a cada entrevistado optar pelas seguintes alternativas: força eleitoral; programa; ser situação; ideologia; ser posição e outras alternativas em aberto. Tabulando as respostas verificou-se o seguinte resultado:

- 1º força eleitoral
- 2º programa
- 3º ser situação
- 4º ideologia
- 5º ser oposição
- 6º nada importante
- 7º partido formado por pessoas sérias.

Na concepção dos entrevistados, para a política local, a ideologia toma posição inferior à força eleitoral, programa e ser situação.

Concluindo, na política local, ser situação ou oposição não nos pareceu ter muito sentido no que concerne aos partidos políticos. Ser governo ou ser oposição, está muito mais ligado aos antagonismos dos grupos locais, e os partidos se prestam para estruturar estas disputas. A fidelidade partidária, se existiu como formalidade, na prática, discretamente ou ostensivamente se dissolve. A mudança de filiação partidária é uma prática conhecida na política local; lideranças e grupos políticos mudam de partidos e continuam mantendo a hegemonia na política local. No período bipartidarista local, os antagonismos eram muito mais acentuados dentro de um próprio partido do que em relação ao partido adversário. Finalmente, os partidos políticos locais servem mais de instrumento de ação de grupos políticos locais do que um instrumento de agilização democrática.

3. Articulação de Interesses

Trataremos inicialmente de como se processa a Articulação de Interesses e em seguida analisaremos o "comando político", que é uma forma de articulação de interesses peculiar no Estado do Paraná e muito conhecida em Paranavaí; embora não se trate necessariamente de algo novo, entretanto a terminologia nos parece ser específica deste Estado.

3.1. O Processo

Conforme Almond e Powell⁽³⁶⁾, "Articulação de Interesses é o processo pelo qual os indivíduos ou grupos apre-

sentam demandas aos tomadores de decisões políticas". Afirmam estes autores que todos os sistemas políticos têm de algum modo que lidar com demandas, e que as decisões políticas envolvem vantagens ou desvantagens para vários indivíduos e grupos da sociedade, inclusive as próprias elites políticas. E ainda que algumas espécies de demandas, mesmo que sejam apenas objetivos ou desejos individuais, ou mesmo que venham principalmente das próprias elites, devem ser levadas à atenção dos tomadores de decisões para formar a base da escolha política. Os mesmos consideram ser este o primeiro passo funcional no processo político de conversão de se transformar ou converter inputs em outputs.

Com efeito, nestas indicações teóricas, pretendemos analisar as articulações de interesses de Paranaíba, porém utilizando de terminologias identificadas com a cultura política local. Assim sendo, vamos substituir demandas por reivindicações; vamos considerar canal de acesso como influência; e tomada de decisões como poder político.

A palavra influência, às vezes confundida como poder⁽³⁷⁾, neste estudo é apresentada como canal de acesso às decisões do poder político. Entretanto, deve ficar implícita no conceito de influência uma parcela de poder, visto que, se institucionalmente a influência política não tem poder de decisão, na prática política, como no caso do "comando político", adquire um poder paralelo que vai determinar as decisões do poder político. É preciso alertar que a influência pode adquirir uma forma negativa, denominada de "tráfico de influência" (onde se transforma em um canal doloso de articulação de interesses). Concluindo, afirmamos que num momento a influência é um canal de acesso ao poder político, e em outro momento, não é só um canal de acesso, como também ad-

quire poder para determinar as decisões do poder político.

O processo de articulação de interesses locais inicia-se com as reivindicações individuais ou de grupos de interesses ao poder político local. Uma determinada pessoa procura um personagem influente da elite local para canalizar junto ao poder político local uma vantagem para si ou para o seu grupo social (ex: qualquer benefício pessoal ou familiar, ou ainda para terceiro, que possa render-lhe alguns dividendos). Os grupos de interesses visam às vantagens impessoais, reivindicam benefícios de interesse de todo o grupo (exemplo local: Associações de Bairros, Associação Comercial e Industrial, Sindicatos, Lyons, Rotary, Santa Casa, Sociedade Rural, Maçonaria, Igreja, Clubes de Lazer, Escolas, Associações Culturais, etc.).

As reivindicações são canalizadas ao poder político através dos meios influentes, ou sejam: as elites, os meios de comunicação de massa, e violência e demonstração. Há uma preponderância das elites políticas (prefeito, vereadores, dirigentes partidários, lideranças comunitárias); entretanto, não se pode subestimar a influência das elites econômicas e sociais no quadro local (grandes proprietários na agricultura, na pecuária, no comércio, na indústria e altos dirigentes de entidades sociais, como a Igreja, etc.). Os meios de comunicação de massa locais (um jornal diário e três emissoras de rádio) são importantes canais de articulações de interesses. O último meio citado, violência e demonstração, se caracteriza por manifestações violentas ou pacíficas locais (disputa de terras; passeatas de professores, agricultores e trabalhadores rurais, etc.). Se as manifestações pacíficas são cada vez mais comuns em Paranavaí, as violentas não têm mais ocorrido.

O poder político local, como a nível estadual e nacional, é exacerbado no executivo, onde se concentra o maior volume de decisões, mas ele reside também no legislativo. É no poder político que se convertem as reivindicações em decisões políticas.

As reivindicações, além de procederem individualmente ou de grupos de interesses, também procedem das elites, que tanto podem beneficiar a comunidade em geral como também as próprias elites (exemplo local: Parque de Exposição Agropecuário, asfaltamento do aeroporto, embora não tenha linha aérea regular), benfeitorias em um loteamento, direcionamento da urbanização, creche popular, orfanato, hospitais, gabinetes dentários, trajetos de rodovias, atendimento médico e farmacêutico, etc.. Finalmente as elites políticas utilizam de toda a sua influência para beneficiar, por todos os meios, pessoas ou grupos sociais visando a um retorno eleitoral para um de seus membros, ou para elas como um todo.

Órgãos municipais que estão sujeitos às articulações de interesses são:

- . Secretaria de Administração
- . Secretaria da Fazenda
- . Secretaria de Expansão Econômica
- . Secretaria de Educação e Cultura
- . Secretaria de Saúde e Bem Estar Social
- . Secretaria de Viação e Obras Públicas
- . Conselho Municipal de Educação e Esporte
- . Assessoria de Planejamento
- . Conselho para Desenvolvimento Municipal
- . SERPAVI (Serviço de Pavimentação de Paranavaí)
- . 48 Escolas Municipais (3.147 alunos - 1984)
- . 1 Centro Social Urbano

- . 2 Ginásios de Esportes
- . 1 Farmácia
- . 1 Biblioteca Pública
- . Faculdade Municipal de Educação, Ciências e Letras
- . Conselho Assistencial
- . Fundação Cultural

É evidente que as articulações de interesses não se restringem ao nível local; elas se estendem ao âmbito estadual e federal. Mas neste estudo não trataremos das articulações entre o nível local e federal⁽³⁸⁾ (ver Quadro 58).

O poder político estadual, em particular o poder executivo, mantém sob seu controle nos municípios, principalmente no interior, uma rede de prestação de serviços, tanto na área econômica como social, que restringem a autonomia municipal e conseqüentemente fazem dos municípios um apenso estadual.

A interferência do poder político, estadual através de seus órgãos no município e da distribuição de recursos econômicos, impulsiona as articulações de interesses local X estadual.

O Governo Estadual mantém em Paranavaí (cidade de 54.666 habitantes na zona urbana - censo de 1980), os seguintes órgãos, da administração direta e indireta:

- . 8ª Batalhão de Polícia Militar
- . 8ª Subdivisão Policial (Polícia Civil)
- . Polícia Rodoviária Estadual
- . Ciretram (Trânsito)
- . Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL (energia elétrica)
- . Companhia de Saneamento do Paraná (água e esgoto)
- . Telecomunicações do Paraná - TELEPAR (telecomunicações)

- . Departamento Estadual de Estradas de Rodagem
- . Empresa de Obras Públicas do Paraná - EMOPAR
- . Superintendência de Controle de Erosão no Paraná - SUCEPAR
- . Delegacia da Receita Estadual
- . Núcleo Regional da Secretaria de Estado da Agricultura
- . Café do Paraná (fomento a agricultura)
- . Companhia Paranaense de Silos e Armazens - COPASA
- . Núcleo Regional de Ensino - SEED
- . 15 Escolas Estaduais (9.648 alunos - 1984)
- . 149 Distrito Sanitário
- . Centro de Saúde
- . Instituto de Previdência do Estado
- . Núcleo da Secretaria de Indústria e Comércio
- . Banco do Estado do Paraná
- . Forum
- . Cartórios.

O processo de articulação de interesses local X estadual inicia-se com as reivindicações individuais e de grupos de interesses, em razão, como já foi demonstrado anteriormente, do substancial envolvimento estadual nas questões locais. A gama de reivindicações ao poder político estadual é mais ampla que as locais. Exemplo: emprego público, nomeação para um cargo estadual, aceleração na expedição de documentação, construção e pavimentação de rodovias, ampliação da rede telefônica na sede do município e nos distritos municipais, verbas para entidades assistências e sociais, segurança pública, construção de escolas, construções diversas, financiamentos, etc..

Nas articulações neste âmbito, os meios influentes também se ampliam. Mas é preciso deixar claro que o "comando político" (que analisaremos mais adiante) é o canal mais efi-

PROCESSO DE ARTICULAÇÃO DE INTERESSES					
NÍVEL LOCAL			NÍVEL ESTADUAL		
REIVINDICAÇÕES	INFLUÊNCIA	PODER POLÍTICO	REIVINDICAÇÕES	INFLUÊNCIA	PODER POLÍTICO
Individuais	Elites: Políticas Econômicas Sociais		Individuais	Elites Políticas: Comando Político Parlamentares Prefeitura Municipal	
Grupos de Interesses	Meios de Comunicações de Massa	Poder Político	Grupos de Interesses	Câmara dos Vereadores Partidos Políticos	Poder Político
	Violência e Demonstração	Local		Elites: Econômicas Sociais Meios de Comunicações de Massas Violência e Demonstração	Estadual

ciente.

A influência se processa através das elites políticas (constituídas das lideranças políticas como: parlamentares estaduais e federais, prefeito municipal, vereadores, dirigentes partidários e outras lideranças, que apesar de não deterem nenhum cargo político, mantêm uma influência política), das lideranças econômicas e sociais (agropecuáristas, comerciantes, industriais, dirigentes de entidades profissionais, sociais e religiosas), dos meios de comunicação de massa (jornais com circulação local, regional e estadual; emissoras de TV de âmbito regional e estadual) e da violência e demonstração (manifestações violentas e pacíficas locais e na capital do Estado, como: passeatas, concentrações, acampamentos, depredações e pressões coercitivas, embora estas duas últimas não sejam comuns). A influência canaliza todas as reivindicações locais (sejam elas procedentes de interesses pessoais, de grupos de interesses ou mesmo das próprias elites) para o poder político estadual.

Depois de recebidas as reivindicações, ao poder político estadual competirá o ato de convertê-las em decisões políticas.

Concluindo este processo temos que considerar (e já analisados por Almond e Powell⁽³⁹⁾) os fatores ambientais que moldam a influência política para a articulação de interesses, e como sua modernização afeta essa função política. A influência política depende das formas de comunicação política, disponíveis numa sociedade. À medida que cresce o número de jornais e aparelhos de rádio e televisão na sociedade, cresce também o potencial de uso desses veículos para a articulação de interesses. Os meios de comunicações modernos poderão ser um canal de influência para as articulações de in-

teresses dos grupos organizados emergentes em detrimento da influência dos grupos tradicionais, com base nos laços pessoais e familiares.

Outro fator importantes a ser considerado também é a cultura política. Os níveis de educação política aumentarão a atividade dos cidadãos e a formação e participação de grupos, estabelecendo maior controle sobre as elites. O processo de mudança social e econômica pode afetar diretamente vários elementos da cultura política, visto que o desenvolvimento social e econômico aumenta o fluxo de informações e contato entre partes da sociedade e eleva o nível de educação, riqueza e posição social que o membro individual da sociedade possa ter. Assim, as tendências gerais nas sociedades em fase de modernização são aquelas que se relacionam intimamente ao aumento de atitudes "participantes" na cultura política.

Um terceiro fator básico é a distribuição de recursos na sociedade. Consideram Almond e Powell, que a representação de interesses em bases permanentes é um procedimento oneroso. A coleta de informações para influenciar opiniões e a manutenção de uma equipe regular exigem consideráveis somas de dinheiro. Somente os interesses que disponham de fundos substanciais têm condições de usar tais técnicas. Os grupos que têm mais partidários do que dinheiro são obrigados a apoiar-se nos partidos políticos e no processo eleitoral - e talvez, subsequente, numa representação direta no legislativo - como canal de influência para a articulação de interesses. Concluem os mesmos autores citados:

"A distribuição de recursos, isto é, da riqueza, numa sociedade influencia também o grau até onde são adotadas técnicas 'radicais' de articulação, assim como objetivos políticos radicais. Nos países em que há um vácuo muito grande entre ricos e pobres, os últimos são menos propensos a considerar os riscos e custos da violência como limitações sé-

rias aos seus esforços para tornar efetivas suas demandas".

Os interesses das classes populares em Paranavaí se confundem com os interesses do "povo" e conseqüentemente são meras expectadoras do jogo político local. A existência de sindicatos de trabalhadores e associações populares não autoriza a afirmar que as mesmas tenham assumido a sua condição de classe. A influência das classes populares só ocorrerá com a alteração dos fatores ambientais, como: comunicação política, cultura política e distribuição de recursos.

3.2. O Comando Político

Com esta expressão "comando Político", pretendemos especificar um fenômeno que, possivelmente, pode ser disseminado por todo o Brasil mas que, na realidade política encontrada na região em estudo, assume contornos muito específicos, porque envolve relações diretas de poder político, influências recíprocas entre autoridades e lideranças, e expressa um tipo de mediação que não se encontra exatamente tipificado dentro da teoria política, porque é informal. Exemplificando melhor, queremos nos referir a todo um processo de articulação de interesses entre o poder político estadual (no caso o Governo do Estado, através do Governador) e a nível local (interesses individuais e grupos de interesses, beneficiários de todas as benesses oriundas do paternalismo/assistencialista estatal), que existe para substantivar os interesses dos atores políticos que pretendem manter suas posições que dependem de bons resultados eleitorais.

A dependência sócio-econômica dos municípios bra-

sileiros, tanto ao governo estadual como federal, instrumentalizou as articulações de interesses entre estes três níveis.

As relações conceituadas de "coronelismo" na República Velha, estudadas por Victor Nunes Leal⁽⁴⁰⁾, e "chefe Político", detectada por Jean Blondel⁽⁴¹⁾, após 1945, no Estado do Paraná se denominou de "Comando Político".

Os três conceitos se identificam em suas estruturas, no que concerne à manutenção de uma clientela política e mandonismo local.

A localização sócio-política, tendo por ponto de referência o "coronel", não abrangia porém apenas indivíduos das camadas inferiores, mas se estendia a todos os escalões sociais. Todo "coronel" era integrante em nível elevado de um grupo de parentela mais ou menos vasto e os grandes "coronéis" se constituíam realmente em chefes supremos tanto de toda a sua parentela, quanto das parentelas aliadas, podendo transbordar perfeitamente a sua autoridade do âmbito local ou regional, ultrapassar o estadual e se apresentar ao nível até federal. Integrante de uma elite controladora do poder econômico, político e social no país - integrante portanto de uma oligarquia, para utilizar o termo apropriado - tem o "coronel" se definido principalmente pelas suas características políticas. Em sua obra clássica, Nunes Leal⁽⁴²⁾ define: "o coronelismo seria uma forma de adaptação entre o poder privado e um regime político de extensa base representativa".

O "coronel" tinha funções oficiais por força de seu prestígio, o "chefe político" tem prestígio por força de suas funções. Estes são os advogados e os médicos que desempenham papel mais importante nesta evolução; a eles se junta o caso de um homem transformado em "chefe político", porque havia sido nomeado ou eleito prefeito⁽⁴³⁾. Com a ampliação da in-

tervenção do estado na vida social, as funções oficiais tornaram-se cada vez mais utilizadas na constituição do eleitorado. O poder político que possibilita o controle dos cargos políticos, o status político, passou a substituir o status econômico (posse da terra), como status básico⁽⁴⁴⁾. O clientelismo político-patrimonialista passou a ser o meio de sustentação dos "chefes políticos" locais, que se diferencia do "coronelismo", pelo seu caráter público e urbano⁽⁴⁵⁾.

Com o desenvolvimento urbano as articulações de interesses tornaram-se mais complexas, as reivindicações mais acentuadas e o papel da influência mais especializada.

O "comando político" não diferencia do "chefe político" no seu caráter político-patrimonialista, entretanto teve que estruturar-se para intervir em um núcleo urbano mais desenvolvido e articular com uma estrutura governamental mais complexa.

O clientelismo político⁽⁴⁶⁾, o populismo⁽⁴⁷⁾ e os resultados eleitorais positivos são fatores que, mesclados, servem de apoio local, para a articulação com o poder político estadual e a definição do "comando político".

Achamos que é possível definir o "comando político" como um processo oficioso de articulação de interesses local X estadual, em que o poder político estadual (governador) concede a uma pessoa (prefeito ou uma pessoa de confiança ou a um deputado estadual governista) o poder de influenciar em toda a administração pública estadual, nas questões de sua competência nos municípios designados.

A influência do "comando político" não se restringe apenas a um município, pode ser estendido a vários municípios.

Entendemos que a função do "chefe político" local é muito mais restrita que a do "comando político", que con-

vive diretamente no interior do poder político estadual. Acreditado que as relações do "chefe político" local com o poder estadual está mais para o prestígio e o "comando político" está mais para a barganha.

O "comando político" se assenta no paternalismo assistencialista estadual, visando também à manutenção de um clientelismo político que se converta em benefícios eleitorais, tanto para o detentor do "comando político" local, como para o poder político estadual.

Em entrevista com pessoas que já detiveram o "comando político", verificamos que na escolha do "comando político", embora possa recair na pessoa do prefeito municipal ou de uma pessoa de confiança local do governador, o critério mais comum é conceder o mesmo ao deputado estadual governista mais votado no município; e também que seja este identificado com a política governista. O simples fato de que o deputado seja do mesmo partido político do governador não revela na prática lealdade incondicional.

Compete então, ao governador, conceder o "comando político", de forma extra-legal, ao deputado de seu partido mais votado no município. Caso haja um atrito ou desentendimento entre eles, o governador imediatamente transfere o "comando político" para outro deputado estadual do seu partido também identificado com o eleitorado local, embora não tenha sido o mais votado.

A confirmação do "comando político" inicialmente ocorre após a divulgação dos resultados eleitorais à Assembleia Legislativa Estadual, pelo Tribunal Regional Eleitoral, onde se constata os deputados estaduais do partido governista mais votados nos municípios.

O órgão articulador do "comando político" no inte-

rior do poder político estadual era a Secretaria do Estado dos Negócios da Justiça, depois passou para a Secretaria de Estado dos Negócios do Governo, e mais recentemente ficou a cargo da Casa Civil do Governo do Estado.

Designados os "comandos políticos" pelo Governador, o órgão articulador comunica às Secretarias de Estado os nomes escolhidos. Os Secretários de Estado são orientados a respeitar este pacto político.

Então, se de um lado compete officiosamente ao detentor do "comando político" disciplinar e coordenar os interesses da política estadual no município, como indicar nomes de pessoas para ocuparem os cargos de confiança dos órgãos estaduais no município e levar as reivindicações do município ao Governador e aos seus Secretários, cabe a ele também canalizar todos os benefícios estaduais ao município. Por outro lado, é dever do deputado estadual dedicar toda a sua fidelidade ao governador e ao seu governo e lutar em defesa do mesmo na Assembléia Legislativa Estadual.

A liderança política e os resultados eleitorais são fatores que determinam se um deputado detém o "comando político" em um ou mais municípios.

O envolvimento do deputado, como membro do poder legislativo, no "comando político", que denota essencialmente uma função executiva, afasta o legislador da sua fundamental competência, que é legislar, revelando o que poderíamos chamar de "desvio de competência". Aliás, Montesquieu⁽⁴⁸⁾ já advertia:

"Quando na mesma pessoa ou no mesmo corpo de magistratura, o poder legislativo está reunido ao poder executivo, não existe liberdade, pois pode-se temer que o mesmo monarca ou o mesmo senado apenas estabeleçam leis tirânicas para executá-las tiranicamente".

Mas a cultura política local identifica o legislador pelas suas ações executivas. A entrevista que realizamos com o Deputado Estadual Wilson Figueiredo Fortes, que deteve o "comando político" em vários governos, é reveladora:

"esta excrescência ocorre devido ao esvaziamento do Poder Legislativo, pela tradição autoritária brasileira, atribuindo ao Executivo fortes poderes. O povo cobra do legislador pela capacidade que tem ou não em atender essas solicitações, descartando a função exclusiva de legislar. Em consequência desta realidade, e em casos excepcionais, o deputado que queira permanecer na política se vê obrigado a comportar-se desta forma".

Em outra entrevista realizada com o ex-Deputado Federal, pela ARENA, Flávio Ettore Giovine, sobre a mesma questão, este declara:

"A profissionalização política também contribui para a distorção do sistema. O governador, pretendendo conservar seus votos nas próximas eleições, utiliza de todos os meios e principalmente a influência dos deputados estaduais, prefeitos e políticos locais, que convivem mais estreitamente com as bases eleitorais locais. Então delega poderes para que alguém o represente junto à política municipal. E normalmente esses representantes pertencem ao Poder Legislativo Estadual, carregam toda espécie de benefício e vantagens à população e a seus correligionários residentes, em seu nome e no nome do governador. Essa distorção só seria eliminada se fosse proibida a repetição de mandatos".

Mas o "comando político" sempre foi um instrumento polêmico nos discursos das campanhas eleitorais, sempre combatido pela oposição; mas se suspeita que a oposição, chegando ao poder não abra mão deste instrumento de cooptação eleitoral (49).

O ex-Deputado Federal Flávio Ettore Giovine, caracterizando o "Comando Político", afirma:

"O Comando Político sempre existiu e existe até hoje, é a ingerência do deputado no município em cima da área administrativa, carregando benefício para quem entender e para quem deve; aliás, isso aí é uma premissa que não deve deixar de existir, o deputado, afinal de contas, se ele não tiver uma força política que o eleja e toda a estrutura continua como estava, como é que ele se perpetua? Como que

ele consegue realizar as obras, carrear benefícios? entregando para o inimigo a coisa? Ele tem que pôr a equipe dele. Quando entra um cidadão para um cargo executivo ele não forma a equipe dele? São Secretário de Estado, São Ministros! Como é que ele consegue ser presidente na área executiva ou governador e ficar com o pessoal do governo passado? O Comando Político é uma tradução deste estado de coisa. O deputado se elege, o delegado de polícia é de outra facção, a inspetora de ensino é de outra facção, o diretor do grupo escolar é de outra facção, como é que ele vai fazer? Então ele vai trazer benefícios, admitamos que em tese seria o deputado, é o homem que carrega as reivindicações do município para o Estado, como é que ele faria se ele não modificasse isso aí? Resulta num Comando Político, quer dizer, ele passa a colocar uma equipe administrativa dele. Todo mundo mete o pau no Comando Político, se não existir como que o deputado faz? O Chefe do DETRAN é do deputado anterior, o Delegado de Polícia é do deputado anterior, como é que ele faz? A função do deputado em tese é legislar. Ele legislando ele não se elege, é até uma distorção do sistema, ou da própria exigência, ou distorção do próprio povo. O povo responde pelas obras que ele recebe pessoalmente, não responde pela atuação parlamentar. Você veja o Congresso Nacional, a não ser uma minoria esclarecida, ninguém toma conhecimento do deputado federal. É problema muito grande de se manter num prestígio político, porque ele vai para Brasília, fica isolado do município, fica isolado do Estado, se a imprensa não der cobertura, está liquidado, então ele só passa a ter valor quando ele coloca, vamos admitir assim, pessoas nos cargos, distribui os benefícios nos municípios. Os benefícios promovem o nome dele. Quem vai trazer benefício para um povo, para que o resultado seja de outro? Ele precisa ter o seu pessoal para carrear os benefícios, senão esses benefícios irão prestigiar outro deputado. Por isso ele precisa colocar um homem de confiança, é o tal do diabo do Comando Político. Então chega no governador, eu vou colocar este homem, eu vou colocar o Delegado de Rendas, vou colocar isto, vou colocar aquilo, vou colocar outro, como na área federal, coloca no INAMPS, INPS. Então é uma coisa que é errada mas tem que ser assim, não tem jeito! O Comando Político tem uma função administrativa e o deputado necessita dela, para sua perpetuação política. Como a imprensa, o político que não tiver imprensa a seu favor está liquidado, não é? O político não deveria se profissionalizar, mas todo político que não se profissionaliza, ele escreve o 'epitáfio' político dele: 'aqui jaz um imbecil, que entendia que a política era uma prestação de serviço à pátria' e morre! O cidadão tem que ser profissional e tem que fazer a política em termos pessoais, infelizmente acontece assim, o sucesso é todo ele assim, todo! Aqui e em todos os lugares do Brasil, o cidadão tem que profissionalizar-se, e fazer tudo em termos pessoais. Infelizmente é assim, e aqueles que aparecem com outras ideias se acabam".

Em pesquisa realizada junto às principais lideranças políticas locais, relacionadas no Capítulo V, ficou demonstrado que o "Comando Político" é realmente um instrumento polêmico. Do total das lideranças consultadas, 50% são favoráveis e 50% são contra o "Comando Político". Dos favoráveis, 63,63% pertenciam ao PDS e, dos contra, 66,66% pertenciam ao PMDB.

Finalmente, o Quadro 59, revela a opinião destas lideranças a respeito de outras questões sobre o "Comando Político" (50).

QUADRO 59

COMANDO POLÍTICO							
PESQUISA DE OPINIÃO REALIZADA JUNTO ÀS MAIS IMPORTANTES LIDERANÇAS POLÍTICAS DE PARANAÍ (em porcentual)							
QUESTÕES	ESCALA	CT	C	X	D	DT	Y
O Comando Político influencia o atendimento das constantes solicitações do eleitorado?		55	35	0	5	5	0
O Comando Político representa um forte poder reivindicatório em benefício da população local?		35	25	0	40	0	0
O Comando Político é um instrumento de decisão pessoal acima do(s) partido(s)?		15	70	0	10	5	0
O Comando Político é um canal de comunicação entre povo e governo estadual?		20	45	0	20	15	0
O Comando Político beneficia mais o seu detentor e seus afilhados do que a população em geral?		55	30	0	15	0	0
O Comando Político é uma instituição de apoio ao Governo Estadual no que concerne à organização da administração estadual no interior do Estado?		15	45	0	35	5	0
O Comando Político mais desgasta do que beneficia seu detentor?		30	30	0	40	0	0

CT = Concorde Totalmente

D = Discordo

C = Concorde

DT = Discordo Totalmente

X = Não Sei

Y = Recuso a Responder

Nos resultados verificados no Quadro 59, constatamos que o "Comando Político" se confirma como um instrumento dialético da política clientelista; no mesmo momento em que beneficia alguns, choca-se com os interesses de muitos. Reve-

la também ser um canal de influência política, ou seja, de articulação de interesses individuais e de grupos de interesses. E ainda um instrumento personalístico, de influência superior à dos partidos políticos. Para encerrar, o "Comando Político" (deputado estadual, normalmente) é uma representação do executivo estadual no interior do Estado.

Podemos afirmar que o "Comando Político" é uma versão evoluída do "coronel" e do "chefe político local" e que tende também a desaparecer. Se a desarticulação do "coronelismo" ocorre com a urbanização, do "chefe político local" com o desenvolvimento urbano, o "Comando Político" se desarticula com a metropolização.

No capítulo seguinte, demonstraremos a metodologia aplicada, neste estudo de caso, para identificação e entrevistas com as mais importantes lideranças políticas atuais de Paranavaí.

NOTAS DO CAPÍTULO IV

- (1). Ver FANNY, Tabak, in *passan*, op. cit.
- (2). Ver BOBBIO, Norberto e outros. *Dicionário de Política*. Brasília, UNB, 1986, p. 902.
- (3). Ver MICHELS, Robert. *Sociologia dos Partidos Políticos*. Brasília, UNB, 1982. In *passan*.
- (4). É um canal de articulação de interesses, que estudaremos mais adiante.
- (5). Conseguimos junto ao TRE-PR a relação dos componentes e a data de registro dos diretórios dos partidos políticos locais, no período de 1952 a 1982.
- (6). Ver Quadros 04 e 05.
- (7). Em 1956, no concurso promovido pelo IBAM e revista "O Cruzeiro", Paranavaí foi classificada, recebendo o Diploma de Honra, como um dos cinco municípios de maior progresso no Brasil. O prefeito José Vaz de Carvalho recebeu o Diploma das mãos do Presidente da República, Juscelino Kubitschek de Oliveira. Dado fornecido por José Vaz de Carvalho em entrevista com o autor deste trabalho.
- (8). Ulisses Faria Bandeira, já foi citado no Capítulo II.
- (9). Nesta época não existia a "cédula única". Cada candidato mandava imprimir sua cédula eleitoral, onde constavam o seu nome, cargo que pleiteava e a sigla do partido pelo qual concorria. O tamanho da cédula era de aproximadamente 7 centímetros de largura por 10 centímetros de comprimento, e a cor branca. Confeccionada normal-

mente em papel jornal. O eleitor, de posse das cédulas de seus candidatos, colocava-se em uma "sobrecarta" (um envelope do tipo comercial, que cortado ao meio constituía duas "sobrecarta") e depositava na urna de sua secção eleitoral. Sobre práticas eleitorais, ver CARVALHO, Orlando M. - Ensaio de Sociologia Eleitoral. Edição da Revista Brasileira de Estudos Políticos - Estudos Sociais e Políticos. 1. Belo Horizonte, UMG, 1958, pp. 25 - 55.

- (10). O fato foi publicado em: Arquidiocese de São Paulo. Brasil Nunca Mais. Petrópolis, Vozes, 1985, p. 140.
- (11). Embora tenhamos recebido toda atenção e compreensão dos Senhores Juizes Eleitorais de Paranavaí, assim como a colaboração dos responsáveis pelos Cartórios Eleitorais e de seus funcionários, é preciso analisar que a nomeação dos responsáveis pelos Cartórios locais significa uma boa dose de sacrifício, visto que são obrigados a acumular funções e quase sem nenhuma compensação financeira. A falta de continuidade administrativa e status do cargo reflete na sua organização, dificultando a qualquer pesquisador a coleta de dados eleitorais, quando existem, de eleições mais antigas. Quanto ao Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, com sede em Curitiba, o mesmo estava transferindo seus arquivos para o Arquivo Público Estadual. Recebidos os documentos de forma desordenada, os servidores do APE estavam se preparando para catalogá-los, o que tornou impossível localizar as filiações partidárias antes de 1965. Os arquivos pertencentes aos diretórios também não foram encontrados em Paranavaí. Porém, com a relação dos membros dos diretórios, citada na nota 5, foi possível constatar a trajetória partidária dos dirigentes dos partidos locais, após 1965.
- (12). Haroldo Leon Peres foi envolvido em escândalo e consequentemente convidado pelo Governo Federal a renunciar ao cargo de Governador do Estado do Paraná.
- (13). A coincidência das eleições foi determinada pela Emenda Constitucional nº 5, de 14 de abril de 1977, que previa

no Item I do artigo 15: "pela eleição direta de prefeito, vice-prefeito e vereador realizada simultaneamente em todo o país na mesma data das eleições gerais para deputado"; e no artigo 209: "os mandatos dos prefeitos, vice-prefeitos e vereadores eleitos em 1980 terão a duração de dois anos". Mas através da Emenda Constitucional nº 14, de 09 de setembro de 1980, o artigo 209 recebe nova redação: "Os mandatos dos atuais prefeitos, vice-prefeitos e vereadores e seus suplentes estender-se-á até 31 de janeiro de 1983, com exceção dos prefeitos nomeados".

- (14). Através da Emenda Constitucional nº 22, publicada no Diário Oficial da União, em 05 de julho de 1982, foi acrescentado o artigo 215; que determina: "Os mandatos dos prefeitos, vice-prefeitos e vereadores eleitos em 15 de novembro de 1982 terminarão em 31 de dezembro de 1988." Isto quer dizer que as eleições municipais "deixam" de ser realizadas simultaneamente com as de deputados.
- (15). Ver FANNY, Tabak, op. cit. p. 81.
- (16). Idem.
- (17). Ibid.
- (18). Ibid.
- (19). O Censo Geral realizado pelo IBGE em 1970 acusou que 71,98% da população de Paranaíba estavam na faixa etária de 0 a 29 anos e 28,02% na faixa etária de 30 a 70 anos ou mais. Para 1980, o IBGE acusou que 67,0% estavam na faixa etária de 0 a 29 anos e 33,0% na faixa de 30 a 70 anos ou mais.
- (20). Ver SOUZA, Maria do Carmo Campello de, op. cit. no capítulo III. BRASIL, Olavo. Partidos Políticos Brasileiros, 45 a 64. Rio Graal, 1983; FLEISCHER, David F. (org.). Os Partidos Políticos no Brasil. Vol. I, Brasília, UNB, 1981, p. 185; SOARES, Glaucio Ary Dillon. Sociedade e Política no Brasil. São Paulo, Difel, 1973.
- (21). Ver MARTINS, Wilson. Paranaíba: uma incógnita. Belo Ho-

- rizonte, *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. nº 08, abril/1960, UMG, pp. 229 - 54; e SANTOS, José Nicolau. Comportamento Eleitoral do Paraná, nas eleições de 1962. Belo Horizonte, *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, nº 16, janeiro/1964, pp. 227 - 50.
- (22). O PSP nasceu em São Paulo e tinha como seu maior líder Adhemar de Barros, ex-interventor e ex-governador do Estado de São Paulo. Pela vizinhança com o Norte do Paraná e recebedor da produção paranaense, tanto o Estado de São Paulo, como Adhemar de Barros, mantinham uma forte influência no Norte do Paraná.
- (23). Ver sobre este declínio em SOUSA, Maria do Carmo Campello de, op. cit., p.143.
- (24). Ver SOARES, Glaucio Ary Dillon, op. cit. nota (20).
- (25). Os dados foram extraídos dos registros dos partidos no TRE-PR e junto à população local, visto que nos registros não constavam as profissões.
- (26). Ver nota (11).
- (27). Ver CORREIA, Oscar Dias. Os Partidos Políticos - Os Sistemas Eleitorais. *Revista de Ciência Política*. FGV, Vol. 5, nº 3, julho/setembro, 1971, p. 19.
- (28). Ver KINZO, Maria D'Alva Gil. Novos Partidos: o início do Debate. In LAMOUNIER, Bolívar (Org.). *Voto de Desconfiança*. Petrópolis, Vozes-Cebrap, 1980, pp. 217 - 38.
- (29). Ver LANGONI, Carlos Geraldo. *Economia de Transformação*. Rio de Janeiro. José Olympio, 1975, p. 25.
- (30). Ver MARTINS, Carlos Estevam e CRUZ, Sebastião C. Velasco. De Castello a Figueiredo: uma incursão na pré-História da "Abertura". In SORJ, Bernardo e ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de (Org.). *Sociedade e Política no Brasil Pós - 64*. São Paulo, Brasiliense, 1983, pp. 50 e 51.
- (31). Ver GURGEL, José Alfredo Amaral. *Segurança e Democra-*

- cia. Rio de Janeiro, José Olympio, 1976, p. 6.
- (32). Ver BRITO, Luiz Navarro. O Bipartidarismo nas Eleições de 1978. In FLEISCHER, David (Org.). Os Partidos Políticos no Brasil. Brasília, UNB, 1981, pp. 220 - 40.
- (33). Ver KINZO, Maria D'Alva Gil. pp. 217 - 59, op. cit. no Capítulo III.
- (34). Ver ALVES, Maria Helena Moreira, pp. 278 - 89, op. cit. no Capítulo III.
- (35). A relação e o estudo dos "Vinte" líderes mais importantes de Paranavaí, veremos no Capítulo V e VI.
- (36). Ver ALMOND, Gabriel A. e POWELL, G. Bingham Jr.. Uma Teoria de Política Comparada. Rio de Janeiro, Zahar, 1980, pp. 52 a 68.
- (37). Ver o estudo de Robert Dahl, a respeito do conceito de "influência", em seu Livro: Análise Política Moderna. Brasília, UNB, 1981, pp. 23 a 44.
- (38). Recomendamos a leitura de "O Poder dos Donos", de autoria de Marcel Bursztyn, obra citada no Capítulo I, que focaliza as articulações de interesses nos níveis local X central. As considerações deste autor podem ser extrapoladas para o Estado do Paraná, porque as diferenças que possam existir estão mais para as terminologias, do que para os conteúdos.
- (39). Ver pp. 65 a 68, op. cit.
- (40). Op. cit. no Capítulo I.
- (41). Op. cit. no Capítulo I.
- (42). Op. cit. no Capítulo I.
- (43). Ver BLONDEL, Jean, p. 68, op. cit. no Capítulo I.
- (44). Ver CARVALHO, José Murilo. Barbacena: a Família, a Política e uma Hipótese. P. 179, op. cit. no Capítulo I.
- (45). Veja uma crítica a Paul Commack, por Amilcar Martins

- Filho, em *Clientelismo e Representação em Minas Gerais, durante a Primeira República*. p. 183, op. cit. no Capítulo I, nota (25).
- (46). Hélio Jaguaribe conceitua como: A política de clientela subentende todas as formas de ação política, quer no âmbito do Estado e suas divisões territoriais ou administrativas, quer no âmbito de qualquer coletividade dotado de alguma institucionalidade orientada por sentido de troca de vantagens específicas entre o promotor de tais políticas (o político de clientela) e os núcleos sociais junto aos quais opera. Ver *Dicionário Histórico Bibliográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, Forense - Universitária, 1984; e JAGUARIBE, Hélio. *Política de Clientela e Política Ideológica*. *Digêsto Econômico*. Vol. 6, nº 68, 1950.
- (47). Para Francisco Weffort o "populismo" é "a exaltação do poder público; é o próprio Estado colocando-se, através do líder, em contato com os indivíduos reunidos na massa, apóia-se no autoritarismo paternalista, além de interesses que todos os líderes têm na conquista do voto e na manipulação das aspirações populares (embora nunca fosse absoluta a manipulação). Ver em WEFFORT, Francisco Correia. *O Populismo na política Brasileira*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980, in passan.
- (48). Ver Montesquieu. *O Espírito das Leis*. Brasília, UNB, 1982, p. 187.
- (49). Ver sobre o chaguismo no Rio de Janeiro em: DINIZ, Eli. *Voto e Máquina Política*. Petrópolis, Vozes, 1982.
- (50). Com exceção de Telmo Ribeiro, todos os que detiveram o "Comando Político" em Paranavaí estão relacionados entre as "Vinte" lideranças políticas mais importantes destas cidade na atualidade. A partir de 1952 foram as seguintes lideranças políticas que detiveram o "Comando Político" em Paranavaí:
- | | | |
|-------------|----------------------|---------------------|
| 1952 - 1960 | José Vaz de Carvalho | - Gov. Bento Munhoz |
| | | /Moysés Lupion |
| 1961 - 1965 | Benedito Pinto Dias | - Gov. Ney Braga |

1966 - 1970	Wilson Fortes	- Gov. Paulo Pimentel
1971 - 1975	Benedito Pinto Dias Wilson Fortes	- Gov. Leon Peres/ Parigot de Sousa/ Emílio Gomes/ Jayme Canet.
1976 - 1978	Wilson Fortes	- Gov. Jayme Canet
1979 - 1980	Benedito Pinto Dias	- Gov. Ney Braga
1981 - 1982	Wilson Fortes	- Gov. Ney Braga
1983*	Eduardo Baggio	- Gov. José Richa

* Nosso estudo encerra-se aqui. Depois deste momento o "Comando Político" ficou confuso e o quadro da política local alterou-se com a criação do Partido da Frente Liberal (PFL).

CAPÍTULO V

OS AGENTES DA POLÍTICA LOCAL

1. O método de reputação

Para que pudéssemos penetrar no interior da política paranavaiense, vimos a necessidade de identificar quais eram os agentes da política local e no contato direto com os mesmos conhecer as ações e relações que configuram o quadro político desta comunidade. Diante desta questão demonstraremos quais foram os procedimentos utilizados para a consecução deste objetivo, que possibilitou o aprofundamento analítico deste estudo.

Aparentemente, não seria difícil a identificação de lideranças locais em uma comunidade onde o pesquisador tenha participado de sua vida política. Entretanto, se o pesquisador procura declinar de sua parcialidade e se prende ao rigor demandado por uma pesquisa científica, as dificuldades começam a surgir; o caminho não é outro senão buscar e assimilar as experiências de estudos já realizados.

Pesquisando a literatura que trata das metodologias aplicadas para identificação das lideranças políticas locais, encontramos em José Murilo de Carvalho⁽¹⁾, uma discussão da questão, tendo como referencial a experiência de estudos de poder local feitos nos Estados Unidos da América do Norte,

visto que é nesse país que mais se tem trabalhado com modernas técnicas de pesquisa em Ciência Política.

Duas correntes metodológicas se opõem nos Estados Unidos, na forma usada para encontrar os líderes locais. A primeira utiliza o chamado "reputational method" (método de reputação), originalmente ligado ao estudo desenvolvido por Floyd Hunter, sobre Regional City (Atlanta, Georgia) ⁽²⁾. A segunda, aplica o método conhecido por "decision-making method" (método de tomada de decisão), desenvolvido por Robert A. Dahl, em seu estudo sobre New Haven (Connecticut) ⁽³⁾.

O método de Hunter (reputação) consiste em selecionar um grupo de "juízes", que por sua vez indicarão quais são as pessoas influentes na localidade. Já o método de Dahl (tomada de decisão) consiste em tomar alguns problemas importantes para a comunidade e verificar concretamente quais as pessoas que influíram nas decisões tomadas.

Teoricamente, a divergência entre estes dois pesquisadores ficou conhecida como a oposição entre um modelo elitista e um modelo pluralista de poder.

Os dois métodos sofreram críticas de seus opositores. Os críticos do "método de reputação" apontaram a falta de garantia de que as pessoas consideradas "influentes", o fossem realmente, além de se ter que confiar no julgamento de um grupo de pessoas para cuja escolha não existem critérios fixos e objetivos; outra dificuldade que aponta Nelson W. Polsby ⁽⁴⁾ seria que não se pode garantir que os juízes estejam aplicando um mesmo padrão "topness"* que seja coerente uns com os outros e com o pesquisador, além de não se ter critérios

* Traduzimos "topness" como nível de liderança

para fixar o número de "topleaders"* da comunidade. O "método de tomada de decisão" entende que o melhor método de encontrar um líder é estudá-lo no ato de ser líder; Bachrach e Baratz⁽⁵⁾ apontam suas principais dúvidas sobre este método: 1) selecionar para estudo uma série de decisões políticas chaves, opostas às de rotina; 2) identificar as pessoas que tomam parte ativa no processo de tomada de decisão; 3) obter uma completa abordagem de seus comportamentos reais, enquanto o conflito político esteja sendo desenvolvido; e, finalmente, 4) determinar e analisar o resultado específico do conflito.

A polêmica entre os dois métodos serviu para pesquisadores como Robert Presthus⁽⁶⁾, que, depois de sustentar a superioridade do "método de tomada de decisão" sobre o "método de reputação", reformulassem sua postura inicial para se decidir em favor de uma combinação dos dois. José Murilo de Carvalho⁽⁷⁾ opina que se rejeite a dicotomia elitismo-pluralismo, que se elabore uma teoria geral do poder nacional e a classificação deverá basear-se exclusivamente nos resultados obtidos nos estudos empíricos.

Conscientes das controvérsias citadas, entretanto, decidimos aplicar o "método de reputação", porém adaptando-o às características e às circunstâncias de nossa pesquisa, procurando superar as dificuldades apontadas por Nelson W. Polsby, conforme demonstraremos adiante.

Para identificação das lideranças políticas locais, o "método de reputação" sugere a seleção de "juízes" para indicação das mesmas. O nosso critério adotado para escolha dos "juízes" recaiu no que vamos chamar de "ocupacional-represen-

* Traduzimos "topleaders" como principais lideranças

tativo"; ou seja, foram eleitos "juizes" membros da comunidade que ocupavam ou ocuparam posições influentes ou representativas. Influentes entendemos, por exemplo, membros do poder judiciário e da imprensa; e representativas, pessoas que ocupavam ou ocuparam cargos eletivos. Se os conceitos de influência e representação em dado momento se confundem, por outro lado eles podem apresentar-se de maneira divorciada nas questões políticas locais; entretanto o envolvimento destas pessoas na vida comunitária faz com que suas opiniões sejam representativas e conseqüentemente habilitadas, para indicação das lideranças políticas locais.

Definida a metodologia para identificação das lideranças políticas locais, em seguida relacionamos as pessoas que exerciam ou exerceram ocupações-representativas no município. Elaborada a relação passamos a contatar com os mesmos. No Quadro 60, apresentamos a composição dos "juizes", ou seja, do grupo de pessoas que se prontificaram a colaborar com a pesquisa, discriminando suas ocupações-representativas.

QUADRO 60

COMPOSIÇÃO OCUPACIONAL-REPRESENTATIVA DOS "JUÍZES"	
OCUPAÇÃO	NÚMERO
Presidentes de sindicatos	6
Presidentes de entidades sociais	9
Presidentes de entidades econômicas	3
Presidentes de Diretórios de partidos políticos	2
Ex-prefeitos	2
Ex-deputados	2
Imprensa falada e escrita	5
Poder judiciário	1
Poder legislativo	1
Poder executivo	1
Presidentes de associações de bairros	3
Presidentes de associações profissionais	5
TOTAL	40

As dificuldades de contato não permitiram que o número de "juizes" fosse ampliado, porém entendemos que esta quantidade seria suficiente.

Dos 40 "juizes" inicialmente selecionados, 4 deixaram de preencher os formulários, que distribuimos, nos quais deveriam anotar os nomes das lideranças políticas locais, alegando falta de tempo. Conseqüentemente 36 formulários foram preenchidos, correspondendo uma perda de 10%, o que não nos pareceu significativa⁽⁸⁾.

Elaboramos um perfil sócio-econômico dos "juizes" para analisá-los no contexto da comunidade, que apresentamos a seguir:

QUADRO 61

ATIVIDADE ECONÔMICA DOS JUÍZES		
Setor Econômico	Número	Porcentagem
Primário	8	22,2%
Secundário	3	8,3%
Terciário	25	69,5%
TOTAL	36	100,0%

As atividades econômicas dos juizes, refletiram exatamente a dinâmica da economia local, onde o setor econômico terciário prepondera sobre os demais setores. Dos 36 juizes, 69,5% atuam no setor terciário, 22,2% no primário e apenas 8,3% no secundário (ver Quadro 61).

No Quadro 62 discriminamos a ocupação profissional dos juizes, e verificamos que o grupo é significativamente representativo dos diversos segmentos profissionais da comunidade.

QUADRO 62

OCUPAÇÃO PROFISSIONAL DOS JUÍZES	
Lavrador	2
Agropecuaria	2
Pecuarista	4
Pedreira	1
Ensacador	1
Ótico	1
Comerciário	1
Comerciante	5
Professor	3
Auxiliar de Escritório	1
Contador	2
Advogado	3
Odontólogo	1
Eletricista	1
Engenheiro Civil	1
Médico	2
Radialista	1
Jornalista	1
Bancário	1
Auxiliar de Laboratório	1
Editor	1
TOTAL	36

Quanto à faixa etária dos juizes, a média de todas as idades para o grupo acusou 47 anos, sendo que o mais novo com 30 anos e o mais velho com 64 anos. Verificamos também que as pessoas mais jovens estão ausentes do exercício das ocupações-representativas na comunidade. Conclui-se que o quadro etário do grupo de juizes é compatível com a própria estrutura etária da política local.

IDADE DOS JUÍZES

Mais novo	30 anos
Idade média	47 anos
Mais velho	64 anos

Quanto à filiação partidária, verificamos que 36,1% estavam inscritos no PDS; 25,0% no PMDB; e 38,9% sem filiação partidária. Com 61,1% dos juizes filiados nos principais partidos locais, denota-se um interesse, das pessoas que detêm ocupações representativas, pela política partidária local. (Ver Quadro 63).

QUADRO 63

FILIAÇÃO PARTIDÁRIA DOS JUÍZES, CONSIDERADA ATÉ 1982		
PARTIDO	NÚMERO	%
PDS	13	36,1%
PMDB	9	25,0%
S/FILIAÇÃO	14	38,9%
TOTAL	36	100,0%

QUADRO 64

ESCOLARIDADE DOS JUÍZES			
GRAU ESCOLAR		QUANTIDADE	% POR GRAU
1º Grau	Completo	3	25,0%
	Incompleto	6	
2º Grau	Completo	2	5,6%
	Incompleto	0	
3º Grau	Completo	24	69,4%
	Incompleto	1	
TOTAL		36	100,0%

A escolaridade dos juizes apresenta um dado significativo, ou seja, 69,4% com curso superior, seguido de 25,0% para o 1º grau e 5,6% para o 2º grau (ver Quadro 64).

Como já foi dito, 40 formulários (ver Anexo 04) foram distribuídos aos "juizes" e somente 36 retornaram preenchidos. Este formulário foi elaborado em duas páginas; a primeira página constou de 1 item; neste item foi solicitado aos "juizes" que indicassem "os nomes de 20 líderes políticos mais importantes de Paranavaí". Na segunda página o formulário constou de 2 itens; no primeiro item foi solicitado que os "juizes" indicassem os "10 líderes políticos mais importantes" de suas listas de 20 nomes, e mais, que os classificassem em ordem de importância do primeiro ao décimo lugar; no segundo item foi solicitado que anotassem no mínimo 5 "critérios de representatividade política", de acordo com a opinião de cada um e que correlacionassem esses critérios com os 10 nomes selecionados.

Conforme demonstrado no Anexo 05, verificou-se a indicação de 708 nomes, sendo que 32 "juízes" indicaram 20 nomes; 2 "juízes" indicaram 17 nomes; 1 "juiz" indicou 19 nomes; e 1 "juiz" indicou 15 nomes.

Devido ao alto grau de correlação dos nomes indicados, o número de 708 nomes foi reduzido a 91 nomes sendo que o nome mais freqüente apareceu em 35 dos 36 formulários; em segundo lugar, 2 nomes apareceram em 34 formulários; em terceiro lugar, 1 nome apareceu em 33 formulários; e assim sucessivamente, até que os últimos indicados receberam cada um uma indicação.

A segunda listagem, apresentada no Anexo 06, teve como objetivo filtrar a listagem, apresentada no Anexo 05. A tática utilizada foi no sentido de pedir aos "juízes" que selecionassem de suas indicações os 10 líderes que considerassem mais importantes e os classificassem em ordem de primeiro ao décimo lugares. Assim sendo, surgiram 357 nomes, que também, devido ao alto grau de correlação, foram reduzidos a 55 nomes. Em apenas um formulário foram classificados 7 nomes e nos demais 10 nomes cada um, do total de 36 formulários.

Para tabular a segunda listagem (Anexo 06), foi adotado o critério de pontos, ou seja, para cada nome classificado em primeiro lugar foram atribuídos 10 pontos; para os classificados em segundo lugar, 9 pontos; e assim sucessivamente, até que para os classificados em décimo lugar foi atribuído 1 ponto para cada um. Feita a contagem de pontos, o nome que apareceu em primeiro lugar atingiu 268 pontos; em segundo lugar 231 pontos; em terceiro lugar 208 pontos; e assim por diante, conforme se verifica no Anexo 06. Comparando a ordem dos nomes entre as duas listagens, é possível verificar a coincidência dos nomes nas primeiras posições e discor-

dâncias nas posições menos frequêntes e de menor classificação.

Quanto aos "critérios de representatividade política", solicitados pelo pesquisador, em número mínimo de 5 critérios para cada "juiz", para escolha e classificação dos 10 líderes políticos mais importantes, foram relacionados dos 36 formulários uma soma de 163 critérios (ver Anexo 07). Em razão de que um mesmo critério foi adotado para vários líderes e que um líder foi enquadrado em vários critérios, este número de 163 subiu para o total de 535 critérios.

Não pretendíamos estabelecer um rol de critérios e impor aos "juizes" que os mesmos optassem por um ou vários deles, e sim, deixamos a questão aberta, para que se pudesse captar a opinião local, através desta amostragem.

Sem pretender realizar uma classificação definitiva dos critérios e um estudo profundo da questão, o que não caberia neste trabalho, apenas procuramos, de maneira aproximada, "agrupar" os 535 critérios adotados, ou seja, correlacioná-los, conforme está demonstrado no Quadro 65.

QUADRO 65

CRITÉRIOS DE REPRESENTATIVIDADE POLÍTICA ADOTADOS PELOS
 JUÍZES, PARA INDICAÇÃO DAS MAIS IMPORTANTES LIDERANÇAS
 POLÍTICAS DE PARANAÍ - CRITÉRIOS AGRUPADOS

CRITÉRIOS	QUANTIDADE	PORCENTAGEM
Políticos	119	22,242
Serviços à Comunidade	96	17,943
Administrativos	71	13,271
Popularidade	52	9,719
Comportamentais	48	8,971
Honestidade	41	7,663
Liderança	34	6,355
Comunicação	30	5,607
Econômicos	29	5,420
Culturais	9	1,682
Ideológicos	6	1,121
TOTAL	535	99,994

A variedade e duplicidade de critérios adotados pelos "juízes", na indicação das lideranças, a princípio não nos parece ser muito importante, porém relevante torna-se a via comum que todos adotaram, ou seja, o referencial político. Vamos chamar aqui este referencial de "túnel político". Em razão deste procedimento, acreditamos ter superado a questão levantada por Nelson W. Polsby, concernente ao padrão de coerência dos juízes e do pesquisador o "topness". Quanto à questão dos "topleaders", invocada pelo mesmo autor, o número das principais lideranças surge pela significativa quantidade de pontos alcançados pelas pessoas classificadas.

No caso de Paranavaí, os líderes políticos mais significativos, no momento da pesquisa, são cinco, devido à evidente quantidade de pontos que obtiveram em relação aos demais nomes constantes da listagem. São eles:

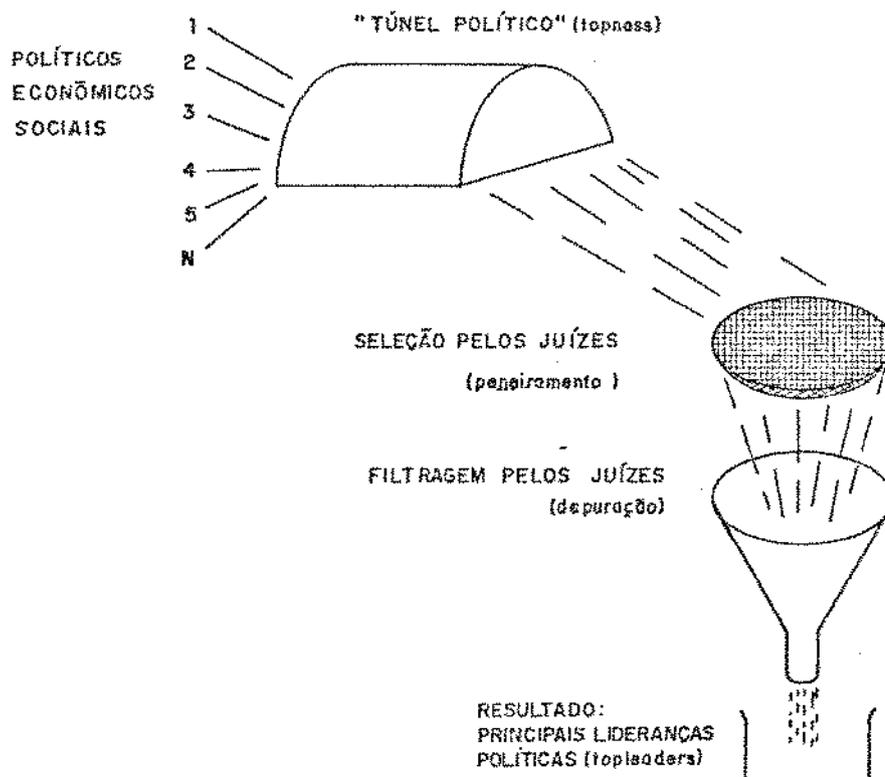
Benedito Pinto Dias	268	pontos
José Alencar Furtado	231	pontos
José Vaz de Carvalho	208	pontos
Dionísio Assis Dal-Prá	207	pontos
Eduardo Ferreira Baggio	171	pontos

Este método de classificação das lideranças políticas locais, no seu conteúdo possibilita eliminar a preferência emocional de um ou mais "juízes", visto que o privilegiamento se dispersa no conjunto dos nomes indicados.

FIGURA 01

ESBOÇO DO MÉTODO

CRITÉRIOS DOS JUÍZES



Concluída a identificação e classificação das lideranças políticas de Paranavaí, elegemos "os vinte" primeiros classificados para serem entrevistados. Entendemos que este número era representativo para o estudo da política local. Se aumentado o número, além de correr o risco de cair em entrevistas puramente repetitivas, o tempo destinado ao estudo tornaria inviável a sua conclusão.

2. O questionário

Elaboramos inicialmente um questionário-teste, com 130 questões. Destas, 73 eram fechadas, 39 abertas. Nas questões abertas foram gravadas todas as respostas. E finalmente 18 questões versaram sobre dados biográficos dos entrevistados. Para confecção do questionário consultamos Maurice Duverger⁽⁹⁾, Floyd Hunter⁽¹⁰⁾ e Ronald Chilcote⁽¹¹⁾.

Após concluído o questionário, foram realizadas duas entrevistas-testes. Os dois entrevistados foram escolhidos pelo critério de participação na política local. Um exerceu o cargo de vice-prefeito e vereador, tendo também sido candidato a prefeito. O outro candidatou-se em todas as eleições realizadas à Câmara Municipal de Paranavaí, exercendo o cargo em 4 mandatos

Os entrevistados colaboraram plenamente. As dificuldades que surgiram referiram-se ao não entendimento de algumas questões. Foi anotado o tempo de duração das respostas de cada questão.

Após estas entrevistas, foi analisado o questionário e chegou-se à conclusão da necessidade de alterar algumas questões para torná-las mais claras; assim como elimina-

ção de algumas e inclusão de outras.

Em seguida foi elaborado o questionário que seria aplicado aos "Vinte".

O questionário (Anexo 08) constou de 127 questões. Inicialmente um grupo de 46 questões, referentes a critérios de representação política local. Coube aos entrevistados atribuírem um peso de importância, de 0 (zero) a 5 (cinco) pontos, com relação à importância de cada critério. Foi solicitado a cada sujeito que sua escolha fosse baseada na opinião pública local; aliás, todas as questões tratadas no questionário referiam-se à política local.

As questões de números 1 a 46 referiam-se à avaliação dos critérios que dão origem e sustentação à representatividade política no contexto local; as questões de números 47 a 56 referiam-se a partidos políticos e campanha política local; as questões de números 57 a 63 referiam-se a grupos profissionais e elite política local; as questões de números 64 a 67 referiam-se a alianças políticas e influência da política estadual e federal na política local; as questões de números 68 a 71 referiam-se à prestação de serviços à comunidade, poder econômico e à colocação do interesse particular acima do interesse público; a questão 72 objetivou medir o relacionamento econômico, político, social, familiar e religioso, entre as lideranças (no passado e atualmente); a questão 73 objetivou classificar economicamente as lideranças, de forma a saber se o líder era: "muito rico", "mais ou menos rico", "menos rico" ou "modesto"; as questões 74 e 75 objetivaram conhecer o comportamento das lideranças, de acordo com a opinião das mesmas, ou seja, saber se agiriam individualmente, em "panela" ou coletivamente e se operavam visivelmente ou nos bastidores; a questão 76 objetivou conhecer

qual o principal líder político de Paranavaí; as questões de números 77 e 88 referiam-se ao "comando político"; e finalmente as questões de números 89 a 127 versavam sobre a biografia do entrevistado (dados pessoais, escolaridade, ocupação, filiação religiosa e partidária, militância político-partidária, cargos ocupados e sua participação em entidades da comunidade). A última folha do questionário foi utilizada para a avaliação da entrevista.

3. O procedimento das entrevistas

Para realização das entrevistas utilizamos o questionário, que continha 127 questões, e um gravador. Para evitar constrangimento por parte do entrevistado, primeiro eles foram informados de que o uso do gravador era devido à impossibilidade de anotar todas as respostas, além de agilizar as entrevistas, e que o mesmo poderia ser desligado a qualquer momento, se assim o entrevistado o desejasse. Durante as entrevistas o gravador somente foi desligado quando os entrevistados não entendiam as perguntas. Neste momento desligava-se o gravador para a repetição das mesmas. Depois foram informados, também, de que as questões formuladas no questionário eram claras e objetivas, não havendo questões subjetivas, ou seja, do tipo "armadilha" ou "arapuca". Todas as questões se dirigiam ao objetivo da pesquisa, que era estudar o processo político local, ou ainda, a articulação política local.

Depois deste preâmbulo, iniciávamos a entrevista. Foram utilizados para cada entrevista duas cópias do questionário; uma ficava em nosso poder e outra era passada ao entrevistado, folha por folha, de tal forma que ao esgotar as

perguntas de uma folha era entregue a subsequente. Ficávamos com uma cópia do questionário para ir lendo, concomitantemente com o entrevistado. Este procedimento visava agilizar o andamento da entrevista. Em nenhuma entrevista foi entregue ao entrevistado o questionário inteiro, no início da mesma. Este procedimento visava evitar dispersão e combinação de respostas. Foi comum, logo após algumas questões, o entrevistado não se preocupar com a folha do questionário que estava em suas mãos e esperar que fizéssemos as perguntas.

Quanto ao gravador, este não pareceu ter perturbado as respostas dos entrevistados.

As 20 entrevistas ocorreram num período de 66 dias. Para 11 entrevistas foi feito apenas um contato com os entrevistados, para marcar a data e hora da mesma. Este contato foi feito por telefone ou pessoalmente. Para os 7 outros entrevistados foram necessários dois contatos. Para os outros 2 entrevistados, três contatos. Dezesete entrevistas ocorreram sem nenhum problema (em uma única sessão); em três entrevistas ocorreram interrupções do tipo: visita de negócio, telefone e necessidade de o entrevistado atender a outro compromisso, ficando para o dia seguinte a conclusão da mesma. Quinze entrevistas foram realizadas nos locais de trabalho dos entrevistados e cinco em suas residências. Foi registrado uma média de 128 minutos para cada entrevista, totalizando 2.562 minutos, ou seja, 42 horas e 42 minutos para a realização da totalidade. Os entrevistados colaboraram plenamente.

No capítulo seguinte, demonstraremos os resultados das entrevistas, o perfil sócio-econômico e as relações entre os "Vinte" agentes selecionados, cujo quadro nos conduzirá para as conclusões da política local.

NOTAS DO CAPÍTULO V

- (1). CARVALHO, José Murilo. Estudos de Poder Local no Brasil. RBEP, Belo Horizonte, v. 25/26, jul, 1968.
- (2). HUNTER, Floyd. Community Power Sctructure. Chapel Hill the University of North Carolina Press, 1953.
- (3). DAHL, Robert. WHO GOVERNS?. New Haven Yale University Press, 1961.
- (4). POLSBY, Nelson W.. Community Power and Political Theory. In SILVA, Celson José. Marchas e Contra Marchas do Mandonismo Local, (Caeté - Um Estudo de Caso). DCP, Belo Horizonte, 1972.
- (5). Peter BACHRACH and Morton S. BARATZ. "Two Faces of Power". The American Political Science Review, 56. 947-52, 1962.
- (6). Ver, PRESTHUS, Robert. In SILVA, Celson José, nota 62, p. 111. Op. cit.
- (7). Op. cit. nota (1).
- (8). Ver Anexo 04.
- (9). Obra consultada, DUVERGER, Maurice. Ciência Política - Teoria e Método. 2ª ed., Rio de Janeiro, Zahar, 1976.
- (10). Op. cit.
- (11). Consultamos questionário aplicado em estudo realizado em Juazeiro do Norte, Estado da Bahia, pelo professor Ronaldo H. Chilcote, de Ciência Política da University of California, campus de Riverside (USA).

CAPÍTULO VI

OS "VINTE"

1. Caracterização política e sócio-econômica

Das vinte lideranças políticas mais importantes de Paranavaí, indicadas pela pesquisa realizada no segundo semestre de 1985, verificamos que algumas delas (como Benedito Pinto Dias, José Alencar Furtado e José Vaz de Carvalho), vêm mantendo uma predominância no poder político local por mais de vinte anos. Em torno destes líderes giram outras lideranças que também são expressivas, como Dionísio Assis Dal-Prá, Eduardo Baggio, Flávio Giovine, Wilson Figueiredo Fortes e outros⁽¹⁾. Assim também as lideranças menores, que estão relacionadas entre os "Vinte", e as demais não selecionadas para as entrevistas. Os líderes Benedito Pinto Dias e José Vaz de Carvalho, embora no período bipartidarista fossem correligionários da ARENA, sempre se postaram antagonicamente; e José Alencar Furtado, no MDB, simbolizou a oposição no período.

No Quadro 66, demonstramos a filiação partidária atual dos "Vinte" e no Quadro 67, a trajetória partidária do grupo, após o término do bipartidarismo.

QUADRO 66

FILIAÇÃO PARTIDÁRIA DOS "VINTE"		
PARTIDO	NÚMERO	PORCENTAGEM
PDS	11	55%
PMDB	9	45%
TOTAL	20	100%

A predominância partidária das principais lideranças locais ficou para o Partido Democrático Social.

QUADRO 67

TRAJETÓRIA PARTIDÁRIA DOS "VINTE"					
BIPARTIDARISMO 1965-1979		PLURIPARTIDARISMO/1980.			
PARTIDOS		PDS	PMDB	PP	PP + PMDB
ARENA	14	10	2	2	4
MDB	3		3		3
NOVOS	3	1	1	1	2
TOTAL	20	11	6	3	9

Entre os "Vinte", somente 11 eram filiados aos diversos partidos existentes antes de 1966. Com a introdução do bipartidarismo, 1 filiou-se ao MDB, 1 desistiu e os demais filiaram-se à ARENA; em 1973, 1 saiu da ARENA e filiou-se ao MDB, e ainda, foi acrescentado de mais 1 filiado novo e a ARENA mais 5 filiados novos. Com a reimplantação do pluripartidarismo, em consequência da extinção do bipartidarismo, em 1979, o quadro se altera novamente (Ver Anexo 03).

No Quadro 68 demonstramos a procedência geográfica dos "Vinte".

QUADRO 68

PROCEDÊNCIA DOS "VINTE"			
ESTADO DE ORIGEM	NÚMERO	PORCENTAGEM	MACRO REGIÃO %
Ceará	2	10%	15% NORDESTE
Bahia	1	5%	
Minas Gerais	3	15%	50% SUDESTE
Rio de Janeiro	1	5%	
São Paulo	6	30%	
Paraná	4	20%	35% SUL
Santa Catarina	1	5%	
Rio Grande do Sul	2	10%	
TOTAL	20	100%	100%

Observa-se que a maior porcentagem das lideranças procedem do Estado de São Paulo, seguida pelo Paraná e Minas Gerais. Computando as macro-regiões brasileiras, verificamos o seguinte: Sudeste, 50%; Sul, 35%; e Nordeste, 15%. Entretanto, nenhum dos paranaenses nasceu em Paranavaí⁽²⁾.

Os Quadros 68 e 69, confirmam que Paranavaí é uma região de recente expansão colonizadora. A mata bruta se transforma rapidamente em pólo urbanístico, com migrantes de quase todas as regiões do país. Mais da metade do grupo dos "Vinte" (55%) residem há menos de 30 anos no município.

QUADRO 69

TEMPO DE RESIDÊNCIA DOS "VINTE" EM PARANAVAÍ		
TEMPO	NÚMERO	PORCENTAGEM
0 a 10 anos	0	0
11 a 20 anos	3	15%
21 a 30 anos	8	40%
31 ou mais anos	9	45%
TOTAL	20	100%

QUADRO 70

IDADE DOS "VINTE"		
IDADE	NÚMERO	PORCENTAGEM
... a 20 anos	0	0
21 a 25 anos	0	0
26 a 30 anos	1	5%
31 a 35 anos	0	0
36 a 40 anos	1	5%
41 a 50 anos	11	55%
51 a 60 anos	4	20%
61 a 70 anos	3	15%
TOTAL	20	100%

Verificamos que 90% das mais importantes lideranças políticas de Paranavaí estão acima dos 41 anos. O mais jovem tem 26 anos, e ocupa atualmente a Presidência da Câmara Municipal. A média ficou em torno de 49,7 anos e o mais velho com 70 anos de idade.

O nível de escolaridade do grupo é significativo: 65% têm curso superior; 30% têm o 1º grau e 5% têm o 2º grau, conforme Quadro 71.

QUADRO 71

ESCOLARIDADE DOS "VINTE"		
GRAUS	NÚMERO	PORCENTAGEM
1º grau	6	30%
2º grau	1	5%
3º grau	13	65%
TOTAL	20	100%

Quanto à religião, constatamos que 90% são católicos e 10% protestantes. Ver Quadro 72.

QUADRO 72

RELIGIÃO DOS "VINTE"		
RELIGIÃO	NÚMERO	PORCENTAGEM
Católica	18	90%
Protestante	2	10%
TOTAL	20	100%

QUADRO 73

ATIVIDADE ECONÔMICA DOS "VINTE"		
SETOR ECONÔMICO	NÚMERO	PORCENTAGEM
Primário	8	40%
Terciário	12	60%
TOTAL	20	100%

Do total do grupo, verificado no Quadro 73, 60% a-

tuam no setor terciário e 40% no setor primário da economia local. A ausência do setor secundário revela a sua inferioridade econômica em relação aos outros setores de Paranavaí⁽³⁾.

No Quadro 74, apresentamos as ocupações principais dos "Vinte".

QUADRO 74

OCUPAÇÃO PRINCIPAL DOS "VINTE"			
OCUPAÇÃO	NÚMERO	% OCUPAÇÃO	% POR GRUPO DE OCUPAÇÃO
EMPRESÁRIOS RURAIS			
Agropecuária	5	25%	
Pecuária	5	25%	
EMPRESÁRIOS URBANOS			
Comércio	2	10%	
Lab. Anal. Clínicas	1	5%	65%
OCUPAÇÕES INTELLECTUAIS			
Advocacia	1	5%	
Adm. Empresas	1	5%	
Contabilidade	1	5%	
Medicina	1	5%	
Radiodifusão	1	5%	25%
OCUPAÇÃO RURAL			
Lavrador	1	5%	5%
SERVIÇO PÚBLICO			
Cartório	1	5%	5%
TOTAL	20	100%	100%

Verificamos que as ocupações empresariais predominam na política local com 65%, seguidas das ocupações intelectuais com 25%. O serviço público e ocupação rural com apenas 5% para cada uma destas ocupações.

Entretanto, se levarmos em conta que o médico, o cartorário, o proprietário do laboratório de análises clínicas e os dois comerciantes, também são proprietários rurais (agropecuáristas), a liderança dos empresários rurais eleva-

-se para 75%.

Por outro lado, seis empresários rurais ocupam-se secundariamente em empresas urbanas, o que elevaria para 45% o percentual dos empresários urbanos.

Quanto ao lavrador, embora sua origem ocupacional seja rural, o mesmo se identifica como "político", em razão de ter sido eleito cinco vezes consecutivamente à Câmara dos Vereadores.

Concluindo, dos "Vinte", 75% procedem da burguesia, 20% da classe média (advogado, administrador de empresas, contabilista e radialista) e 5% das classes populares.

QUADRO 75

PROPRIEDADE ECONÔMICA DOS "VINTE"		
POSSE	NÚMERO	PORCENTAGEM
Proprietários	15	75%
Não-proprietários	5	25%
TOTAL	20	100%

Dos vinte líderes, 75% possuem propriedade econômica e 25% não. Conforme Quadro 75.

Entendemos como propriedade econômica os bens imóveis relacionados com a produção nos setores primário, secundário e terciário.

Nas entrevistas, perguntamos aos "Vinte" se o poder econômico comandava a política local. Do total, 45% responderam que SIM, 50% responderam NÃO e 5% responderam que o poder político e econômico comandam a política local. A maioria dos pedessistas, 54,54%, respondeu que o poder econômico NÃO co-

manda a política local e a maioria dos peemedebistas, 55,56%, respondeu que SIM (Ver Quadro 76).

O Quadro 77 mostra que os filiados do PDS, percentualmente, são "mais ricos" que os filiados do PMDB, ou seja: 72,73% dos pedessistas foram enquadrados como MUITO RICOS e MAIS OU MENOS RICOS, e 27,27% como MENOS RICOS e MODESTOS; 55,56% dos peemedebistas foram enquadrados como MUITO RICOS e MAIS OU MENOS RICOS e 44,44% como MENOS RICOS e MODESTOS. Com estes dados verificamos a desvantagem econômica dos peemedebistas em relação aos pedessistas, no plano da auto-imagem econômica dos "Vinte"⁽⁴⁾.

Analisando os Quadros 76 e 77, constata-se que os pedessistas, economicamente mais fortes, privilegiam o Poder Político e os peemedebistas, em desvantagem econômica, privilegiam o Poder Econômico.

Entretanto, nenhum dos entrevistados descartou a importância do Poder Econômico na política local.

QUADRO 76

PERGUNTADO AOS "VINTE": O PODER ECONÔMICO COMANDAVA A POLÍTICA LOCAL? O GRUPO RESPONDEU O SEGUINTE:								
PARTIDO	SIM		NÃO		OS DOIS: POLÍ- TICO+ECONÔMICO		TOTAL	
	Q	%	Q	%	Q	%	Q	%
PDS	4	36,36	6	54,54	1	9,09	11	100
PMDB	5	55,56	4	44,44	0	0,00	9	100
TOTAL	9	45,00	10	50,00	1	5,00	20	100

QUADRO 77

CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA DOS "VINTE" SEGUNDO FILIAÇÃO PARTIDÁRIA										
PARTIDO	MUITO RICO		MAIS OU MENOS RICO		MENOS RICO		MODESTO		TOTAL	
	Q	%	Q	%	Q	%	Q	%	Q	%
PDS	4	36,36	4	36,36	1	9,09	2	18,18	11	100
PMDB	3	33,33	2	22,22	2	22,22	2	22,22	9	100
TOTAL	7	35	6	30	3	15	4	20	20	100

QUADRO 78

FILIAÇÃO PARTIDÁRIA E NÍVEL ECONÔMICO ANTES E APÓS 1980		
	ANTES - 1980	APÓS - 1980
Muito Rico	7 - ARENA	4 - PDS 3 - PMDB
Mais ou Menos Rico	6 - ARENA	4 - PDS 2 - PMDB
Menos Rico	1 - ARENA 2 - MDB	1 - PDS 2 - PMDB
Modesto	2 - ARENA 2 - MDB	2 - PDS 2 - PMDB

Finalmente, O Quadro 78 mostra que a totalidade de pedessistas e peemedebistas, enquadrados como MUITO RICOS e MAIS OU MENOS RICOS, era antes de 1980 filiada à ARENA, e a totalidade dos peemedebistas enquadrados como MENOS RICOS e MODESTOS era filiada do MDB. Conseqüentemente, 38,46% dos ex-arenistas, MUITO RICOS e MAIS OU MENOS RICOS (cinco), filiaram-se ao PMDB, cuja partido venceu as eleições municipais em Paranavaí em 1982.

Do que foi visto até agora, observa-se, de acordo com o Quadro 70, que a faixa etária das lideranças políticas

atuais, com uma média de 49,7 anos, caracteriza também, como no estudo sobre "Renovação Política" (Capítulo IV), uma baixa porcentagem de lideranças jovens e por consequência a renovação política em Paranavaí é pequena, prevalecendo as lideranças tradicionais.

Já sabemos que os "Vinte" constituem a nata da elite política local. Porém constatamos também, de acordo com os Quadros 74 (profissões) e 75 (propriedade econômica), que esta elite política é procedente na sua maioria absoluta de uma classe econômica privilegiada, sendo que suas profissões não procedem das classes populares, e que 75% das lideranças políticas têm propriedade econômica. Além disso, observa-se um outro nível de elitização, que ocorre através da escolarização a nível superior, pois 65% dos "Vinte" possuem diplomas de curso universitário. Conseqüentemente podemos afirmar que estamos estudando junto a uma elite não só política como também econômica, que na visão marxista é denominada de "classe dominante".

2. As relações - a "rede de integração" *

Concebemos a "rede de integração" as relações políticas, econômicas, sociais, familiares e religiosas que vinculam entre si as principais lideranças políticas selecionadas, ou seja, os "Vinte".

Através de teste sociométrico foi possível calcular o porcentual de "congruência" e "incongruência" destas rela-

* Para que pudéssemos analisar as respostas dos entrevistados e manter sigilo, decidimos codificar seus nomes de 01 a 20, através de sorteio.

ções (5).

Consideramos como "congruência positiva" (*), a reciprocidade no reconhecimento de existência de relações. Como "congruência negativa" (□), a reciprocidade no reconhecimento da "não existência" de relações. Finalmente, "incongruência" (±), quando uma das partes afirma que "sim" e a outra afirma que "não".

O período delimitado das relações, ficou entendido que "mantém", refere-se ao presente momento, ou ainda, após o bipartidarismo. E "manteve", ficou entendido o período anterior.

Os Sociogramas foram desenhados de forma que fosse possível visualizar as relações individuais, partidárias e intra-partidárias.

Passamos a seguir a demonstrar os Sociogramas, Quadros e considerações concernentes à "rede de integração".

FIGURA Nº 02

SOCIOGRAMA POLÍTICO I

MANTEVE RELAÇÕES POLÍTICAS

(Analisada nos Quadros 79 e 80)

		P D S										P M D B										
Nº		2	4	7	8	14	15	17	19	6	11	16	1	3	5	9	10	12	13	18	20	
P D S	2	*	*			*	*	*	*	*	*	*			+	*	-				+	*
	4	*		-		*	*	*	*	*	*	+	+					*	-			
	7	*			+	*	*	*	*	*	-	-			*	-	+				*	
	8			-			-				-											
	14	*	*	*			*	*	*	*	*	+	-	+		+			*	*	*	+
	15	*	*	*	+	*		*	*	*	*	+	*			*	-	*	*	*	*	+
	17	*	*	*		*	*		*	*	*	*	*	*	-	*	+	+	*	-	*	*
	19	*	*	*		*	*	*		*	*	*	-	-	*			-	*	*	*	+
	6	*	*	+	+	*	*	*	*	*	*	+	*	+	*	*	+	*	*	*	*	*
	11	*	-	+		-	-	*	*	*	*	-	-			*	-		*	-	+	+
16					+	*	*		-	+												
P M D B	1		-			-		*	+	*	+					-		-	-	-		
	3		-					+	+	-					+	*	+	+	*	*	+	
	5	*		*		-	*	*	*	*	*			-		-					*	
	9	+		+			+	-		*	+		+	*	+		+	+	*	*	+	
	10			-			*	-		-				-		-	*	*	-			
	12		*			*	*	*	+	*	*		+	-		-	*					
	13		+			*	*	+	*	*	+		+	*		*	*			*	+	
	18		-			*	*	*	*	*	*	-	+	*		*	+		*	*	+	
	20	*		*		-	-	*	-	*	-			-	*	-			-	-		

* = Congruência positiva
 ± = Incongruência
 □ = Congruência negativa

FIGURA Nº 03
 SOCIOGRAMA POLÍTICO II
 MANTÉM RELAÇÕES POLÍTICAS
 (Analisada nos Quadros 79 e 80)

		P D S											P M D B								
Nº		2	4	7	8	14	15	17	19	6	11	16	1	3	5	9	10	12	13	18	20
P D S	2	*	*		*	-	*	+	-								-				
	4	*		*		+		*	*	-				-				-	-		
	7	*	*			-	-	*	*	-											-
	8						-			-							-				
	14	*	*	+			*	*	*	*	+			-		-	*	*	*	*	*
	15	+		+	+	*			*	-				*			+	+	*	-	
	17	*	*	*		*			*	-	+			-					*	*	
	19	-	*	*	+	*	*	*	*	+	+			*	+			*	*	*	+
	6	+	+	+	+	*	+	+	*		*	*	+	*	+	+	*	+	*	*	+
	11					-		-	-	*				*				-	-	-	-
16									-	*	+						-				
P M D B	1									-			*	*	*	-	*	*	-	*	
	3		+			+	*	+	*	*	*		*		+	+	*	*	*	*	+
	5								-	-			*	-		*	*	*		*	
	9									-			*	-	*		*	*	*	*	*
	10	+			+	+	-			*	+	+	+	*	*	*		*	*	*	*
	12		+			*	-		*	-	+		*	*	*	*	*		+	+	*
	13		+			*	*	*	*	*	*	+		*	*		*	*	-	*	-
	18					*	+	*	*	*			+	*		*	*	-	*		+
	20			+		*				-	-	+		*	-	*	*	*	*	+	-

QUADRO 79

RELAÇÕES POLÍTICAS INDIVIDUAIS (em porcentual)		
DISCRIMINAÇÃO	MANTEVE	MANTÉM
Congruência positiva	37,4	32,1
Incongruência	28,4	26,3
Congruência Negativa	34,2	41,6
TOTAL	100,0	100,0

QUADRO 80

RELAÇÕES POLÍTICAS SEGUNDO FILIAÇÃO PARTIDÁRIA E INTRAPARTIDÁRIA (em porcentual)							
MANTEVE RELAÇÕES POLÍTICAS				MANTÉM RELAÇÕES POLÍTICAS			
	PDS	PDS X PMDB	PMDB		PDS	PDS X PMDB	PMDB
	%	%	%		%	%	%
*	58,2	30,3	25,0	*	34,5	17,1	69,4
±	21,8	27,3	41,7	±	30,9	24,2	25,0
□	20,0	42,4	33,3	□	34,5	58,6	5,6

Pelo Quadro 79 conclui-se que as relações políticas individuais diminuíram e também o fator de incongruência. A "congruência positiva" baixou de 37,4% para 32,1% e a "congruência negativa" aumentou de 34,2% para 41,6%.

Quanto às relações segundo "filiações partidárias" e "intrapartidárias", conforme Quadro 80, constatamos que as relações no PDS diminuíram, baixando de 58,2% para 25,0% e no PMDB aumentaram de 34,5% para 69,4%. O PDS, além de enfraquecido, aumenta o fator de "incongruência" e "congruência negativa", passando de 21,8% para 30,9% e de 20,0% para 34,5% respectivamente. Com o deslocamento de lideranças da ARENA para o PMDB, verificamos que diminuíram as relações "intrapartidárias" e também o índice de "incongruências"; por decorrência aumentou a "congruência negativa", elevando de 42,4% para 58,6%.

Diante destes dados conclui-se que o PMDB, entre os "Vinte", foi significativamente fortalecido, aumentando a "congruência positiva" e baixando a "congruência negativa" de 33,3% para 5,6%. A "Incongruência", baixando de 41,7% para

25,0%, representa um considerável aumento na autenticidade das relações, isto é, de reciprocidade.

FIGURA Nº 04

SOCIOGRAMA ECONÔMICO I

MANTEVE RELAÇÕES ECONÔMICAS

(Analisada nos Quadros nºs 81 e 82)

		P D S											P M D B								
Nº		2	4	7	8	14	15	17	19	6	11	16	1	3	5	9	10	12	13	18	20
P D S	2			*			+														
	4									-											
	7	*						+	-	-					*						*
	8									-		*									
	14																				
	15	-		-																	-
	17			+								+				-				-	-
	19										-	+									
	6		+	+	+					+		+	*	+	*	-		*	+	+	*
	11								-	-	-								-		
	16				*						*										
P M D B	1									-											
	3																				
	5			*				+		*					*				-	*	
	9									+					*					-	
	10																				
	12									*	+										
	13										-										
	18								+		-					+					+
	20			*				+	+		*					*	+			-	

FIGURA Nº 05

SOCIOGRAMA ECONÔMICO II

MANTEVE RELAÇÕES ECONÔMICAS

(Analisada nos Quadros nºs 81 e 82)

		P D S											P M D B								
Nº		2	4	7	8	14	15	17	19	6	11	16	1	3	5	9	10	12	13	18	20
P D S	2	-																			
	4									-											
	7	+								-											
	8									-	*										
	14																				
	15																				
	17																				-
	19									-											
	6		+	+	+					+	+	*	+			+			+	+	+
	11										-										
	16				*						*										
P M D B	1									-											
	3																				
	5							-											-	+	
	9																				
	10									-											
	12																				
	13										-										
	18								+		-				+						
	20										-				-					-	

QUADRO 81

RELAÇÕES ECONÔMICAS INDIVIDUAIS (em porcentual)		
DISCRIMINAÇÃO	MANTEVE	MANTÉM
Congruência positiva	5,3	1,1
Incongruência	11,6	8,4
Congruência negativa	83,1	90,5
TOTAL	100,0	100,0

QUADRO 82

RELAÇÕES ECONÔMICAS SEGUNDO FILIAÇÃO PARTIDÁRIA E INTRAPARTIDÁRIA (em porcentual)							
MANTEVE RELAÇÕES ECONÔMICAS				MANTÉM RELAÇÕES ECONÔMICAS			
	PDS	PDS X PMDB	PMDB		PDS	PDS X PMDB	PMDB
*	%	%	%		%	%	%
	5,4	5,0	5,6	*	3,6		
±	18,2	9,1	8,3	±	9,1	6,1	8,3
□	76,4	85,9	86,1	□	87,3	93,9	91,7

Tanto o Quadro 81 como o Quadro 82 revelam que os índices percentuais, referentes às relações econômicas, eram significativamente baixos e continuam da mesma forma. As alterações ocorridas chamam atenção para a diminuição da "incongruência" no PDS, baixando de 18,2% para 9,1% e a queda da "congruência positiva" no PMDB e PDS x PMDB.

FIGURA Nº 06

SOCIOGRAMA SOCIAL I

MANTEVE RELAÇÕES SOCIAIS

(Analisada nos Quadros nºs 83 e 84).

		P D S											P M D B										
		Nº	2	4	7	8	14	15	17	19	6	11	16	1	3	5	9	10	12	13	18	20	
P D S	2		*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	+		+	*	*	+	+	+	*	
	4	*		*	*	*	*	+	*	+	+	*	+	+	+	-	*	*	+	*	+		
	7	+	*		*	-	*	*	-	-	-	-	-			*	*	*				+	
	8	*	*	*		*	*	+	*	*	*	*	*	+	+	+	*	*	+	*	+	*	
	14	*	*	+	*		*	+	*	+	+	*	+	+	+	+	*	*	+	*	+	+	
	15	*	*	*	*	*		+	*	+	+	*	+	+	+	+	*	*	+	*	+	+	
	17	*	-	*	-	-	-		*	*	*	*	*			*	*	*	+	-		+	
	19	*	*	+	*	*	*	*		*	*	*	*			*	-	-		*	+	+	
	6	*	-	+	*	-	-	*	*	*	*	*	*	+	*	*	*	-	+	*	+	*	
	11	*	-	+	*	-	-	*	*	*	*	*	*			+	*	-	*	-		*	
16	*	*	+	*	*	*	*	*	*	*	*	*	+		+	*	-	*	*	*	*		
P M D B	1	-	-		-	-	-			*	*	-				+	*	-	-	-		-	
	3		-		-	-	-			-							-	-		*		+	
	5	-	+	*	-	-	-	*	*	*	-	-	-				*	-	+	-		*	
	9	*	*	*	*	*	*	*	+	*	*	*	*	+	*	+	*	+	*	+	*	+	
	10	*	*	*	*	*	*	*	+	+	+	+	+	+	+	+	*		+	*	+	+	
	12	-	-		-	-	-	-		-	*	*	+			-	-	-					
	13	-	*		*	*	*	+	*	*	+	*	+	+	*	+	*	*				+	+
	18	-	-		-	-	-	-		-	-						-	-		-		-	
	20	*		-	*	-	-	-	-	*	*	*	*	+	-	*	*	-		-		+	

FIGURA Nº 07

SOCIOGRAMA SOCIAL II

MANTÉM RELAÇÕES SOCIAIS

(Analisada nos Quadros nºs 83 e 84)

		P D S										P M D B										
Nº		2	4	7	8	14	15	17	19	6	11	16	1	3	5	9	10	12	13	18	20	
P D S	2	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	+	-	*	*	*	+	+	+	*	
	4	*	*	*	*	-	+	*	+	+	*	+	*		*	*	+	*	+			
	7	*	*	*	-	*	*	*	*		-		-	+	-	*						
	8	*	*	*	*	*	+	*	*	*	*	*	+	*	*	*	*	*	+	+	*	
	14	*	*	+	*	*	*	*	+	+	*	+	*	+	*	+	*	+	*	+	+	
	15	*	+	*	*	*	+	*	+	+	*	+	*	+	*	+	*	+	*	+	+	
	17	*	-	*	-	*	-	*	-	*	*	*	-	*	*	*	-		*	+		
	19	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	+	*	*	-	-	+	*	+	+	
	6	*	-	*	*	-	-	+	*	*	*	*	*	*	*	*	-	*	*	+	*	
	11	*	-		*	-	-	*	*	*	*	*	+	*	*	*	-	*	-		*	
16	*	*	+	*	*	*	*	*	*	*	*	+	-	*	*	-	*	*		*		
P M D B	1	-	-		-	-	-	+	-	*	-	-	-	*	*	-	-	-		*		
	3	+	*	+	*	*	*	*	*	*	*	*	+	+	*	*	+	*	+	+		
	5	*		-	*	-	-	*	*	*	*	*	*	-	*	-	+	-		*		
	9	*	*	+	*	*	*	*	+	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	+	*	
	10	*	*	*	*	*	*	+	+	+	+	+	+	+	*	+	*	+	*	+	+	
	12	-	-		*	-	-		-	*	*	*	+	-	-	*	-					
	13	-	*		-	*	*	*	*	*	+	*	+	*	+	*	*			+		
	18	-	-		-	-	-	-	-	-				-		-	-		-		-	
	20	*			*	-	-		-	*	*	*	*	*	-	*	*	-			+	

QUADRO 83

RELAÇÕES SOCIAIS INDIVIDUAIS (em porcentual)		
DISCRIMINAÇÃO	MANTEVE	MANTÉM
Congruência positiva	44,7	53,2
Incongruência	41,6	25,6
Congruência negativa	13,7	21,6
TOTAL	100,0	100,0

QUADRO 84

RELAÇÕES SOCIAIS SEGUNDO FILIAÇÃO PARTIDÁRIA E INTRAPARTIDÁRIA (em porcentual)							
MANTEVE RELAÇÕES SOCIAIS				MANTÉM RELAÇÕES SOCIAIS			
	PDS	PDS X PMDB	PMDB		PDS	PDS X PMDB	PMDB
	%	%	%		%	%	%
*	72,7	37,4	22,2	*	74,6	47,5	36,1
±	27,3	45,4	52,8	±	23,6	18,2	47,2
□		17,2	25,0	□	1,8	34,3	16,7

Pelos dados do Quadro 83, constatamos que as relações sociais aumentaram em quantidade e reciprocidade. A "congruência positiva" aumentou de 44,7% para 53,2% e a "incongruência" baixou de 41,6% para 25,6%.

Quanto às relações sociais, segundo filiações partidárias e intrapartidárias, verificamos pelo Quadro 84 que no PDS houve uma ligeira alteração na "congruência positiva", aumentando de 72,7% para 74,6% e baixando a "incongruência" de 27,3% para 23,6%, denotando um incremento nas relações so-

ciais, embora a "congruência negativa" tenha subido de 00,0% para 1,8%. No PMDB foi maior o aumento da "congruência positiva", passando de 22,2% para 36,1%, quase dobrando. A "incongruência", que era significativa em relação ao PDS, baixou apenas 5,6%; a "congruência negativa" baixou de 25,0% para 16,7%. De modo geral as relações aumentaram no PMDB e permaneceram estáveis no PDS.

As relações sociais intrapartidariamente melhoraram e tornaram-se mais recíprocas. Aumentando a "congruência positiva" e "congruência negativa" e baixando o fator de "incongruência".

FIGURA Nº 08

SOCIOGRAMA FAMILIAR I

MANTEVE RELAÇÕES FAMILIARES

(Analisada nos Quadros nºs 85 e 86)

		P D S											P M D B								
Nº		2	4	7	8	14	15	17	19	6	11	16	1	3	5	9	10	12	13	18	20
PDS	2	*	*	*	-	+	*	*		+	*		+	+	+	-	+				+
	4	*			*	*	+	+	*	+	+					*					
	7	*			-	-	*	*						*	+	*					
	8	*	*	+		-	*	+	*	*	+	*	+		+	+	*	+			+
	14	+	*	+	+		*	+	*	+	+	+	+	*	+	+	*	+	*	*	+
	15	-	-	*	*	*		+	*	+	+	+	+	+	+	+	*	+	*	*	+
	17	*	-	*	-	-	-		*	*	-	+		-	+		-	+	-	-	+
	19	*	*		*	*	*	*		+		+			+		-		-		+
	6		-		*	-	-	*	-		*		*			+	-	-	*	+	+
	11	-			-	-	-	+		*		-					-	*			+
16	*	-	+	*	-	-	-	-		+		+		+	+	-	*				
PMDB	1				-	-	-			*	-			+	*	-					-
	3	-				*	-	+								*		+	*		
	5	-		*	-	-	-	-	-			-	-			*	-				*
	9	-		-	-	-	-	+		-		-	*		*						
	10	+	*	*	*	*	*	+	+	+	+	+	+	*	+	+		+	*	+	+
	12	-			-	-	-	-		+	*	*					-				
	13					*	*	+	+	*				-			*			*	
	18					*	-	+		-				*			-		*		-
	20	-	-	-		-	-	-	-				+		*		-				+

FIGURA Nº 09

SOCIOGRAMA FAMILIAR II

MANTÊM RELAÇÕES FAMILIARES

(Analisada nos Quadros nºs 85 e 86)

		P D S											P M D B									
		Nº	2	4	7	8	14	15	17	19	6	11	16	1	3	5	9	10	12	13	18	20
P D S	2		*	*	*	-		*	*		+	*			+		+	-	+			
	4	*			*	*		*	*				+					*				
	7	*			-	-	*	*					-			+		*				
	8	*	*	+		-	*	+	*	*	*	*	*	+		+	+	*	+			+
	14	+	*	+	+		*	+	*	+	+	+	+	+	*	+	+	*	+	*	*	+
	15				*	*	*		+	*	+	+	+		+	+	+	*	+	*	+	+
	17	*	*	*	-	-	-		*	*	*				*	+		-		*	*	
	19	*	*		*	*	*	*		+			+		+	+		-		*	+	+
	6				*	-	-	*	-		*	+	+	+	+	+	+	-		*	+	
	11	-			*	-	-	*		*			*				+	-	+			+
	16	*	-	+	*	-	-		-	-	*			+		+	+	-	*			
P M D B	1				-	-				-		-				*	-					-
	3	-				*	-	*	-	-							*		*	*		
	5			-	-	-	-	-	-				-				*	-				*
	9	-			-	-	-	-	-	-	-	-	*		*			-				
	10	+	*	*	*	*	*	+	+	+	+	+	+	+	*	+	+	+	+	*	+	+
	12	-			-	-	-					-	*					-				
	13					*	*	*	*	*					*			*			*	
	18					*	-	*	-	-					*			-		*		-
	20					-	-			-	-	-		+		*		-				+

QUADRO 85

RELAÇÕES FAMILIARES INDIVIDUAIS (em percentual)		
DISCRIMINAÇÃO	MANTEVE	MANTÊM
Congruência positiva	22,1	25,2
Incongruência	42,6	35,2
Congruência negativa	35,3	39,5
TOTAL	100,0	100,0

O Quadro 85 constata que a "incongruência" no relacionamento familiar diminuiu de 42,6% para 35,2%, revelando mais reciprocidade tanto no sentido de ter relações ou de não ter relações.

QUADRO 86

RELAÇÕES FAMILIARES SEGUNDO FILIAÇÃO PARTIDÁRIA E INTRAPARTIDÁRIA (em porcentual)							
MANTEVE RELAÇÕES FAMILIARES				MANTÉM RELAÇÕES FAMILIARES			
	PDS	PDS X PMDB	PMDB		PDS	PDS X PMDB	PMDB
	%	%	%		%	%	%
*	38,2	14,1	19,4	*	45,5	9,1	22,2
±	47,3	45,5	27,8	±	34,5	54,5	22,2
□	14,5	40,4	52,8	□	20,0	36,4	55,6

Nas relações familiares, levando em conta as filiações partidárias e intrapartidárias no PDS, aumentou a "congruência positiva" de 38,2% para 45,5%; no PMDB também aumentou de 19,4% para 22,2%; a "incongruência" diminuiu nos dois partidos; entretanto, a "congruência negativa" aumentou em ambos. Nas relações intrapartidárias, diminuiu a "congruência positiva e negativa", aumentando a "incongruência", revelando um aumento nas relações irrecíprocas. (Ver Quadro 86)

QUADRO 87

RELAÇÕES RELIGIOSAS INDIVIDUAIS (em porcentual)		
DISCRIMINAÇÃO	MANTEVE	MANTÊM
Congruência positiva	3,2	3,7
Incongruência	16,3	14,2
Congruência negativa	80,5	82,1
TOTAL	100,0	100,0

QUADRO 88

RELAÇÕES RELIGIOSAS SEGUNDO FILIAÇÃO PARTIDÁRIA E INTRAPARTIDÁRIAS (em porcentual)							
MANTEVE RELAÇÕES RELIGIOSAS				MANTÊM RELAÇÕES RELIGIOSAS			
	PDS	PDS X PMDB	PMDB		PDS	PDS X PMDB	PMDB
	%	%	%		%	%	%
*	5,5	3,0		*	5,4	3,0	2,8
±	20,0	14,1	16,7	±	18,1	11,1	16,7
□	74,5	82,8	83,3	□	76,4	85,9	80,5

Nas relações religiosas, tanto no Quadro 87 como no Quadro 88, não revelaram alterações, a não ser no PMDB, onde diminui a "congruência negativa" de 83,3% para 80,5% em benefício da "congruência positiva", revelando uma mínima aproximação religiosa e "intrapartidária", diminuindo a "incongruência" em benefício da "congruência negativa".

QUADRO 89

RELAÇÕES COMUNITÁRIAS (Político/Econômico/Social/Familiar/Religiosa) ENTRE OS "VINTE"			
DISCRIMINAÇÃO	MÉDIA		MÉDIA GLOBAL
	MANTEVE	MANTÊM	
Congruência positiva	22,5	23,0	22,75
Incongruência	28,1	24,2	26,15
Congruência negativa	49,4	52,8	51,10
TOTAL	100,0	100,0	100,00

Pela média, verificamos que houve uma queda da "incongruência" em favor da "congruência negativa", mantendo-se a "congruência positiva" quase nos mesmos índices. Concluiu-se que as relações comunitárias tornaram-se mais recíprocas. Quanto à média global, o que nos parece significativo é o percentual de 26,15% de "incongruência" nas relações. (Ver Quadro 89)

Pelos dados computados no Quadro 90, que discrimina as relações individuais (Mantém), verificamos que no plano político a maior "congruência" coube ao líder (nº 19) com 52,7%, e a maior "incongruência" coube ao líder (nº 6), com 57,9%; e a maior "congruência negativa", coube ao líder (nº 16), com 84,2%.

No plano econômico, a maior "congruência positiva" coube ao líder (nº 16), com 10,5%; a maior "incongruência", ao líder (nº 6), com 52,6%; e a "congruência negativa", aos líderes (nºs 3, 9, 12, 14 e 15), com 100,0%.

No plano social, a maior "congruência positiva" coube ao líder (nº 9), com 84,2%; a maior "incongruência" coube aos líderes (nºs 01 e 18), com 68,4%; e a "congruência negativa" ao líder (nº 7), com 76,8%.

No plano familiar, a maior "congruência positiva" coube ao líder (nº 17), com 47,4%; a maior "incongruência", coube aos líderes (nº 10 e 14), com 63,2%; e a maior "congruência negativa" coube aos líderes (nºs 01, 04 e 12), com 63,1% cada um.

No plano religioso, a maior "congruência positiva" coube ao líder (nº 06), com 21,0%; a maior "incongruência" coube ao líder (nº 17), com 31,5%; e a maior "congruência negativa" coube aos líderes (nº 04 e 12), com 100,0% cada um.

Na média de todos os planos constatamos que as relações dos líderes (nº 06), (nº 13) e (nº 19) são as mais "congruentes positivamente", com 31,6% para cada um; nas relações "incongruentes", o líder (nº 06) com 44,2%; e como "congruência negativa" ficou o líder (nº 07), com 65,2%.

Concluimos que é provável que os entrevistados tenham superestimado as relações em todos os planos, o que torna necessário certa cuidado na análise das "congruências positivas". Com respeito à "congruência negativa", acreditamos na fidelidade dos resultados. Mas é exatamente na "incongruência" o ponto central que revela a realidade das relações locais neste momento, e que as aparências são desmistificadas. No cômputo geral (Quadro 89), constatamos 26,15% de relações fictícias, ou seja, "incongruentes". No Quadro 90, verificando as médias do grupo de cada plano, constatamos que o relacionamento social (52,8%) atual (mantém) é mais "congruente" que o relacionamento político (32,1%); isto quer dizer que as divergências políticas não impedem de existir um maior relacionamento social entre os "Vinte", embora a "incongruência social" tenha atingido um percentual mais alto das médias (37,1%). Constatamos também que as relações econômicas e religiosas do grupo são pequenas (1,0% e 3,6%, res-

QUADRO 90
 ESPECIFICAÇÃO DAS RELAÇÕES INDIVIDUAIS
 "MANTÉM" - em percentual

CÓD. LÍBER	POLÍTICA			ECONÔMICA			SOCIAL			FAMILIAR			RELIGIOSO			GERAL		
	C*	C**	INC	C*	C**	INC	C*	C**	INC	C*	C**	INC	C*	C**	INC	C*	C**	INC
01	31,6	52,6	15,8	00,0	94,7	5,3	21,0	10,6	68,4	5,3	63,1	31,6	00,0	89,5	10,5	11,6	62,1	26,3
02	21,0	58,0	21,0	00,0	94,7	5,3	73,7	00,0	26,3	31,6	36,8	31,6	00,0	84,2	15,8	25,3	54,7	20,0
03	47,4	21,0	31,6	00,0	100,0	00,0	57,9	00,0	42,1	26,3	52,7	21,0	10,5	73,7	15,8	28,4	49,5	22,1
04	26,4	52,6	21,0	00,0	94,7	5,3	52,6	10,5	36,9	31,6	63,1	5,3	00,0	100,0	00,0	22,1	64,2	13,7
05	26,3	57,9	15,8	00,0	84,2	15,8	52,6	10,6	36,8	10,6	47,3	42,1	00,0	84,2	15,8	17,9	56,8	25,3
06	42,1	00,0	57,9	5,3	42,1	52,6	68,4	5,3	26,3	21,0	31,6	47,4	21,0	42,1	36,9	31,6	24,2	44,2
07	21,0	58,0	21,0	00,0	89,5	10,5	36,8	36,8	26,4	21,0	58,0	21,0	00,0	84,2	15,8	15,8	65,2	19,0
08	00,0	79,0	21,0	5,3	89,4	5,3	79,0	00,0	21,0	42,1	15,8	42,1	5,3	89,4	5,3	26,3	54,7	19,0
09	36,8	52,6	10,6	00,0	100,0	00,0	84,2	00,0	15,8	10,5	47,4	42,1	5,3	79,0	15,7	27,4	55,8	16,8
10	42,1	21,0	36,9	00,0	94,7	5,3	47,4	00,0	52,6	36,8	00,0	63,2	00,0	94,7	5,3	24,2	43,1	32,7
11	10,5	47,4	42,1	00,0	94,7	5,3	57,9	10,5	31,6	21,0	42,1	36,9	00,0	84,2	15,8	17,9	55,8	26,3
12	42,1	26,3	31,6	00,0	100,0	00,0	26,3	47,4	5,3	63,1	31,6	31,6	00,0	100,0	00,0	14,7	63,2	22,1
13	52,6	26,4	21,0	00,0	94,7	5,3	52,6	15,8	31,6	42,1	31,6	26,3	10,5	73,7	15,8	31,6	48,4	20,0
14	52,6	26,4	21,0	00,0	100,0	00,0	57,9	00,0	42,1	36,8	00,0	63,2	00,0	89,5	10,5	29,5	43,1	27,4
15	15,8	47,4	36,8	00,0	100,0	00,0	52,6	00,0	47,4	31,6	21,0	47,4	00,0	94,7	5,3	20,0	52,5	27,5
16	5,3	84,2	10,5	10,5	89,5	00,0	73,7	5,3	21,0	21,0	26,3	52,7	10,5	84,2	5,3	24,2	57,9	17,9
17	36,8	47,4	15,8	00,0	94,7	5,3	52,6	10,6	36,8	47,4	26,3	26,3	10,6	57,9	31,5	29,5	47,4	23,1
18	42,1	36,0	21,0	00,0	79,0	21,0	00,0	31,6	68,4	21,0	57,6	26,4	00,0	79,0	21,0	12,6	55,8	31,6
19	52,7	15,8	31,5	00,0	94,7	5,3	68,4	00,0	31,6	36,8	26,4	36,8	00,0	79,0	21,0	31,6	43,1	25,3
20	36,8	26,4	36,8	00,0	84,2	13,8	42,1	26,3	31,6	5,3	57,9	36,8	00,0	94,7	5,3	16,8	57,9	25,3
Médias	32,1	41,0	26,0	1,1	90,8	8,1	52,9	10,0	37,1	25,2	36,2	36,6	3,7	82,9	13,4	23,0	52,8	24,2

pectivamente).

3. Imagem Política

Os caminhos que levam à representatividade política e que configuram a imagem política das lideranças locais, é a questão que colocamos para análise. Sem entretanto entrar na discussão das diferentes formas de "representação"⁽⁶⁾.

O que está aqui colocado é a questão dos "critérios" ou parâmetros que o eleitorado local, segundo a opinião dos entrevistados, leva em conta para escolher determinado personagem para a vida pública e investi-lo de "representatividade". A recondução eleitoral para os diversos cargos políticos denota a permanência da "representatividade". O interesse dos candidatos em permanecer em seus cargos eletivos requer uma sustentação desta "representatividade".

O que buscamos então, a nível local, é conhecer os "critérios de representatividade" e sua importância como mecanismos, que levam à produção e sustentação da "representatividade na política local".

A imagem política pode se originar de duas fontes: a) a imagem desenvolvida naturalmente, coerente e involuntária, refletindo o desempenho do indivíduo na comunidade; b) a imagem construída através da manipulação de valores e comportamentos.

Colocado desta forma e preocupados em analisar a questão a nível local, elaboramos um rol de "critérios", baseados principalmente nos critérios adotados pelos "Juizes", por ocasião da identificação das lideranças políticas mais representativas de Paranavaí⁽⁷⁾, submetemos aos "Vinte" para

avaliação, e é importante ressaltar que deste grupo de líderes selecionados 85% já ocuparam cargo político eletivo e 15% não. Verificamos que em média cada componente do grupo participou em 7 das 14 campanhas eleitorais realizadas no município, dado significativo e que abaliza o resultado da avaliação dos "critérios". Os componentes participaram como candidatos ou apoiando candidatos; enfim, envolveram-se com o eleitorado local, conseqüentemente são importantes conhecedores do pensamento e comportamento do mesmo.

Com o objetivo de visualizar melhor as questões colocadas no Quadro 91, discriminamos os que obtiveram percentuais mais altos:

MUITO IMPORTANTE:

. Comunicação através de contato pessoal	85%
. Honestidade na vida privada	70%
. Honestidade com a coisa pública	70%
. Carisma (poder carismático)	65%
. Prestação de serviços médicos populares	65%
. Dedicção à causa pública	55%
. Dom da palavra (oratória)	50%
. Cumprimento de promessas feitas	50%
. Prestação de serviços pessoais	50%

IMPORTANTE:

. Deter um cargo eletivo estadual	75%
. Estar em evidência (econômica/política/social)	70%
. Articulista/estrategista político	70%
. Ser líder de um grupo ou comunidade	70%
. Sucesso econômico na vida privada	60%
. Deter o comando político local	60%
. Ocupar um cargo eletivo federal	60%
. Comunicação através da rádio local	55%

. Espírito combativo	55%
. Ocupar um cargo eletivo municipal	55%
. Comércio popular	55%
. Comunicação através do jornal local	50%
. Comunicação através da televisão regional	50%
. Austeridade	50%
. Desprendimento pessoal/audacioso	50%
. Ocupar um cargo de liderança de uma classe social	50%
. Ocupar um cargo administrativo de alto nível municipal	50%
. Tradição familiar	50%
. Prestação de serviços comunitários	50%

POUCO IMPORTANTE:

. Prestação de serviços jurídicos populares	70%
. Prestação de serviços farmacêuticos populares	60%
. Prestação de serviços culturais populares	60%
. Manifestação ideológica e filosófica	55%
. Ser bem sucedido intelectualmente	50%
. Projeção social (status social)	50%
. Poder aquisitivo	45%

NADA IMPORTANTE:

. Lisura na prática política	15%
. Desprendimento pessoal/audacioso	10%
. Idealista	10%
. Lealdade política/coerência política	10%
. Fidelidade partidária	10%
. Comércio popular	10%
. Prestação de serviços farmacêuticos populares	10%

Verificamos na prática que determinados itens são "muito importantes" para a investidura da representatividade política, como: contato pessoal, honestidade, carisma, medicina popular, dedicação, oratória, cumprir as promessas fei-

QUADRO 91

AVALIAÇÃO DOS CRITÉRIOS QUE DÃO ORIGEM E SUSTENTAÇÃO A REPRESENTATIVIDADE POLÍTICA NO CONTEXTO LOCAL						
CRITÉRIOS	PESOS					
	5	4	x	2	1	y
CULTURAL:						
1. Manifestação ideológica ou filosófica	10,0	30,0	00,0	55,0	5,0	00,0
2. Ser bem sucedido intelectualmente	5,0	40,0	00,0	50,0	5,0	00,0
COMUNICAÇÃO:						
3. Comunicação através de contato pessoal	85,0	15,0	00,0	00,0	00,0	00,0
4. Comunicação através:						
a. Rádio Local	30,0	55,0	00,0	15,0	00,0	00,0
b. Jornal Local	10,0	50,0	00,0	40,0	00,0	00,0
c. Televisão Regional	25,0	50,0	00,0	20,0	5,0	00,0
5. Dom da palavra (oratória)	50,0	45,0	00,0	5,0	00,0	00,0
6. Carisma (poder carismático)	65,0	35,0	00,0	00,0	00,0	00,0
COMPORTAMENTO:						
7. Austeridade	20,0	50,0	00,0	30,0	00,0	00,0
8. Honestidade na vida privada	70,0	15,0	00,0	15,0	00,0	00,0
9. Honestidade com a coisa pública	70,0	15,0	00,0	10,0	5,0	00,0
10. Dedicção a causa pública	55,0	25,0	00,0	20,0	00,0	00,0
11. Humildade/simplicidade	60,0	35,0	00,0	5,0	00,0	00,0
12. Persistente/persistência	35,0	40,0	00,0	25,0	00,0	00,0
13. Estar em evidência (econ/pol/social)	20,0	70,0	00,0	10,0	00,0	00,0
14. Desprendimento pessoal/audacioso	35,0	50,0	00,0	5,0	10,0	00,0
15. Idealista	35,0	30,0	00,0	25,0	10,0	00,0
16. Concialiador/capacidade de fazer alianças	40,0	45,0	00,0	15,0	00,0	00,0

CRITÉRIOS	PESOS					
	5	4	x	2	1	y
17. Cumprimento de promessas feitas	50,0	35,0	00,0	10,0	5,0	00,0
18. Lisura na prática política	30,0	35,0	00,0	20,0	15,0	00,0
19. Lealdade política/coerência política	45,0	25,0	00,0	20,0	10,0	00,0
20. Articulista/estrategista político	25,0	70,0	00,0	5,0	00,0	00,0
21. Fidelidade partidária	20,0	25,0	00,0	45,0	10,0	00,0
22. Espírito combativo	35,0	55,0	00,0	10,0	00,0	00,0
POSIÇÃO:						
23. Poder aquisitivo	10,0	45,0	00,0	45,0	00,0	00,0
24. Sucesso econômico na vida privada	15,0	60,0	00,0	25,0	00,0	00,0
25. Capacidade administrativa	45,0	45,0	00,0	10,0	00,0	00,0
26. Projeção Social (status social)	5,0	45,0	00,0	50,0	00,0	00,0
27. Ser líder de um grupo ou comunidade	25,0	70,0	00,0	5,0	00,0	00,0
28. Ocupar um cargo de liderança de uma classe social	20,0	50,0	00,0	30,0	00,0	00,0
29. Ocupar um cargo importante em uma empresa privada de médio ou grande porte	10,0	45,0	00,0	40,0	5,0	00,0
30. Deter o Comando Político local	5,0	60,0	00,0	35,0	00,0	00,0
31. Ocupar um cargo eletivo municipal	15,0	55,0	00,0	30,0	00,0	00,0
32. Ocupar um cargo eletivo estadual	15,0	75,0	00,0	10,0	00,0	00,0
33. Ocupar um cargo eletivo federal	25,0	60,0	00,0	15,0	00,0	00,0
34. Ocupar um cargo administrativo do governo estadual no município	5,0	40,0	00,0	55,0	00,0	00,0

CRITÉRIOS	PESOS					
	5	4	x	2	1	y
35. Ocupar um cargo administrativo de alto nível municipal	5,0	50,0	00,0	40,0	5,0	00,0
36. Ocupar um cargo administrativo de alto nível estadual ou federal	20,0	45,0	00,0	35,0	00,0	00,0
37. Tradição política familiar	15,0	50,0	00,0	30,0	5,0	00,0
38. Comércio popular	00,0	55,0	00,0	35,0	10,0	00,0
39. Projeção econômica/política/social regional, estadual ou nacional	25,0	50,0	00,0	00,0	25,0	00,0
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS:						
40. Pessoais	50,0	30,0	00,0	20,0	00,0	00,0
41. Médicos populares	65,0	35,0	00,0	00,0	00,0	00,0
42. Assistenciais	50,0	35,0	00,0	15,0	00,0	00,0
43. Jurídicos populares	00,0	25,0	00,0	70,0	5,0	00,0
44. Farmacêuticos populares	5,0	25,0	00,0	60,0	10,0	00,0
45. Culturais populares	5,0	30,0	00,0	60,0	5,0	00,0
46. Comunitários	25,0	50,0	00,0	20,0	5,0	00,0

5 = Muito importante

4 = Importante

3 = x (não sei)

2 = Pouco importante

1 = Nada importante

0 = y (Recusa a responder)

tas e a prestação de serviços pessoais ao eleitorado.

Os itens "manifestação ideológica e filosófica" e "fidelidade partidária" não obtiveram tanta importância.

Não sendo importantes a "lisura na prática política", "idealismo", "lealdade política" e "fidelidade partidária", que acabaram liderando o índice de "nada importante".

A questão aqui colocada, que transforma a "imagem política" em "representatividade", nos provocou a refletir e questionar: quais seriam os mecanismos construtores da "imagem política"?

Não foi difícil chegar a uma conclusão inicial: aos meios formais e informais de comunicações cabe a tarefa de construir uma "imagem política". Entretanto, pelos critérios apontados, estes nos levam a concluir que outros meios também, com peso maior ou menor, contribuem para a formação de uma "imagem política"; e que estes outros meios, avaliados no Quadro 91, têm uma importante "função de comunicação" (8), que se transforma em "representatividade política".

4. Auto-Imagem

Objetivando conhecer o comportamento das principais lideranças políticas de Paranavaí, com respeito às questões políticas, conforme suas atitudes pessoais, incluímos duas questões nas entrevistas realizadas com os "Vinte", de forma que cada um do grupo avaliasse a si e aos demais componentes.

Quanto à primeira questão, coube ao grupo auto-julgar se os seus componentes agiriam comumente nas questões políticas locais, de forma VISIVELMENTE, quer dizer, transparente ou nos BASTIDORES, ou seja, articulações e decisões fora

do palco político.

Através desta avaliação, chegamos aos resultados registrados nos Quadros 92, 93, 94 e 95.

QUADRO 92

AUTO-IMAGEM DOS "VINTE" - ATITUDE POLÍTICA (Como agiriam visivelmente ou nos bastidores?)		
ATITUDES	INSERÇÕES	PORCENTUAL
Visivelmente	231	57,75%
Bastidores	134	33,50%
Não Sabe	35	8,75%
TOTAL	400	100,00%

Coube a cada elemento do grupo opinar vinte vezes, ou seja, sobre sua própria atitude e sobre a dos demais membros do grupo. Totalizando quatrocentas inserções, cabendo 57,75% para "visivelmente", 33,50% para "bastidores" (8,75% alegaram não saber, conforme Quadro 92).

QUADRO 93

RESULTADO INDIVIDUAL DA AUTO-IMAGEM DOS "VINTE" - COMO AGIRIAM? VISIVELMENTE OU NOS BASTIDORES (em porcentual)			
CÓDIGO DOS NOMES	VISIVELMENTE	BASTIDORES	NÃO SABE
01	60	35	05
02	40	55	05
03	65	25	10
04	50	40	10
05	40	55	05
06	75	20	05
07	65	25	10
08	55	25	20
09	55	40	05
10	70	20	10
11	50	40	10
12	80	15	05
13	75	20	05
14	60	25	15
15	30	65	05
16	35	45	20
17	75	20	05
18	65	15	20
19	80	15	05
20	30	70	00

Verificamos no Quadro 93 que lideram no porcentual de "visivelmente", com 80,0%, nº 12 e nº 19; com 75,0%, nº 06, nº 13 e nº 17; e com 70,0%, nº 10.

Lideram no porcentual de "bastidores", com 70,0%,

nº 20; com 65,0%, nº 15; e com 55,0%, nº 02 e nº 05. As atitudes mais desconhecidas ficaram para o nº 08, nº 16 e nº 18 com 20,0%.

QUADRO 94

ATITUDE POLÍTICA SEGUNDO FILIAÇÃO PARTIDÁRIA (1982)		
ATITUDES	NÚMERO, PARTIDO ATUAL E FILIAÇÃO ANTERIOR	NÚMERO, PARTIDO ATUAL E FILIAÇÃO ANTERIOR
VISIVELMENTE	8 - PDS = 8 ARENA	7 - PMDB = 1 novo 3 ARENA 3 MDB
BASTIDORES	3 - PDS = 3 ARENA	2 - PMDB = 2 ARENA
TOTAL	11 - PDS	9 - PMDB

No Quadro 94, verificamos que todos os classificados como "bastidores" são egressos da Aliança Renovadora Nacional.

QUADRO 95

ATITUDE POLÍTICA SEGUNDO PROPRIEDADE ECONÔMICA		
ATITUDES	PROPRIETÁRIOS	NÃO-PROPRIETÁRIOS
VISIVELMENTE	10 = 66,66%	05 = 100,00%
BASTIDORES	05 = 33,33%	00
TOTAL	15 = 100,00%	05 = 100,00%

O Quadro 95 acusou que dos 100% do bloco, constituídos de proprietários, 66,66% agiriam "visivelmente" e 33,33% nos "bastidores". No bloco de não-proprietários, constatamos que 100% agiriam "visivelmente".

Pela segunda questão coube ao grupo auto-julgar se

os seus componentes agiriam comumente nas questões políticas locais INDIVIDUALMENTE, quer dizer, tomando todas as decisões sozinhos, sem consultar ninguém, ou em PANELA, quer dizer, consultando apenas uma cúpula, ou ainda, COLETIVAMENTE, quer dizer, consultando as bases políticas.

Seguindo o mesmo processo da questão anterior, obtivemos os resultados demonstrados nos Quadros 96, 97, 98 e 99.

QUADRO 96

AUTO-IMAGEM DOS "VINTE" - ATITUDE POLÍTICA COMO AGIRIAM? INDIVIDUALMENTE, EM PANELA OU COLETIVAMENTE		
ATITUDES	INSERÇÕES	PORCENTUAL
INDIVIDUALMENTE	60	15,0%
EM PANELA	164	41,0%
COLETIVAMENTE	144	36,0%
NÃO SABE	32	8,0%
TOTAL	400	100,0%

Das quatrocentas inserções, 41,0% agiriam em PANELA; 36,0% COLETIVAMENTE; e somente 15,0% INDIVIDUALMENTE. (Ver Quadro 96)

QUADRO 97

ATTITUDE POLÍTICA SEGUNDO FILIAÇÃO PARTIDÁRIA (1982)		
ATTITUDES	NÚMERO PARTIDO ATUAL E FILIAÇÃO ANTERIOR	NÚMERO PARTIDO ATUAL E FILIAÇÃO ANTERIOR
INDIVIDUALMENTE	1 - PDS = 1 - ARENA	1 - PMDB = 1 ARENA
EM PANELA	7 - PDS = 7 - ARENA	3 - PMDB = 3 ARENA
COLETIVAMENTE	3 - PDS = 3 - ARENA	5 - PMDB = 1 ARENA 4 MDB
TOTAL	11 - PDS	9 - PMDB

Verificamos no Quadro 97 que todos os antigos emebistas, que atualmente estão filiados no PMDB, agiriam COLETIVAMENTE. E que as duas lideranças que agiriam INDIVIDUALMENTE são egressas da antiga ARENA, assim como todas aquelas que agiriam em PANELA.

QUADRO 98

ATTITUDE POLÍTICA SEGUNDO PROPRIEDADE ECONÔMICA		
ATTITUDES	PROPRIETÁRIOS	NÃO-PROPRIETÁRIOS
INDIVIDUALMENTE	2 = 13,33%	
EM PANELA	10 = 66,66%	
COLETIVAMENTE	3 = 20,00%	5 = 100%
TOTAL	15 = 100,00%	5 = 100%

Dos 100,0% dos "proprietários", 66,66% agiriam em "panela", 20,0% "coletivamente" e 13,33%, "individualmente". Se considerarmos que a atitude de consultar as bases reflete um comportamento democrático, então poderíamos afirmar que o bloco constituído de "não proprietários" é mais democráti-

co, conforme o Quadro 98, que acusa 100% "coletivamente".

QUADRO 99

RESULTADO INDIVIDUAL DA AUTO-IMAGEM DOS "VINTE" COMO AGIRIAM? INDIVIDUALMENTE, EM PANELA OU COLETIVAMENTE (em porcentual)				
CÓDIGO DOS NOMES	INDIVIDU- ALMENTE	EM PANELA	COLETIVA- MENTE	NÃO SABE
01	05	50	35	10
02	10	70	15	05
03	15	25	45	15
04	15	55	25	05
05	05	60	25	10
06	05	55	40	00
07	20	50	25	05
08	00	55	30	15
09	30	55	10	05
10	30	20	50	00
11	05	50	40	05
12	00	40	55	05
13	10	35	50	05
14	05	25	50	20
15	50	25	20	05
16	05	50	30	15
17	05	35	60	00
18	05	25	45	25
19	10	20	60	10
20	70	20	10	00

Destacam-se no Quadro 99: "individualmente": com 70,0%, nº 20; com 50,0%, nº 15; e com 30,0%, nº 09 e nº 10.

Lideram no percentual "panela": com 70,0%, nº 02; com 60,0%, nº 05; com 55,0%, nº 04, nº 06, nº 08 e nº 09. Lideram no percentual "coletivamente": com 60,0%, nº 17; com 55,0%, nº 12 e com 50,0%, nº 10, nº 13 e nº 14. E lidera no percentual "não sabe", com 15,0%, nº 18.

QUADRO 100

AUTO-IMAGEM ECONÔMICA DOS "VINTE"		
NÍVEL DE RIQUEZA	NÚMERO	PORCENTUAL
Muito Rico	7	35%
Mais ou Menos Rico	6	30%
Menos Rico	3	15%
Modesto	4	20%
TOTAL	20	100%

QUADRO 101

RIQUEZA X ATITUDES - DOS "VINTE" (em percentual)					
NÍVEL DE RIQUEZA	VISIVEL- MENTE	BASTI- DORES	INDIVI- DUALMENTE	EM PANELA	COLETIVA- MENTE.
Muito Rico	42,86	57,14	28,57	71,43	00,00
Mais ou Menos Rico	83,33	16,67	00,00	83,33	16,67
Menos Rico	100,00	00,00	00,00	00,00	100,00
Modesto	100,00	00,00	00,00	00,00	100,00

Constatamos no Quadro 100 que 65,0% das principais lideranças políticas de Paranavaí foram enquadradas nos níveis muito rico e mais ou menos rico. Revelador entretanto é o Quadro 101, que registra que os "menos ricos" e "modestos" na sua totalidade agiriam nas questões políticas de ma-

neira "visivelmente" e "coletivamente", enquanto que os "mais ricos" agiriam mais nos "bastidores" e em "panelas" e os "mais ou menos ricos", embora ajam "visivelmente", suas decisões seriam predominantemente em "panela".

Em resumo, neste capítulo, verificamos que o baixo número de lideranças jovens está em coerência com o baixo índice de renovação política verificado no estudo feito na Prefeitura e Câmara de Vereadores de Paranavaí. Constatou-se também que os "Vinte" não só representam a elite política local, como, na sua maioria absoluta, procedem de uma elite sócio-econômica.

Outro ponto que também merece consideração advém da constatação feita a respeito da correlação entre "nível econômico" e "filiação partidária". Observamos que os classificados como "Muito Ricos" e "Mais ou Menos Ricos", pertenciam à ARENA, que detinha o poder político local. Após 1980, quase metade destes arenistas filiaram-se ao PMDB (sucedâneo do MDB) e, nas eleições locais de 1982, o PMDB venceu as mesmas. Embora 50% dos "Vinte" opinassem que o poder econômico não comanda a política local (Ver Quadro 76), o resultado das eleições de 1982 provou o contrário. Ou seja, o MDB (hoje PMDB) nunca venceu uma eleição para a Prefeitura Municipal de Paranavaí e mantinha uma bancada minoritária na Câmara de Vereadores de Paranavaí. Após a filiação no PMDB, dos elementos classificados como "Muito Ricos" e "Mais ou Menos Ricos", provenientes da ARENA, o PMDB (sucedâneo do MDB) ganhou as eleições. Isto indica que o poder econômico exerce importante influência no poder político.

Podemos também constatar que em Paranavaí ocorre aquilo que Joseph Schumpeter caracterizou:

"o que caracteriza o método democrático é o método

e mais exatamente o método que permite a cada indivíduo ou grupos rivais lutar pela conquista do poder em concorrência entre si através de uma competição que tem por objetivo o voto popular" (9).

Pois observamos que os "Vinte" não mantêm relacionamento "econômico" entre si; o relacionamento "político" entre eles é pequeno, o mesmo ocorrendo com o relacionamento "familiar" e "religioso". Porém este fator não interfere no relacionamento "social", ou seja, eles apesar de não terem outras ligações mantêm, em comparação com outras relações, maior índice de "congruência" no relacionamento "social".

Com relação à "representatividade", segundo os dados, ocorre em grande parte devido a: contato pessoal, honestidade, carisma, prática da medicina popular, dedicação à causa pública, oratória, cumprir promessas feitas e prestação de serviços pessoais.

No tocante a saber se as lideranças agiriam "visivelmente" ou nos "bastidores", verificamos que sua maioria age "visivelmente". Observamos também que os egressos da ARENA agiriam nos "bastidores" e os do MDB agiriam "visivelmente". Além disso, outro fato que chamou atenção é que os não possuídores de "propriedade econômica" agiriam, em sua totalidade, de forma "visível", conquanto dos possuídores de "propriedade econômica" 1/3 agiriam nos "bastidores".

No que refere a saber se agiriam "individualmente", "em panela" ou "coletivamente", detectamos que as lideranças, na sua maioria, agiriam "em panela". Verificamos também que todos os antigos emedebistas que atualmente estão filiados ao PMDB agiriam "coletivamente" e que as duas lideranças que agiriam "individualmente" são egressos da antiga ARENA, assim como todos os que agiriam "em panela". Além disso, os "proprietários" na sua maioria agiriam "em panela", enquanto

que os "não proprietários", em sua totalidade, agiriam "coletivamente". Este último dado demonstra que o bloco dos que não têm propriedade econômica poderia ser considerado como mais democrático. Outro dado que nos parece importante é que daqueles classificados como "menos ricos" e "modestos" agiriam "visivelmente" e "coletivamente"; daqueles classificados como "mais ricos" agiriam nos "bastidores" e "em panela" e daqueles classificados como "mais ou menos ricos" agiriam "visivelmente" e "em panela".

Finalmente observamos que a política em Paranavaí tem acontecido de forma não democrática, privilegiando o interesse dos grupos. O PMDB parece-nos ter-se descaracterizado em relação ao antigo MDB, do qual sucedeu, pois anteriormente no MDB os seus componentes agiriam "visivelmente", sendo que no estágio atual eles agiriam "visivelmente" e nos "bastidores". Também agiriam "coletivamente" e atualmente agiriam "individualmente", "em panela" e "coletivamente". Um aspecto importante que vem em favor desta afirmação é o fato de que José Alencar Furtado, um dos baluartes do MDB nacional e não só local, acabou desfiliando-se do PMDB. A partir daí tentaríamos fazer uma inferência de que o ocorrido em Paranavaí, com relação ao MDB/PMDB, também ocorreu a nível nacional.

NOTAS DO CAPÍTULO VI

- (1). Ver Quadros 36 e 37 - Anexos 05 e 06.
- (2). Sendo um município considerado novo, criado em 1951, é provável que não tenha tido tempo para produzir suas lideranças naturais, de uma lado; de outro, a hegemonia mantida pelas lideranças pioneiras não tenha deixado espaço político para renovação e conseqüentemente para os jovens nascidos em Paranavaí.
- (3). Ver Quadro 12, Capítulo II.
- (4). Ver Quadro 100.
- (5). Ver Anexo 08, questão 72.
- (6). Quanto à discussão sobre "representação", ver: a) LAMOUNIER, Bolivar. *Representação Política: A importância de certos formalismos*, in LAMOUNIER, Bolivar e outros org. *Direito, Cidadania e Participação*. São Paulo. T. A. Queiroz, 1981, p. 230-57; b) KINZO, Maria D'Alva Gil. *Representação Política e Sistema Eleitoral no Brasil*. São Paulo: Símbolo, 1980, c) OLIVEIRA VIANNA, Francisco José. *Populações Meridionais do Brasil e Instituições Políticas Brasileiras*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1984.
- (7). Ver Anexo 07.
- (8). Ver em ALMOND, Gabriel A. e POWELL, G. Brugham Jr.. *Uma Teoria de Política Comparada*. Rio, Zahar, 1980. Eles tratam da questão da "Função de Comunicação" nas pgs. 106 a 121.
- (9). Ver SCHUMPETER, J., in BOBBIO, N. e outros. *Dicionário de Política*. Brasília, UNB, 1986, p. 389.

CONCLUSÃO

O município de Paranavaí está integrado no fenômeno expansionista sócio-econômico que atingiu o Norte do Paraná nas décadas de 1940 a 1960. A mata densa em poucos anos transforma-se em uma das economias mais dinâmicas do país.

A política de Paranavaí adquire peculiaridades que a diferenciam dos demais municípios de sua região. A presença do Capitão Telmo Ribeiro denotou um estilo oligarquizante do tipo tradicional, entretanto sem caracterizar um domínio familista, que com sua decadência econômica e a rápida urbanização do município entra em crise e se esgota.

A segunda fase de colonização de Paranavaí (a partir de 1942), coincide com o final do período ditatorial de Getúlio Vargas e o início da redemocratização do país no pós-1945, que abriu a possibilidade de ampla participação política da população, com o surgimento de novas estruturas políticas.

Emergida neste contexto político juntamente com uma expansão demográfica incomum, Paranavaí teve seu mercado político rapidamente estendido e marcado pela transição conflituosa entre um efêmero domínio oligárquico tradicional e o nascimento de um domínio pluralista oligárquico-moderno.

Se o momento favoreceu uma ampla participação democrática a nível dos eleitores, o mesmo não aconteceu a nível dos eleitos.

A confirmação deste fato se configura através das eleições para a Prefeitura Municipal e Câmara de Vereadores, onde, embora haja uma presença significativa das classes médias, não ocorre uma participação considerável das classes populares.

A política local adentra a década de 1950 no estilo pluralista oligárquico-moderno, ou seja, as elites locais, encasteladas nos diversos partidos políticos, disputam o predomínio do poder político local. Não mais através de meios violentos, mas sim, utilizando das práticas populistas e clientelistas para a cooptação do eleitorado.

As elites políticas locais, em todo o período estudado, se alternam no poder político local e no seu interior pouco se renovam os seus personagens até a atualidade.

Quanto às classes populares, se de um lado estão alienadas das decisões políticas, de outro representam a base de sustentação do processo político local. Os seus interesses se confundem com os interesses do povo.

O modelo político local, o "populismo", refletiu a própria política nacional, assentado no autoritarismo paternalista ou carismático dos líderes locais. Que a nível nacional possa ter esgotado em 1964, a nível local é prática comum até a atualidade. A perpetuação de lideranças políticas no poder político local é característica de todo o período estudado, ou seja, de 1952 a 1982.

A política de clientela é o fato concreto de continuidade no poder político local e o elo fundamental com o eleitorado. Esta se apóia na posse do poder político, no poder econômico e no apoio do Governo Estadual.

Com a "redemocratização" no pós-45, a dinâmica da política brasileira se institucionalizou nos partidos polí-

ticos de âmbito nacional, que na sua atuação local passaram a representar mais um instrumento formal de articulação de interesses das elites locais do que um processo de agilização democrática. E desprovidos quase totalmente de uma consciência ideológica. Aliás, é possível afirmar que a questão ideológica local se identifica mais com o conceito de classe dominante do que político-partidário.

O ingresso e a ascensão na política local são articulados de acordo com os interesses das elites locais. Qualquer iniciativa isolada tende a não ser bem sucedida.

Os candidatos para os cargos eletivos mais importantes, como prefeito municipal, deputado estadual e deputado federal, eram e são recrutados na elite local. Sobrando apenas às classes populares a possibilidade de acesso à Câmara de Vereadores, ainda assim, timidamente.

As candidaturas para a Câmara de Vereadores estão mais para carrear votos aos candidatos para a Prefeitura Municipal do que alcançar uma função representativa. Entretanto, não se pode negar que os candidatos a vereador não queiram ser eleitos ou que não representem os interesses de uma parcela da comunidade; aliás, é exatamente esta representatividade que os credecia para fortalecimento das elites políticas locais.

No interior das elites a seleção dos candidatos recai no seu potencial econômico e/ou na popularidade, sendo esta última entendida como projeção sócio-econômica na comunidade.

O conjunto das principais lideranças políticas atuais de Paranavaí comprovou a continuidade na política local, revelando a baixa incidência de renovação e a primazia de alguns líderes.

Se o poder econômico pode não explicar tudo, entretanto ficou patente a sua influência para o domínio do poder político local.

Analisando as relações entre as principais lideranças políticas consideradas importantes, verificamos que quanto às questões econômicas pouco se vinculam, entretanto, não quer dizer que não tenham interesses comuns na economia local. As relações políticas oscilam de acordo com o momento político. Verificamos também que as menores incidências de relações religiosas, familiares, econômicas e até políticas não impediram a existência de relações sociais mais congruentes. Assim, as relações sociais podem ser qualificadas como o elo mais forte que vincula as elites locais.

A comunicação política, aqui entendida como "imagem política", é um fator relevante na política local. Ela é projetada pela população através da postura sócio-econômico-política das lideranças e influenciadora nos resultados eleitorais.

A continuidade na política local nos autoriza a afirmar que as atitudes das lideranças pouco influem nas questões políticas como um todo. A não ser para preservar um espaço político ou a predominância dentro de um grupo político. Assim, é possível compreender porque agiriam visivelmente ou nos bastidores e individualmente, em panela ou coletivamente.

Concluindo, constatamos que a continuidade na política local se dá pelos fatores: personalismo, clientelismo e poder econômico.

O personalismo se caracteriza pelo carisma e pela permanente participação nas eleições locais, bloqueando a oportunidade de renovação das lideranças políticas.

O clientelismo é desenvolvido por todo o tipo de benefícios, principalmente pessoais, que possam ser atribuídos aos eleitores, através de recursos pessoais, dos recursos disponíveis no poder político local e outros advindos do poder político estadual. Este último por influência do "comando político".

Quanto ao poder econômico, revela-se um importante meio para alcançar ou manter o predomínio no poder político. Em Paranavaí ficou bem claro nas eleições de 1982. Verificamos que o MDB (PMDB) estava em decadência no município; após receber em seus quadros filiados de condições econômicas mais elevadas, o PMDB (MDB) vence as eleições.

As atitudes e as imagens das lideranças políticas locais, e mesmo a descaracterização partidária, não nos parece ter muita importância para a modificação do quadro político local. Só a alteração dos fatores ambientais como comunicação política, cultura política e distribuição de recursos poderão contribuir para esta modificação.

Estamos conscientes de que Paranavaí não está descontextualizada das questões sociais e econômicas, estaduais e nacionais. Não poderíamos pretender dar conta de todas as questões. Conseqüentemente, os estudos sobre este município não se esgotam aqui; ao contrário, sugerem novas pesquisas que possam aprofundar questões aqui analisadas.

BIBLIOGRAFIA

- AGGER, Robert.. Power attributions in the local community. *Social Forces*, 4, May, 1956.
- ALCANTARA, José Carlos. Uma contribuição para a história de Paranavaí - "Gleba Pirapó". *Diário do Noroeste*, Paranavaí, 15 dez 1985, p. 7-8.
- ALMOND, Gabriel A. e POWELL, G. Bingham jr.. Uma teoria de política comparada. Rio de Janeiro, Zahar, 1980.
- ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e oposição no Brasil (1964 - 1984). 2ª ed., Petrópolis, Vozes, 1984.
- ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. Brasil nunca mais. 1ª edição, Petrópolis, Vozes, 1985.
- ASTI VERA, Armando. Metodologia da pesquisa científica. 6ª edição, Porto Alegre, Globo, 1980.
- AUGRAS, Monique. Opinião pública. 3ª ed., Petrópolis, Vozes, 1978.
- AYDOS, Eduardo. Cachoeiro do Sul: um caso desviante de comportamento político entre municípios com mais de 40.000 eleitores. *Revista da UFRGS* (6), 85 - 111, 1978.
- AZEVEDO, Luiz Otávio Viotti de. Evolução dos partidos políticos no município de São João Evangelista. RBEP, Belo Horizonte, v. 6, jul, 1959.
- BALHANA, Altiva e outros. História do Paraná. Curitiba, Gráfica Editora Paraná Cultural Ltda., v. 4, 1962.
- BASTOS, L. da Rocha; PAIXÃO, L.; FERNANDES, L. Monteiro. Manual para elaboração de projetos e relatórios de pesquisa,

- teses e dissertações. 2ª ed., Rio de Janeiro, Zahar, 1981.
- BLONDEL, Jean. As condições de vida política no Estado da Paraíba. Instituto de Direito Público e Ciência Política, FGV, Rio de Janeiro, 1957.
- BOBBIO, Norberto e outros. Dicionário de política. Brasília, UNB, 1986.
- BONAVIDES, Paulo. Ciência política. 3ª ed., Rio de Janeiro, Forense, 1976.
- BOTTOMORE, T. B.. As elites e a sociedade. Rio de Janeiro, Zahar, 1974.
- BRASIL, Olavo. Partidos políticos brasileiros. Rio de Janeiro, Graal, 1983.
- BRUYNE, Paul de; HERMAN, Jacques; SCHOUTRETE, Marc de. Dinâmica da pesquisa em ciências sociais. Os pólos da prática metodológica. 2ª ed., Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1982.
- BURZTYN, Marcel. O poder dos donos. Petrópolis, Vozes, 1984.
- CAMPANHOLE, Adriano e CAMPANHOLE, Hilton Lobo. Constituições do Brasil. 8ª ed., São Paulo, Atlas, 1985.
- CARDOSO, Fernando Henrique e MARTINS, C. Estevam. Política & Sociedade. 2ª ed., São Paulo, Nacional, 1983.
- CARDOSO, Carlos Eloy. A vida política e administrativa de Dores de Indaia. RBEP, Belo Horizonte, v. 1, dez, 1956.
- CARVALHO, José Murilo de. Barbacena: a família, a política e uma hipótese. RBEP, Belo Horizonte, v. 20, jan, 1966.
- _____. Estudos de poder local no Brasil. RBEP, Belo Horizonte, v. 25/26, jul, 1968.
- CARVALHO, Orlando M. Ensaio de sociologia eleitoral. Estudos Sociais e Políticos 1, RBEP, Belo Horizonte, 1958.
- CHAUÍ, Marilena de Souza. O que é ideologia. 14ª ed., São Paulo, Brasiliense, 1984.

- CHILCOTE, Ronald H. The politics of conflict in the popular poetry of North-east Brazil. *Journal of Latin American Lore*, v. nº 2, 1979.
- Companhia Melhoramentos do Norte do Paraná. *Colonização e Desenvolvimento do Norte do Paraná*. São Paulo, 1975.
- CORREA, Oscar Dias. Os partidos políticos e os sistemas eleitorais. *Revista de Ciência Política*. FGV, vol. 5, nº 3, jul/set 1971.
- COUTO, Francisco Pedro do. *O voto e o povo*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.
- CRUZ, Levi. Funções de comportamento político numa comunidade do São Francisco. *RBEP*, Belo Horizonte, v. 5, jan, 1959.
- Curso de Introdução à Ciência Política. 2ª edição, Brasília, UNB, 1984, vol. 1, 2, 4, 5 e 6.
- DAHL, Robert. *Who governs?* New Haven Yale University Press, 1961.
- _____. *Análise política moderna*. Brasília, UNB, 1981.
- DAHRENDORF, Ralf. *As classes e seus conflitos na sociedade industrial*. Brasília, UNB, 1982.
- DALLARI, Dalmo de Abreu. *Elementos da teoria geral do Estado*. São Paulo, Saraiva, 1985.
- DAVIS, Neusa da Costa. *Poder local: aparência e realidade*. Tese de doutoramento. Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Rio Claro, Rio Claro, 1968.
- Diário do Noroeste. *Paranavaí, 25 anos*. Edição especial, Paranavaí, 14/12/1977.
- Dicionário Histórico-Bibliográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 4 vol., 1984.
- DINIZ, Eli. *Voto e máquina política*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
- DUVERGER, Maurice. *Os partidos Políticos*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Zahar, UNB, 1980.

- _____. *Ciência política - teoria e método*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Zahar, 1976.
- EASTON, David (org.). *Modalidades de análise política*. Rio de Janeiro, Zahar, 1970.
- EHRlich, Howar J.. The reputational approach to the study of community power. *American Sociological*. 26, dec., 1961.
- ESTRADA, Jorge Ferreira Duque. *Terra crua*. Curitiba, s/e, 1961.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*. Porto Alegre, Globo, 1979.
- FERRARI, Afonso Trujillo. *Metodologia da pesquisa científica*. São Paulo, McGraw-Hill do Brasil, 1982.
- FLEISCHER, David V. (org.). *Os partidos políticos no Brasil*. Brasília, UNB, 1981.
- FRANCO, Afonso Arinos de Mello. *História e teoria dos partidos políticos no Brasil*. São Paulo, Alfa-Omega, 1974.
- _____. *Problemas políticos brasileiros*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1975.
- FRANCO, Manoel de Oliveira Sobrinho. *Balanço das eleições de 1974 no Paraná*. RBEP, Belo Horizonte, v. 43, jul, 1976.
- FREUND, Julien. *Sociologia de Max Weber*. 3ª ed., Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1980.
- GARCIA, Fernando Coutinho. *Partidos políticos e teoria da organização*. São Paulo, Cortez e Moraes, 1979.
- GURGEL, José Alfredo Amaral. *Segurança e democracia*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1976.
- HUNTER, Floyd. *Community power structure*. Chapel Hill the University of North Carolina Press, 1953.
- IBGE. *Censo Comercial e dos Serviços de 1960*. Paraná - Santa Catarina - Rio Grande do Sul. VII recenseamento geral do Brasil. Série regional. Vol. IV, tomo IX, Rio de Janeiro, (1967).

- _____. Censo Comercial. Paraná. VIII recenseamento geral 1970. Série regional. vol. VI, tomo XIX, Rio de Janeiro, (1975).
- _____. Censo Econômico 1975. Censo Comercial. Paraná. Série regional. Vol. 3, tomo 14, Rio de Janeiro, (1980).
- _____. IX recenseamento geral do Brasil. 1980. vol. 4, nº 20. Censo Comercial. Paraná. Rio de Janeiro, (1984).
- _____. Censo dos Serviços. Paraná. VIII recenseamento geral 1970. Série regional. vol. VII, tomo XIX. Rio de Janeiro, (1975).
- _____. Censo dos Serviços. IX recenseamento geral do Brasil, 1980. vol. 5, nº 20. Paraná. Rio de Janeiro, (1984).
- _____. Censo Industrial de 1960. Paraná - Santa Catarina - Rio Grande do Sul. VII recenseamento geral do Brasil. Série regional. vol. VII, tomo VII. Rio de Janeiro, (1966).
- _____. Censo Industrial. Paraná. VIII recenseamento geral 1970. Série regional. vol. IV, tomo XIX. Rio de Janeiro, (1973).
- _____. Censo Econômico de 1975. Censo Industrial. Paraná. Série regional. vol. 2, tomo 18, Rio de Janeiro, (1979).
- _____. Recenseamento Geral do Brasil 1980. vol. 3, parte 1, nº 20. Censo Industrial, Dados Gerais. Paraná. Rio de Janeiro, (1984).
- JAGUARIBE, Hélio. Política de clientela e política ideológica. Digesto Econômico. vol. 6, nº 68, 1950.
- KERBAUAY, Maria Tereza Miceli. Poder político local - do coronelismo ao populismo (um estudo de caso: São Carlos). Dissertação de mestrado. PUC, São Paulo, 1979.
- KINZO, Maria Dalva Gil. Representação política e sistema eleitoral no Brasil. São Paulo, Símbolo, 1980.
- KUJAWSKI, Gilberto de Mello. Liberdade e participação. Pe-

- trópolis, Vozes, 1982.
- LAFER, Celso. O Sistema político brasileiro. São Paulo, Perspectiva, 1975.
- LAMOUNIER, Bolivar. Política local e tensões estruturais no Brasil. Teste preliminar de uma hipótese. Dados, IUPERJ, (4): 186-198, 1968.
- _____ (org). Voto de desconfiança. Eleições e mudanças política no Brasil: 1970 - 1979. Petrópolis, Vozes, 1980.
- _____ ; WEFFORT, Francisco C.; BENEVIDES, Maria Victoria (org.). Direito, cidadania e participação. São Paulo, T. A. Queiroz, 1982.
- LANGONI, Carlos Geraldo. A economia da transformação. Rio de Janeiro, José Olympio, 1975.
- LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, enxada e voto. 4ª ed., São Paulo, Alfa-Omega, 1978.
- MAQUIAVEL, Nicolau. O príncipe. In Curso de Introdução à Ciência Política. 2ª ed., Brasília, UNB, 1984.
- MARSHALL, T. H.. Cidadania, classe social e status. Rio de Janeiro, Zahar, 1967.
- MARTINS, Amilcar Filho. Clientelismo e representação em Minas Gerais durante a Primeira República: Uma crítica a Paul Cammack. Dados. IUPERJ. Rio de Janeiro, vol. 27, nº 2, p. 175-197, 1984.
- MARTINS, Romário. História do Paraná. 3ª ed., Curitiba, Guaíra, s/d.
- MARTINS, Wilson. Paraná: uma incógnita. RBEP, Belo Horizonte, v. 8, abr., 1960.
- MICHELS, Robert. Sociologia dos partidos políticos. Brasília, UNB, 1982.
- MILLS, Wright C. A elite do poder. Rio de Janeiro, Zahar, 1968.
- MONTESQUIEU, Charles Louis de Secondat. O espírito das leis. Brasília, UNB, 1982.

- NIECE, Emílio Eugênio e CAMARGO, João Borba. O atual estágio sócio-econômico de Paranavaí e região. Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Paranavaí. Série Pesquisa, vol. 1, nº 1, mimeo. Paranavaí, 1968.
- NOGUEIRA, Oracy. Os movimentos e partidos políticos em Itapetininga. RBEP, Belo Horizonte, v. II, jun. 1961.
- Noroeste em Revista. Aspectos de Paranavaí. Paranavaí, Editora Noroeste do Paraná, nº zero, dez, 1981.
- OMURA, Ivani Aparecida Rogatti. Eleitores e eleitos - composição e comportamento. Maringá 1956 - 1964. Dissertação de mestrado, Curitiba, UFPr, 1982.
- PADIS, Pedro Calil. Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná. São Paulo, Hucitec, 1981.
- PERRUCCI, Robert and PILISUK, Marc. Leaders and ruling elites: the interorganizational bases of community power. American Sociological Review, 6, dec, 1970.
- POLSBY, Nelson W.. Three problems in the analysis of community power. American Sociological Review. 24, dec, 1959.
- _____. Community Power: Some reflection on the Recent Literature. American Sociological Review, 3, Jun., 1962.
- PORTELLI, Hugues. Gramsci e o bloco histórico. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- Prefeitura Municipal de Paranavaí. Perfil da cidade de porte médio - Paranavaí. Paranavaí, 1984.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O mandonismo local na vida política brasileira. São Paulo, Anhambí, 1957.
- _____. Coronelismo. Uma interpretação sociológica. In.: História geral da civilização. Tomo III. O Brasil republicano, 1ª volume, Estrutura de poder e economia (1889 - 1930). São Paulo, Difel, 1975.
- REIS, Fábio Wanderley (org.). Os partidos e o regime: lógica do processo eleitoral brasileiro. São Paulo, Símbolo, 1978.

- REIS, Sinval. Pequena história de Paranavaí. Datilografado, Paranavaí, 14/12/1962.
- SAES, Décio. Coronelismo e Estado burguês: elementos para uma reinterpretação. Campinas, mimeo., Unicamp, s/d.
- SALOMON, Délcio Vieira. Como fazer uma monografia. Elementos de metodologia de trabalho científico. 6ª ed., Belo Horizonte, Interlivros, 1979.
- SANTOS, Edilson Portela. Evolução da vida política no município de Picos, Piauí, RBEP, Belo Horizonte, v. 10, jan, 1961.
- SANTOS, José Nicolau. Comportamento eleitoral do Paraná nas eleições de 1962. RBEP, Belo Horizonte, v. 16, jan, 1964.
- SARTORI, Giovanni. Partidos e sistemas partidários. Rio de Janeiro, Zahar, Brasília, UNB, 1982.
- _____. A Política. Brasília, UNB, 1981.
- SCHAWARTZMAN, Simon. São Paulo e o Estado nacional. São Paulo, Difel, 1975.
- _____. Representação e cooptação política no Brasil. Dados. IUPERJ, Rio de Janeiro, 1970, p. 9-41.
- SCHULZE, Robert O.. The role of economic dominants in community power. American Sociological Review. I, feb., 1958.
- _____. and BLUMBERG, Leonard V.. The determination of local power elites. American Journal of Sociology. 3, nov., 1957.
- SCHWARTZ, Widson. Um povoado escondido originou Paranavaí. Folha de Londrina. Londrina, art. 1 a 7, 29/10 à 9/11/82.
- Secretaria do Desenvolvimento do Município do Paraná. FAMEPAR. Municípios do Paraná. Dados e Informações Úteis. 3ª ed. Doc. nº 10, abril de 1982, Curitiba.
- SEREJO, Tereza Cristina Leal. Coronéis sem patente: a modernização conservadora no sertão de Pernambuco. Dissertação de mestrado. Univ. Fed. Fluminense, Niterói, 1979.

- SILVA, Celson José da. Marchas e contra marchas do mandonismo local. Belo Horizonte, Ed. da Revista Brasileira de Estudos Políticos, 1975.
- SILVA, Luis. Cachoeira do Campo, vila das rivalidade. RBEP, Belo Horizonte, v. 2, jul, 1957.
- _____. Implicações políticas do desenvolvimento industrial em Barroso. RBEP, Belo Horizonte, v. 9, jul., 1960.
- SOARES, Glaucio Ary Dillon. Colégio eleitoral, convenções partidárias e eleições diretas. Petrópolis, Vozes, 1984.
- _____. Sociedade e política no Brasil. (Desenvolvimento, classe e política durante a Segunda República). São Paulo, Difel, 1973.
- SORJ, Bernardo e ALMEIDA, Maria Hermínia (org.). Sociedade e política no Brasil pós - 64. São Paulo, Brasiliense, 1983.
- SOUZA, Maria do Carmo Campello de. Estado e partidos políticos no Brasil. São Paulo, Alfa-Omega, 1976.
- TABAK, Fanny. Estudos de política local - a experiência do Brasil. Revista de Ciência Política. FGV, Rio de Janeiro, v. 5, nº 2, abr/jun, 1971.
- TAVARES, José Antonio Giusti. A estrutura do autoritarismo brasileiro. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1982.
- TELAROLLI, Rodolpho. Poder local na República Velha. São Paulo, Nacional, 1977.
- VIANNA, Francisco de Oliveira. População meridionais do Brasil e instituições políticas brasileiras. Brasília, Câmara dos Deputados, 1982.
- VILAÇA, Marcos Vinícios e ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti. Coronel, coronéis. Brasília, UNB, 2ª ed., Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1978.
- WACHOWICZ, Ruy Christovam. História do Paraná. Curitiba, Editar, 1972.
- WEBER, Max. Economia y sociedad. Mexico, Ed. Fondo de Cul-

tura Economica, 1974.

_____. Max Weber: Sociologia. org.: Gabriel Cohn, 2ª ed.
São Paulo, Ática, 1982.

WEFFORT, Francisco. O populismo na política brasileira. Rio
de Janeiro, Paz e Terra, 1980.

WOLFINGER, Raymond. Reputation and reality in the study of
community power. American Sociological Review. 25, oct,
1960.

YOUNG, Oran R.. Introdução à análise de sistemas políticos.
Rio de Janeiro, Zahar, 1970.

ANEXO 01
 RELAÇÃO DOS CANDIDATOS À CÂMARA DOS
 VEREADORES DE PARANAÍ - 1952-1982
 (PARTIDOS - NOMES - VOTOS)

ELEIÇÕES - 1952

Partido Trabalhista Brasileiro	1.565 votos	- 4	cadeiras
Partido Social Democrático	1.406	" - 4	"
Partido Republicano	616	" - 1	"
Outros partidos	729	"	
Votos em branco	87		
Votos válidos	4.403		
Votos nulos	114		
Votantes	4.517		

Candidatos Eleitos

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO

1. Aldo Silva	248	votos
2. Domiciano Martins Correia	241	"
3. Bernardo Brunstein	223	"
4. Alfredo Loureiro Júnior	201	"

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO

1. Vivaldo de Oliveira	250	"
2. Otacílio Brandão	243	"
3. Alcides Franco de Godoy	220	"
4. Durval Durães	143	"

PARTIDO REPUBLICANO

1. Ivo Carvalho Duarte	191	"
------------------------	-----	---

Suplentes

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO

1. Armandode Castro Araújo
2. Guilherme Garcia Marques
3. Gustavo Marques de Oliveira
4. Hermeto Botelho
5. Joaquim Chacaroski
6. José Osvaldo de Moraes Barros
7. José Gomes de Oliveira

8. Joaquim da Silva Pinto

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO

1. José de Souza Leite
2. Salvador Pereira Guedes
3. Sebastião de Oliveira
4. Izaltino de Oliveira Grachet
5. Antonio Pilar Cardoso
6. Dario de Assis Machado
7. Neil Jorge
8. João Arazão

PARTIDO REPUBLICANO

1. João Batista Machado
2. Francisco Vieira Borges
3. Joaquim Lins Barbosa
4. Cincinato Cassiano da Silva
5. Silvio Modesto
6. José Furtado de Figueiredo
7. Walter de Macedo Ferreira
8. Irineu Araújo
9. Henrique Faber
10. Severino Inácio Francisco

Partidos que não alcançaram quociente eleitoral

PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA

1. Artur Gonçalves
2. Acácio Oliveira Andrade
3. José Alves de Oliveira
4. Francisco Ramires Galbriotti
5. Benedito Franco
6. Geraldo Camargo Rocha
7. João Delfini

UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL

1. Ercides Bolfarini
2. Evangelista Stellato
3. Roldão da Silva Gama
4. Mário Sperandio
5. Liborio Kunhen

ELEIÇÕES - 1956

Partido Social Democrático	3.591	votos	-	5	cadeiras
Partido Trabalhista Brasileiro	2.657	"	-	3	"
Partido Trabalhista Nacional	961	"	-	1	"
Coligação UDN - PSP	916	"	-	1	"
Soma	8.125				
Votos em branco	175				
Votos válidos	8.300				
Votos nulos	59				
Votantes	8.359				

Candidatos eleitos

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO

1. Dr. José Vaz de Carvalho	939	votos
2. José Vendolino Schueroff	347	"
3. Oswaldo Madalozzo	332	"
4. Gustavo Marques de Oliveira	305	"
5. Vivaldo de Oliveira	255	"

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO

1. Dr. Aldo Silva	727	"
2. José de Souza Leite	473	"
3. Nelson Buzato dos Santos	368	"

COLIGAÇÃO UDN-PSP

1. Francisco Rodrigues Ruiz	326	"
-----------------------------	-----	---

PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL

1. Minoru Imotto	355	"
------------------	-----	---

Suplentes

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO

1. Lourival Rauem	247	"
2. Cândido Berthier Fortes	245	"
3. Leopoldo Peres de Oliveira	183	"
4. José Gomes de Lima	182	"
5. Acácio de Oliveira Andrade	179	"
6. Luiz Fernandes	175	"
7. Ivo Carvalho Duarte	93	"
8. Dorvalino Antonio Ferreira	64	"
9. Waldemiro Wagner	47	"

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO

1. Genésio Siqueira	209	votos
2. Efraim Marques Machado	143	"
3. Salvador Gonçalves Padilha	141	"
4. Alcides Ferreira e Silva	135	"
5. Francisco Cesar S. Montenegro	123	"
6. Armando Sabino de Azevedo	111	"
7. José do Carmo de Oliveira	59	"
8. Jacy Belmont	57	"
9. Orlando Pereira Sandoval	51	"
10. Antonio José da Silva	40	"

COLIGAÇÃO UDN-PSP

1. Ivo Paul Muller Sobrinho	250	"
2. Walter Antonio de Sordi	86	"
3. Antonio Silva Sobrinho	78	"
4. Nelson Aburad	71	"
5. Ituke Ianaguihara	35	"
6. Otacílio Egger	25	"
7. Otávio Cesar Gonçalves	14	"
8. Manoel Alves Pereira	11	"
9. Otávio Ferreira de Toledo	7	"
10. Geraldo Rocco	0	"
11. Pedro Rivera	0	"

PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL

1. Aloísio João Selhorst	236	"
2. José Fernandes Pedrosa	117	"
3. Messias Alves Pedroso	80	"
4. Ester Ferreira Ribeiro	48	"
5. José Caetano Pinto	42	"
6. Domiciano Martins Correia	39	"
7. Luiz Diogo Ferraz	34	"
8. Getúlio Dutra Lopes	22	"
9. Odilon Alves Moreira	8	"
10. Joaquim Francisco Chacarosque	6	"

Só para a legenda

PTB	20	"
PTN	6	"
UDN-PSP	13	"

ELEIÇÕES - 1960

Partido Social Democrático	2.913	votos	-	3	cadeiras
Partido Trabalhista Brasileiro	2.693	"	-	3	"
Coligação UDN-PDC	2.212	"	-	3	"
Coligação PSP-PSB	1.427	"	-	1	"
Branços	251	"			
Válidos	9.245	"			
Nulos	166	"			
Votantes	9.662	"			

Candidatos eleitos

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO

1. Benedito Cláudio P. de Paula	549	"
2. Ismael Gripp	386	"
3. José Vendolino Schuroff	339	"

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO

1. Aldo Silva	498	"
2. Olavo Melo Franco	417	"
3. Nelson Busato dos Santos	361	"

COLIGAÇÃO UDN-PDC

1. Geraldo Longo	405	"
2. Benedito Pinto Dias	360	"
3. Waldenício Barbalho	291	"

COLIGAÇÃO PSP-PSB

1. Ulysses Faria Bandeira	489	"
---------------------------	-----	---

Suplentes

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO

1. Waldislau Gáida	327	"
2. Lourival Rauen	269	"
3. Roberto Ferreira	259	"
4. Sebastião de Oliveira	238	"
5. Leopoldo Peres de Oliveira	131	"
6. Lauro Kotechski	127	"
7. Gustavo Marques de Oliveira	123	"
8. Fued Abdala Tapxure	115	"
9. Nehemias Abreu Toledo	50	"

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO

1. Vivaldo de Oliveira	261	votos
2. Alyrio Cláudio Uhlmann	222	"
3. Francisco Cesar Soares de Montenegro	194	"
4. José Fernandes Pedrosa	190	"
5. Francisco A. do Nascimento	170	"
6. Raimundo Arruda de Souza	120	"
7. Abílio Figueira Barbosa	84	"
8. Clemente Niheus	83	"
9. Haroldo Palo	48	"
10. Ernestina F. dos Santos	33	"

COLIGAÇÃO UDN-PDC

1. Antonio Silva Sobrinho	224	"
2. Waldomiro Wagner	183	"
3. Walter Antonio Sordi	165	"
4. Alfredo Lehmkuhl	129	"
5. Amundsen Begamini	105	"
6. Marino Sheidt	92	"
7. Adeodato Ega Gomes	89	"
8. Bernardo da Cunha Pinheiro	79	"
9. Roberto Galdino Pizzaia	53	"
10. Angelo Guerreiro	37	"

COLIGAÇÃO PSP-PSB

1. Silvino Meira e Sá Bezerra	276	"
2. Francisco Pereira Felício	262	"
3. Mário Afonso Costa	148	"
4. Bento José de Souza	93	"
5. Ramiro Barreto Almeida	44	"
6. Orlando Pereira Sandoval	36	"
7. Sebastião Diniz	32	"
8. João Salvador	26	"
9. João Vaz Nogueira	18	"

Só para a legenda

PTB	11	"
PSP-PSB	3	"

ELEIÇÕES - 1964

Partido Social Democrático	2.229	votos	-	4	cadeiras
Partido Trabalhista Brasileiro	1.524	"	-	3	"
União Democrática Nacional	895	"	-	1	"
Aliança PDC-PSD-PR	4.039	"	-	7	"
Partido de Representação Popular	471	"			
Votos em branco	239				
Votos válidos	9.397				
Votos nulos	76				
Votantes	9.473				

Candidatos eleitos

ALIANÇA PDC-PSD-PR

1. Flávio Ettore Giovine	740	"
2. Anibal Ajita	425	"
3. Nelson Leal	368	"
4. Fuad Esper Cheida	328	"
5. Hercílio Costa	320	"
6. Sebastião de Oliveira	283	"
7. José Vendolino Schuroff	272	"

PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA

1. Francisco Luiz de Assis	296	"
2. Antonio Barão	268	"
3. Danilo Berndt	187	"
4. Fued Abdala Tapxure	174	"

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO

1. Aldo Silva	342	"
2. Francisco Cesar S. Montenegro	180	"
3. Hercílio Sandri	155	"

UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL

1. Waldenício Barbalho	268	"
------------------------	-----	---

Suplentes

ALIANÇA PDC-PSD-PR

1. Roberto Ferreira	261	"
2. Adolfo Ferrari	216	"
3. Benedito Cláudio Passos Paula	195	"
4. Cristovam Araujo Cardoso	164	"
5. Raimundo Arruda de Souza	162	"
6. Dário Xavier	112	"

7. Mesac Roberto Silveira	79	votos
8. José Ferreira de Mello	45	"
9. Elias Wigineski	43	"
10. Benedito Amaro de Souza	16	"
11. José Frauches	8	"

PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA

1. Kimio Nakamura	167	"
2. Rafael Benjamin Cargnin	161	"
3. Delcides Pomin	139	"
4. José Fernandes Pedroso	127	"
5. João Salvador	126	"
6. Manoel João dos Santos	122	"
7. Amaro Florentino Viana	73	"
8. Attílio João Andriolli	64	"
9. Oscar Zamuner	58	"
10. Mário Afonso Costa	51	"
11. Lauro Porfírio Santana	51	"
12. Nivaldino José Simplício	45	"
13. João Antonio Salvador	38	"
14. Manoel Ignácio da Silva	38	"
15. Bogonio Casemiro Zesak	30	"
16. Vitorino Gouveia	10	"

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO

1. Douglas Hansen Bicudo	153	"
2. Vivaldo de Oliveira	135	"
3. Plínio da Silva	105	"
4. Eugênio Mazon	91	"
5. Tranquilo Saragiotto	78	"
6. Alcides Ferreira e Silva	74	"
7. Orlando Pereira Sandoval	64	"
8. Francisco Carlos Soares	36	"
9. João Winche	35	"
10. Julio Porto	23	"
11. Mário Caltaldelli	18	"
12. Gilson de Almeida Ferreira	11	"
13. Abílio José Ferreira	11	"
14. Marcedino Carneiro	8	"
15. Salem Messias	0	"

UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL

1. Rosalino Ernesto Nogara	156	"
----------------------------	-----	---

2. José Basílio de Oliveira	147	votos
3. Francisco Bruno	94	"
4. Elizeário Santos Viana	60	"
5. Bento José de Souza	59	"
6. Zulei Vilmar Cubas	51	"
7. Pedro Simas	43	"
8. José Alexandre dos Anjos	17	"
9. Valter Alves Carvalho	0	"

Partido que não alcançou quociente eleitoral

PRP

1. Mateus Clemente Selhorst	221	"
2. Helio Silva	112	"
3. Vitorino Hilário Gouveia	68	"
4. Angelo Travain	34	"
5. Marino Faccin	22	"
6. Antonio Rodrigues Fernandes	14	"

Só para as legendas:

PDC-PSD-PR	2	"
PSP	4	"
PTB	5	"

ELEIÇÕES - 1968

ARENA	11.084	votos - 10	cadeiras
MDB	6.463	" - 5	"
Votos em branco	1.169		
Votos nulos	381		
Votos válidos	18.716		
Votantes	19.097		

Candidatos eleitos

ALIANÇA RENOVADORA NACIONAL - ARENA

1. Delcídes Pomim	724	"
2. Dr. Nelson Leal	698	"
3. Edmar Lima Cordeiro	674	"
4. Francisco Luiz de Assis	601	"
5. Antonio Kuleviev	516	"
6. Nelson Seigi Akiyoshi	482	"
7. Antonio Cunha Vasconcello	476	"
8. Sebastião de Oliveira	471	"
9. Hercílio Sandri	448	"
10. Danilo Berndt	419	"

MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO - MDB

1. Dr. Theodoro da Silva Oliveira	811	"
2. Dr. Waldenício Barbalho	697	"
3. Moacir Veras	561	"
4. Mário Afonso Costa	534	"
5. Dr. Aurélio Costa Filho	527	"

Suplentes

ALIANÇA RENOVADORA NACIONAL - ARENA

1. Dr. Fuad Esper Cheida	412	"
2. Kiyti Hatori	406	"
3. Claudomiro Silvestre	404	"
4. Hercílio Costa	400	"
5. Dionísio Ferraz Júnior	395	"
6. Josué Marques da Silva	390	"
7. Dr. Aldo Silva Junior	380	"
8. José Vendolino Schueroff	377	"
9. Raimundo Arruda de Souza	351	"
10. Osvaldo Tenorio de Oliveira	337	"
11. Jacob Schulz	311	"

12. José Basílio de Oliveira	287	votos
13. Fued Abdala Tapxure	254	"
14. Ravidute Jesus de Souza	192	"
15. Douglas Hansen Bicudo	168	"
16. Antonio Duarte da Silva	125	"
17. Hilton Garcia Reeberg	123	"
18. Abel de Souza Morangueira	112	"
19. João Paminelli	80	"
20. Lauro Porfírio de Santana	51	"

MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO - MDB

1. Clayton Reis	460	"
2. Otávio Zoccante	423	"
3. Carlito de Menezes Barbosa	306	"
4. Valmor Martinho Marcelino	274	"
5. Paulo Ferreira Tavares	261	"
6. Milton Belfort	186	"
7. Fridolino Vandressen	181	"
8. Osvaldo Steinhauser	160	"
9. Pedro Spigolon	157	"
10. Manoel Balbino de Lima	152	"
11. Faustino Brolini	151	"
12. Vivaldo de Oliveira	124	"
13. Cesar Francisco Bassan	121	"
14. Evangelista Stelatto	120	"
15. Waldemiro Pereira Leite	83	"
16. José Antonio Boeing	50	"
17. Francisco Pereira dos Santos	15	"

Só para a legenda

ARENA	20	"
MDB	109	"

ELEIÇÕES - 1972

ARENA	12.103	votos - 11	cadeiras
MDB	4.467	" - 4	"
Soma das Legendas	16.570		
Votos em branco	1.418		
Válidos	17.988		
Votos nulos	788		
Votantes	18.776		

Candidatos eleitos

ALIANÇA RENOVADORA NACIONAL - ARENA

1. Lauro Machado	1.186	"
2. Delcídes Pomin	1.181	"
3. José Dantas de Lima	990	"
4. Fernandes Kayamori	912	"
5. Geraldo Longo	644	"
6. Sebastião de Oliveira	623	"
7. Raimundo Arruda de Souza	549	"
8. Francisco Luiz de Assis	547	"
9. Jacó Schuzs	496	"
10. Antonio Cunha Vasconcelos	474	"
11. Mário Afonso Costa	452	"

MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO - MDB

1. Altino Alonso Quinhoneiro	607	"
2. Cesar Francisco Bassan	577	"
3. Willy Geraldo Brandalise	474	"
4. Pedro Spigolon	368	"

Suplentes

ALIANÇA RENOVADORA NACIONAL

1. Abel de Souza Morangueira	440	"
2. Edna Almeida Andriolli	409	"
3. Odair Alves Pereira	405	"
4. Eurico Baptista de Carvalho	403	"
5. José Vendolino Schueroff	393	"
6. Pedro Eredia	378	"
7. Hercilio Sandri	373	"
8. Fued Abdala Tapxure	346	"
9. Nelson Travain	329	"
10. Helio Garcia Figueira	185	"

11. Jandir Luiz Rossi	153	votos
12. José Aristides da Silva	58	"
13. Fuad Esper Cheida	29	"
Total de votos do partido:	12.103	"

MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

1. Arlindo Batista da Silveira	357	"
2. Vivaldo de Oliveira	289	"
3. Renato Ribeiro Porto	269	"
4. Manoel Balbino de Lima	267	"
5. Fridolino Vandressen	197	"
6. Joaquim Castela	178	"
7. Zeferino José de Souza	155	"
8. Takayoshi Sekine	129	"
9. Rosalvo Alves T. da Silveira	101	"
10. Neodo Noronha Dias	91	"
11. José Maria Ramos	55	"
12. Evangelista Stelato	7	"
Total de votos do partido:	4.467	"

Só para a legenda

ARENA	148	"
MDB	34	"

ELEIÇÕES - 1976

ARENA	16.885	votos - 11	cadeiras
MDB	5.906	" - 4	"
Votos brancos	1.383		
Votos válidos	24.174		
Votos nulos	670		
Votantes	24.844		

Candidatos eleitos

ALIANÇA RENOVADORA NACIONAL - ARENA

1. Sebastião de Oliveira	789	"
2. Valentin Cescon de Melo	747	"
3. Celso Francisco Dziedzic	711	"
4. Issão Omoto	710	"
5. Dionísio Ferraz Júnior	688	"
6. Abel de Souza Morangueira	684	"
7. Mário Afonso Costa	617	"
8. Ercílio Sandri	617	"
9. Itacir Biazus	598	"
10. Eurico Baptista de Carvalho	590	"
11. Odair Alves Pereira	560	"

MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO - MDB

1. José Paranhos de Mesquisa	383	"
2. Cesar Francisco Bassan	340	"
3. Willy Geraldo Brandalize	334	"
4. Vivaldo de Oliveira	304	"

Suplentes

ALIANÇA RENOVADORA NACIONAL - ARENA

1. Pedro Erédia	508	"
2. Abílio Nagibe Neme	504	"
3. Gelmino Jacó Cavazin	499	"
4. Jacó Schulz	493	"
5. Hélio Fabretti	486	"
6. José Vendolino Schueroff	431	"
7. Raimundo Arruda de Souza	419	"
8. José Antonio Fernandes	416	"
9. Fuad Esper Cheida	404	"
10. Nelson Travain	402	"
11. Adimir Alves Cascão	395	"

12. Germano Novakowski	361	votos
13. José Kuriyama	357	"
14. José Carlos Alcântara	345	"
15. Francisco Luiz de Assis	336	"
16. Francisco Estêvão Venâncio	330	"
17. Saul Bogoni	312	"
18. Jadir Luiz Rossi	309	"
19. Wady Rosemberg	290	"
20. Hélio Garcia Figueira	287	"
21. Luiz Longuinho de Souza	262	"
22. José Danta de Lima	255	"
23. Angelo Sebastião de Andrade	216	"
24. Anísio Francisco de Souza	211	"
25. Laonte Bastos Xavier	168	"
26. Lauro Porfírio Santana	104	"
27. Aldo Silva	100	"
28. Divino Bertulino da Silva	79	"
29. Vicente Messias dos Santos	63	"
30. Nilson Dilmar Pitta	1	"
Total do partido:	16.885	"

MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO - MDB

1. Rosalvo Pereira Leal	287	"
2. Paulo Ferreira Tavares	285	"
3. José Corrêa Farias Filho	252	"
4. Roberto Ortega Mora	251	"
5. Otávio Marques de Siqueira	239	"
6. Zeferino José de Souza	209	"
7. Hélio Marinho Spigolon	199	"
8. Otávio Zocante	197	"
9. Fridolino Vandressen	192	"
10. Pedro Jardim dos Santos	189	"
11. Arlindo Batista da Silva	185	"
12. Faustino Brolini	168	"
13. Manoel B. de Lima	156	"
14. Osvaldo Stenhauser	143	"
15. Renato A. Platz Guimarães	142	"
16. Manoel Gomes Filho	138	"
17. João Caetano Pereira	133	"
18. João Paulo de Costa Velho	120	"
19. Alcides Severiano Segré	83	"

20. Takayoshi Sekine	78	votos
21. Goro Saito	74	"
22. Aristides Mendes	66	"
23. Rosalvo A. T. da Silveira	64	"
24. Valdemiro Pereira Leite	60	"
25. Akeo Watanabe	58	"
26. Euquerio Salvatori	49	"
27. Antonio Busignani	48	"
28. Nazareth G. Pereira	46	"
29. Cincinato C. da Silva	44	"
30. Arlindo S. Granado	35	"
31. Kenso Onaka	33	"
32. Roberto K. Nassar	31	"
33. Joaquim Aquino Júnior	22	"
Total do partido:	5.906	"

Só para a legenda:

ARENA	231
MDB	269

ELEIÇÕES - 1982

PMDB	16.746	votos - 10	cadeiras
PDS	8.191	" - 5	"
PTB	184	"	
PT	155	"	
Votos brancos	1.340		
Votos válidos	26.616		
Votos nulos	1.132		
Votantes	27.748		

Candidatos eleitos

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO - PMDB

1. Pedro Erédia	1.071	votos
2. José Paranhos de Mesquisa	831	"
3. Abel de Souza Morangueira	753	"
4. Genécio Feuser	714	"
5. Manoel de Lima	697	"
6. Irineu Betti	665	"
7. Itacir Biazus	654	"
8. Willy Geraldo Brandalise	590	"
9. Danilo Feuser	590	"
10. Rosalvo Pereira Leal	569	"

PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL - PDS

1. Dionísio Ferraz Júnior	563	"
2. Nelson Pinto Dias	452	"
3. Sebastião Bem-Bem de Oliveira	385	"
4. Basílio Schulz	378	"
5. Delcides Pomín	361	"

Suplentes

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO - PMDB

1. Valentim Cescon de Melo	546	votos
2. Sebastião Alves dos Santos	534	"
3. José Corrêa Farias Filho	534	"
4. Lingre Custódio dos Santos	519	"
5. Pedro Spigolon	508	"
6. Faustino Brolini	443	"
7. Germano Novakowski	437	"
8. Hélio Fernandes Moreno	395	"
9. Luiz Gomes Neto	382	"

10. João Benício de Souza	381	votos
11. Waldemar Navarro	375	"
12. Genishi Kentian Sakashita	367	"
13. Jurandir de Oliveira	359	"
14. Emico Catsuda Messias	356	"
15. Djalma Herculano da Cruz	335	"
16. Carlos Dobis	333	"
17. Arlindo Batista da Silva	285	"
18. José Fai Neves	275	"
19. Salvio Felber	238	"
20. José Antonio de Matos	235	"
21. Zeferino José de Souza	232	"
22. Valmir Alves T. da Silveira	231	"
23. Gesoaldo Maia de Oliveira	220	"
24. José Alfredo Woyda	209	"
25. Dorival de Souza	170	"
26. Vivaldo de Oliveira	153	"
27. Antonio Dantas de Lima	126	"
28. Moisés Augusto Ribeiro	118	"
29. Bento Aparecido Tino	105	"
30. Emiliano Andrade de Souza	91	"
31. Nazareth Gomes Pereira	72	"
32. Miguel Rodrigues de Souza	58	"
Total do partido:	16.746	"

PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL - PDS

1. Mário Afonso Costa	350	"
2. Fuad Esper Cheida	308	"
3. Milton H. dos Santos Filho	304	"
4. Gelmino Jacó M. Cavasin	302	"
5. Odair Alves Pereira	269	"
6. José Antonio Gal Fernandes	265	"
7. Cezar Francisco Bassan	249	"
8. Romeu Luiz Bogoni	247	"
9. José Jerônimo da Silva	247	"
10. Hercílio Sandri	241	"
11. Durvalino Rochedo Gardin	240	"
12. Demerval Adilso Silvestre	240	"
13. Raimundo Arruda de Souza	224	"
14. José Fernandes Pedrosa	197	"
15. Anibal Ajita	190	"

16. Ivandir Valesi	183	votos
17. Josuel da Silva	263	"
18. Valdir Ferreira Ramos	163	"
19. Alcino Figadoli	144	"
20. Francisco A. A. L. Ramos	135	"
21. Natalino Alves Ribeiro	131	"
22. Rosita Guina de Lima	122	"
23. José Carvalho Duarte	118	"
24. Adimir Alves Cascão	114	"
25. Jurandir Domingos Terra	114	"
26. Altino Alonso Quinhoneiro	112	"
27. Arlindo Vitorino de Matos	111	"
28. Adelino F. Gomes Fernandes	97	"
29. Benjamin Antonio Johann	97	"
30. Herculano Joaquim	80	"
31. Francisco Assis de Oliveira	73	"
32. Geraldo Barroso de Aguiar	63	"
33. Francisco Estevão Venâncio	49	"
34. Samuel Arruda de Souza	45	"
35. Anísio Francisco de Souza	35	"
36. José Roberto Vicente	30	"
Total do partido:	8.191	"

Partidos que não obtiveram quociente eleitoral

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO - PTB

1. Salvador Pereira do Nascimento	45	votos
2. Gilson de Matos Araujo	39	"
3. Eraldo Antonio Grudzinski	20	"
4. Valdemar Macedo Vieira	16	"
5. João B. dos Santos Maia	16	"
6. Vicente Alexandre dos Santos	11	"
7. Mário Vóss	8	"
8. Lourival José Adriano	7	"
9. José dos Santos	6	"
10. Percio Ferlet Aquino	5	"
11. Carmo Cassorillo Neto	4	"
12. Francisco Carlos Domingues	4	"
13. Raimundo José Alves	3	"
14. Rubens Antonio Somenzari	0	"
15. José Tadeu da Silva	0	"
16. Renato Rodrigues dos Santos	0	"

Total do partido:	184	votos
PARTIDO DOS TRABALHADORES - PT		
1. Daura Bastos Xavier Coelho	26	"
2. Manoel Lucas de Lima	18	"
3. Máximo Léo Ferreira e Silva	18	"
4. Cecílio Francisco de Souza	15	"
5. Adner T. Ferreira Schindler	13	"
6. Natalia de Aguiar Francez	10	"
7. Aurea Tavares da Silva	10	"
8. Luiz Felinto da Silva	10	"
9. Maria Dolores J. Moraes	8	"
10. Antonio Alves de Moraes	6	"
11. Iele Abreu de Paula	6	"
12. Carlos Nascimento Ferreira	6	"
13. José Bonzanini	4	"
14. Tarcísio Teixeira de Souza	3	"
15. Antonio Pereira de Araújo	2	"
16. Pedro Bocalão	1	"
17. Tereza Tomazetto de Oliveira	0	"
Total do partido:	156	"

São para a legenda:

PMDB	00	"
PDS	00	"
PTB	00	"
PT	00	"

ANEXO 02

CÂMARA DE VEREADORES DE PARANAÍ
 EVOLUÇÃO POLÍTICO-PARTIDÁRIA E AS PROFISSÕES DOS VEREADORES
 1952 - 1982

ANO	PARTIDO POLÍTICO	CADEIRAS	PROFISSÃO DOS VEREADORES
1952	PSD	4	1 Advogado 1 Médico 1 Farmacêutico Prático 1 Contador
	PTB	4	1 Comerciante 1 Guarda Livros 1 Lavrador 1 Motorista
	PR	1	1 Industrial
1956	PSD	5	1 Comerciante 1 Fazendeiro 1 Industrial 1 Médico 1 Motorista
	PTB	3	1 Farmacêutico Prático 1 Advogado 1 Lavrador
	PSP	1	1 Comerciante
	PTN	1	1 Lavrador
1960	PSD	3	1 Engenheiro civil 1 Médico 1 Motorista
	PTB	3	1 Advogado 2 Farmacêuticos Prático
	PDC	2	1 Comerciante 1 Contador
	PSP	1	1 Agrimensor
	UDN	1	1 Advogado

1964	PSD	3	1 Agrimensor 1 Lavrador 1 Motorista
	PTB	3	2 Advogados 1 Comerciante
	PSP	4	2 Comerciantes 1 Lavrador 1 Pedreiro
	PR	1	1 Advogado
	PDC	3	2 Comerciantes 1 Engenheiro civil
	UDN	1	1 Advogado
1968	ARENA	10	3 Agricultores 1 Alfaiate 1 Comerciante 1 Construtor 1 Contador 1 Odontólogo 1 Engenheiro civil 1 Lavrador
	MDB	5	3 Advogados 1 Fazendeiro 1 Cartorário
1972	ARENA	11	2 Agricultores 1 Alfaiate 1 Cartorário 2 Comerciantes 1 Contador 1 Construtor 1 Fazendeiro 1 Lavrador 1 Professor
	MDB	4	1 Advogado 2 Comerciantes 1 Contador

1976	ARENA	11	1 Advogado 3 Agricultores 2 Engenheiros Civis 10 Comerciantes 2 Radialistas 1 Topógrafo 1 Lavrador
	MDB	4	1 Advogado 2 Comerciantes 1 Corretor
1982	PDS	5	1 Agricultor 1 Agropecuarista 1 Lavrador 1 Despachante 1 Radialista
	PMDB	10	2 Advogados 2 Agropecuaristas 3 Comerciantes 1 Contador 2 Professores

ANEXO 03

TRAJETÓRIA PARTIDÁRIA DOS "VINTE" ATÉ AS ELEIÇÕES DE 1982

NOMES	PERÍODOS PARTIDÁRIOS		
	1945/1965	1966/1979	1982...
Benedito Pinto Dias	PDC	ARENA	PMDB
Carlos Fernando Bergamini	PDC	ARENA	PMDB
Delcídes Pomim	PSP	ARENA	PDS
Dionísio Assis Dal'Prá	PTB	ARENA	PDS
Dionísio Ferraz Júnior	-	ARENA	PDS
Edmar Lima Cordeiro	-	ARENA/MDB	PMDB
Eduardo Ferreira Baggio	-	ARENA	PP/PMDB
Flávio Ettore Giovine	UDN/PDC	ARENA	PDS
Genécio Feuser	-	-	PMDB
Jaber Felipe	-	ARENA	PDS
José Alencar Furtado	PSB/PSP	MDB	PMDB
José Paranhos de Mesquita	-	MDB	PMDB
José Vaz de Carvalho	PSD	ARENA	PDS
Lauro Machado	-	ARENA	PDS
Luizinho Gonzaga Donida	PTB	ARENA	PP/PMDB
Mário Hélio Lourenço de Almeida	-	ARENA	PDS
Pedro Erédia	-	ARENA	PP/PMDB
Rubens Felipe	PTB	-	PDS
Sebastião Bembem de Oliveira	PSD	ARENA	PDS
Wilson Figueiredo Fortes	PSD	ARENA	PDS

ANEXO 04

FORMULÁRIO UTILIZADO PELOS JUÍZES

PESQUISA

Indicar o nome de 20 líderes políticos mais importantes de
PARANAÍ

	NOME	PROFISSÃO
1		
2		
3		
4		
5		
6		
7		
8		
9		
10		
11		
12		
13		
14		
15		
16		
17		
18		
19		
20		

ANEXO 07

RELAÇÃO DOS 163 CRITÉRIOS ADOTADOS PELOS JUÍZES PARA A
SELEÇÃO DAS LIDERANÇAS POLÍTICAS DE PARANAÍ

- .aceitação e revelação municipal como vereador
- .aceitação popular
- .administração
- .ajudar na política de um modo geral
- .altruísta
- .amor ao povo
- .apesar de ser um empresário, é um político que representa novas mentalidades no sentido de bem servir à comunidade, como também dilatar o desenvolvimento social
- .assistência social
- .atendimento e participação comunitária
- .atuação política
- .austeridade
- .bom político, mas péssimo administrador dos bens públicos, pois o interesse individual apenas é visado indistintamente
- .bondade, humildade e ser fraterno
- .capacidade
- .capacidade administrativa
- .capacidade de conciliação
- .capacidade de trabalho
- .capacidade de trair, falta de bloqueios morais e psíquicos
- .capacidade de estratégia política
- .capacidade legislativa
- .capacidade de oratória
- .cargo que ocupa
- .cargos ocupados
- .carismático
- .carisma político nato
- .chefia e liderança
- .coerência
- .coerência política
- .coerência e responsabilidade política
- .competência
- .comunicação frequente com o povo
- .comunicativo
- .conduta moral
- .conduta político-parlamentar
- .conhecimento das necessidades do município

- .constância e regularidade nas atividades em pró da comunidade
- .corajoso, grande líder e não tem medo da verdade, doa a quem doer
- .credibilidade
- .criatividade
- .cultura
- .dedicação à causa pública
- .deputado por várias legislaturas
- .descobrir coisas falsas no meio político
- .desprendimento pessoal
- .destaque nacional pela capacidade política
- .destaque no setor comercial e à frente de outras entidades
- .detém mandato eletivo
- .dom da palavra
- .eleições disputadas
- .embora tenha mostrado seu trabalho, ainda tem grande bagagem política
- .em decisão, ficar em cima do muro, ser bagre ensaboadado, etc
- .esforço e participação
- .essencialmente político, exercendo funções municipais e estaduais, contribuindo em parte
- .estabilidade financeira
- .este é o que tem se destacado com mais dispoisitividade no sentido de combater os erros existentes no país, a busca de melhores soluções para a nação
- .este político é pessoa que tem grande comunicação com a população em geral
- .estratégia política
- .exercícios de cargos
- .exigências do cumprimento das promessas feitas
- .expectativa
- .experiência
- .facilidade de votos por liderança nata
- .fez uma administração razoável quando prefeito
- .firmeza de atitude e lisura na parte política
- .foi vice-prefeito, presidente da câmara e por duas vezes candidato à cargos
- .fraternidade e humanidade
- .generoso
- .gostar de ser político
- .habilidade em mentir, embrulhar

- .habilidade política
- .habilidade política, sutileza no trato com os correligionários
- .honestidade
- .honestidade, coragem, lealdade, falar a verdade, etc
- .honestidade do cargo que exerce
- .honestidade no trato da coisa pública
- .honorabilidade
- .humildade
- .humildade ativa quando no poder
- .idealista
- .idéias novas para uma cidade carente de coisas melhores
- .ideologia política
- .idôneo
- .iniciativa comunitária
- .iniciativa em qualquer atividade
- .integridade
- .intelectualidade
- .inteligência
- .interesse e trabalho na e pela comunidade
- .interesse pela agropecuária
- .interesse pela comunidade (educação, fraternidade, etc)
- .interesse por classe profissional
- .lealdade
- .lealdade na análise dos problemas comunitários
- .líder de classe, principalmente entre os pecuaristas
- .liderança
- .liderança comunitária
- .liderança dentro da classe que pertence
- .liderança regional (bairros e/ou interior do município)
- .médico dos pobres
- .opulento
- .participação constante em reivindicações
- .participação nas ações comunitárias
- .pela participação oposicionista
- .pela participação na medicina popular
- .pela participação na política profissional
- .pela participação em decisões da agricultura
- .pela participação comercial e empresarial no município
- .pelo cargo político
- .penetração junto à comunidade
- .perspicácia e muita habilidade política

- .poder aquisitivo
- .poder econômico
- .poder econômico para os políticos
- .poder de decisão nas reuniões de cúpula
- .popularidade
- .popularidade conquistada através de trabalho parlamentar autêntico
- .popularidade entre a massa, conquistada com trabalho público
- .possibilidade nas próximas eleições
- .possui mandato político
- .postura ofensiva em defesa da comunidade que representa
- .pouco sucesso por ser honesto na política
- .preparo psicológico para receber críticas e principalmente elogios
- .prestação de serviços profissionais (médicos, etc.,)
- .prestígio popular
- .programa de rádio com audiência entre a classe pobre e média
- .probidade
- .projeção econômica
- .projeção municipal, estadual ou federal
- .projeção regional e nacional
- .projeção social
- .projetou-se politicamente em face da legenda em que candidatou-se
- .pujante e com vários ideais que por certo ajudaria
- .quatro mandatos de deputado e dois mandatos de prefeito
- .realização administrativa
- .relacionamento popular
- .relevantes serviços prestados à comunidade
- .representa classe nova, política de mudança na administração municipal
- .representação classista
- .representação pública
- .representam com dignidade, não só seus eleitores, mas o povo
- .representar o povo da cidade lá fora
- .representatividade comunitária
- .representatividade estadual
- .representatividade popular
- .representatividade social (econômica)
- .retribuição a favores recebidos/prestados
- .riqueza, dinheiro

- .são persistentes nas reivindicações em benefício da região
- .são populares e atentos para os problemas da comunidade
- .serviços à comunidade através de entidades sociais
- .serviços prestados
- .serviços profissionais prestados
- .simpatia
- .sintetização das necessidades da comunidade
- .sobriedade na política e firmeza na execução de projetos
- .soma de votos obtidos
- .tem grandes idéias, que na prática poderia ser muito útil
- .tem comando político
- .tempo de militância política
- .trabalhos prestados junto à comunidade intelectual (profes-
sores)
- .trabalhos realizados em prol da comunidade
- .tradição
- .votos obtidos em eleições

ANEXO 08
- QUESTIONÁRIO -

PARANAVÁI:

"UM ESTUDO DE POLÍTICA LOCAL"

PESQUISADOR:

PROF. JOSÉ CARLOS ALCÂNTARA

AVALIAÇÃO DOS CRITÉRIOS QUE DÃO ORIGEM E SUSTENTAÇÃO A
REPRESENTATIVIDADE POLÍTICA NO CONTEXTO LOCAL

Atribuir um peso de importância a cada critério:

5 = Muito Importante

4 = Importante

3 = x

2 = Pouco Importante

1 = Nada Importante

0 = y

CRITÉRIOS	pesos	5	4	x	2	1	y
CULTURAL:							
1. <u>Manifestação ideológica ou filosófica</u>							
2. <u>Ser bem sucedido intelectualmente</u>							
COMUNICAÇÃO:							
3. <u>Comunicação através de contato pessoal</u>							
4. <u>Comunicação através:</u> a. <u>Rádio Local</u>							
b. <u>Jornal Local</u>							
c. <u>Televisão regional</u>							
5. <u>Dom da palavra (oratória)</u>							
6. <u>Carisma (poder carismático)</u>							
COMPORTAMENTO:							
7. <u>Austeridade</u>							
8. <u>Honestidade na vida privada</u>							
9. <u>Honestidade com a coisa pública</u>							
10. <u>Dedicação a causa pública</u>							
11. <u>Humildade/simplicidade</u>							
12. <u>Persistente/persistência</u>							
13. <u>Estar em evidência (econ/pol/social)</u>							
14. <u>Desprendimento pessoal/audacioso</u>							
15. <u>Idealista</u>							
16. <u>Concialiador/capacidade de fazer alianças</u>							
17. <u>Cumprimento de promessas feitas</u>							
18. <u>Lisura na prática política</u>							
19. <u>Lealdade política/coerência política</u>							
20. <u>Articulista/estrategista político</u>							
21. <u>Fidelidade partidária</u>							
22. <u>Espírito combativo</u>							

CRITÉRIOS	pesos	5	4	x	2	1	y
POSIÇÃO:							
23. Poder aquisitivo							
24. Sucesso econômico na vida privada							
25. Capacidade administrativa							
26. Projeção social (status social)							
27. Ser líder de um grupo ou comunidade							
28. Ocupar um cargo de liderança de uma classe social							
29. Ocupar um cargo importante em uma empresa privada de médio ou grande porte							
30. Deter o Comando Político local							
31. Ocupar um cargo eletivo municipal							
32. Ocupar um cargo eletivo estadual							
33. Ocupar um cargo eletivo federal							
34. Ocupar um cargo administrativo do governo estadual no município							
35. Ocupar um cargo administrativo de alto nível municipal							
36. Ocupar um cargo administrativo de alto nível estadual ou federal							
37. Tradição política familiar							
38. Comércio popular							
39. Projeção econômica/política/social regional, estadual ou nacional							
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS:							
40. Pessoais							
41. Médicos populares							
42. Assistenciais							
43. Jurídicos populares							
44. Farmacêuticos populares							
45. Culturais populares							
46. Comunitários							

47. O que o Sr. considera mais importante no Partido Político?
(indicar prioridade)
- a. Força eleitoral 1º lugar
- b. Ideologia 2º lugar
- c. Programa 3º lugar
- d. Ser situação
- e. Ser oposição
- f. Nada importante
- g. ...

48. O que o Sr. acha mais importante, o Partido Político ou o Candidato?
49. Na prática como é escolhido um candidato a um cargo eletivo municipal?
50. Quais as principais preocupações ou critérios que tem ou deve ter um candidato ao organizar uma campanha eleitoral?
51. Como é financiada ou custeada uma Campanha Eleitoral Municipal?
52. Eleito o candidato, que participação o Sr. acha que o eleitor deve ter durante o exercício deste mandato?
53. Como o Sr. vê o eleitor?
54. Como o Sr. acha que deve ser o relacionamento entre candidato e eleitor?
55. Porque eleitores assediam os candidatos na época eleitoral?
56. Qual dever ser o comportamento do candidato diante das constantes solicitações (pedidos) dos eleitores? Qual a sua experiência a respeito? Dê alguns exemplos.
57. O Sr. acha que existe na cidade uma elite política?
57.1 Em caso afirmativo: qual o seu papel na vida política da Cidade e do Estado?
58. Estas pessoas em que esteja pensando, existem interesses e características comuns?
59. Na sua opinião qual a influência dos segmentos organizados da sociedade na vida política local? E qual deve ser o papel desses grupos ou comunidades na política local?
60. Os grupos influentes existentes dentro da sociedade contribuem nas vitórias das candidaturas?
61. Cite três organizações sociais que o Sr. consideraria as mais influentes nas tomadas de importantes decisões polí-

ticas, as quais afetam tōda a comunidade.

61.1 _____

61.2 _____

61.3 _____

62. Qual o grau de importāncia dos grupos abaixo na política?

GRUPOS		Ontem (Antes da Nova República)			Hoje (Nova República)			Proxi- mos
		PV	PR	BR	PV	PR	BR	5 anos PV
Empresários	Rurais							
	Urbanos	Comércio						
		Indústria						
	Finanças							
Empregados	Rurais							
	Urbanos	Comércio						
		Indústria						
	Func. Públicos							
Profissionais liberais								
Militares								

(A - alto) (M - médio) (B - baixo) (N - nulo)

(X - não sei) (Y - recusou a responder)

63. Se a importāncia dos grupos mudar em Paranavaí (conforme questão nº 62), que implicação isso terá na sua vida política pessoal ou em grupo?

64. A política estadual e federal tem influēncia na vida política municipal?

65. Qual a importāncia política de Paranavaí no contexto estadual?

66. O que é e qual o objetivo de uma aliança (coligação) política?

67. Já participou de, ou articulou uma aliança (coligação) política?

68. O que o Sr. pensa da prestação de serviços a população com recursos públicos, como um dos pilares do poder político local?

69. O que representa o Poder Econômico numa Campanha Política local?

70. Como o Sr. analisa a influência da classe econômica na política de Paranavaí, visto que muitos líderes políticos pertencem a elite econômica local?
71. Há pessoas que afirmam que os políticos se preocupam mais com os interesses particulares do que com os interesses públicos, o que o Sr. pensa desta afirmação?
72. O senhor manteve ou mantém algum relacionamento com os demais membros da listagem?

ECONÔMICO	Manteve	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
	Mantém	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
POLÍTICO	Manteve	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
	Mantém	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
SOCIAL	Manteve	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
	Mantém	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RELIGIOSO	Manteve	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
	Mantém	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
FAMILIAR	Manteve	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
	Mantém	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20

73. Classifique economicamente as pessoas da listagem.

muito/R = Muito Rico menos/R = Menos Rico
 ±R = Mais ou Menos Rico M = Modesto
 x = y =

Nº	muito/R	±R	menos/R	M	x	y
01						
02						
03						
04						
05						
06						
07						
08						
09						
10						
11						
12						
13						
14						
15						
16						
17						
18						
19						
20						

74. O Sr. acharia que as pessoas da listagem têm a tendência de tratar os assuntos da comunidade de forma a agir:

Individualmente	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
Em panela	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
Coletivamente	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20

(X) = + (/) = não sei () =

75. Em sua opinião, como estas pessoas presente na listagem operaram em relação aos projetos (assuntos) comunitários?

Visivelmente	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
Nos bastidores	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20

(X) = + (/) = não sei () =

76. Quem o Sr. reconhece ser atualmente o principal líder político de Paranavaí?

COMANDO POLÍTICO

CT = Concordo Totalmente D = Discordo
 C = Concordo DT = DÍscordo Totalmente
 x = Não Sei y = Recuso a Responder

QUESTÕES	ESCALA	CT	C	x	D	DT	y
77.0 Comando Político influencia o atendimento das constantes solicitações do eleitorado.							
78.0 Comando Político representa um forte poder reivindicatório em benefício da população local.							
79.0 Comando Político é um instrumento de decisão pessoal acima do(s) partido(s)?							
80.0 Comando Político é um canal de comunicação entre povo e governo estadual.							
81.0 Comando Político beneficia mais o seu detentor e seus afilhados do que a população em geral.							
82.0 Comando Político é uma instituição de apoio ao governo estadual no que concerne a organização da administração estadual no interior do Estado.							
83.0 Comando Político mais desgasta do que beneficia seu detentor.							

84. Como era ou é atribuído o Comando Político? Quais os critérios? Quais os Compromissos?

85. Deve existir o Comando Político?

86. Quem detém o Comando Político em Paranavaí?
87. O Sr. percebe tendências de curto prazo para mudança dos critérios de atribuição do Comando Político? (conforme questão nº 62).
88. E caso afirmativo, quais deverão ser os novos critérios para atribuição do Comando Político?

DADOS BIOGRÁFICOS

89. Nome completo.
90. Apelido ou nome político.
91. Endereço:
92. Fone:
93. Sexo: M () F ()
94. Lugar de Nascimento:
(Cidade-Estado)
95. Data:
96. Estado Civil:
97. Se casado, viúvo, separado, divorciado, nº de filhos.
98. Onde casou?
99. Nome do cōnjuge
100. Profissão do cōnjuge

101.

Nome - filhos	S	I	onde nasceu	U F	E C	nível educ.
01.						
02.						
03.						
04.						
05.						
06.						
07.						
08.						
09.						
10.						

102. Onde o Sr. estudou?

Escolaridade	Cidade	grau obtido	ano de conclusão
Primária			
Ginásial			
Secundária			
Universitária			
Vocacional			
Outras			

103. Desde quando o Sr. mora em Paranavaí?

104. Indique as profissões que o Sr. exerceu desde que começou a trabalhar.

Nº	profissão	tipo de estab.	lugar	De - Até (ano)
01				
02				
03				
04				
05				
06				
07				

105. Hoje a sua 1ª ocupação é:

2ª é:

3ª é:

106. Qual a sua afiliação religiosa?

- a. Católica
- b. Protestante - Qual?
- c. Espírita - Qual?
- d. Outra - Qual?
- e. Nenhuma

107. Por quẽ veio morar em Paranavaí?

108. Qual o tipo de propriedade o Sr. possui (local/fora de PV)

- a.
- b.
- c.
- d.
- e. nenhuma

Nº de empregados: _____

109. Que organização política o Sr. se afiliou a partir de 1945?

ORGANIZAÇÃO	Data (De-Até)	Local	Cargo/Função
a.			
b.			
c.			
d.			
e.			
f.			

110. O Sr. participou ou influenciou na Formação dos Partidos Políticos em Paranavaí?

Antes de 1952
1952 a 1965
1965 a 1979
1979 a 1984
1985

111. Se participou da fundação de algum Partido Político em Paranavaí, indique o nome dos companheiros fundadores a composição da diretoria e onde estão os documentos, atas, etc.

112. Quais as razões de troca de Partido Político?

113. O Sr. já ocupou ou ocupa algum cargo ou função de governo?
(municipal/estadual/federal)

Se sim, quais?	Período
a. _____	_____
b. _____	_____
c. _____	_____
d. _____	_____
e. _____	_____
f. _____	_____
g. _____	_____

114. O Sr. já deteve ou detêm o Comando Político de Paranavaí?
Se sim, que período Em que governo?

a. _____	_____
b. _____	_____
c. _____	_____
d. _____	_____

115. Como o Sr. entrou na política? Por convite ou intermédio de quem?

116. Quais as razões ou critérios pelos quais alguém o introduziu na vida política?

117. Como se manteve na política?

118. Por que se mantém na política?

119. O que a vida política facilitou ou dificultou o desenvolvimento de sua vida profissional?

120. Em que nível o Sr. acha que é mais forte sua ação política?
(municipal/estadual/federal)

121. O Sr. reconhece que em determinado período esteve sob a liderança de algum político? Se sim, qual ou quais?

- a. _____
b. _____

122. Quais são os políticos, sobre os quais o Sr. teve ou têm liderança?

- a. _____
- b. _____
- c. _____
- d. _____
- e. _____

123. O que o Sr. acha dos CRITÉRIOS que o enquadraram na minha pesquisa?

- a. _____
- b. _____
- c. _____
- d. _____

124. Quais são suas base políticas? Onde estão seus eleitores? Quem são?

125. Quais as instituições locais que o Sr. participou nos últimos 5 anos (tais como: instituições assistenciais, religiosas, profissionais, econômicas, culturais, esportivas, etc.)

NOME DA INSTITUIÇÃO	Participou ano passado sim - não	Contribuiu Financeir/ ano passado sim - não	Oficial/ nos últimos 5 anos sim - não	que cargo ocupou
a.				
b.				
c.				
d.				
e.				
f.				
g.				
h.				

126. Por quê essas instituições são importantes para o Sr.?

127. O Sr. gostaria de dizer mais alguma coisa?

LIDERANÇAS POLÍTICAS DE PARANAÍ

1. Benedito Pinto Dias
2. Carlos Fernando Bergamini
3. Delcídes Pomim
4. Dionísio Assis Dal-Prá
5. Dionísio Ferraz Júnior
6. Edmar Lima Cordeiro
7. Eduardo Ferreira Baggio
8. Flávio Ettore Giovine
9. Genécio Feuser
10. Jaber Felipe
11. José Alencar Furtado
12. José Paranhos de Mesquita
13. José Vaz de Carvalho
14. Lauro Machado
15. Luizinho Gonzaga Donida
16. Mário Hélio Lourenço de Almeida
17. Pedro Erédia
18. Rubens Felipe
19. Sebastião Bem Bem de Oliveira
20. Wilson Figueiredo Fortes

AVALIAÇÃO DA ENTREVISTA

Local _____

Entrevistador _____

Data da Entrevista _____

Hora que começou _____ Hora que terminou _____

Tempo decorrido _____

Nº de vezes que entrou em contato _____

Qualidade da entrevista (limite três problemas):

1. Sem problemas, respondente cooperou.
2. Respondente no início estava relutante, mas a entrevista estava satisfatória e se obteram todas as respostas.
3. Respondente relutante e várias respostas não foram obtidas.
4. Respondente encontrou dificuldades nas questões por causa de problemas pessoais.
5. Entrevistador fracassou em perguntar duas ou mais questões.
6. A ordem das questões foi alterada para facilitar a entrevista.
7. A entrevista foi perturbada por interrupções ou a presença de outras pessoas.
8. O gravador foi perturbado por causa do barulho.

POLÍTICA LOCAL

(Um Estudo de Caso: Paranavaí 1952-1982)

JOSÉ CARLOS ALCÂNTARA

UNICAMP - 1987

ERRATA

		Onde se lê:	Leia-se:
Pág.	10 - linha	7 - quando é que se estende	- é que se entende
"	16 - "	1 - preservação	- preservação
"	23 - "	9 - Provincial	- do Paraná
"	23 - "	25 - gorverno	- governo
"	24 - "	30 - Gerra	- Guerra
"	25 - "	4 - londres	- Londres
"	32 - "	6 - Raiway	- Railway
"	39 - "	5 - abandonados	- abandonadas
"	42 - "	19 - 8.000.686	- 8.000,686
"	44 - "	7 - 1.190.552	- 1.190,552
"	48 - "	17 - 8.000,686 para 1.290.459	- 8.000,686 para 1.290,459
"	49 - "	8 - 1.190.552	- 1.190,552
"	49 - Q. 04	- 8.000.686 1.290.459 1.190.552 1.190.552	- 8.000,686 - 1.290,459 - 1.190,552 - 1.190,552
"	86 - linha	6 - oi	- os
"	92 - "	30 - estivem	- estiverem
"	100 - "	19 - leganda	- legenda

	Onde se lê:	Leia-se:
Pág. 126 - Q. 45	- 1960/vereadores - 3 PSD elegeu 5	
" 156 - linha 2	- Capítulo V	- Anexo 03
" 160 - " 2	- colocava-se	- colocava-as
" 161 - " 14	- determinada	- determinava
" 163 - N.(35)	- Capítulo V e VI	- Anexo 03 e Capítulo VI
" 194 - linha 3	- reciproxidade	- reciprocidade
" 197 - " 7	- baixando de 58,2% para 25,0%	- baixando de 58,2% para 34,5%
" 197 - " 8	- aumentaram de 34,5% para 69,4%	- aumentaram de 25,0% para 69,4%
" 199 - F. 05	- MANTEVE RELAÇÕES ECONÔMICAS	- MANTÉM RELAÇÕES ECONÔMICAS
" 200 - Q. 82	- nos quadros em branco das con- gruências posi- tivas	- 0,0% e 0,0%
" 203 - Q. 84	- idem, congruên- cia negativa	- 0,0%
" 204 - linha 1	- tinha	- tenha
" 209 - Q. 88	- no quadro em branco de con- gruência positiva	- 0,0%
" 210 - Q. 89	- (Político/Econô- mico/social/Fami- liar/Religiosa)	- (Política/Econômica/ Social/Familiar/religio- sa)
" 210 - Últ.lin.	- 76,8%	- 36,8%
" 211 - linha 8	- líder (nº 17), com 31,5%	- líder (nº 06), com 36,9%
" 211 - " 25	- (52,8%)	- 52,9%
" 211 - " 31	- (1,0% e 3,6%)	- (1,0% e 3,7%)

	Onde se lê:	Leia-se:
Pág. 251 - linha 18	- Bergamini	- Bergamini
" 255 - " 9	- Pomim	- Pomin
" 255 - " 13	- Kuleviez	- Kulevicz
" 255 - " 37	- Jacob	- Jacó
" 257 - " 18	- Schuzs	- Schulz
" 269 - ANEXO 03	- 1982	- 1980
" 269 -	- Carlos Fernando Bergamini PMDB	- PDS/PMDB
" 282 - nº 60	- VITÓRIAS	- VITÓRIAS
" 284 - " 70	- ECONÔMICA	- ECONÔMICA